

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

POLÍTICAS CULTURAIS
A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia
1995-2006

TAIANE FERNANDES DA SILVA

Orientador: Prof. Dr. Antonio Albino Canelas Rubim

SALVADOR

2008

TAIANE FERNANDES DA SILVA

POLÍTICAS CULTURAIS
A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia
1995-2006

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim

Salvador
2008

A minha mãe (Hosane)

E a minha tia Shell (Eleonora)

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, mãos, braços e pernas deste trabalho, que incansavelmente resistiu à poeira dos velhos Diários Oficiais do Arquivo Público do Estado e aos desgastados jornais da Biblioteca Central dos Barris, nesta pesquisa e catalogação que pareciam intermináveis.

A minha tia Shell, companheira de minha mãe nesse “presente de grego”, pelos incontáveis dias dedicados a esta caça à “cultura”.

À Leco, pela paciência, compreensão, mimos, cuidados e a mão de obra explorada na digitação de tabelas e revisão.

A meu pai, pela compreensão, apoio e incentivo, que não me faltou em momento algum.

À Albino Rubim, eterno orientador (desde a iniciação científica), pela consideração, confiança, paciência e sempre lúcidas e fundamentais orientações.

À Delmira, mais do que uma amiga, uma segunda mãe, por toda a atenção, presteza, conselho, cuidado.

À Professora Gica pelo tempo dedicado a minha orientação.

Às amigas Paula Félix, Daniele Canedo pelo companheirismo, confiança, aprendizados e incentivos.

À querida Mariana Albinati, pela amizade e apoio fundamental na reta final da escrita, ao assumir corajosamente uma das minhas turmas da graduação da FACOM.

Aos queridos colegas do Pós-Cultura pelas aprazíveis companhias, trocas, conversas e união: Zúlmira Nóbrega, Carolina Petitinga, Carmen Lima, Tatiane Souza, Tatiane Serfet, Mércia Queiroz, João Paulo Matta, Archimedes Amazonas, Márcio Souza.

Aos gestores Heloisa Helena, Claudius Portugal e Armindo Bião, pela presteza em conceder entrevistas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, pela concessão de bolsa parcial de mestrado.

Ao Itaú Cultural pelo prêmio concedido a esta dissertação quando ainda se tratava de um projeto.

*Somos o que fazemos. Nos dias em que fazemos existimos,
nos outros apenas duramos.*

(Pe. Antônio Vieira)

RESUMO

Esta dissertação consistiu na análise das políticas culturais desenvolvidas pela Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SCT), durante seus doze anos de existência. O período estudado compreendeu um momento particular da intervenção do estado na área da cultura, quando se conciliou, pela primeira vez no Brasil, no âmbito estadual, as pastas de cultura e turismo da administração pública. A SCT ainda guarda a especificidade de ter sido gerida durante todo o seu percurso, ininterruptamente, por um único Secretário, sob a batuta de um mesmo partido político. Este estudo foi empreendido através da investigação dos relatórios de governo, publicações da SCT e diários oficiais dos doze anos considerados, além da realização de entrevistas e recorrência a referências outras relativas ao período em estudo. A análise demonstrou que a política cultural da SCT esteve subordinada à política de turismo, na medida em que a cultura foi instrumentalizada como “diferencial” do produto turístico Bahia; o poder público baiano tinha um projeto para a cultura muito bem delineado, com objetivos traçados desde a década de 1970; as influências neoliberais não foram determinantes nas políticas culturais baianas, haja vista que o estado não delegou ao mercado o poder decisório sobre o campo da cultura e manteve-se fortemente presente; as políticas culturais baianas no período em estudo foram marcadas pelo uso de expedientes anti-democráticos que visavam garantir privilégios político-econômicos ao grupo no poder e seus seguidores.

Palavras-chave: Cultura; Secretaria da Cultura e Turismo; Política cultural; Carlismo; Baianidade; Bahiatursa; Turismo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da Secretaria de Educação e Cultura 1991.....	35
Figura 2 - Estrutura da SCT em 1995.....	91
Figura 3 – Estrutura da SCT em 2006.....	92
Figura 4 - Cidades com equipamentos culturais do Estado.....	102
Figura 5 - campanha publicitária da Bahiatursa, 2003.....	113
Figura 6 - Tombamentos e Registros realizados 2004-2006.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Turismo em Salvador	63
Quadro 03 e 04 – Propostas de Paulo Souto para a cultura na campanha eleitoral de 1994.....	67
Quadro 05 – Objetivos para a cultura no Plano Plurianual	73
Quadro 06 – Primeira organização interna da SCT (1995).....	74
Quadros 02 - Salvador uma Alternativa Pós-Industrial	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Equipamentos deteriorados 1991.....	36
Tabela 02 – Equipamentos fechados 1991	36
Tabela 03 – Etapas de Recuperação do Centro Histórico de Salvador durante o mandato de ACM...	40
Tabela 04 – Dirigentes e órgãos da SCT 1995-2006.....	75
Tabela 05 – Total de projetos patrocinados pelo Fazcultura 1995-2006.....	79
Tabela 06 - Equipamentos culturais do estado na capital.....	99
Tabela 07 - Equipamentos culturais do estado no interior	99
Tabela 08 - Intervenções sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de 1995-2006	118
Tabela 09 – Etapas do Projeto de Reforma e Recuperação do Centro Histórico de Salvador durante a vigência da SCT	122
Tabela 10	
Projetos de animação cultural	125
Tabela 11 - Projetos de estímulo à produção artística.....	130
Tabela 12 - Investimentos em qualificação profissional	137
Tabela 13: Projetos de Difusão Cultural	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Antônio Carlos Magalhães
AMACH	Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
Bahiatursa	Empresa de Turismo da Bahia S/A
Baneb	Banco do Estado da Bahia
BIBEX	Biblioteca de Extensão
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BTCA	Balé do Teatro Castro Alves
CFT	Coordenação de Fomento do Turismo
CHS	Centro Histórico de Salvador
CODEC	Coordenação de Desenvolvimento Cultural
Coelba	Companhia de Eletricidade da Bahia
CONBAHIA	Centro de Convenções da Bahia S.A.
CONDER	Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CREP	Centro de Referência em Educação Patrimonial
CULT	Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
DEPAB	Departamento de Bibliotecas
DEPAM	Departamento de Museus
DEPEC	Departamento de Equipamentos Culturais
DERBA	Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia
Desenbanco	Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
DIAR	Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas
Embrafilme	Empresa Brasileira de Filmes S/A

EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMTUR	Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A
Fazcultur	Programa Estadual de Incentivo à Cultura
FCB	Fundação do Cinema Brasileiro
FCEBA	Fundação Cultural do Estado da Bahia
FPC	Fundação Pedro Calmon
Fudacen	Fundação Nacional de Artes Cênicas
Funarte	Fundação Nacional das Artes
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
Fungetur	Fundo Geral de Turismo
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
KFW	Kreditanstalt Für Wedraufba
MAM	Museu de Arte Moderna da Bahia
MinC	Ministério da Cultura
ONG	Organização Não-Governamental
OSBA	Orquestra Sinfônica da Bahia
PET-BA	Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PROCIA	Associação das Empresas do Centro Industrial de Aratu
Prodetur	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROPEPAC	Programa de Estudos das Potencialidades Artísticas e Culturais da Bahia

PSDB	Partido Socialista Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SAAC	Superintendência de Apoio às Ações Culturais
SCT	Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia
SEC	Secretaria da Cultura do Estado da Bahia
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento e Tecnologia
SIC	Sistema de Informações Culturais
SICM	Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração
SICT	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCA	Teatro Castro Alves
TVE	Televisão Educativa
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – PRIMÓRDIOS DA SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO	18
A Secretaria da Cultura (1987-1990)	18
Antônio Carlos Magalhães (1991-1994)	29
CAPÍTULO II – SCT: CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	47
Formuladores	50
A criação da SCT	66
O desenvolvimento	72
CAPÍTULO III - SCT: ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	90
Superintendência de Cultura (Sudecult)	92
Conselho Estadual de Cultura (CEC)	94
Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB)	96
Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPAC)	102
Fundação Pedro Calmon (FPC) e Arquivo Público da Bahia (APEB)	106
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB)	108
CAPÍTULO IV – SCT: PRIORIDADES E PROJETOS	110
Criação de Pontos Turísticos	114
Animação cultural	124
Estímulo à produção artística	128
Qualificação cultural	135
Preservação da memória	139
Difusão cultural	140
CAPÍTULO V – SCT E BAIANIDADE	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o estudo acerca das políticas culturais tem sido ampliado nacionalmente em diferentes áreas do conhecimento como História, Sociologia, Comunicação, Administração, Economia etc. O mesmo não se pode afirmar quando se foca o olhar sobre um estado como a Bahia, marcado por um cenário cultural tão expressivo, mas ainda pouco estudada em termos de políticas culturais. Foi com o intuito de contribuir, ainda que minimamente, para o preenchimento gradativo desta lacuna que esta dissertação foi desenvolvida. É válido registrar que este objeto de estudo foi inspirado na participação da autora, ainda na graduação, em pesquisa de iniciação científica sobre políticas culturais baianas desenvolvida pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/UFBA.

O objeto de estudo em questão são as políticas culturais desenvolvidas pela Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia durante toda a sua existência. Esta estrutura da administração pública estatal foi criada em 1995 e perdurou até o ano de 2006, sob o comando de um único gestor, o economista e historiador, Paulo Renato Dantas Gaudenzi, e sob a batuta de um mesmo partido político, o Partido da Frente Liberal (hoje denominado Democratas). Esta Secretaria ainda reserva a peculiaridade de representar a primeira experiência de conciliação entre as áreas de cultura e turismo no âmbito do governo do estado em todo o país.

Antes de enveredarmos neste longo percurso das políticas culturais da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia em seus doze anos de existência, é fundamental esclarecer o conceito de cultura e política cultural considerados. Cultura não é um termo recente e, a “olho nu”, não parece uma palavra complexa. Para o senso comum, cultura remete, prontamente, às obras e à prática da “expressão artística”, no seu sentido mais tradicional: artes plásticas, artes cênicas, música etc.

Mas nem sempre foi assim, nem hoje é simplesmente isso. Na recente transição entre os séculos, o uso da palavra cultura invadiu os mais diferentes setores da vida social, se tornou objeto de estudo das mais diversas áreas de conhecimento e ganhou sentido ampliado. A bem da verdade, esta dimensão alargada do que é cultura não alcançou o senso comum, mas se dissemina gradativamente entre organizações da sociedade civil, organismos intergovernamentais, universidades e centros de pesquisa, e até mesmo as mídias.

Por tradição histórica, cultura não possui uma definição acabada, restrita, definitiva. Deparamos-nos no século XX com um vasto leque de definições e/ou dimensões praticadas para designar “cultura”. Para Williams (1992), em seu esforço de síntese dos sentidos

vigentes, podem ser definidos três formatos de apresentação da “cultura”: um estado, um processo e um meio.

Podemos distinguir uma gama de significados desde (i) um estado mental desenvolvido – como em “pessoa de cultura”, “pessoa culta”, passando por (ii) os processos desse desenvolvimento – como em “interesses culturais”, “atividades culturais”, até (iii) os meios desses processos – como em cultura considerada como “as artes” e “o trabalho intelectual do homem”. Em nossa época (iii) é o sentido geral mais comum, embora todos eles sejam usuais. Ele coexiste, muitas vezes desconfortavelmente, com o uso antropológico e o amplo uso sociológico para indicar “modo de vida global” de determinado povo ou de algum outro grupo social.” (WILLIAMS, 1992, p. 11).

Isaura Botelho (2001), mais recentemente, a fim de estabelecer, em termos práticos, a mínima coerência para uma abordagem da cultura diante da amplitude alcançada por seu significado, classifica as “dimensões da cultura” em antropológica e sociológica. A dimensão antropológica é representada pelos pequenos “mundos” construídos por cada indivíduo em sua relação diária com a sociedade, que lhes garante equilíbrio e estabilidade no convívio social. No dizer da autora, “a cultura [que] se produz através da interação social dos indivíduos que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p. 3), ou sendo mais explícita: “tudo o que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando” (BOTELHO, 2001, p. 3).

Por sua vez, a dimensão sociológica supera o plano do cotidiano e remete às demandas profissionais, institucionais, políticas e mercantis da cultura. “(...) é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão” (BOTELHO, 2001, p. 3). Nesta dimensão se inserem, portanto, as expressões artísticas comercializáveis e a chamada indústria cultural.

Em torno do conceito de políticas culturais se apresentam variadas contribuições que dificilmente se contrapõem, tendendo, na maioria das vezes, a se complementar. Optamos por tomar como referência a contribuição de Nestor Garcia Canclini que define políticas culturais enquanto um

conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civis y los grupos comunitários a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. (CANCLINI apud RUBIM, 2007, p. 8)

Para complementar esta definição recorremos a Teixeira Coelho (1997, p. 293) afirmando que, na prática,

o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visa promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.

Diante desta delimitação é importante adequar ainda mais este conceito ao objeto de estudo em questão. Na medida em que nos dedicaremos à análise das políticas culturais de uma instituição representativa do poder público estatal, não abordaremos, ainda que reconheçamos, o ponto de vista dos demais agentes mencionados por Canclini.

Importante ainda esclarecer algumas terminologias empregadas no corpo do texto e os usos semânticos pretendidos. Designamos como ‘equipamentos culturais’ as “edificações destinadas a práticas culturais” (COELHO, 1997, p. 165). Apesar da ressalva esclarecedora de um dos entrevistados deste estudo, que destacou a imprecisão do conceito de “linguagens artísticas”, já que a “arte não é linguagem, com vocabulário e gramática específicos, é forma de experiência e expressão estética” (BIÃO, 2007), mantivemos o uso da terminologia na falta de outra que permitisse idêntica remissão. As linguagens artísticas referem-se, portanto, às expressões estéticas de dança, música, teatro, escultura, pintura etc.

Em termos metodológicos priorizou-se a consulta aos relatórios de atividades de governo de todo o período, mensagens de abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa, decretos, leis, planos plurianuais, publicações comemorativas e temáticas da SCT, os dois livros de autoria do Secretário Paulo Gaudenzi, além da minuciosa pesquisa das matérias referentes às áreas de cultura e turismo publicadas no Diário Oficial do Estado durante os doze anos em estudo. Foi consultado ainda o jornal *A Tarde*, em períodos específicos, buscando-se sanar dúvidas ou contextualizar momentos-chave a este estudo, bem como realizadas três entrevistas com dirigentes de órgãos vinculados à SCT que se disponibilizaram. A dificuldade de acesso e a negativa de alguns dirigentes impossibilitaram a realização de outras entrevistas. Foi realizada, ainda, uma coleta na internet no site da Secretaria (antes da sua extinção) e em sítios outros que faziam menção a temas pertinentes a este estudo.

Em linhas gerais, a dissertação se divide em cinco capítulos: Pré-história da SCT; Criação e desenvolvimento da SCT; Estruturas e equipamentos; Projetos e Prioridades;

Formuladores e Formulações. A divisão dos capítulos buscou abarcar de modo claro e conciso, diferentes abordagens em torno das políticas culturais da SCT, sem privilegiar mandatos eleitorais ou períodos temporais específicos.

No primeiro capítulo são apresentadas as duas estruturas que precederam a Secretaria da Cultura e Turismo: a Secretaria da Cultura (1987-1990), durante a gestão Waldir Pires/Nilo Coelho, e a Secretaria de Educação e Cultura do mandato de Antônio Carlos Magalhães (1991-1994). Esta abordagem permite observar o cenário político-administrativo, as estruturas e equipamentos culturais que antecederam a criação da SCT.

No segundo capítulo pretende-se traçar um panorama geral dos doze anos da Secretaria, suas mudanças internas (administrativas e de estruturas) e externas (as relações e conexões com a política cultural nacional). Para tanto, inicialmente foi preciso observar os recursos humanos e estruturais e o projeto econômico que originaram e influenciaram a configuração da SCT.

O terceiro capítulo se dedica à apresentação das estruturas físicas e organizacionais, bem como dos equipamentos culturais e dos principais dirigentes que compuseram a SCT. No quarto capítulo são apontados os projetos e as prioridades da SCT. Os principais projetos citados pelos relatórios de atividade de governo durante o período em estudo são considerados a partir de seis eixos temáticos delimitados para a análise.

No quinto capítulo buscamos compreender as relações intrínsecas entre a baianidade e a política cultural da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Como, quando e onde se dá esse entrelaçamento? E o que ele vem a significar? O reconhecimento oficial de uma cultura una, homogênea e estável significa um direcionamento das políticas culturais do governo do estado em benefício desta cultura? Essa baianidade é alvo prioritário, ou exclusivo, dos programas, projetos e políticas da SCT?

Por fim, nas considerações finais apontamos os principais resultados alcançados com essa pesquisa, enfatizando as descobertas mais importantes, as restrições desta análise e os acertos que podem vir a ser realizados a partir do reconhecimento dos erros cometidos por uma junção que beneficiou majoritariamente um dos lados.

CAPÍTULO I – PRIMÓRDIOS DA SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO

A Secretaria da Cultura (1987-1990)

As primeiras eleições diretas pós-ditadura, ou do período que se costumou chamar de Nova República, elegeram na Bahia um governador que tinha como lema a “mudança”. Embora se tratasse da segunda eleição direta (1986) no estado desde o golpe de 1964, o rompimento com tradições e modelos vigentes ao longo de mais de vinte anos somente se daria com a vitória de um ex-exilado político.

Representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o mesmo do então presidente José Sarney, Waldir Pires foi eleito com o apoio de uma ampla coligação oposicionista¹. O candidato derrotado foi o jurista Josaphat Marinho, do recém-fundado Partido da Frente Liberal (PFL), coligado do então governador João Durval Carneiro e do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães (ACM). Embora tivesse apoiado a eleição de Tancredo Neves (que faleceria antes da posse e cederia lugar ao vice José Sarney), ACM rememorava ao eleitorado os duros anos da Ditadura, quando fora indicado² prefeito da cidade de Salvador e, por duas vezes, governador do estado da Bahia, como veremos mais detalhadamente a seguir.

Após amargos anos de repressão e diante das promessas de regularização da economia através do Plano Cruzado (que garantia os altos índices de popularidade do PMDB), Waldir Pires personificava o desejo de restauração da democracia e da credibilidade do poder público na Bahia. Aquele seria um importante passo em direção à legalidade que ainda estava por ser confirmada no âmbito federal através da nova Constituição (1988) e da realização das eleições diretas para presidente (1989).

Já em campanha, Waldir apontava a importância da cultura para a sua gestão, concedendo-lhe, inclusive, grau de importância comparável às áreas de educação e saúde, tradicionalmente posicionadas como áreas prioritárias nos programas de governo de candidatos baianos/brasileiros³. Em seu programa de campanha intitulado “Propostas de um

¹ Coligação esta que unia, a bem da verdade, tradicionais famílias da elite baiana que se contrapunham a Antônio Carlos Magalhães.

² ACM foi indicado à prefeitura de Salvador pelo Governador Luis Viana Filho, nomeado governador do estado da Bahia em 1971 pelo Presidente Emilio Garrastazu Médici e em 1979 pelo presidente Ernesto Geisel.

³ Waldir Pires, em campanha, publicou em julho de 1986 as “Propostas de um Governo Democrático para Mudar a Bahia”.

Governo Democrático para Mudar a Bahia”, Waldir afirmava que “além da educação e da saúde cumpre ao Governo estimular a cultura popular a partir da perspectiva de que uma sociedade como a nossa é eminentemente pluricultural” (PIRES apud MARTINS, 2006, p.3).

Um discurso que soava inovador e alinhado com os novos movimentos em torno da cultura no âmbito nacional, como explica Lia Calabre:

O processo de institucionalização do campo cultural dentro das áreas de atuação de governo ocorrido na década de 1970 não ficou restrito ao nível federal. Nesse mesmo período o número de secretarias de cultura e de conselhos de cultura de estados e municípios também cresceu. Em 1976, ocorreu o primeiro encontro de Secretários Estaduais de Cultura, dando origem a um fórum de discussão que se mantém ativo e que muito contribuiu para reforçar a idéia da criação de um ministério independente. (2007, p.93)

A recente criação do Ministério da Cultura, em 1985, havia influenciado diretamente a orientação política e administrativa do novo governador para a cultura. Seguindo o exemplo, Waldir separa as pastas de Educação e Cultura no seu primeiro ano de mandato⁴. A concepção a ser privilegiada de cultura (RUBIM, 2007, p.149) em sua gestão era bastante ampliada, já que considerava as dimensões antropológica e sociológica da cultura. Ou seja, além da visão artística, a cultura era entendida no plano do cotidiano e das expressões e manifestações populares. O relatório do primeiro ano de governo, 1987, descreve como papel da Secretaria:

“preservar a memória e a tradição do estado [da Bahia], fomentar as ações culturais dos segmentos da sociedade e fornecer condições para livre desenvolvimento das ações culturais”.

A criação desta Secretaria veio oferecer autonomia às ações culturais, antes subordinadas, em nível secundário de prioridade, à função Educação, bem como eliminar a dispersão das unidades culturais, que não dispunham do mecanismo específico para compatibilização de suas atividades. Por outro lado, abriu um canal mais direto de entendimento com o Ministério da Cultura – MinC, já que ambos participam do mesmo sistema. (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1987, p. 105)

Esta concepção se coadunava ao projeto do Ministro da Cultura Celso Furtado (1986-1988) que pretendia reestruturar o MinC seguindo o rumo das mudanças vividas no país,

⁴ Lei Nº 4697 de 15 de julho de 1987 cria a primeira Secretaria da Cultura do Estado da Bahia.

ampliando os espaços de participação da sociedade (BOTELHO, 2001, p. 222). O Ministério, no entanto, vai ser marcado pela instabilidade administrativa⁵ e o desprestígio político.

(...) a criação prematura do Ministério da Cultura, baseado em premissas alheias às efetivas necessidades da política cultural do governo federal naquele momento, ao invés de reforçar o prestígio e a consistência da área, foi, ao contrário, fator de desarticulação e desmoralização. O principal motivo do fracasso foi, no meu entender, o papel preponderante do jogo da política miúda que descaracterizou conteúdos, reduzindo o debate a uma disputa de poder interno. (BOTELHO, 2001, p. 265)

Embora compartilhassem o mesmo sistema, a citada “criação prematura”, fruto da articulação política do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura⁶, não havia favorecido o alinhamento entre a política cultural federal, estadual e municipal. Outro agravante se interpunha à relação do governo do estado da Bahia com o governo federal: na balança da influência política, o governador Waldir Pires, que havia sido Ministro da Previdência de Sarney e pertencia ao mesmo partido, parecia pesar menos que o Ministro Antônio Carlos Magalhães, seu adversário político. A falta de atenção ao estado vai ser sentida e reclamada não somente na área da cultura.

A Secretaria da Cultura (SEC) foi, então, montada a partir das estruturas que existiam dentro da Secretaria de Educação e Cultura, mas com correspondência na configuração organizacional do Ministério da Cultura. Na instância federal, respondiam pelas áreas de preservação do patrimônio e memória a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e suas duas Fundações Pró-Memória e Casa de Rui Barbosa. Na Bahia esse papel coube a três estruturas previamente existentes: o Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPAC), o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e à Fundação Pedro Calmon. A produção cultural e as linguagens artísticas estavam abrigadas no Ministério junto à Secretaria de Apoio à Produção Cultural e à Funarte, na Bahia eram, tradicionalmente, responsabilidade da Fundação Cultural (FCEBA). A Secretaria de Difusão e Intercâmbio do MinC encontrou correspondente no Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas da Secretaria da Cultura da Bahia (DIAR), criado para esta finalidade. À Fundação Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro correspondiam o Departamento de Bibliotecas

⁵ Até então, em seus dois anos de existência, três ministros já haviam sido empossados: José Aparecido de Oliveira (1985-1985), Aluísio Pimenta (1985-1986) e Celso Furtado (1986-1988).

⁶ O Fórum de Secretários Estaduais de Cultura, fundado em 1983, desde os seus primeiros encontros acreditava que a independência administrativa e orçamentária significaria legitimidade para as instâncias estaduais de cultura e o destino de recursos para a área.

(DEPAB) da Secretaria baiana. A malha administrativa da cultura na Bahia, institucionalizada independentemente pela primeira vez, se mostrou inchada, como veremos adiante. Waldir Pires ainda criou uma Superintendência de Apoio às Ações Culturais (SAAC).

Segundo a publicação *Memória da Cultura – 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia*, como sucedeu no processo de criação do MinC, a primeira dificuldade encontrada pela nova Secretaria foram as críticas internas, por resultar de um “ato político” e não de um processo histórico construído e experimentado na prática⁷. Suspeitava-se do fracasso da Secretaria ou da extinção da Fundação Cultural, como relata Geraldo Machado diretor da FCEBA durante os anos de 1979 a 1983:

Acompanhei só o início dessa história. Eu acho que a forma como foi feita a criação da Secretaria da Cultura, no período Waldir, gerou tensões e colocou as duas instituições em rota de colisão. Essa Secretaria nova chegou sem história, sem práticas, sem massa crítica, sem quadros, orçamentos; ela nasceu de um ato político. Então, isso gerou muito ciúme. A Fundação já tinha uma trajetória imensa, corporificada, cheia de demandas, cheia de políticas. E o novo Secretário teve dificuldades de se colocar diante de uma instituição muito mais poderosa do que a Secretaria. (GOVERNO DA BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo, 2004, p. 61)

O primeiro Secretário da Cultura da Bahia foi o poeta e compositor baiano José Carlos Capinan, que, como passara quatro meses na direção da FCEBA, acompanhou de perto os rumores. Os primeiros esforços foram, então, concentrados na ‘arrumação da casa’ e no investimento em projetos de recuperação e reforma de equipamentos culturais existentes e desativados pela gestão anterior⁸. De um modo geral, os recursos da Secretaria não estiveram centralizados em grandes projetos e foram distribuídos em ações de manutenção ou eventuais.

A Fundação Cultural, que existia desde 1974, acumulava até ali o papel de órgão máximo representativo da cultura no estado. Com a reforma administrativa, além do Departamento de Museus (DEPAM), o Teatro Castro Alves também ganhou autonomia da Fundação. Os investimentos nas linguagens artísticas de música, dança, teatro, cinema, fotografia e artes plásticas resumiram-se à realização de eventos (apresentações, comemorações, salões, encontros etc.), dinamização das programações, aquisição de

⁷ No capítulo “A mudança” da publicação, são apresentados depoimentos de alguns gestores, personalidades artísticas e intelectuais da época se referindo à criação da Secretaria da Cultura do estado. Há de se considerar, no entanto, que esta publicação foi elaborada e publicada na gestão carlista de Paulo Souto, em 2004.

⁸ O antecessor de Waldir Pires foi João Durval Carneiro (1983-1986).

equipamentos e recuperação de centros de cultura⁹ do interior e outros espaços pertencentes à FCEBA na capital. A recuperação da Concha Acústica do Teatro Castro Alves consta como uma importante realização da Fundação.

Ao recém-emancipado DEPAM coube a recuperação física de museus e o incentivo à visitação. Parcerias com o MinC e a iniciativa privada (PROCIA – Associação das Empresas do Centro Industrial de Aratu) permitiram intervenções nos Museus de Artes e Tradições Populares¹⁰ e do Recôncavo Wanderley de Pinho.

O Teatro Castro Alves foi encontrado em situação precária de utilização. A falta de manutenção exigia uma reforma muito além de uma recuperação emergencial, como viria a ser constatado pelo Plano de Reorganização e Reforma. A despeito das condições físicas, as atividades dos corpos estáveis do teatro foram mantidas e ampliadas. A Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA) realizou apresentações no TCA e circulou por igrejas e outros teatros, sendo, inclusive, beneficiada com concurso público para 55 novos músicos. O Balé Teatro Castro Alves (BTCA) realizou temporadas no interior e fora do estado. Dois núcleos foram implantados na estrutura do TCA: o de Extensão e o de Produção Cênica (Usina). No governo Waldir Pires, no entanto, a reforma reclamada pelos longos anos de uso do maior equipamento cultural da capital baiana não se realizou.

O Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPAC), criado em 1967 no governo Lomanto Júnior, enfrentava dificuldades orçamentárias diante do seu amplo terreno de atuação. Para além da pedra e do cal, a ação do Instituto tinha como princípio a atenção à população existente no entorno das edificações a serem assistidas ou recuperadas. Esta preocupação remetia diretamente à proposta de campanha do governador Waldir Pires de reconhecimento da dinâmica própria do cotidiano da população enquanto cultura.

O Centro Histórico de Salvador, tombado pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1985, vivia sob o estigma da degradação social desde que perdera a condição de centro comercial e econômico de Salvador, a partir da década 1970¹¹. O governo do estado

⁹ Sete Centros de Cultura foram construídos a partir de 1982 pelo Governo do Estado, financiados pela Caixa Econômica Federal e recursos próprios da Secretaria de Educação e Cultura: Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima (Vitória da Conquista); Centro de Cultura de Porto Seguro; Centro de Cultura Olívia Barradas (Valença); Centro de Cultura João Gilberto (Juazeiro); Centro de Cultura de Alagoinhas; Centro de Cultura Adonias Filho (Itabuna); e Centro de Cultura Amélio Amorim (Feira de Santana).

¹⁰ Apesar de referido em relatório de governo, não foi possível identificar a localização do Museu de Artes e Tradições Populares. É sabido que ele foi instalado em 1963 no Solar do Unhão, que passou a sediar o Museu de Arte Moderna da Bahia em 1969. Depois desta data não foi encontrado registro.

¹¹ (...) em 1973 as instituições públicas do poder estadual foram transferidas para o Centro Administrativo da Bahia – CAB, localizado na recém construída Avenida Luiz Viana Filho ou Avenida Paralela, ocupando uma área construída com prédios em estilo funcional. A construção de uma nova estação rodoviária no vale do Camurujipe, a instalação do Shopping Center Iguatemi e a expansão imobiliária da Pituba, hoje um populoso

da Bahia tentou levar adiante o “Plano de Desenvolvimento Social do Centro Histórico de Salvador”. O projeto encabeçado pela Secretaria da Cultura, mais precisamente pelo IPAC, mobilizava dez secretarias de estado para uma intervenção conjunta nas áreas de saúde, emprego, renda, educação, higiene, segurança, moradia etc. enquanto se realizava a restauração física do patrimônio do Pelourinho e adjacências.

Segundo Isaura Botelho (2001, p. 6) dois tipos de investimentos seriam necessários para uma intervenção política capaz de contemplar a dimensão antropológica da cultura. O primeiro deveria partir da própria sociedade, cobrando do poder público, intervenções conjuntas, articulando demandas dispersas num objetivo comum, a qualidade de vida e a cidadania.

O segundo tipo de investimento refere-se à área de cultura dentro do aparato governamental. Uma política cultural que queira cumprir a sua parte tem de saber delimitar claramente seu universo de atuação, não querendo chamar a si a resolução de problemas que estão sob a responsabilidade de outros setores de governo. Ou seja, ela participará de um consórcio de instâncias diversificadas de poder, precisando, portanto, ter estratégias específicas para a sua atuação diante dos desafios da dimensão antropológica. Junto aos demais setores da máquina governamental, a área da cultura deve funcionar, principalmente, como articuladora de programas conjuntos, já que este objetivo tem de ser um compromisso global de governo. Isso significa dizer que, enquanto tal, a cultura, em sentido lato, exige a articulação política efetiva de todas as áreas da administração, uma vez que alcançar o plano do cotidiano requer o comprometimento e a atuação de todas elas de forma orquestrada, já que está se tratando, aqui, de qualidade de vida. Para que isso realmente se torne efetivo, a área cultural depende, mais do que tudo, da força política que consiga ter junto ao poder Executivo. (BOTELHO, 2001, p.6)

O Plano de Desenvolvimento Social do Centro Histórico de Salvador parecia seguir normativamente esta sugestão da autora, na medida em que representava uma ação transversal da cultura dentro da malha administrativa do governo estadual. Mas, apesar da celebração de um protocolo de intenções com o SPHAN/Pró-Memória e a Prefeitura Municipal de Salvador, a escassez de recursos financeiros somente permitiu um reduzido número de intervenções de reforma ou conservação de imóveis pelo Plano.

O IPAC ainda desenvolveu obras de conservação de imóveis no interior e na capital, restauração de painéis e telas e reabriu a sua Representação Regional em Cachoeira, com promessas de ampliação de sua presença em mais sete municípios do estado. São

bairro residencial de elevada concentração de serviços direcionados à média e alta classe média (...). (Gottschall, 2006, p.21)

significativos também os projetos de resgate da memória dos “Vaqueiros: Vivências e Mitologias”, que já existia e foi ampliado, e a implantação dos projetos “Mapeamento de Sítios e Monumentos Negros do Recôncavo (MAR)” e “Quilombo”, destinado ao levantamento das comunidades negras rurais da Bahia .

O Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), que existia desde 1890, foi encontrado em “estado de precariedade técnica e organizacional” (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1987, p.111). A carência de pessoal e equipamentos determinou a execução de atividades basicamente de ordenamento interno no primeiro ano de governo. No ano seguinte, foram realizadas assessorias técnicas sobre documentação a outros órgãos públicos, publicado o primeiro tomo do “Guia de Fontes para a História da Escravidão Negra na Bahia” e estabelecido convênio com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) para a criação do curso de graduação em Arquivologia.

A Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória da Bahia foi instituída em abril de 1986 no Governo João Durval, mas sua implantação só foi efetivada durante o primeiro ano de governo de Waldir Pires (1987). Dedicada a “recolher, organizar, preservar e divulgar o acervo histórico e documental, proveniente de arquivos privados”¹², a Fundação foi alocada no Palácio Rio Branco através de convênio estabelecido com a Bahiatursa (Empresa Baiana de Turismo S/A), órgão pertencente à Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo (SICT). As atividades da Fundação nos dois anos do mandato de Waldir Pires se resumiam, segundo o Relatório de Atividades de Governo de 1987, a um curso comemorativo dos 150 anos da Revolta da Sabinada e o prêmio J.J. Seabra de monografia. No Relatório de Governo de 1988 não há menção ao Centro de Memória da Bahia.

Com a criação da Secretaria três novas instituições culturais foram introduzidas no estado: o Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas (DIAR), o Departamento de Bibliotecas (DEPAB) e a Superintendência de Apoio às Ações Culturais (SAAC). O DIAR acumulava a função de conduzir e promover discussões, contatos e trocas entre diferentes regiões e culturas do estado através de bienais, encontros, mostras e conferências que envolviam temas como artesanato, influência africana e a condição do negro.

O Departamento de Biblioteca (DEPAB) tinha por objetivo democratizar o acesso ao livro. Mas sua atuação foi limitada à avaliação de 33 bibliotecas municipais, reativação de três outras, capacitação e reabilitação de funcionários das Bibliotecas Central, Monteiro Lobato, Anísio Teixeira e Juraci Magalhães Júnior, todas na capital.

¹² Conforme descrição da Lei Estadual nº 4.662 de 29 de abril de 1986 que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória da Bahia.

À Superintendência de Apoio às Ações Culturais (SAAC) cabia uma variedade de intervenções, desde a modernização administrativa (com instalação de equipamentos de informática) ao desenvolvimento de projetos integrados (a recuperação do Passeio Público, área do centro da cidade de Salvador) e recuperação de espaços culturais (o Cine-Teatro de Lauro de Freitas, Alagados e Plataforma). O estímulo à programação cultural dos espaços se deu através de convênios firmados com o Ministério da Cultura (que mantinha 50% dos custos com aluguel de filmes e garantia a realização de oficinas e cursos) e a Copene¹³ (que patrocinou os Circuitos Culturais Metropolitanos, atividades para os cines-teatro).

Estas sete grandes instituições, que compunham a estrutura da primeira Secretaria da Cultura do Estado da Bahia tinham como compromisso atuar segundo cinco princípios básicos: regionalização, pluralidade cultural, autonomia da produção, democratização e socialização dos bens e serviços e participação comunitária. De um modo geral, o discurso se voltava para o protagonismo cultural da população do estado com a participação e o respeito às diferentes etnias e a garantia de liberdade e condições de criação artística. É meritório ressaltar a dedicação de diferentes órgãos da Secretaria à cultura afro-descendente, o que provavelmente refletia as comemorações do centenário da abolição da escravatura no Brasil e a ação do movimento negro baiano.

Poder-se-ia afirmar que o limitado raio de ação do governo Waldir Pires na cultura deveu-se à escassez de recursos. Mas essa dificuldade em si é resultante de uma série de fatores políticos, administrativos e conjunturais: a desatenção do governo federal para com a Bahia; o desprestígio da área da cultura (sempre com os menores orçamentos) diante das demais pastas da administração pública, embora as promessas de campanha de Waldir equiparassem cultura à educação e saúde; a limitada influência e articulação política do Governador na esfera nacional e diante da iniciativa privada; e a grave crise econômica e financeira que acometia o país (ao final do ano de 1988 a inflação batera à porta dos 30%).

A mensagem de abertura dos trabalhos do Governador Waldir Pires no ano de 1989 fornece uma significativa contextualização do momento político-econômico vivido:

[...] E se mais não avançamos no cumprimento de suas metas [do Plano Estratégico de Ação do Governo] foi, de um lado, pelo agravamento da conjuntura nacional – inflacionária e recessiva – e, de outro lado, pela frustração no recebimento de recursos financeiros com os quais a Bahia, por justiça, esperava contar.

(...) Em verdade este foi, inquestionavelmente, um ano difícil, muito difícil para o Brasil e para o nosso povo. Os sintomas de recessão, apesar de sistematicamente negados, confirmaram-se na evolução próxima a zero do

¹³ Companhia Petroquímica do Nordeste.

Produto Interno Bruto, destacando-se uma queda de 3,2% na produção industrial, o setor de maior dinamismo da nossa economia. O processo inflacionário, fora de controle, nos últimos meses de 1988, atingiu taxas recordes, a configurar uma clara e iminente ameaça de hiperinflação. O retorno da especulação financeira, favorecida por taxas de juros insuportáveis, desestimulou novos investimentos produtivos.

O mais grave, a meu ver, é a presença, por trás deste quadro sombrio e preocupante, de um governo federal que não dispõe da credibilidade essencial mínima junto à opinião pública. Um governo que insiste em proclamar ter o Brasil passado da posição de oitava para a sétima economia do mundo, mas silencia sobre as condições de penúria, fome e doença da maioria de nossa população; que usa um discurso oficial por vezes afirmativo, mas pratica justamente o inverso, gerando um clima de indefinições e incertezas.

Nesse quadro de crise foi deflagrada, em 1988, a denominada Operação Desmonte, que implicou numa redução drástica no orçamento da União, atingindo, de forma generalizada, diversos órgãos da administração federal, com repercussões bastante negativas no fornecimento de serviços e realizações essenciais, sobretudo no Nordeste.

A gestão Waldir Pires, que seria precocemente interrompida com a sua renúncia para se candidatar a vice-presidente na chapa de Ulisses Guimarães em 1989, foi marcada pela estruturação da nova Secretaria, a realização de diagnósticos e avaliações, a reativação e melhoria de infra-estrutura dos espaços culturais herdados da gestão anterior e a realização de atividades eventuais ou descontinuadas no interior do estado. Embora tenha efetivado algumas pequenas parcerias com entidades privadas e o Ministério da Cultura, a Secretaria não conseguiu recursos para promover a reforma do Teatro Castro Alves ou a ampliação, a meu ver, do seu mais importante projeto para a cultura, o Plano de Desenvolvimento Social do Centro Histórico de Salvador. A visão inovadora sobre a cultura, defendida pelo governador responsável pela criação da primeira Secretaria da Cultura do estado, não alcançou, de fato, a realidade e o cotidiano do campo cultural baiano.

Com a saída de Waldir, vários dirigentes deixaram seus postos, como o Secretário da Cultura, Capinan. Quem assume o estado é o vice-governador Nilo Coelho, político dissidente do grupo de Antônio Carlos Magalhães que havia sido deputado e prefeito da cidade de Guanambi, no interior da Bahia. Apesar de se comprometer a dar continuidade ao Plano Estratégico de Ação do governador eleito, Nilo Coelho não o levou adiante e representou uma grande frustração para a população baiana.

Joir da Silva Martins Brasileiro assumiu interinamente a pasta, depois migrou para a Secretaria de Educação. O novo Secretário da Cultura foi Oswaldo Teixeira, um médico, que acumulou, durante os dois anos da gestão Nilo Coelho, o cargo de Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – o que já demonstrava a importância da pasta para o novo

governador. A matéria do jornal *A Tarde* “Estado e cultura ou o sonho acabou”, de autoria de Ana Teresa Baptista, de 29 de janeiro de 1991, descreve as expectativas quanto ao novo Secretário e sua gestão:

Antes da sua posse, a Secretaria da Cultura já havia sido removida do Palácio da Aclamação para um pequeno prédio ao lado da feira da Ceasa, na Chapada do Rio Vermelho [bairro de Salvador]. Como seria o esperado, Oswaldo Teixeira, permanece mais tempo no confortável prédio da vice-governadoria, onde está instalada a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do que nas acanhadas dependências do Rio Vermelho.

Oswaldo Teixeira tinha como prioridade para a cultura a transferência da Secretaria para o prédio da Faculdade de Medicina no Terreiro de Jesus, onde, segundo ele, seria construído um Palácio da Cultura na Bahia. A segunda prioridade era “deixar o TCA em funcionamento”, o que, de acordo com a referida matéria do *A Tarde*, gerou a “polêmica cultural de 89” quando:

O estado e a iniciativa privada tentaram dar as mãos para erguer um novo teatro no Campo Grande. O projeto apresentado pelos empresários, que previa, além da sua restauração, a construção de um shopping center anexo, um túnel subterrâneo, marinas para a classe A e outras coisas, revoltou a classe artística. Ela achou abuso da iniciativa privada aproveitar a carência financeira do estado para tirar proveito próprio. (*A Tarde*, 29 de janeiro de 1991, capa Caderno 2)

Pelo Teatro Castro Alves nada foi feito, suas portas continuaram fechadas e suas atividades mantidas no Centro de Convenções da Bahia. As promessas do novo secretário ainda se estendiam para a ampliação do número de centros de cultura no interior da Bahia. Até então existiam sete nas cidades de Feira de Santana, Porto Seguro, Vitória da Conquista, Valença, Alagoinhas, Itabuna e Juazeiro.

A reforma administrativa¹⁴ do governo estadual promoveu na Secretaria da Cultura, a extinção da Superintendência de Apoio a Ações Culturais e o Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas. À sua estrutura foram incorporados a Coordenação de Desenvolvimento Cultural (CODEC), o Departamento de Equipamentos Culturais (DEPEC) e o Sistema de Informações Culturais (SIC). A Fundação Cultural do Estado da Bahia foi rebatizada de Fundação das Artes.

¹⁴ Lei Estadual Nº 5.121/89.

A DEPEC pretendia centralizar a administração dos sete Centros de Cultura do interior (Alagoinhas, Valença, Porto Seguro, Juazeiro, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna) e seis cines-teatro da Região Metropolitana de Salvador (Solar Boa Vista, Miguel Santana, Plataforma, Alagados, Lauro de Freitas e Brasil). A CODEC respondia pelas atividades da antiga DIAR. Promovia seminários e debates para discutir a cultura no interior do estado. O grande feito dos seus dois anos de existência foi a realização do Fórum Estadual de Cultura, que reuniu apenas 22 municípios baianos.

O relatório do primeiro ano de governo de Nilo Coelho traz três linhas de ação bem definidas para cultura: Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio, Programa de Difusão e Apoio à Produção e ao Desenvolvimento Cultural e Programa Integrado de Apoio ao Desenvolvimento Institucional.

A primeira linha de ação, sob a responsabilidade do IPAC, DEPAM, Teatro Castro Alves e DEPEC, se resumiu à continuidade de recuperação e melhoria de equipamentos nos cines-teatro e centros de cultura, obras de restauração e conservação no Centro Histórico e Museus e o cumprimento dos projetos de mapeamento também previstos na gestão Waldir Pires. É interessante notar que a proposta inicial do Plano de Desenvolvimento Social do Pelourinho foi perdida. Pelo Teatro Castro Alves nada foi feito, tendo suas portas fechadas (1989) e suas atividades remanejadas para o Centro de Convenções.

A Difusão e Apoio à Produção e ao Desenvolvimento Cultural se resumiram à realização de eventos musicais, de dança e cinema em alguns municípios do interior e, principalmente, nos equipamentos culturais da Fundação das Artes na capital. O Balé do TCA e a Orquestra Sinfônica da Bahia restringiram suas poucas apresentações a espaços menores (escolas, salas) e pequenas turnês. O Programa Integrado de Apoio ao Desenvolvimento Institucional significou na prática a criação do Fórum Estadual de Secretários e Dirigentes Municipais de Cultura e do Sistema de Informações Culturais. Ambas as iniciativas sem resultados ou continuidade.

Em seus dois anos de mandato (1989 e 1990), Nilo Coelho enfraquece uma Secretaria que mal havia começado a dar seus primeiros passos. Projetos são abandonados ou reduzidos e os pontos críticos são desprezados. Apesar da persistência das dificuldades financeiras do país (com índices de inflação superando 80%) e a escassez de repasse de verba para o estado da Bahia pelos dois presidentes que estiveram no poder entre 1989 e 1990 (Sarney e Fernando Collor de Melo), não se pode negar que a cultura foi vítima do descaso do governador Nilo Coelho. O “desmonte das instituições culturais” (Castello, 2002, p. 632) promovido pelo

primeiro presidente eleito diretamente pelo povo após o Regime Militar, em 1990, parece ter influenciado o dirigente baiano.

A Secretaria da Cultura da Bahia em seus conturbados quatro anos de existência deixou registros de uma política cultural dispersa, fragmentada e restrita. Dispersa no sentido de afastada dos objetivos e metas do projeto de criação da Secretaria. Fragmentada por se realizar em ações pontuais ou eventuais, sem pretensões em longo prazo e desintegradas das demais atividades da Secretaria. E restrita porque pouco abrangente, confinada à capital do estado e aos poucos instrumentos/equipamentos herdados da Secretaria de Educação e Cultura no interior.

Na Bahia (SEC) ou no Brasil (MinC), a primeira experiência de autonomia institucional da cultura foi vítima do jogo político, da instabilidade de dirigentes e da incompreensão do papel da cultura. A primeira Secretaria de Cultura baiana nasce em 1986, o primeiro Ministério da Cultura brasileiro, um ano antes (1985). Em cinco anos de vida três dirigentes passam pela Secretaria: José Carlos Capinan (1986-1988), Joir da Silva Martins Brasileiro (interino em 1989) e Oswaldo Teixeira (1989-1990). Pelo Ministério, nos seus também cinco anos de existência, três dirigentes se sucedem: José Aparecido de Oliveira (1985), Aluísio Pimenta (1985-1986), Celso Furtado (1986-1988) e José Aparecido de Oliveira (1988-1990).

É extremamente difícil fazer com que a burocracia e a tecnocracia, voltadas sempre para os valores econômicos, entendam a importância da cultura. Ela nunca é prioridade. Só é prioridade na hora dos cortes orçamentários, como reconheceu, anos mais tarde, o ex-presidente José Sarney (2000, p. 43). O Ministério foi extinto em 1990 pelo presidente Collor, a Secretaria em 1991 pelo governador Antônio Carlos Magalhães.

Antônio Carlos Magalhães (1991-1994)

Apesar da crise financeira que ainda campeava no país, a nova república brasileira parecia se consolidar diante da Constituição de 1988 e da tão ‘suada’ eleição direta para Presidência após 29 anos. Depois do fracasso dos planos econômicos Cruzado I e II, Bresser e Verão, as expectativas quanto à estabilidade financeira do país se renovavam. Sarney deixara o governo desmoralizado, mas Collor encarnava a sua promessa de campanha de abater o “tigre da inflação com um só tiro”.

O impulso neoliberalizante de Collor, ao assumir a Presidência da República em 1990, significou na prática a extinção de 24 órgãos e empresas do governo, afastamento de

funcionários públicos, programa de privatização de empresas estatais, leilões de carros oficiais, imóveis residenciais da União à venda etc. O argumento orientador dessas decisões era a necessidade de enxugamento da máquina do estado, fazia-se urgente a redução de gastos.

A área da cultura, como era de se esperar, foi um dos primeiros (se não o primeiro) alvos dessa contenção financeira. Com apenas cinco anos de existência, o Ministério da Cultura foi reduzido a uma Secretaria de Cultura ligada diretamente à Presidência da República. Para dirigir o novo órgão foi convidado o cineasta Ipojuca Pontes que seguiu à risca as ordens do seu superior imediato, extinguindo a Empresa Brasileira de Filmes S/A (Embrafilme), a Fundação Nacional das Artes (Funarte), a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB) e a Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen).

[...] o novo governo [Collor] adotou um conjunto de atos que só podem ser classificados como ‘predação’ de experiências, mecanismos e instituições culturais criados em períodos anteriores que, independentemente, de distorções de que pudessem padecer, desempenhavam papel relevante para o desenvolvimento cultural do país e, em alguns casos, até para a sua inserção competitiva no mercado da indústria cultural, a exemplo da indústria cinematográfica.” (MOISÉS, 2001, p. 38)

No final daquele mesmo ano, na Bahia, Nilo Coelho deixava o governo sob fortes acusações de corrupção, abandono e destruição do estado. Seu sucessor foi Antônio Carlos Magalhães, que abria as portas para um novo ciclo de poder no executivo estadual baiano que perduraria por mais 16 anos.

A emergência política de ACM acontece em 1954, com sua eleição para deputado estadual pela UDN, sob o comando de Juracy Magalhães, um tenente que, vindo do Ceará, foi interventor - governador na Bahia e se amoldou à política vigente no estado, tornando-se uma de suas maiores lideranças. ACM, discípulo sem parentesco com Juracy, nasce no seio de uma (cultura) política organizada em torno das elites do Recôncavo (poderosas e tradicionais famílias instaladas na Cidade da Bahia) e dos coronéis do sertão. (RUBIM, 2002, p.11)

Mas a ascensão e consolidação política de ACM ocorrem, de fato, com a Ditadura Militar. Mantidas relações estreitas com o poder político golpista, assume a prefeitura de Salvador entre 1967 e 1970, no ano seguinte alcança o governo do estado, onde permanece até 1975. Em seguida é agraciado com a presidência da Eletrobrás, de 1975 a 1979, para, então, retornar ao governo do estado de 1979 a 1983. Elege como sucessor João Durval Carneiro

(1983-1986), mas perde, em princípio, o controle sobre a Bahia ao fracassar na eleição de Josaphat Marinho, derrotado por Waldir Pires.

Em princípio porque, aparentemente isolado do poder político no estado, durante o governo de Waldir Pires ACM esteve Ministro das Comunicações de Sarney e fez uso do seu novo cargo com perspicácia:

Como ministro, ACM conseguiu manter sob seu comando uma parcela razoável das repartições federais instaladas na Bahia ou fora dela, mas que tinham forte incidência sobre o estado, como a Sudene, então dirigida por Paulo Souto (Almeida, 1999, 448). Através dessas agências, ACM garante recursos para intervir na Bahia, atendendo demandas em todo o estado. Com a saída de Waldir Pires do ministério e seu posterior distanciamento de Sarney, já como governador do estado, o quadro pendeu ainda mais para ACM, agora muito próximo do presidente, em especial por seu papel na articulação política que permitiu à Sarney obter um mandato presidencial de cinco anos. (RUBIM, 2002, p. 5)

Ainda segundo Rubim (2002), ACM destinou para a Bahia 96 concessões de rádio e seis de televisão, isto é, 10,2% do total de concessões efetuadas pelo ministério. Além de angariar apoio político, se instrumentalizava através de novas formas de exercício de poder. Testemunha ocular da importância da mídia (televisão, rádio e, também, cinema) na manutenção do poder dos militares¹⁵, ACM inaugura em 1985 a TV Bahia e consegue em 1987 o direito de retransmitir a programação da Rede Globo de Televisão, o que lhe garante a liderança da audiência televisiva na Bahia.

ACM se investe de uma emissora de televisão, retransmissoras de rádio e demais aparatos comunicacionais representados pelas empresas de sua família (jornal impresso, gráfica, empresa de telecomunicações etc.). Ele monta um verdadeiro partido eletrônico que, cotidianamente, atinge, funciona e exercita poder em toda a Bahia (LEMOS, 1997 apud RUBIM, 2002, p.7).

Embalado pelo slogan **Ação, Competência e Moralidade** e o jingle “ACM meu amor”¹⁶, o então Ministro das Comunicações constrói seu caminho de volta rumo ao cargo de governador do estado pela primeira vez através do voto direto.

¹⁵ A indústria cultural brasileira é amplamente incentivada durante a Ditadura Militar, a este respeito ver A Moderna Tradição Brasileira de Renato Ortiz.

¹⁶ Massivamente executado, o jingle entoava em seus primeiros versos: “ Você se lembra de mim? Eu nunca vi você tão só. Ó meu amor, ó meu xodó, Minha Bahia...”

A transformação de Antonio Carlos Magalhães em ACM parece ter sido paulatina, talvez consciente. O ex-presidente do Senado, inclusive, tem orgulho da sigla que o nomeia. Ele chegou a dizer: “*Só duas siglas pegaram neste país: JK e ACM*” (Magalhães, 1995, 46). Entretanto, a associação pretendida entre a sigla e os qualificativos Ação, Competência e Moralidade foi produzida intencionalmente na sua campanha para retorno ao governo estadual em 1990. Tais associações naquela conjuntura serviam para diferenciá-lo, pela (auto)reivindicada ação e eficiência, de Waldir Pires (rotulado pelo carlismo na época como Waldir moleza) e, pela (auto)proclamada probidade, de Nilo Coelho, além de inscrevê-lo em uma onda, na qual o tema da corrupção aparece como central e muito sensível à população, como havia demonstrado a eleição do “caçador de marajás”, no ano anterior. (Rubim, 2002, p. 10)

A atualização do político reflete a atenção concedida aos novos fluxos comunicacionais emergentes mundialmente a partir da segunda metade do século XX, com a revolução tecnológica e informática, onde se inserem novas formas de sociabilidade e exercício do poder. A imagem truculenta e agressiva precisava ser deixada no passado recente, já que associada diretamente aos duros anos da ditadura. Cabia neste momento, de posse de novos e poderosos instrumentos, migrar do ‘toinho malvadeza’ ao ‘toinho ternura’, ao ‘cabeça branca’. É, então, através da mídia que ACM vai assumir e elaborar uma imagem de baianidade fincada no tripé amor à Bahia, do orgulho de ser baiano e da Bahia como terra da tradição e da ancestralidade.

Os discursos inflamados onde se apregoava o amor paternal pela Bahia, eram simbolicamente complementados por blusas listradas nas cores da bandeira do estado, ou na devoção ao Senhor do Bonfim e às baianas e seus banhos de água de cheiro. Não somente ACM, mas todos os seus sucessores seguiram a postura e se moldaram à baianidade demonstrativa do compromisso e da fidelidade à Bahia. Vale a ressalva de Rubim (2002), de que esta baianidade não se apresentou definitivamente formatada e concebida na campanha eleitoral de 1990, ela seria ensejada e fortalecida durante toda a década e nos anos iniciais do novo século.

Este orgulho, amor e tradição da boa terra, personificado em ACM e seus correligionários, também moldaria e diferenciaria o “produto Bahia” ou a “marca Bahia”. A mídia exerceria papel determinante, não apenas nas eleições, e viria a oferecer um suporte fundamental para a conformação dessa baianidade no sentido coletivo, como veremos mais adiante.

Enfim, a campanha eleitoral de 1990 foi marcada por troca de acusações e farpas pessoais entre os candidatos ao governo. Os ânimos também foram acirrados na disputa para deputado federal, onde o filho de Antônio Carlos, Luiz Eduardo Magalhães, tinha como adversário direto o principal rival de seu pai, Waldir Pires.

Samuel Celestino em sua coluna na editoria de política do jornal *A Tarde*, em 25 de setembro de 1990, relatou as circunstâncias em que se deu a campanha para o governo baiano:

Aqui, Antônio Carlos Magalhães marcha para definir na próxima semana, pois os indicadores demonstram uma cristalização do voto, com o principal concorrente, Roberto Santos, estacionado entre 19 e 21 pontos percentuais. A distância se torna maior com a posição dos quatro outros concorrentes, Luiz Pedro [Irújo], Lídice da Mata, José Sérgio Gabrielli e Antônio Mendes, que apresentam número pouco significativo. Todos juntos somam pouco mais de 10% o que não ajuda a possibilidade de um segundo turno.

Para Rubim (2001, p. 6), “sem subestimar a capacidade de aglutinação de interesses, o papel da liderança de ACM e os seus mecanismos de coerção, cooptação, controle e comando”, a vitória do carlismo para o governo do estado se daria por uma multiplicidade de fatores: sua capacidade de articulação política junto ao executivo federal; o apoio do setor judiciário e do empresariado baiano; o poder econômico acumulado no estado; o fracasso político-administrativo da esquerda anti-carlista¹⁷; o atraso socioeconômico do estado; o peso político-eleitoral do interior e das pequenas cidades; o uso da mídia e o discurso da baianidade.

ACM e seu vice, Paulo Souto, alcançaram a vitória em primeiro turno, com cerca de 58,6% dos votos válidos, correspondente a 1,6 milhão de eleitores (Rubim, 2002, p. 30). Os fatores convergentes que conduziram o político de volta ao poder seriam os mesmos que manteriam o carlismo no governo da Bahia durante 16 anos ininterruptos.

Na cerimônia de posse na Assembléia Legislativa da Bahia, que contou com as presenças ilustres (e significativas) do Ministro da Saúde, Alcení Guerra e do presidente das

¹⁷ Sobre o fracasso da gestão Waldir Pires/Nilo Coelho, intensamente empregado nos discursos eleitoreiros de ACM, vale a ressalva de Dantas Neto (2003, p. 237) ao afirmar que “a responsabilização de ambos, na campanha carlista de 1990, pela “destruição” da obra modernizadora anterior não resiste ao confronto com o quadro crítico das finanças estaduais legado pelas últimas administrações carlistas e com o contexto de dificuldades econômicas (dívida externa, inflação, ausência de estratégia de desenvolvimento econômico) e crise fiscal do Estado, a nível nacional, em que tais administrações transcorreram. Para essa desqualificação dos governos dos adversários, a ocupação do Ministério das Comunicações [por ACM] foi estratégica, pois, além da influência que ACM pôde exercer sobre decisões federais, rendeu-lhe uma posição privilegiada no controle dos meios de comunicação do estado”.

Organizações Globo, Roberto Marinho, ACM fazia lembrar o discurso ‘collorido’ há um ano: “Serei inflexível no combate à corrupção para que ela, disseminada como foi no cotidiano da vida político-administrativa da Bahia, não apareça aos olhos do povo como um hábito arraigado” (A TARDE, 16 de março 1991).

Enquanto tomava posse na Bahia, no plano nacional o ‘caçador de marajás’ e seu aliado político, o Presidente Fernando Collor, completava um ano de mandato em meio a acusações e escândalos de corrupção. O país atravessava o seu segundo plano econômico (Plano Collor II) da década de 1990, mas a inflação e o desemprego persistiam.

Com o mesmo argumento de ‘colocar a casa em ordem’ e enxugar a máquina administrativa, o governador baiano, através da Lei de Reordenamento Administrativo Nº 6074 de 22 de maio de 1991 extinguiu seis secretarias, 13 entidades descentralizadas e 1539 cargos de direção e assessoramento. Fundada em 1987, pelo governador Waldir Pires, a Secretaria da Cultura não foi poupada pela reforma administrativa de ACM. O apoio do então governador ao presidente Fernando Collor de Mello dava indícios de alinhamento das políticas, o que incluía o setor de cultura. Já que uma das primeiras determinações de Collor, ao assumir a presidência, foi a desativação do Ministério da Cultura, a mesma postura foi adotada por ACM no âmbito estadual.

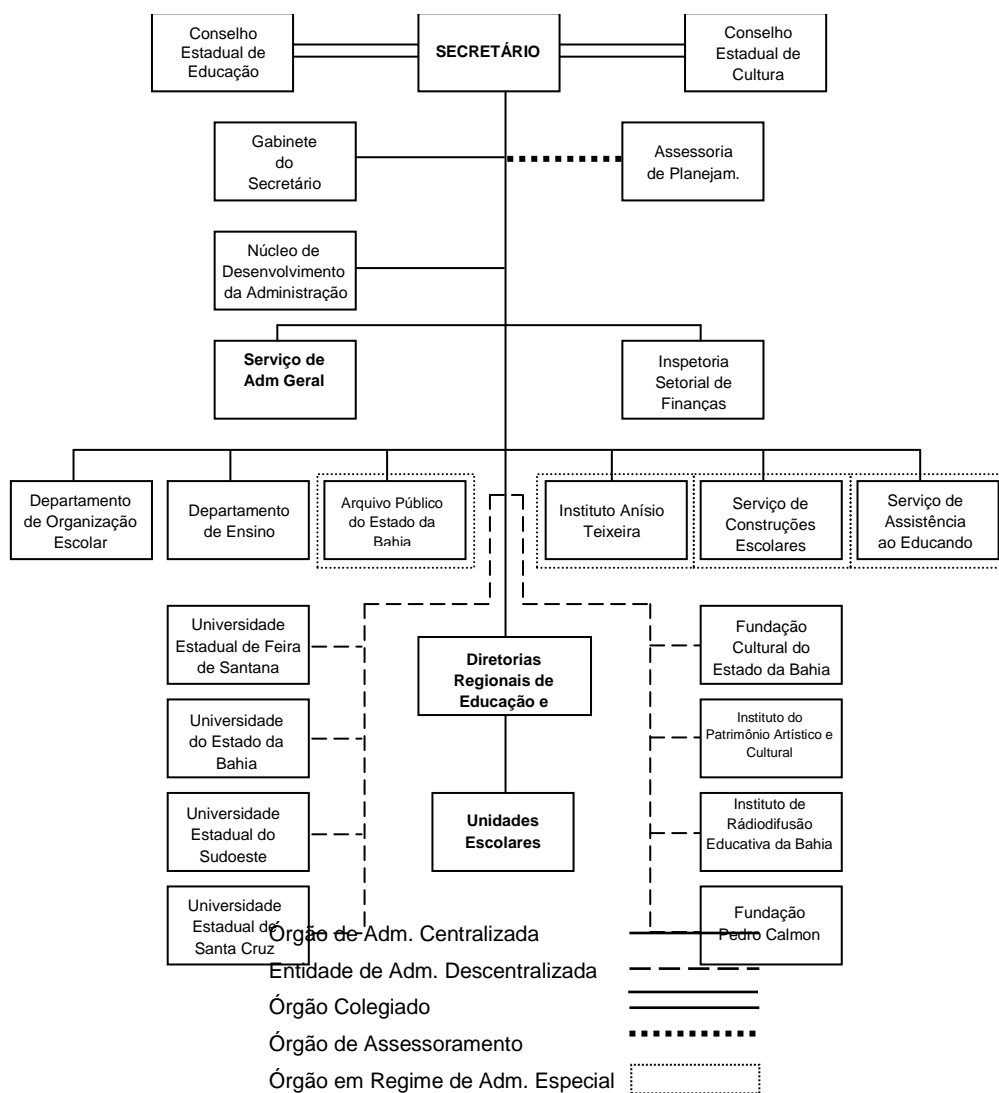
Os antigos órgãos e suas atribuições da Secretaria da Cultura foram extintos ou incorporados pela Secretaria de Educação que passa a se chamar, de 1991 a 1994, Secretaria de Educação e Cultura. Inevitavelmente, é organizada uma nova estrutura hierárquica. A Lei de Reordenamento Administrativo, em seu artigo 21, ainda previa a volta da Fundação das Artes (intitulada no governo Nilo Coelho) à nomenclatura de Fundação Cultural do Estado da Bahia (FCEBA). O Artigo 9º da mesma lei ainda determina que:

As atividades e acervos do órgão em regime especial de administração centralizada Teatro Castro Alves, do Departamento de Bibliotecas e do Departamento de Museus, da extinta Secretaria da Cultura, serão transferidos para a Fundação Cultural do Estado da Bahia, da estrutura da Secretaria da Educação e Cultura. (Lei Estadual 6.074 de 22 de maio de 1991)

A nova estrutura passa a ser dirigida pela pedagoga com curso de especialização em Planejamento e Administração de Sistemas Educacionais Dirlene Matos Mendonça, que ocupava o cargo de Secretária de Educação da Prefeitura de Salvador. A política cultural do estado da Bahia passava a ser responsabilidade de uma gestora com experiência exclusiva em educação.

A nova estrutura se distribuía segundo o seguinte organograma:

Figura 1 - Organograma da Secretaria de Educação e Cultura 1991



A nova estrutura colocava a cultura em segundo plano dentro da Secretaria. Não havia um órgão centralizado capaz de afinar as diversas entidades da cultura, cada entidade da administração descentralizada atuava individualmente. O Regimento Interno, por sua vez, previa como responsabilidades da Secretaria de Educação e Cultura: planejamento, orientação, coordenação, supervisão e execução das atividades educacionais e culturais do estado; promoção do cumprimento das leis federais e estaduais relativas à educação e à cultura; zelo pelo cumprimento das decisões dos Conselhos Federal e Estadual de Educação e Cultura. Extremamente pragmática, a responsabilidade da Secretaria não explicitava o que poderia ser considerado atividade cultural.

O primeiro relatório de atividades de governo (1991) aponta como providência inicial da Secretária Dirlene Mendonça, ao assumir o cargo, a realização de um diagnóstico dos órgãos e espaços sob sua competência. No âmbito da cultura, o diagnóstico apontava:

Tabela 01 – Equipamentos deteriorados 1991

Equipamentos deteriorados	Localização
Biblioteca Pública do Estado da Bahia	Capital
Biblioteca Juracy Magalhães Júnior	Capital
Biblioteca Monteiro Lobato	Capital
Centro de Cultura de Alagoinhas	Interior
Centro de Cultura de Feira de Santana	Interior
Centro de Cultura de Itabuna	Interior
Centro de Cultura de Juazeiro	Interior
Centro de Cultura de Porto Seguro	Interior
Centro de Cultura de Valença	Interior
Centro de Cultura de Vitória da Conquista	Interior
Cine-teatro Lauro de Freitas	RMS
Cine-teatro Alagados	Capital
Cine-teatro Boa Vista de Brotas	Capital
Cine-teatro Pelourinho	Capital
Cine-teatro Plataforma	Capital

Tabela 02 – Equipamentos fechados 1991

Equipamentos fechados	Localização
Teatro Castro Alves	Capital
Museu de Arte Moderna da Bahia	Capital
Sala Walter da Silveira	Capital
Museu de Arte da Bahia	Capital
Cine Brasil	Capital
Museu Wanderley de Pinho	Interior

A menção exclusiva à condição dos equipamentos físicos já dava indícios do direcionamento do projeto político para a cultura deste governo. Esta política não aparece claramente declarada nos documentos oficiais. Ela é aqui definida através da interpretação dos encaminhamentos, das prioridades e realizações na área da cultura no período em questão. Em sua mensagem de abertura dos trabalhos, datada de 1º de março de 1994, ACM afirmava:

O turismo apresentou, neste exercício um incremento de 5%, consolidando a posição do Estado, como um dos mais importantes pólos turísticos do País. Essa realidade resulta de muito trabalho, de ações governamentais que mudaram o cenário turístico da Bahia. Destaco a recuperação e a revitalização do Centro Histórico de Salvador, a partir do Pelourinho; a reabertura do Teatro Castro Alves; a vitoriosa implantação do Parque Metropolitano do Abaeté; a recuperação de museus e igrejas, como o Museu de Arte Moderna da Bahia. Todas essas ações, que fizeram de Salvador um pólo de interesse mundial, complementam-se com o fortalecimento do turismo ao longo de toda a faixa litorânea [...].

Discursos como este dão pistas da vertente patrimonial (no sentido material) orientada para o turismo privilegiada pela política cultural carlista. O investimento em cultura se traduzia em provimento de infra-estrutura, de equipamentos culturais, que deveriam atender à demanda do turismo.

É interessante observar como as matérias publicadas em Diário Oficial durante a gestão de ACM concedem o mérito pela realização de algumas das obras correspondentes à pasta da cultura, como o Espaço Mário Cravo (no Parque Metropolitano de Pituaçu), inaugurado em 1994, e a recuperação do Centro Histórico de Salvador, ao Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Waldeck Ornelas¹⁸. A CONDER (Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), que pertencia à Secretaria de Ornelas, foi responsável pelas duas obras contando com o apoio, em segunda instância, do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPAC), órgão da estrutura da Secretaria de Educação e Cultura. A Secretária Dirlene Mendonça não costumava ser consultada nas matérias, nem mesmo nos grandes eventos de inaugurações de etapas de recuperação do Pelourinho suas declarações aparecem. Dirlene Mendonça era referência apenas quando se tratava de educação.

A reforma do Centro Histórico de Salvador foi iniciada em 1992 e se prolongou até o ano de 2006. O conjunto arquitetônico de cerca de três mil imóveis dos séculos XVII, XVIII e XIX recebeu o título de maior patrimônio colonial da América Latina. A história das intervenções públicas no Pelourinho não é recente e antecede até mesmo o Plano de Desenvolvimento Social do Centro Histórico de Salvador de Waldir Pires, conforme relatam Marco Aurélio Gomes e Ana Fernandes (1995, p. 52):

Do início dos anos 70 ao início dos anos 90, sucederam-se aproximadamente 20 planos e projetos para a área desenvolvidos tanto por órgãos estaduais quanto municipais, alguns com uma preocupação explicitamente turística, outros nem tanto, mas sem, contudo perderem de vista esta possibilidade que, de resto, já vinha se desenvolvendo, apesar da degradação cada vez mais acentuada da área. Pois bem, em 20 anos mais de 20 projetos.

As razões para o insucesso destas empreitadas precedentes são atribuídas a diversos fatores, tais como a escassez de recursos, ausência de integração entre as esferas públicas atuantes no local (municipal, estadual e federal), além das dificuldades em reverter a situação de pobreza e marginalidade ali instaladas. Esta é, aliás, a grande questão em torno das políticas de intervenção em patrimônios culturais materiais. Aloísio Magalhães, diretor do

¹⁸ Nomeado pelo governador como coordenador de alto nível do Programa de Restauração do Centro Histórico.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entre 1979-1980, responsável pela criação da Secretaria de Cultura do Ministério da Educação (1981), e a quem é atribuído um “impulso modernizador” da política cultural brasileira, quando perguntado se uma política conjunta de patrimônio voltado para uso e exploração turística de regiões criaria riscos de alterações destes bens culturais, responde:

[...] o problema não é dinamizar para turismo. Dinamizar para turismo é um indicador só. Eu acho que a gente deveria falar muito mais em dinamizar, em usar no sentido social: o uso comunitário. E o uso é uma coisa muito mais ampla. Se no caso preciso da restauração de um conjunto em Salvador, ele vai ter um benefício em relação ao melhor ritmo de turismo, ele tem muito mais quando você verifica o revocacioniamento de comunidade em torno daquela área. Você tem outros fatores que são muito mais poderosos, muito mais importantes na definição de uma consciência brasileira sobre bens culturais do que o turismo. Eu daria um 0,0, não sei, à dinamização para o turismo. Não é um demérito em relação ao turismo. É apenas mostrando que a coisa é muito mais profunda do que simplesmente o fator turismo. (MAGALHÃES, 1985, p.182)

O uso comunitário ao qual se refere Aloísio Magalhães não foi considerado pela gestão da Secretaria de Educação e Cultura de ACM, até porque não estava sob sua responsabilidade a intervenção no Pelourinho. É mais provável que o projeto do governo Waldir Pires, ainda que inexpressivo em sua execução, estivesse mais próximo da proposta de “revocacioniamento” da comunidade. Apesar do grande aporte de recursos alcançados no mandato de ACM, em curto espaço de tempo, o custo social gerado foi alarmante. A maioria dos moradores do Pelourinho foi indenizada e removida, outros puderam permanecer na residência recuperada pagando aluguel ou permanecer provisoriamente, para posteriormente ser removido para outro imóvel onde pagaria aluguel.

Para ilustrar esse processo de aviltamento social, é interessante dar ouvidos a um morador e integrante do movimento negro e presidente do Grupo Cultural Olodum, João Jorge Rodrigues (1995, p. 81):

É importante observar que hoje [1994], apesar de recuperado fisicamente e com grandes problemas sociais, o Pelourinho Maciel ainda dá muito o que falar porque, apesar da recuperação física, houve, na verdade, uma exclusão social gigantesca que afastou do Centro Histórico 90% dos seus antigos moradores. Moradores estes que, durante os últimos 40 anos, foram a principal alternativa de sobrevivência para o pouco que restou da área. A saída das pessoas do Pelourinho/Maciel se dá neste momento, por dois aspectos. Primeiro, pelo aspecto econômico. Houve uma definição do atual governo, definição essa que já tinha sido feita nas administrações anteriores

do atual governador da Bahia: o Pelourinho/Maciél deveria ser uma vitrine do turismo baiano, e, portanto, deveriam se realizar ali obras que recuperassem fisicamente a área, mas que estivessem atentas às novas necessidades, que seriam instalar lojas de artigos turísticos, bares etc., criando-se ali um centro de convivência, uma espécie de Quartier Latin

O grupo cultural Olodum, fundado em 1979, surgiu em meio à degradação do Maciel e ganhou expressão internacional, servindo, inclusive, ao apelo identitário da baianidade afro-descendente vendida ao turismo pelo governo do estado. Como defende Mariano (2001), o Pelourinho sofreu uma resignificação simbólica ensejada pela população negra da cidade, mas foi alvo de uma tentativa de domesticação e cooptação desta sociabilidade afro-baiana.

De 1992 a 1994 foram realizadas quatro etapas da restauração do Centro Histórico. Somente a primeira fase investiu cerca de U\$\$12 milhões na recuperação dos quarteirões da Rua Gregório de Matos. Ainda em 1993, a segunda etapa contemplou 48 casarões a um custo de R\$2,5 milhões. Em 94, as duas últimas etapas da gestão ACM custaram respectivamente R\$3 milhões para a restauração de 59 imóveis e R\$12 milhões, atendendo mais 140 construções. Até aqui já foram recuperados, ou se encontram em recuperação, 17 quarteirões, representando um investimento da ordem de U\$\$30 milhões, com recursos exclusivamente do Estado, afirmou o governador ACM em sua mensagem de abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa em março de 1994. (Relatório de Atividades de Governo 1994). Quando se refere a recursos “exclusivamente” do estado, ACM exclui os governos Federal e Municipal. As quatro primeiras etapas da reforma do Centro Histórico foram financiada pelo Banco Mundial (BIRD)¹⁹, com contrapartida do estado.

Tabela 03 – Etapas de Recuperação do Centro Histórico de Salvador durante o mandato de ACM

Etapa	Data de inauguração	Custo U\$\$	Alcance
1ª	30/03/1993	12 milhões	4 quarteirões recuperados (104 casarões)
2ª	09/12/1993	2,5 milhões	2 quarteirões (48 casarões)
3ª e 4ª	24/03/1994	15 milhões	11 quarteirões restaurados (198 prédios)

Fonte: Diários Oficiais 1991-1994

Com uma grande repercussão promovida pelas campanhas da Bahiatursa (órgão da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo), o Pelourinho, em pouco tempo, se tornaria o principal ponto turístico da cidade de Salvador, atraindo visitantes para a apreciação da

¹⁹ Segundo matéria “Diretor do BIRD elogia projetos que o governo da Bahia executa”, publicada no Diário Oficial de 07 de julho de 1993, seção 1, p. 3, a Bahia possuía naquela data nove projetos financiados pelo BIRD, sendo seis em execução e três em fase de negociação, o que totalizava 600 milhões de dólares.

riqueza histórico-cultural da primeira capital do país transformada em ‘shopping a céu aberto’.

Seguindo a mesma concepção das duas primeiras etapas, de que não basta restaurar os casarões, mas é preciso também resgatar a vida econômica do Centro Histórico – para evitar uma futura degradação – os quarteirões agora recuperados ganharão uma completa estrutura comercial. Além de lojas, novos restaurantes e lanchonetes, como McDonald, Pizza Hut e H.Stern, haverá dois novos estacionamentos com capacidade para 520 vagas”. (DIÁRIO OFICIAL, seção 1, 18 de março de 1994, p. 5)

Também foi em 1992 que iniciaram as obras do Teatro Castro Alves, fechado desde 1989. O programa de edificações públicas instituído pela Secretaria de Administração do Estado beneficiou o TCA, cuja reforma ficou a cargo da Fundação Cultural do Estado da Bahia, órgão ao qual voltaria a ser subordinado. Após sofrer um incêndio a cinco dias da sua inauguração, em 1958, o TCA só viria a ser inaugurado em março de 1967. Entretanto a falta de manutenção resultaria, mais uma vez, no fechamento do Teatro, durante o governo de Nilo Coelho.

Em seu primeiro ano de governo (1991), ACM instaura uma comissão de reforma do TCA. Os investimentos nas obras do teatro alcançam um custo de U\$10 milhões, revertidos em ampliação de espaços, reforma estrutural e compra de equipamentos. A reinauguração acontece em julho de 1993, com apresentações da Orquestra Sinfônica da Bahia, João Gilberto, Maria Bethania e Gal Costa. Quem assume a direção do Teatro é Theodomiro Queiroz, que havia sido seu diretor artístico de 1979 a 1983. No último ano de mandato (1994), o TCA registrou um número de 132 apresentações musicais e cênicas, segundo relatório de governo.

Além da atenção concedida a estas duas grandes obras de recuperação do patrimônio material, a política cultural do governo Antônio Carlos Magalhães contemplou outras ações de menor porte. Ao IPAC coube ainda reformas no Museu de Arte da Bahia e restauração de 50% da sua coleção de pintura e 90% das obras de arte. Os reparos prosseguem durante toda a administração, alcançando até mesmo o primeiro ano do governo Paulo Souto, sucessor de ACM. No Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM) as modernas instalações são iniciadas também em 1991 e concluídas em 1993.

Os relatórios de Governo da Secretaria de Educação e Cultura ainda registram a recuperação, restauro ou conservação dos seguintes imóveis: Museus Abelardo Rodrigues, Arte Sacra e Solar do Ferrão; Igrejas da Graça, Catedral Basílica, Santana, Conceição da Praia, Saúde, Glória, São Lázaro e Passo; Mosteiro de São Bento, Palácio Rio Branco,

Arquivo Público do Estado, Palácio Arquiepiscopal da Sé; Mercado Municipal de Lençóis e mais sete imóveis em diferentes cidades do interior da Bahia. O IPAC foi dirigido nesta gestão por Vivaldo Costa Lima, substituído em janeiro de 1994 pela arquiteta Adriana Castro.

Criada no primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães, 1972, a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FCEBA), esteve sob a responsabilidade de José Augusto Burity. Segundo os relatórios de atividades de governo do período, no que remete à promoção de eventos culturais no estado, foram realizadas as montagens de sete coreografias do Balé do Teatro Castro Alves, apresentadas em Salvador, Recife, Estados Unidos, Suíça, Itália e República Tcheca. Também foram realizados 100 concertos da Orquestra Sinfônica da Bahia e produzidos espetáculos teatrais para grande público, a exemplo de “Canudos: A Guerra do Sem Fim”.

Ainda são destacados seis projetos produzidos pela Fundação Cultural: Projeto Concha Seis e Meia, Fest'in Bahia, Projeto Terças de Boa Música²⁰, Projeto Recital e Projeto Viver com Arte. O Concha Seis e Meia reunia 14 espetáculos de música popular brasileira, apresentados durante sete sexta-feiras, na Concha Acústica do Teatro Castro Alves. O Fest'in Bahia era um evento internacional, com a participação de artistas locais e estrangeiros, que faziam apresentações na Concha Acústica do TCA, Teatro Acbeu, Cine ACM-Brasil e Museu de Arte Moderna.

A recuperação de bibliotecas, centros de cultura e cines-teatros e museus também coube à FCEBA. Os espaços públicos recuperados foram: Bibliotecas Pública do Estado, Monteiro Lobato, Juracy Magalhães Júnior e Anísio Teixeira; Centros de Cultura de Valença, Feira de Santana, Alagoinhas, Vitória da Conquista, Porto Seguro, Juazeiro e Itabuna; Sala Walter da Silveira, Espaço Xis; Cines-teatro Miguel Santana, Plataforma, Alagados e Solar Boa Vista; Museus do Recôncavo Wanderley de Pinho, do Recolhimento dos Humildes; Palácio da Aclamação e Parque Histórico Castro Alves.

O Cine Brasil, situado no bairro popular da Liberdade, foi reinaugurado em julho de 1992 pelo governador. A reforma foi totalmente conduzida pela Superintendência de Desportos do Estado da Bahia (Sudesb), assim como sua posterior administração. Rebatizado de Centro Cultural e Desportivo ACM-Brasil, apesar de desenvolver atividades marcadamente culturais (shows, peças, exposições, exibição de filmes, ensaios de blocos, cursos de dança e teatro etc.), a Secretaria de Educação e Cultura não tinha qualquer competência sobre este equipamento.

²⁰ Mais tarde o Terças de Boa Música passaria a se chamar Terça da Boa Música.

O Arquivo Público do Estado (APEB) manteve a sua função de memória histórica da Bahia, disponibilizando seu acervo para a realização de pesquisas. Suas atividades envolveram: reconstrução do Sistema Estadual de Arquivos; implantação de 21 Arquivos Municipais (em 1994 foram inaugurados os arquivos de Itabuna, Jacobina e Santo Amaro); implantação de Laboratório de Restauração; promoção de cursos na área de História da Bahia e do Brasil; publicação de três volumes dos Anais do Arquivo Público. A dedicação às demandas internas evidencia a inexistência de ações de estímulo à visitação, ao acesso e divulgação do acervo.

Durante o período em questão a Fundação Pedro Calmon tinha como responsabilidade a divulgação da “Memória Histórica da Bahia” e a manutenção do Memorial dos Governadores. A presidência da Fundação foi atribuída a Afonso Maciel Neto. As ações da Fundação Pedro Calmon são pouco expressivas neste período: a execução de projetos como Museu-Escola, realizado em 17 escolas da Região Metropolitana de Salvador e realização do seminário “O Palácio Rio Branco, sua importância histórica, arquitetônica e política, promoção do curso de Museologia (em 1992).

Retornando ao contexto nacional, é válido lembrar que ainda com a presença de Collor no poder, Ipojuca Pontes, Secretário de Cultura do Presidente da República, é substituído por Sérgio Paulo Rouanet. A principal ação deste novo secretário, que assume em 1992, é justamente a reformulação da antiga Lei Sarney de incentivo fiscal à cultura, que passa a se chamar Lei Rouanet. Ainda que aproximasse a sua gestão da cultura ao exemplo de Collor, ACM ainda não dera atenção a este instrumento.

Interessante notar que, embora se alinhasse ao projeto neoliberal engendrado pelo governo federal brasileiro, o governador Antônio Carlos Magalhães, conduzia a área da cultura, em seu governo com grandes particularidades. Para além do desmanche institucional, as distâncias na gestão da cultura no estado baiano e no estado brasileiro foram significativas. Enquanto o presidente da república delegava ao mercado a decisão sobre os investimentos no campo cultural, o governador da Bahia determinava precisamente os projetos e diretrizes para ação na cultura do estado. Ainda que negligente em diferentes áreas, ACM tinha clareza no seu projeto para a cultura.

Com a renúncia de Collor (dezembro de 1992), assume a presidência seu vice Itamar Franco. Embora Antonio Carlos posasse eventualmente como crítico do governo Collor²¹,

²¹ Ilustrativa a matéria *Antônio Carlos aponta na Sudene contradição de Collor*, do Diário Oficial de 21 e 22 de dezembro de 1991, p. 4, cujo primeiro parágrafo dizia: O Governador Antônio Carlos Magalhães voltou a utilizar a tribuna da Sudene, ontem, em Recife, para criticar, duramente, o tratamento que o governo federal

a mesma perícia para mover-se com eficácia em contextos de penumbra, próprios de situações-limite, revelou ao manter-se ao lado de Sarney nos estertores do seu governo (1985-1990) e ao ser um dos que apagaram a luz do governo Collor (1991-1992) para, em seguida, fazer oposição ao governo Itamar Franco (1992-1993), mas com o foco dirigido, já em parceria com Luís Eduardo, à reforma liberal da economia, que haveria de ser o cimento da aliança entre PFL e PSDB, em 1994. (DANTAS NETO, 2003, p. 231)

Com Itamar, à cultura, então, é devolvido o status de ministério. Em 1993 o novo presidente aposta mais uma vez na política de patrocínios e incentivos fiscais, criando a Lei do Audiovisual.

Também se retomou o diálogo do governo com a sociedade: em 1993, realizou-se a Conferência Nacional da Cultura [pela sociedade civil], com ampla participação de setores das artes de todo o país, e o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), órgão de assessoria direta ao ministro da cultura, foi recriado, e a primeira Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), prevista pela Lei Rouanet foi eleita. (MOISÉS, 2001, p. 42)

Três ministros se sucederam em apenas dois anos do mandato de Itamar: Antonio Houaiss (1992-1993), José Jerônimo Moscardo de Souza (1993-1993) e Luiz Roberto Silva (1993-1995).

Por fim, se institucionalmente a cultura foi desmantelada durante a gestão ACM, ao perder autonomia enquanto Secretaria, não seria correto afirmar que esta área foi integralmente negligenciada. Talvez a condição de “segundo plano” dentro da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) seja mais adequada para uma afirmação desta natureza. Havia outro foco de atenção para a cultura que não se detinha ao âmbito da SEC, porque já integrado ao enlace cultura-turismo.

Naquele mandato de ACM (1991-1995), exercido, parte sob Collor (em contexto de tempestade política nacional), noutra sob Itamar Franco (com quem sustentava relações nada amistosas), pouco se viu de investimento em obras, grandiosas ou não, programas estruturantes, inovação em serviços,

vem dispensando ao Nordeste. Desta vez, o Governador baiano recorreu ao discurso que o próprio Collor proferiu na Sudene, em 28 de abril de 89, quando se despedia do governo de Alagoas e iniciava sua campanha à presidência para comprovar que o Nordeste tem razões para se decepcionar com a atuação do Presidente. Ressalvando que criticava para construir, Antonio Carlos lamentou que Collor tenha se eleito “prometendo prender corruptos e não está prendendo; desenvolver o Nordeste e não está desenvolvendo; e dar mais atenção aos nossos problemas, mas não está dando”.

políticas públicas, ou ações administrativas de impacto sobre a economia e a sociedade, exceção talvez ao que diz respeito à área cultural que, nas gestões carlistas, terminou virando, ao mesmo tempo, carro-chefe da construção de imagem e sub-área da função turismo. (DANTAS NETO, 2003, p. 236-237)

Duas linhas de ação que orientaram a gestão da cultura neste período: de um lado, manteve-se o sentido tradicional da cultura enquanto expressão artística, investindo-se na melhoria da infra-estrutura para a prática das linguagens artísticas, o que competia à SEC; de outro, tomou-se a cultura como fator de rentabilidade econômica através do turismo, investindo-se, principalmente, na recuperação do patrimônio histórico-cultural material e na promoção de eventos e espetáculos capazes de dinamizá-lo, sob a responsabilidade de outras instâncias da administração pública estadual.

Acerca desta segunda linha de ação, a cultura passou a ter trânsito em duas grandes Secretarias de governo, embora não de forma transversal, mas antes, instrumental. Isto se torna evidente quando se considera o papel do Secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Waldeck Ornelas²², “coordenador de alto nível do Programa de Restauração do Centro Histórico de Salvador”. Mais do que uma meta da SEC, representada exclusivamente pelo IPAC, recuperar (e dinamizar) o Pelourinho era prioridade de governo que envolvia altos investimentos. Os resultados esperados iam além da preservação do sítio histórico-cultural, apostava-se na rentabilidade turística daquele patrimônio. E, por isso, para aquela administração essa responsabilidade suplantava a esfera da Secretaria de Educação e Cultura.

Aliada à CONDER e ao IPAC estava a Bahiaturisa, empresa pertencente à estrutura da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, responsável por ações que, a priori, deveriam ser da Secretaria de Educação e Cultura e que não eram reconhecidas oficialmente como da cultura, mas do entretenimento. São exemplos: a criação em janeiro de 1992 do Museu Pousada do Carmo no Pelourinho, onde fora exposto o acervo do Museu do Carmo fechado para reforma; a promoção do V Fórum de Museologia, em maio daquele mesmo ano; a realização do Axé Verão Bahia, evento musical que “recria[va] a originalidade dos ensaios dos blocos afros com [...] decoração adequada ao clima afro-bahia” (Diário Oficial, 23 e 24 de janeiro de 1993, p. 2, seção 1); a I Feira Baiana de Arte e Cultura, em julho de 1994, que tinha como objetivo esclarecer e conscientizar os baianos da importância da cultura africana na constituição da cultura da Bahia; ou ainda o projeto Cultural Ritos e Agitos, lançado em

²² É evidente que o destaque concedido ao Secretário tinha também fins eleitoreiros, como se confirmou com a sua eleição para o Senado em 1994.

outubro de 1994, com a finalidade de levar às ruas, becos, vielas, praças e janelas do Pelourinho diferentes manifestações culturais de artistas emergentes.

Estes são indícios do processo de instrumentalização econômica da cultura, mas não um investimento na economia da cultura, operado naquele momento. Quando se costurava, através do turismo, um modo de tornar a cultura rentável, geradora de crescimento econômico para o estado, especialmente através da construção de um texto identitário de baianidade que serviria também como estratégia política do grupo carlista, como fica evidente no seguinte trecho da matéria virtual *Retorno ao segundo lugar como destino turístico* do jornal Correio da Bahia, datada de 21 de julho de 2007:

Autor da expressão “orgulho de ser baiano”, ACM é inegavelmente um amante do jeito de ser do baiano, criando, no terceiro governo [1991-1994], as condições para que cidadãos de outros estados e países usufríssem, ao visitar o estado, de sentimento parecido com o do líder baiano. Num período em que a globalização acirrou a competição comercial entre os países, Antonio Carlos Magalhães preparou o terreno para, potencializando o talento do baiano, o estado atrair turistas de todo o mundo.²³

Como ressalta Dantas Neto (2003), a década de 90 inaugura, nacional e regionalmente, um novo modo de exercício do poder, que não mais se dá pela dominação, mas pela hegemonia. O carlismo viveria uma reciclagem liberal de sentido democratizante, que, no entanto, manteria os seus traços originais, transformando-se em

demiurgo de uma “nova” Bahia, imagem reforçada, ao longo dos anos 90, pelo prestígio nacional do grupo e pela atualização midiática do tema da baianidade. Já sem o “h” aristocrático (Brandão, 1994) de outrora, esta passa a ser, na forma hegemônica que o carlismo adquire em contexto pós-autoritário, o cimento ideológico que aspira conectar elite e povo, mantendo assimetrias sociais, mas subsumindo potenciais contestações, ao recorrer ao costumeiro ethos tecnocrático – proclamador do “arrojo” e “tino” administrativos da elite dirigente – e métodos de cooptação da sociedade civil. (Dantas Neto, 2003, p. 232)

O mandato de Antonio Carlos Magalhães havia funcionado como um longo período de gestação para um novo formato institucional da cultura, que se manteria durante longos 12 anos. Estes quatro anos serviram para a maturação de um projeto de desenvolvimento econômico do estado e legitimação de um poder político (despontado na Ditadura), aonde a cultura viria a ser percebida como componente fundamental desta engrenagem.

²³ Matéria disponível em <http://www.correiodabahia.com.br/acm/materia.asp?codigo=132629>, acessado em 02 de abril de 2008.

Esta visão panorâmica dos antecedentes da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SCT) nos permitiu um primeiro contato com as estruturas político-administrativas que precederam a sua criação. Tal contato virá a proporcionar, no próximo capítulo, uma compreensão mais efetiva das circunstâncias, fatores, estruturas e personagens que conduziram à constituição desta estrutura inédita no poder público estadual baiano. Ainda nos deteremos a seguir, em linhas gerais, ao processo de desenvolvimento de um projeto de política cultural marcado pela continuidade política, administrativa e ideológica.

CAPÍTULO II – SCT: CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A continuidade foi a tônica dos doze anos de existência da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Continuidade de grupo político no poder: de 1973 a 2006, somente durante um mandato o poder não estaria sob a posse do grupo carlista (vide anexo A). Continuidade de gestor: embora não à frente da pasta da cultura, mas como presidente da Bahiatursa, Paulo Gaudenzi iniciou, pessoalmente, o enlace entre cultura e turismo em 1979 e prosseguiu até 2006, com o intervalo apenas de quatro anos de 1987 a 1990. Continuidade do projeto político-econômico: a aposta no setor terciário da economia baiana representava a continuidade de um modelo modernizador conservador desenvolvido pelo grupo carlista (Dantas Neto, 2007)²⁴.

Para entendermos mais detalhadamente a continuidade que caracterizou toda a existência da SCT, recorreremos ao olhar de Dantas Neto sobre o *carlismo*. Segundo ele, o *carlismo* pode ser visto sob três ângulos: “[1] como poder pessoal de ACM, [2] como o grupo político que ele comandou por muito tempo e [3] como a política expressiva da versão baiana da modernização conservadora brasileira”. O primeiro ângulo do carlismo, em suas palavras, pode ser descrito da seguinte forma:

A imagem de coronel foi criada por adversários um tanto ingênuos, mas ele nunca gostou de ser chamado assim. Gostava de ser “revolucionário” de 64, modernizador, empreendedor, costumava fazer discursos maniqueístas contra os que considerava políticos corruptos, jactava-se de, em seus governos, não “negociar cargos” com as correntes políticas e gostava de dizer que escolhia os auxiliares por competência.

Creio que ele pode ser qualificado como modernizador, do ponto de vista econômico, um político conectado ao capital, no sentido amplo, não determinista, da conexão, isto é, a ação que **concilia seus interesses políticos com os de setores hegemônicos do capitalismo brasileiro, a cada época. Assim, contracenou com a construção civil nos anos 60/70, depois com o capital petroquímico, a indústria das telecomunicações e, mais recentemente, com o mundo da cultura, em sua intersecção com a “indústria” do entretenimento**²⁵. Não se tem notícia de envolvimento importante seu com interesses passadistas, do ponto de vista econômico.

Mas politicamente era, claro, um autocrata, um conservador com concepção vertical da política e foi, muitas vezes, truculento. O traço despótico da personalidade era, no caso, funcional ao exercício da concepção vertical, pela qual processos decisórios são atribuições exclusivas da elite dirigente, cujo protagonismo, fundado em atitudes pragmáticas, é condição suficiente para o êxito das estratégias modernizantes. Tal atitude política pode, como a

²⁴ Artigo “Carlismo: passado, presente, futuro” publicado por Paulo Fábio Dantas Neto em julho de 2007 no site Gramsci e o Brasil (<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=761>) .

²⁵ Grifo meu.

trajetória de ACM demonstra, adaptar-se tanto a contextos institucionais autocráticos quanto de competição democrática. Neste último caso o povo (os cidadãos) teria, no máximo, o papel que lhe é reservado por certa versão do elitismo competitivo, ou seja, escolher e depois aclamar a elite governante. (Dantas Neto, 2007)²⁶

No segundo ângulo, Paulo Fábio define o carlismo como o grupo político comandado por ACM como um ator do presente, na política baiana e na política nacional, com um padrão expansivo de atuação nos anos 90, ainda que bem mais restrito ao plano estadual na fase atual. O terceiro e último ângulo sob o qual se pode explicar o carlismo é o seguinte:

Primeiro, não se pode definir a política carlista pensando só na Bahia. Antônio Carlos Magalhães sempre fez política inserido em um campo político nacional. Durante sua trajetória de 50 anos de vida pública esteve sempre desse mesmo lado. Não procede a imagem de que fazia política olhando apenas para o seu umbigo e que mudava de lado somente de acordo com suas conveniências pessoais imediatas.

Político “orgânico” da modernização conservadora, ele fez esses movimentos no mesmo momento em que o campo político em que se inseria operava mudanças idênticas. Basta ver a lista de liberais brasileiros que, a exemplo dos então udenistas baianos, aderiram à conspiração golpista no imediato pré-64; ou a de quadros políticos do regime militar que desembarcaram, como ACM, no porto mais seguro da Aliança Democrática; ou ainda o número expressivo de ex-desenvolvimentistas que, como ele, aderiram à lógica semineoliberal na era tucana.

O carlismo é a versão baiana da modernização conservadora brasileira. Existe em outros lugares, de outras formas, com outros nomes. (Dantas Neto, 2007)²⁷

A Secretaria da Cultura e Turismo, durante os seus doze anos de existência, se desenvolveu a partir da manutenção, ininterrupta, destes três ângulos do carlismo. Criada e mantida pelo grupo político comandado por ACM, encabeçou a aposta no setor terciário como o caminho para a modernização conservadora do estado da Bahia na década de 90. Ainda que não tivesse sido criada sob o governo de ACM (1991-1994), a SCT foi também herdeira do carlismo enquanto poder pessoal do político, conforme descreve trecho da matéria do Correio da Bahia²⁸:

²⁶ Artigo “Carlismo: passado, presente, futuro” publicado por Paulo Fábio Dantas Neto em julho de 2007 no site Gramsci e o Brasil (<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=761>) .

²⁷ Idem.

²⁸ *Retorno ao segundo lugar como destino turístico*, matéria datada de 21 de julho de 2007, disponível em <http://www.correiodabahia.com.br/acm/materia.asp?codigo=132629> , acessado em 02 de abril de 2008.

Entre 1991 e 1993, o fluxo turístico internacional cresceu 94% e o turismo doméstico teve um aumento de 27%. O retorno de Antonio Carlos Magalhães ao governo do estado inaugurou um período de **redefinição das políticas culturais que se transformaram num grande trunfo promocional dos atrativos turísticos baianos**²⁹. O gestor público anteviu que belezas naturais e riquezas históricas, apesar de fartas, havia em outros lugares. A grande vantagem do estado estaria na sua gente.

(...)

Ao basear-se na combinação cultura e turismo, o modelo de desenvolvimento para o setor, **idealizado por ACM** – que reúne ainda investimentos públicos em infra-estrutura, atração de empreendimentos privados e um planejamento estratégico de base fortemente técnica –, constrói as bases para a criação da Secretaria da Cultura e Turismo.

A formulação das políticas culturais do estado nestes doze anos, bem como a definição do seu papel estratégico perante o turismo refletem um ideário construído muito anos antes pelo grupo carlista e, particularmente, vivenciado pelo personagem central da história da Secretaria da Cultura e Turismo: Paulo Gaudenzi. Conhecer a sua trajetória profissional dentro do governo do estado ajuda a compreender a origem e as motivações da criação da Secretaria e de suas ações.

A relação de Paulo Gaudenzi com o turismo em muito se confunde com a trajetória de institucionalização desta atividade no âmbito do poder público estadual. A Bahiaturisa, órgão orientador e executor da política do turismo no estado desde a década de 70, seria o berço da formação do principal gestor da cultura baiana no período em estudo. Cinco anos após a criação da Bahiaturisa (1968), durante o primeiro mandato de ACM como governador do estado, Paulo Gaudenzi passa a fazer parte do seu quadro de funcionários, galgando o cargo de presidente seis anos depois. Sua permanência na Bahiaturisa duraria 13 anos consecutivos, oito deles na condição de presidente. A projeção do turismo, e de Gaudenzi, dentro da máquina do estado seria interrompida com a eleição de Waldir Pires (1987), mas retomada em seguida com o regresso do grupo carlista ao poder em 1991.

Nos quatro anos do governo de ACM (1991-1994) Gaudenzi esteve presidente da Bahiaturisa sob o comando do Secretário da Indústria, Comércio e Turismo, futuro governador do estado e criador da SCT, Paulo Souto. Estes seriam, sem dúvida, os anos de maturação de um projeto maior para o turismo que já existia e se consolidava desde a criação da Bahiaturisa, 30 anos atrás. Na condição de governador do estado, Paulo Souto figura algumas vezes (nas matérias referentes à sua posse em 1995 no Diário Oficial) como o grande idealizador da SCT, até mesmo na fala de Gaudenzi, o que não se confirma ao verificarmos que seu contato

²⁹ Grifo meu.

com o turismo só se daria em 1991. Souto iniciara sua carreira pública em 1975 na Secretaria de Minas e Energias, onde se tornaria titular em 1979 e lá permaneceria até 1986. Durante o intervalo imposto pela gestão Waldir Pires, assumiu o cargo de superintendente da SUDENE (conforme referido no capítulo I). O retorno se daria como vice-governador de ACM e o acúmulo do cargo de Secretário da Indústria, Comércio e Turismo.

Vejamos mais detalhadamente, então, como se constrói a trajetória de Paulo Gaudenzi e sua relação com o turismo e a cultura que culminaria na criação da SCT e sua “comemorada” (pelo grupo carlista) permanência no comando desta instituição durante longos doze anos (1995-2006).

Formuladores

Paulo Gaudenzi afirma no prefácio do livro “Turismo na Bahia, estratégias para o desenvolvimento”, de Lúcia Queiroz (2002), que sob a ótica do governo do estado, a Bahia teve três fases distintas de investimento em turismo: a) a primeira iniciada em 1968 e perdurando por toda a década de 70; b) a segunda iniciada com o segundo governo de ACM em 1979 até o final da década de 80; c) e a terceira, e última, iniciada em 1991, alcançando a metade do ano 2000. A cada nova fase, ainda segundo Gaudenzi, a ação do governo do estado fortalecia o turismo enquanto atividade econômica e tentava, gradativamente, transferir para a iniciativa privada as funções inicialmente assumidas, com o objetivo final de restringir sua atuação apenas ao planejamento e à manutenção da infra-estrutura turística.

Historicamente, embora algumas atividades que se pode identificar como sendo de turismo remontem a décadas anteriores, o turismo na Bahia, tratado de forma sistêmica, é resultado de ações relativamente recentes. Antes da década de setenta, essa atividade era algo eventual, apesar de algumas ações administrativas na área de governo, como a criação de um Departamento de Turismo, na Prefeitura de Salvador, e a elaboração do Plano de Turismo para a Cidade de Salvador, em 1954. (GAUDENZI in Aquino, 2002, prefácio)

A Bahiatursa, que demarca o início da primeira fase, foi criada pela Lei Estadual 2.563, de 28 de agosto de 1968 (vide anexo B) como uma sociedade de economia mista³⁰, vinculada

³⁰ Empresa de Economia Mista, como o nome pressupõe, engloba estado e iniciativa privada que desenvolvem atividades econômicas em colaboração, sendo uma sociedade anônima cujos funcionários não são servidores públicos. Não é beneficiada por isenção de impostos nem foro privilegiado. O estado deve deter mais da metade das ações com direito a voto. O Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 dispõe, em termos jurídicos, sobre este assunto.

à Secretaria dos Assuntos Municipais e Serviços Urbanos, no governo de Luis Viana Filho (1967-1971). Nascia com a finalidade de “planejar a implantação de hotéis, como meio de promover o turismo, inclusive construindo e administrando esse tipo de equipamento”.

A primeira gestão da Bahiatursa (de 1968 a 1971), a cargo de Antonio Carlos Porciúncula Moisés e Ademar Cardoso Linhares, cuidou, basicamente, da construção de hotéis. Ainda assim, não foram concluídas as unidades de Itaparica e Juazeiro, só finalizadas entre 1972 e 1973. (QUEIROZ, 2002, p. 96)

Não só para a Bahia o turismo era uma atividade incipiente, mas em todo o país surgiam iniciativas nesta área, estimuladas pela Embratur. É interessante observar que desde 1968 o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) disponibilizava linhas de crédito para investimentos em turismo, especialmente para infra-estrutura. A bem da verdade, já em 1967 os olhos do estado, da prefeitura e do governo federal se voltavam para o potencial turístico do Pelourinho, conforme relata a matéria *Pelourinho será atração turística* do jornal *O Estado de São Paulo* de 10 de maio de 1969 (apud SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO, 1997, p. 28):

Em 1973, se tudo ocorrer de acordo com os projetos que estão sendo realizados pelos técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico do Ministério da Educação e da UNESCO, o bairro do Pelourinho, em Salvador, um dos mais antigos núcleos do Brasil, será transformado em foco de atração turística.

Segundo informou o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico, arquiteto Renato Soeiro, serão restaurados não só os mil edifícios dos séculos XVIII e XIX, que compõem o bairro e que atualmente estão quase desabando, transformados em casas de cômodos, mas também o calçamento, o sistema de esgoto, os encanamentos. Quase toda a população do bairro será transportada para residências fornecidas pelo Banco Nacional de Habitação. As unidades vazias, depois de restauradas, de acordo com o século em que foram construídas, serão transformadas em hotéis, cinemas, teatros, atelier de artistas populares, escolas de artes plásticas, salas de exposição e lojas de objetos típicos.

Como se percebe, o projeto original do final da década de 60 em pouco (ou quase nada) divergia do que viria a ser feito em etapas a partir do terceiro mandato de ACM como governador, em 1991, e dali em diante pela SCT, exceto pela natureza do uso comercial destinado aos casarões. A matéria prossegue explicando a origem deste projeto:

TURISMO CULTURAL – O projeto de restauração do bairro do Pelourinho é parte de um estudo mais amplo, abrangendo conjuntos de edifícios, bairros e cidades brasileiras tombados pelo Patrimônio Histórico. O estudo é patrocinado pela UNESCO, através do Programa de Turismo Cultural, que visa valorizar nossas atrações turísticas, objetivando o turismo internacional. O projeto tem a assistência técnica da UNESCO e será financiado por organizações internacionais de financiamento, interessadas em investir dinheiro no Brasil. O financiamento será providenciado pela própria UNESCO, após aprovar os projetos de restauração das unidades visitadas. Estes projetos estão sendo atualmente elaborados por técnicos brasileiros, com base em estudos preliminares feitos por urbanistas enviados pela UNESCO.

HISTÓRIA DO PROJETO – O Projeto “Restauração de Cidades Históricas” foi idéia do primeiro diretor do serviço de Patrimônio Histórico, Sr. Rodrigo de Mello Franco, atualmente membro do Conselho Federal de Cultura. Em 1966, durante uma reunião da UNESCO, em Paris, o Sr. Mello Franco lançou a idéia e foi apoiado pelo nosso embaixador na UNESCO, Sr. Carlos Chagas Filho. Em consequência do trabalho realizado pelos dois, a UNESCO enviou ao Brasil o Inspetor-Principal dos Monumentos Franceses, Sr. Michel Parent, cedido pelo ministro da Cultura da França, André Malraux.

MISSÃO PARENT – Teve início a missão Parent, que terminou com o “relatório Parent”, que recomendava uma série de iniciativas, visando à revalorização do acervo brasileiro e a sua exploração do ponto de vista turístico. O documento, já publicado pela UNESCO, constitui segundo o Sr. Renato Soeiro, “verdadeira análise histórica e crítica do acervo histórico brasileiro”. Para realizar sua missão, o Sr. Michel Parent visitou todos os locais tombados pelo Patrimônio Histórico em todo o território brasileiro.

LOCAIS VISITADOS – A viagem do Sr. Parent deteve-se principalmente nos seguintes locais: Alcântara, conjunto de monumentos históricos, localizados em uma ilha a 30 minutos de lancha da capital do Maranhão, São Luiz; Olinda, cidade que recentemente foi inteiramente tombada pelo SPH; Pelourinho, bairro de Salvador, o mais antigo núcleo de cidade construído no Brasil; Parati, no Estado do Rio, cidade litorânea também tombada pelo SPH, atualmente um dos mais procurados centros turísticos dos habitantes de São Paulo; Ouro Preto, cidade histórica mineira; Anchieta, no Espírito Santo, e Zona das Missões, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Paraguai.

TRÊS PROJETOS – De acordo com instruções contidas no relatório Parent, depois da aprovação do Serviço do Patrimônio Histórico, foram elaborados três projetos principais: Pelourinho, Ouro Preto e Parati.

Dos três, apenas o Projeto Pelourinho já foi iniciado pelas autoridades brasileiras, baseadas em um trabalho preliminar realizado por técnicos da UNESCO, os urbanistas ingleses Schankland, Walton e Morris, que visitaram no Brasil de fins de 1967 até meados de 1968. (...)

FINANCIAMENTO – Segundo o sr. Renato Soeiro, a primeira fase do projeto da UNESCO, para restauração de cidades históricas brasileiras, consiste em levantamentos preliminares realizados por técnicos enviados pelo organismo internacional. Na segunda fase, os técnicos brasileiros ampliarão os estudos preliminares, que serão enviados à direção-geral da UNESCO, em Paris. Com base nesses documentos, a UNESCO tentará conseguir financiamento para as obras necessárias junto a organismos financeiros internacionais. Afirma o Sr. Renato Soeiro que, após a realização dos projetos, que atualmente estão sendo elaborados pelos técnicos do

Serviço de Patrimônio Histórico, **as obras poderão ser concluídas em doze meses**³¹, dependendo do financiamento.

PATRIMÔNIO CULTURAL – O projeto do Pelourinho, em Salvador, está sendo realizado com o auxílio do governo Luis Viana Filho, que criou a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia³², órgão destinado a executar as obras do projeto. Os trabalhos estão sendo acompanhados também pela EMBRATUR, Empresa Brasileira de Turismo, que está dando total apoio ao Serviço de Patrimônio Histórico. O Sr. Renato Soeiro explicou que é necessário deixar bem claro a participação da UNESCO em todo o projeto. “A UNESCO – disse ele – não financia projetos, apenas fornece a assistência técnica. Assim aconteceu, por exemplo, com a Reprêsa de Assuã, no Egito, cujas obras de salvamento dos monumentos históricos foram financiadas por firmas de todo o mundo, embora a UNESCO fornecesse os técnicos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 10 de maio de 1969 apud SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO, 1997, p. 28-31)

Mas o prometido apoio financeiro a ser providenciado pela UNESCO não apareceria. O que conduziu o então prefeito de Salvador, Antonio Carlos Magalhães (1967-1970), a se habilitar a restaurar o Pelourinho com recursos próprios e o apoio da iniciativa privada. O que também não deu grandes resultados. Pequenas e isoladas intervenções viriam a ser feitas pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, mas este projeto só seria concretizado na década de 90, quando ACM volta ao governo e finalmente os organismos internacionais financiam a reforma. Esse apoio financeiro, concretizado sob a forma do Prodetur Nordeste, que veremos mais adiante neste capítulo, foi, no entanto, fruto das articulações iniciadas pela Comissão Integrada do Nordeste (CTI-NE)³³ criada em 1970, com o apoio da SUDENE e do Banco do Nordeste, que reunia representantes de governo de todos os estados nordestinos com o objetivo de promover o turismo na região.

Salta aos olhos neste momento o enlace entre turismo e cultura. Como observa Jocélio Teles dos Santos (2005, p. 86) o chamado “turismo cultural” tinha precedente na política cultural do Governo Militar:

A restauração do Pelourinho refletia diretrizes traçadas em âmbito nacional. Não foi por acaso que o governo do Estado da Bahia comemorou “o sétimo aniversário da Revolução de Março de 1964 com a definição do plano de recuperação de um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos do País –

³¹ Grifo meu.

³² A Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia seria depois transformada em Instituto.

³³ Lúcia Queiroz (2002) afirma à página 114 que a viagem realizada pelos gestores turísticos do nordeste acompanhados de um funcionário do Banco do Nordeste aos Estados Unidos, entre os meses de junho e julho de 1971 foi um marco par ao início das negociações com o BID, o que contribuiu para aprovação, por parte desse agente financiador, 30 anos depois, do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur-NE).

o Pelourinho³⁴”. O Pelourinho se constituía também em uma prioridade da política cultural voltada para o exterior. Ele se inscrevia no programa cultural e artístico, aprovado pela Organização dos Estados Americanos, para a preservação de monumentos históricos, arquitetônicos e artísticos das Américas³⁵. Respondia-se, portanto, às demandas externas de valorização do patrimônio nacional com vistas à implementação de um turismo cultural³⁶.

Ainda segundo Teles dos Santos (2005, p. 87), o governo reconhecia a necessidade de complementar esta política através de uma estratégia de preservação e divulgação da imagem cotidiana baiana. Começaria ali a ser construído institucionalmente um texto identitário chamado de “baianidade”:

A concepção e a difusão dessa política tinham como fundamento básico a idéia de que havia uma imagem cotidiana baiana tão importante para a preservação do patrimônio quanto a restauração da área do Pelourinho: “o primeiro passo, em qualquer planejamento turístico, teria que partir de uma consciência preservadora do cotidiano tanto quanto dos velhos prédios seiscentistas”. E é na reprodução de um cotidiano baiano que vai se delineando toda a construção de imagens que expressariam as nossas origens africanas. **A idéia era mostrar que havia uma vivência diária da cultura baiana que o turismo deveria abarcar**³⁷. Quais eram esses elementos que definiriam a baianidade?

A concepção geral era de que a Bahia se constituía em uma “nação”. O conceito aqui utilizado tinha menos o sentido político e mais a marca de aspectos culturais. Era o pertencimento a uma cultura distinta que definia esse estado como “a nação baiana de religião e linguagem próprias”. Curiosamente, fala-se de religião e não de candomblé. Mesmo sendo subentendido que a referência fosse o candomblé, em nenhum momento ele foi assim definido. Pode-se pensar que, quando o governo baiano falava de religião, ele estaria a abarcar também a religião católica; provavelmente, posto que as igrejas seculares faziam parte da estratégia de visibilidade do turismo. Entretanto, havia uma atenção especial no âmbito da Bahiatursa (órgão de turismo do Estado) para o candomblé. (...)

Além do candomblé, outros signos definiriam a baianidade: “não era só a paisagem. Não era só a arquitetura. Não só o mar nem as terras. Era a gente e o viver da Bahia”. O singular “viver baiano” pode ser percebido nas distinções das origens africanas com a cultura ocidental. A docilidade, o ritmo, a sensualidade, a malandragem, a capoeira e a culinária seriam tanto

³⁴ Nota do autor citado: “Começa restauração do Pelourinho”, A Tarde 30 de março de 1971.

³⁵ Nota do autor citado: “Pena Marinho leva projeto do Pelourinho para o OEA”, DN, 05 de novembro de 1968; “Pelourinho ganha prioridade do Itamarati, diz Chanceler”, Id. 09 de janeiro de 1968.

³⁶ Nota do autor citado: No final dos anos sessenta houve a sugestão, proposta por João Bernardo da Silva ao governador Luís Viana Filho, de construção de um monumento aos escravos na área do Pelourinho com o objetivo de “reparação de uma injustiça que vem sendo cometida às contribuições e influências negras no Brasil, e Bahia, particularmente” (“Monumento aos escravos: preto de justiça ao negro brasileiro” A Tarde, 03 d novembro de 1969). Segundo o proponente, havia desde o início dos anos sessenta um esboço do monumento. A proposta incluía também a construção de um Centro de Estudos Negros e o Museu do Negro. O monumento não foi construído, o que demonstra que a restauração do Pelourinho tinha como critério básico menos uma homenagem à cultura negra, *strictu sensu*, que a preservação de um conjunto arquitetônico.

³⁷ Grifo meu.

os elementos básicos desse contraste quanto o que imprimiria as características próprias do “jeito baiano”. (TELES DOS SANTOS, 2005, p. 87)

Este posicionamento político que apostava na cultura soteropolitana (extensível, no máximo, ao Recôncavo), através da reforma do patrimônio histórico e da divulgação de uma “identidade que consiste em textos” (Moura, 2001, entrevista à SBPC Cultural), emergia do primeiro mandato de Antonio Carlos Magalhães como governador do estado (1971-1974). A política e sua sobredeterminação econômica fazia uso de uma estratégia imagético-discursiva, iniciada por atores outros³⁸, que colocava a Bahia como algo à parte, *sui generis*, afirmando uma identidade hegemônica, consensual, aproblemática que negligenciava referências culturais tão plurais que caracterizam o estado (Vasconcelos, 2008).

O diferencial da Bahia enquanto destino turístico, desde então, era reconhecido no “jeito de ser” do baiano. Para ilustrar, observe-se a recorrente publicidade veiculada na revista *Viver Bahia* no ano de 1976, do banco estatal BANEBA:


³⁸ Referência reservada ao capítulo V desta dissertação.



Bahia de todos os dengos!

De todos os santos. Saravá! De todas as calmas. De todos os sabores. A Bahia está aqui. De braços abertos, sorriso pronto, cheia de calor prá receber você. Com muita música, prá embalar você nas praias, nas ladeiras, nos casarões coloniais do Terreiro. A Bahia está aqui com os assobios dos coqueiros, com sua água de côco prá você tomar, antes de mergulhar nas cálidas ondas dô seu profundo mar azul. Venha sambar numa roda de samba, sentir a mulata mexer as cadeiras, sandália arrastando, olhos melosos, um dengo. A Bahia está aqui, com seu dendê, frescos de umbú, sorvete de cajá, acarajé, abará. Venha. E largue seu corpo. Relaxe. Deixe andar. O Senhor do Bomfim lhe protegerá. Saravá!



 Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEB


GOVERNO
DO ESTADO
DA BAHIA

A revista *Viver Bahia* era editada e publicada pela Bahiatursa desde novembro de 1973 e tinha como objetivo fornecer “informações especializadas e sistemáticas sobre serviços, equipamentos e eventos de interesse turístico”, além de pretender se constituir

“num moderno e ágil instrumento editorial de informação e divulgação das manifestações culturais na Bahia, face ao entendimento de que a importância do setor turístico, como uma atividade de real significação econômica no âmbito estadual, está solidamente vinculada ao seu relacionamento com o ambiente cultural e artístico” (VIVER BAHIA, março 1975, p. 3)

Os vínculos desta relação cultura-turismo, iniciada pela Bahiatursa seriam, então, enaltecidos e ampliados a partir da década de 90, quando a mídia passa a atuar decisivamente na concepção deste texto identitário.

Já no primeiro ano de governo o Sistema Estadual de Turismo foi concentrado na Secretaria da Indústria e Comércio, onde foram criados o Conselho Estadual de Turismo (CEF) e a Coordenação de Fomento do Turismo (CFT), vinculado à Bahiatursa. Manoel Castro, que havia sido consultor do Plano de Desenvolvimento do Recôncavo junto com Waldeck Ornelas³⁹, é nomeado presidente da empresa. Eliana Kértész, administradora e esposa do Secretário de Planejamento (Mário Kértész), assume a CFT e convida, dentre outros, o jovem⁴⁰ economista Paulo Gaudenzi, em 1973, para compor a sua equipe. Os jovens universitários, “conhecedores de outros idiomas e interessados em adquirir conhecimentos em uma área até então pouco explorada” (QUEIROZ, 2002, p. 110), eram a opção

naquele momento de plena expansão da economia baiana, [quando] os economistas e técnicos mais especializados quase sempre tinham como meta o trabalho no setor industrial ou em atividades correlatas. Não existia mão-de-obra, sobretudo técnicos de nível superior, formados ou qualificados para trabalhar com o turismo. (QUEIROZ, 2002, p. 110)

Paulo Fábio Dantas Neto (2003, p.225) explica se tratar de um novo modelo introduzido na malha administrativa pública a partir da gestão municipal de Salvador por Antonio Carlos Magalhães:

³⁹ O Plano de Desenvolvimento do Recôncavo, idealizado em 1966, segundo Gaudenzi (apud Queiroz, 2002, prefácio) demarcava o início do planejamento em turismo pelo estado. De acordo com Queiroz (2002) a elaboração do Plano foi fruto da parceria entre a UFBA e o governo do estado, em atendimento às recomendações do BID (que estabelecia condições para o financiamento de investimentos em turismo). Manoel Castro e Waldeck Ornelas foram dois dos consultores responsáveis pela sua elaboração. O plano seria lançado em 1971 por ACM e tinha como principais metas o desenvolvimento turístico das cidades de Salvador, Cachoeira e São Félix.

⁴⁰ Paulo Gaudenzi possuía 26 anos no ano de ingresso na Coordenação de Fomento do Turismo.

O carlismo renovou, gradualmente, os quadros dirigentes da administração estadual, nela introduzindo, em grau inédito – e em sintonia, como já visto, com o processo nacional de profissionalização da burocracia estatal - jovens técnicos que, obstruídos os canais de participação política, passavam a crer naquele tipo de mecenato insulado como caminho de infiltração do moderno no aparelho de governo, opção que trazia para eles a vantagem adicional, nada desprezível, de realização profissional pessoal e, para alguns, acesso tutelado ao então fechado mundo do poder.

Embora comece a ser reconhecido sob o foco industrial, o turismo concorria com a indústria de base que começava a se instalar no estado, a exemplo do Centro Industrial de Aratu e Pólo Petroquímico de Camaçari (Dantas Neto, 2003, p. 226). Havia um descrédito em torno do turismo, como relata a matéria “turismo e indústria” da revista *Viver Bahia* de abril de 1975:

Embora se afirme que turismo e desenvolvimento industrial são objetivos conflitantes por sua natureza, a uma análise mais detalhada este se torna um conflito apenas em sua aparência, sendo na realidade, duas atividades que embora diversas, são complementares quanto ao papel de toda atividade econômica, o de gerar riqueza e bem estar para um povo.

(...)

Lembramos aí que a Bahiatura enfrentou grandes dificuldades de diálogos no esforço de implantar uma política organizada de turismo, substituindo a política de certames existentes em quase todos os estados do Brasil. Isto por ter havido nos meios oficiais e financeiros um preconceito quanto à capacidade do turismo como atividade econômica, o que vem sendo resolvido embora ainda persista em parte. (VIVER BAHIA, abril de 1975, p. 4)

Em 22 de fevereiro de 1973, pelo Decreto nº 22.371, a Bahiatura se transforma em Empresa de Turismo da Bahia S.A., não mais se restringindo ao planejamento e implantação de hotéis no estado, mas se responsabilizando pela execução das atividades ligadas ao turismo sob a determinação do Governo do Estado e do Conselho Estadual de Turismo. De 1975 a 1979 assume a empresa Mário de Macedo Bittencourt, nomeado pelo novo governador (indicado pelos militares) Roberto Santos. Neste mandato, 1975-1979, o Sistema Estadual de Turismo é acrescido de mais duas entidades: a EMTUR⁴¹, uma subsidiária da Bahiatura que tinha por objetivo se dedicar ao fomento do turismo no interior através da construção, ampliação, reforma de hotéis; e a Conbahia⁴², vinculada diretamente à estrutura da Secretaria

⁴¹ Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A.

⁴² Centro de Convenções da Bahia S.A., depois renomeada de Bahia Convenções S.A.

da Indústria e Comércio, criada com a finalidade de administrar o Centro de Convenções e Feiras da Bahia.

Foi também neste período que despontou o nome de Eulâmpia Reiber dentro da Bahiatursa. De 1974 a 1975 chefiou a Coordenação do Programa de Estudos das Potencialidades Artísticas e Culturais da Bahia (PROPEPAC). Segundo o currículo vitae⁴³ de Reiber, na PROPEPAC eram desenvolvidos estudos de:

segmentos de interesse do turismo: saveiro, folclore, culinária, artesanato, teatro e museu. Uma ação pioneira que resultou nos primeiros trabalhos de pesquisa e documentação da Bahiatursa no campo da cultura e humanidade e num processo de articulação com organismos científicos, acadêmicos e empresariais com interfaces nessas áreas, mediante promoção/participação em seminários específicos, visando definir bases para atuação da Bahiatursa no âmbito da cultura.

De 1975 a 1977, Eulâmpia Reiber aprofundaria os estudos em torno dos potenciais culturais para o turismo, quando se tornou chefe do Departamento de Política Cultural da Bahiatursa. Seu currículo descrevia as seguintes atividades do Departamento:

Implantação e desenvolvimento de novos campos de pesquisa sobre as potencialidades culturais e artísticas de interesse turístico – música e festas populares – e sistematização das informações relativas aos trabalhos do PROPEPAC, resultando na produção de dezenove brochuras específicas que passaram a subsidiar a elaboração de trabalhos os mais variados na área de divulgação e do marketing turístico da Bahiatursa.

Deixando a Bahiatursa, Eulâmpia segue para a FUNCEB onde assume, de 1977 a 1978, a Coordenação do Programa de Interiorização da Cultura e a Diretoria de Difusão Cultural, nesta última, ainda segundo a descrição do currículo, desenvolvendo as seguintes atividades:

Desenvolvimento do programa de popularização da música erudita, a partir da criação e implementação dos projetos Segundas Musicais (TCA e Reitoria), Música Erudita '78 (Museu de Arte Sacra), Concertos Populares nos Bairros (Praças centrais e periféricas de Salvador));
Implantação e desenvolvimento de ações sócio-culturais-educativas e de formação de platéia no contextos dos projetos A Escola faz Teatro, O Teatro vai a Escola, A Escola vai ao Teatro, entre outros.
Implementação de ações de dinamização de espaços culturais e de apoio direto ao produtor cultural.

⁴³ Informações obtidas em currículo vitae localizado dentre os documentos do Fundo de Cultura no arquivo da atual Secretaria de Cultura.

Apoio logístico às áreas de artes plásticas, biblioteca, cinema, dança e museu.

Desenvolvimento do programa Editorial e de Literatura da FUNCEBa⁴⁴, com a implementação dos concursos literários Prêmios Governo do Estado e do fortalecimento de mais cinco linhas editoriais

Desenvolvimento de uma linha estratégica de divulgação e promoção e criação da Agenda Cultural e do Cartaz-Programa com as ações mensais básicas dos projetos em andamento.

Esse primeiro momento, visto até aqui, seria marcado pela institucionalização do turismo na máquina estatal e pelo aparecimento de nomes desconhecidos até então, mas que seriam protagonistas no processo de criação e desenvolvimento da SCT num futuro próximo. O turismo tentava se firmar enquanto atividade econômica, estando em desvantagem com o ciclo de industrialização que se iniciava na Bahia naquele mesmo período. Os investimentos focaram-se fundamentalmente na infra-estrutura com a construção de hotéis, a recuperação do Pelourinho, construção do Centro de Convenções, e na divulgação a partir das primeiras campanhas de marketing focadas na baianidade.

A segunda fase do planejamento do turismo pelo estado, referida por Gaudenzi no prefácio do livro de Lucia Queiroz (2002), se inicia com o novo mandato de governador de ACM (1979-1982) e perdura até o ano de 1987. Neste segundo momento, Gaudenzi ganharia projeção ao assumir a presidência da Bahiatursa, que agora passava a englobar a Emtur e a Conbahia. O Conselho Estadual e a Coordenação de Fomento ao Turismo foram extintos pelo governador. Enquanto isso Eulâmpia Reiber se mantinha na Fundação Cultural: 1979-1985 se torna Chefe da Assessoria de Programação e Orçamento; passa em 1985 a Assessora Chefe da Assessoria de Programas Especiais e depois à condição de Técnica, onde permanece até 1987.

Gaudenzi definiu cinco objetivos básicos para a sua gestão: “incrementar o fluxo turístico; aumentar o tempo de permanência média do turismo; ampliar o espaço turístico do Estado; reduzir a sazonalidade turística e preservar e valorizar o patrimônio turístico da Bahia” (Bahia, 1987, p.14 apud Queiroz, 2002, p. 126). O primeiro e o último objetivos se inserem diretamente na perspectiva cultural, sendo marcas da gestão Gaudenzi não só na Bahiatursa, mas na própria SCT.

O incremento ao fluxo turístico se daria tanto em investimentos nos mercados já consolidados (com melhoria da infra-estrutura e mão de obra), quanto na atração de novos através das estratégias de marketing que seriam consolidadas por mais uma década. Já ali, nos anos 80, a Bahiatursa passaria a atuar diretamente na organização do Carnaval e cunharia o

⁴⁴ FUNCEBa, depois FCEBA, depois Fundação das Artes e, por fim, FUNCEB, se referem à Fundação Cultural do Estado da Bahia, que teve sua sigla ou nomenclatura adequada a cada governo.

slogan Bahia – Terra da Felicidade (Queiroz, 2002, p. 127) que permaneceria sendo usado pelo estado por longos anos, como descreve João Dantas dos Anjos Neto (2007, p. 5):

Pensando em promover uma estrutura que acolha os visitantes, mantendo-os informados e orientados sobre os principais destinos e opções existentes, a Bahiaturisa lançou, em julho de 2002, o portal www.bahia.com.br. Este portal traz o slogan “Bahia, terra da felicidade”, e várias imagens (fotos) sobre a fauna, monumentos, recursos naturais e paisagens da cidade do Salvador e Bahia.

O último objetivo citado por Gaudenzi, dentre as suas prioridades, era “preservar e valorizar o patrimônio turístico da Bahia”. Segundo Queiroz (2002, p.131) esse objetivo foi concretizado através da realização de reformas, na capital, no Palácio Rio Branco, Solar do Unhão, Igreja da Graça, Convento do Desterro, Monte Serrat, além do interior nas cidades de Cachoeira, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Porto Seguro, Juazeiro, Nazaré, Lençóis, entre outras. Salvador sempre foi o principal pólo turístico do estado, enquanto no interior se investia nas cidades com melhor infra-estrutura e proximidade da BA-001, o que facilitava o acesso dos turistas. É válido ressaltar que se observarmos a tabela nº 08 no capítulo IV, estas cidades citadas por Queiroz (2002) como prioritárias para a preservação e valorização do patrimônio são as mesmas que sofreram intervenção da SCT de 1995-2006, exceto São Francisco do Conde.

Naquele período foi criado o programa Caminhos da Bahia, que deveria interiorizar o turismo, mas que não demonstrou grandes resultados⁴⁵. A gestão de Gaudenzi no decorrer de oito anos (1979-1986), já que ele permaneceu presidente da Bahiaturisa durante o governo João Durval (1983-1986), é comemorada pelos profissionais do turismo como um momento de grande evolução para esta atividade, quando a Bahia alcançou a posição de primeiro destino turístico do Nordeste. “A intensidade com que a atividade turística evoluía nesse período é bem visível nos índices de crescimento apresentados por diversos indicadores, no comparativo dos resultados do ano de 1979 com os de 1986”(QUEIROZ, 2002, p. 132).

⁴⁵ Recorremos a Queiroz (2002, p. 133) para explicar o reduzido alcance do Programa Caminhos da Bahia: O crescimento do turismo baiano, nesse período de ampla oscilação da economia nacional, garantiu à Bahia a liderança dessa atividade na Região Nordeste. Salvador permaneceu, por extensão, como líder do turismo estadual e nordestino. O esforço de expansão do turismo para o interior do Estado, apesar de possibilitar uma mais ampla participação dos núcleos integrantes do programa Caminhos da Bahia na economia do turismo estadual – esses núcleos respondiam por 27,2% do número de visitantes, em 1979, e passaram a representar 34,9% em 1986 – não conseguiu retirar da Capital o papel de mais importante centro turístico baiano. Esta metrópole continuou aglutinando a maior parte dos equipamentos, do fluxo e da receita, não só do turismo estadual como também do nordestino.

Com a eleição de Waldir Pires/Nilo Coelho (1987-1990), Gaudenzi deixa o cargo de presidente da Bahiatur, que passa a ser comandada por Sylvio Simões e depois por Evandro Lisboa. A primeira alteração realizada por esta gestão é a extinção da Emtur e da Conbahia e a incorporação do turismo ao nome da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. A recessão econômica do país e a restrição de investimentos por parte do governo estadual atingiram diretamente esta atividade, que apresentou ao final de 1990 os piores resultados desde 1983. Eulâmpia Reiber, no entanto, mesmo com a troca de grupo político no poder se manteve de 1987 a 1988 na condição de Assessora Especial da FUNCEB e em seguida da Secretaria da Cultura, onde permanece até 1990.

A década de 90 é, por fim, a última fase, mencionada por Gaudenzi como marco do investimento do estado no turismo, onde foi elaborada uma estratégia de 15 anos que trazia a “decisão de investir maciçamente em obras de infra-estrutura” (Gaudenzi in Queiroz, 2002, prefácio), além de ações promocionais dos destinos turísticos. Esta estratégia se baseou em dois estudos encomendados no final de 1990. O primeiro estudo foi chamado de Turismo em Salvador, tendo sido elaborado pela Fundação Centro de Projetos e Estudos (CPE), o segundo Salvador uma Alternativa Pós-Industrial foi elaborado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo em parceria com a UFBA. Em resumo eles sugeriam:

Quadro 01– Turismo em Salvador

Turismo em Salvador
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ação conjunta do Governo do Estado e da iniciativa privada para conquista do mercado externo ▪ Investimento no incremento do mercado turístico em geral (doméstico e internacional) ▪ Incentivo à criação de opções de lazer para o turista. Sugerindo: espetáculos no TCA, investimento em esportes náuticos, implantação de um Convention Bureau ▪ Conscientização da população sobre o turismo, treinamento dos técnicos no setor público e melhoria dos serviços urbanos (limpeza, segurança, transporte etc.)

Quadros 02 - Salvador uma Alternativa Pós-Industrial

Salvador uma alternativa pós-industrial
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atração dos turistas internacionais ▪ Interiorização do turismo baiano, em especial o Recôncavo e as regiões de Cabrália-Porto Seguro e Lençóis ▪ “Fomentar o turismo nordestino, reforçando a Bahia como portão de entrada” ▪ Ampliar o potencial atrativo da capital através de uma nova Política de Lazer e Cultura: reestruturação e ampliação do Centro de Convenções, implantação do Parque do Aeroclube, recuperação do TCA, centro de lazer nas proximidades do Bonfim etc.

(fonte: QUEIROZ, 2002, p. 141-142)

Ambos os estudos chegaram às mãos de ACM e serviram de subsídio para os investimentos que seriam realizados no seu governo (1991-1994) e nas gestões seguintes,

através da SCT, classificados tanto para o turismo quanto para a cultura. Não seria demasiado lembrar a reforma do TCA, a criação do Parque Metropolitano de Pituauçu, restaurações nos sítios históricos de Porto Seguro e Lençóis como ações propostas e efetivadas. Estes estudos dariam o tom também para a ampliação dos investimentos em marketing no exterior. Alguns dos membros das equipes que desenvolveram os estudos foram absorvidos pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado na gestão ACM, como Waldeck Ornelas escolhido Secretário da pasta e coordenador de alto nível do Programa de Restauração do Centro Histórico de Salvador.

Neste novo mandato, Gaudenzi continuava a levantar a bandeira do turismo como vocação econômica do estado e, especialmente, de Salvador, que se configuravam como um produto diferenciado a ser oferecido ao turista:

Grande parte da população que gera riqueza nos municípios vizinhos, vive em Salvador, exigindo da cidade, serviços urbanos, como água, luz, esgoto, transporte e outros, além de educação, cultura e lazer, sem contribuir com seu trabalho para a arrecadação municipal.

Essa situação tem levado a população e as autoridades de Salvador a entenderem que o seu caminho para o crescimento econômico está no setor de serviços e nele, o turismo.

As características de primeira cidade brasileira, o casario colonial, os monumentos e manifestações culturais aliados às belezas naturais formam um “produto turístico” diferenciado, especial, tanto para os visitantes do país, como para aqueles que vêm do exterior.

O turismo é o principal caminho para a solução dos problemas da Cidade e os anos 90 apresentam-se como os de preparação de Salvador, dos investimentos, do trabalho do seu povo, da especialização da mão-de-obra e da conscientização turística da sua população. (Gaudenzi, *Folha de São Paulo*, 14 de janeiro de 1991 apud Gaudenzi, 1999, p. 145-146)

Eulâmpia é então recrutada de volta para a Bahiatursa: de 1990 a 1991 ocupa o cargo de Técnica em Planejamento, de 1991 a 1992: chefe da unidade de Turismo Social e de 1992 a 1994: chefe da unidade Estudo de Produto. Neste último cargo suas atividades se concentraram em:

Elaboração de uma série de projetos de animação urbana e dinamização cultural: ”Arca de Noé”, Jardim Zoológico de Salvador; o “Viva Esta Festa” precursor do “Pelourinho Dia e Noite”, Centro Histórico de Salvador;

Elaboração de uma nova *Cartilha de Turismo*, visando uma 3ª edição;

Participação em seminários da BT e instrutora de cursos sobre conscientização turística, na capital e em vários municípios do interior do estado;

Assessoramento técnico ao projeto inter-institucional Eco-Salvador;

Palestrante e representante da BT⁴⁶ em encontros/seminários sobre aspectos culturais de interesse turístico⁴⁷.

Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (Prodetur-BA), amplamente utilizado para financiar obras turísticas e ‘culturais’ da SCT, a partir de 1995, seria elaborado e desenvolvido durante o governo ACM, sob a responsabilidade da Bahiatura (que tinha como presidente Paulo Gaudenzi). O Prodetur-BA compunha um projeto maior chamado Prodetur-Nordeste, que reunia os estados da região num ‘mutirão’ para obtenção de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, disponibilizado desde 1968, conforme citado anteriormente. O Prodetur Bahia foi concluído em dezembro de 1992, dividindo o estado em zonas turísticas (que já existiam, em parte, desde o Programa Caminhos da Bahia): Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina. Segundo Medonça Junior (2000, p.17 apud QUEIROZ, 2002, p. 158), os investimentos em infraestrutura do Prodetur, além das obras públicas previam campanhas de marketing e educação para o turismo. Mas o acordo só viria a ser fechado com a conclusão dos planos de todos os estados em 1994.

A estratégia estava montada, mas o recurso só estaria disponível para o próximo mandato. Desta forma, era preciso organizar “a casa”, preparar a estrutura necessária para a utilização do recurso, é assim que nasce a Secretaria da Cultura e Turismo em 1995.

Segundo o próprio Secretário, Paulo Gaudenzi, entrevistado em 24/07/2001, a decisão de criar a SCT decorreu da importância econômica adquirida pelo turismo baiano, das perspectivas traçadas para essa atividade e do posicionamento do PRODETUR. Para o Secretário, um programa de financiamento turístico de amplas dimensões exigia, por parte do organismo gerenciador, um diálogo com outras secretarias do Estado, a exemplo da Fazenda, Indústria e Comércio, Minas e Energias, etc. responsáveis diretamente pela execução dos projetos financiados através da parceria internacional. Dessa forma, a criação da SCT evitava possíveis constrangimentos, como o de ter-se um presidente da Bahiatura coordenando um programa intersecretarias, ao tempo em que respaldava o órgão gestor do Sistema Turístico no seu trabalho de interlocução com as demais unidades administrativas do Estado.

Ainda de acordo com Gaudenzi, a idéia da constituição de uma única Secretaria agregando turismo e cultura também procedeu, ainda que em parte, da relevância alcançada pelos aspectos culturais nos planos de governo implementados desde 1991, expressa em investimentos na produção e

⁴⁶ BT entende-se por Bahiatura.

⁴⁷ Informações obtidas em currículo vitae localizado dentre os documentos do Fundo de Cultura no arquivo da atual Secretaria de Cultura. Entende-se BT como Bahiatura.

recuperação/renovação de equipamentos culturais, como o Teatro Castro Alves, o Museu de Arte Moderna e o próprio Centro Histórico. Foi também fundamental para a criação dessa Secretaria o grande diferencial da cultura baiana (folclore, gastronomia, música, dança, arquitetura, jeito de viver etc.) para a atividade turística estadual, assim como o consumo, pelo turismo, de elementos culturais. Toda essa relação, segundo o Secretário, possibilitou ao governo entender que, na Bahia, uma orientação conjunta para as duas atividades permitiria estímulos mútuos. Gaudenzi ressaltou ainda, como mais um elemento a contribuir para a criação da SCT, o objetivo do Governo de não fomentar a proliferação da divisão da administração pública, criando várias secretarias. (QUEIROZ, 2002, p. 157-158)

Torna-se evidente que havia uma preponderância de fatores de ordem prática: o Prodetur exigia uma gestão autônoma e com plenos poderes dentro do governo, mas não se poderia onerar a máquina pública com a criação de várias secretarias, ao passo em que, a cultura estava diretamente atrelada aos principais focos de intervenção do Prodetur (a exemplo dos Centros Históricos de Salvador, Cachoeira e Lençóis). Por fim, a cultura legitimava e dava status ao investimento do governo do estado, além de ser uma área até então, colocada em segundo plano atrelada a outras secretarias (o que não deixa de acontecer na SCT), ao tempo em que o turismo carregava recursos para o investimento em cultura.

A história do turismo no governo do estado da Bahia é, se não totalmente, mas em grande parte, a história do Secretário da Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi. O responsável pela política cultural baiana no decorrer de 12 anos foi, portanto, como ele próprio se declarava um “operário do turismo”. A Bahiatura foi a escola de Gaudenzi enquanto dirigente público.

A SCT, por sua vez, vivenciaria uma “replicação” das políticas projetadas, iniciadas e inconclusas da Bahiatura. As políticas de patrimônio desenvolvidas na SCT são claramente originadas das ações da Bahiatura. O que antes era realizado pela própria Bahiatura, se revestiria da legitimidade da cultura e continuaria a ser executado sob a sua batuta. As declarações do futuro Secretário Paulo Gaudenzi corroboram esta perspectiva:

A Bahiatura tinha uma preocupação cultural muito forte, tanto é que tinha um departamento cultural que Eulâmpia (Reiber) dirigiu, do qual o reitor Naomar Almeida foi funcionário, no qual (Armando) Bião trabalhou; existia uma revista chamava-se Viver Bahia, porque a concepção do turismo da Bahia sempre passou pelo ponto de vista cultural. A concepção do nosso turismo sempre foi uma concepção do turista após visitar a Bahia não continuar do mesmo jeito, não nos interessa que a pessoa venha ver a Bahia, o importante é que a pessoa venha viver a Bahia, tanto é que a revista naquela época era uma revista quase totalmente cultural. Porque a gente sabe que praia bonita todo mundo tem, hotéis bons podem ter em todo lugar,

agora, o que é diferente em cada lugar, o que é a sua referência, o que é importante no seu produto turístico, é exatamente aquilo que a população é, tem e é capaz de fazer: sua cultura! (GAUDENZI, 2006 apud SOBREIRA, 2007, p. 79)

O passado demonstra que a Secretaria da Cultura e Turismo e seu projeto para a cultura não nasceria no apagar das luzes entre o governo ACM e o de Paulo Souto. É evidente que havia uma sólida base que precedia e fundamentava a sua criação. Essa base era um projeto para o turismo no estado ensejado por Paulo Gaudenzi e avalizado pelo carlismo.

A criação da SCT

“Cultura é qualidade de vida para os baianos e prestígio internacional para a Bahia”⁴⁸, assim definia o candidato ao governo da Bahia pela coligação “A vitória que a Bahia quer”, Paulo Souto (PFL). O ex-vice governador e Secretário da Indústria, Comércio e Turismo da gestão ACM e futuro governador do estado, trazia como propostas de campanha para a cultura⁴⁹:

Quadro 03 e 04 – Propostas de Paulo Souto para a cultura na campanha eleitoral de 1994

- Criação de uma lei estadual de incentivo à cultura;
- Realização de editais de concursos para espetáculos de teatro, música, dança e artes plásticas;
- Transformação de Salvador em uma espécie de capital cultural do Brasil;
- Fomento ao surgimento de pequenos teatros;
- Dinamização das condições de espaços culturais já existentes, como o Teatro do ICEIA e o Vila Velha;
- Divulgação da culinária baiana;
- Realização de campanhas de marketing para incluir os museus de Salvador nos roteiros dos passeios turísticos;
- Recuperação da Biblioteca Pública do estado, da Sala do Coro do TCA;
- Reforma dos centros culturais de Valença, Salvador (Plataforma e Alagados) e Lauro de Freitas;
- Construção de um museu de arte popular do Brasil, no Solar do Unhão;
- Atração para o estado de eventos de nível internacional;

- Revitalização da cidade histórica de Cachoeira, para atrair maior fluxo turístico;
- Instalação de unidades da Uneb no interior com curso de Belas Artes, História, Museologia, Biblioteconomia e Documentação;
- Recuperação do patrimônio arquitetônico, dotando o município de equipamentos necessários à captação de eventos científicos e culturais;
- Atuação junto às prefeituras para dar incentivos a proprietários de imóveis situados em sítios históricos;
- Reativação das aulas de integração artística nas escolas públicas;
- Criação de representações culturais regionais, para permitir a orientação do movimento cultural;
- Multiplicação do número de casas de espetáculo no interior do Estado;
- Continuidade de eventos como o Salão de Artes Plásticas da Bahia e incentivo a outros semelhantes para a participação do artista baiano nos cenários nacional e internacional.

⁴⁸ Matéria *Arte e Política*, publicada no Caderno 2 do jornal *A Tarde* de 30 de outubro de 1994

⁴⁹ Idem.

Interessante notar que não foram mencionadas a continuidade da reforma do Centro Histórico de Salvador ou o desmembramento da Secretaria de Educação e Cultura para a junção das pastas de cultura e turismo. A primeira ausência pode ser parcialmente justificada pela crítica freqüente de seu opositor na disputa eleitoral, João Durval (PMN⁵⁰), aos custos sociais gerados pela reforma. “Não aceito que tenham sido expulsas aquelas famílias do Pelourinho”, retrucava João Durval em debate transmitido pela TV Bahia em 07 de novembro de 1994. A segunda ausência pode ser entendida como uma estratégia política, ainda não seria o momento de divulgar, embora não se possa afirmar com certeza, por não haver registro de ser essa uma decisão tomada.

Paulo Souto foi eleito pela promessa de continuidade da gestão anterior. Venceu o pleito no segundo turno, com 58,64% dos votos válidos. O líder carlista, ACM, também se elegeu, juntamente com o seu Secretário de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Waldeck Ornelas, para o Senado Federal. O geólogo Paulo Ganem Souto manteria a política de modernização conservadora iniciada por seu antecessor, focando as ações de governo em obras de infra-estrutura e atração de investimentos econômicos.

No âmbito nacional, Luis Inácio Lula da Silva foi mais uma vez derrotado. Subia ao poder o ex-ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC), responsável pelo mais novo plano de estabilização da economia, o Plano Real, lançado às portas da eleição, em julho de 1994, sob fortes pretensões eleitoreiras. ACM teria papel determinante na “costura” da aliança PFL-PSDB que elegeria FHC-Marco Maciel em primeiro turno e ainda garantiria ao seu partido a eleição de onze senadores (ACM e Ornelas entre eles), oitenta e nove deputados e a escolha de seu filho, Luís Eduardo Magalhães, para presidir a Câmara dos Deputados (1995-1997).

De um modo geral, nos quatro anos que se seguiram, as diretrizes políticas nacional e estadual se afinaram, especialmente no que se refere à onda de privatização promovida por FHC. Na Bahia foi implantado o Programa de Privatizações que, segundo o governador eleito, tinha por finalidade concentrar a estrutura do estado em atividades essenciais do serviço público, e transferir “para a iniciativa privada as tarefas e os serviços que podem ser objeto de exploração econômica, gerando redução de custos para os cofres públicos e propiciando um atendimento de melhor qualidade à população” (Apresentação do Relatório de atividades, 1998, p. 3). São exemplos a privatização da Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba) em 1997 e o Banco do Estado da Bahia (Baneb) em 1998.

⁵⁰ Partido da Mobilização Nacional.

Quando falamos em política cultural, no entanto, esse discurso nacional-estadual não parece tão afinado. A rigor, o governo FHC buscou apoio, mais uma vez, no mesmo instrumento que norteou a Lei Sarney, depois ressuscitado pela Lei Rouanet⁵¹: o incentivo fiscal.

Estava implantado, assim, um “mercado de patrocínios”, intermediado pelos “agentes culturais”. Profissionais capacitados para lidar com operações financeiras e dotados de conhecimentos sobre a área tributária, as finanças e o marketing. Pesquisas idôneas já mostravam que o principal motivo que leva as empresas a investir no patrocínio é a perspectiva de ganho em sua imagem institucional. Ao investir na cultura, a empresa deseja, antes de tudo, absorver uma parte da imagem positiva e da aura que a cercam. Ficava criado, assim, não só um mercado de bens culturais, mas um mercado de imagens institucionais. (CASTELLO, 2002, p. 635)

Enquanto em Brasília o Ministro da Cultura Francisco Weffort (1995-2002) tinha como principal instrumento da sua política cultural a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual, transferindo para a esfera privada a decisão da aplicação do dinheiro público na área da cultura, na Bahia o estado manteve-se fortemente presente na condução da sua política cultural. Ainda que viesse a implantar sua lei de incentivo fiscal, como previsto em campanha, o governador Paulo Souto tinha planos para a cultura que o impediam de relegá-la ao livre sabor do mercado. Assim, os instrumentos empregados (lei de incentivo), nas duas esferas (nacional e estadual) para a promoção da política cultural foram aproximados⁵². Mas, enquanto em Brasília se processou uma política cultural minimalista que prescindia da presença do estado, na Bahia o poder público estadual tinha um projeto para a área, muito bem definido e orientado.

A matéria *Projeto ajusta estrutura do governo*, publicada no Diário Oficial de 04 de janeiro de 1995, seção 1, p. 2, aponta a criação da nova Secretaria como uma decisão político-administrativa, resultante da experiência adquirida no governo ACM, que visava à consolidação do reordenamento realizado no estado desde 1991. De acordo com Paulo Gaudenzi, presidente da Bahiatursa no governo ACM e, portanto, subordinado direto do

⁵¹ A Lei Rouanet resulta da reformulação da Lei Sarney, primeira lei de incentivo fiscal para a cultura do país. Foi instituída em 1991, no governo de Fernando Collor de Mello pelo Secretário Nacional de Cultura, Sérgio Paulo Rouanet. Ao assumir o governo em 1995, FHC promove novas alterações na lei, como o aumento de 2% para 5% do percentual de abatimento do imposto de renda das empresas para projetos culturais e a incorporação do custo com agente cultural no orçamento dos projetos.

⁵² E aqui cabe mencionar ainda a manutenção pelo Governo Federal do Programa Monumenta de preservação do patrimônio histórico-cultural material, como veremos adiante.

governador recém-eleito, o convite para assumir a Secretaria da Cultura e Turismo aconteceu em dezembro de 1994, antes mesmo da criação oficial:

Jamais me passara isso pela cabeça. Eu era, então, Secretário de Indústria, Comércio e Turismo – onde o substituí por nove meses quando da sua desincompatibilização para candidatar-se ao Governo – e presidente da Bahiatursa. Já havia lido, à época da campanha eleitoral, que eu era um Secretário-tampão e que ele não tivesse qualquer constrangimento em mexer na sua equipe. Mas ele me disse que não, que chegara à conclusão de que era muito importante unir essas atividades – Cultura e Turismo. Existia a visão (verdadeira) do Turismo como atividade econômica – e estaria muito bem na secretaria da Indústria e Comércio, em uma Secretaria de Desenvolvimento ou na própria Secretaria de Turismo – e a cultura como uma atividade intelectual, uma atividade social e, também econômica. (GAUDENZI, 2006, p. 207)

Não raras vezes Gaudenzi se confessaria um “neófito da cultura”⁵³. Seu referencial para a cultura, como ele próprio viria afirmar, era sua antiga colega de trabalho Eulâmpia Reiber, que vivenciara a realidade da Bahiatursa, também desde a década de 70, dedicada a desenvolver atividades que integravam cultura e turismo. Já no último ano de mandato, em um ciclo de exposições com os dirigentes da SCT promovido pelo Conselho Estadual de Cultura, cuja presidente era, por sinal, Eulâmpia, Gaudenzi relatou que ao deixar o gabinete do governador eleito

Telefonei para Eulâmpia Reiber pedindo que ela fosse o mais rápido possível para a secretaria, porque eu iria precisar de umas aulas. Ela ainda não sabia o que era e, lá chegando, marcamos duas horas de conversa por dia, durante vários dias, para eu entender o que eram as linguagens artísticas, seus meandros, caminhos, quem eram seus representantes, o que era isso, o que era aquilo. Por exemplo: que as Artes Cênicas são compostas de Dança, Teatro, Circo, Ópera etc. Eu não tinha nenhum compêndio, meu compêndio era Eulâmpia.

Segundo Sônia Bastos (2006, p. 175), primeira chefe de gabinete da nova Secretaria, a junção significava benefício mútuo, já que a vinculação à educação dificultava o desenvolvimento da cultura, relegada à sobra dos recursos orçamentários. Ela explica porque, para ela, a criação da Secretaria da Cultura e Turismo foi um marco para o desenvolvimento da cultura no Estado:

⁵³ Gaudenzi lança um livro em 2000, pela SCT, cujo título é Cultura: de neófito a operário.

A cultura tem no turismo um suporte de ampliação, facilitação e fortalecimento dos mecanismos que favorecem os processos de difusão cultural, enquanto o turismo toma a identidade cultural do Estado como diferencial na promoção e difusão das atividades turísticas. Podemos até dizer que é um perfeito casamento, uma coisa reforçando a outra.

O próprio Gaudenzi registrou a “crítica brutal, fortíssima”⁵⁴ sobre a criação da SCT, mas as pesquisa no jornal *A Tarde* de novembro de 1994 a março 1995 não nos permitiu identificar tais reações. Na verdade, o projeto de reforma administrativa, que incluía a criação da SCT, encaminhada por Paulo Souto à Assembléia Legislativa em 04 de janeiro de 1995, segundo várias matérias publicadas no principal jornal do estado, gerou polêmica entre os deputados da base oposicionista que apresentaram 23 emendas. A principal crítica versava sobre a criação de 505 novos cargos⁵⁵ na malha administrativa estadual, conforme descreve a nota *Oposição apresenta 24 emendas*⁵⁶, p. 7, do jornal *A Tarde* de 11 de janeiro de 1995:

Os deputados apresentaram, ontem, 24 emendas ao projeto de reforma administrativa do governo Paulo Souto, sendo 23 delas dos partidos de oposição e apenas uma do deputado Raimundo Pimenta, governista o PP. Colbert Martins Filho, vice-líder do PMDB, bateu o recorde com 14 emendas encaminhadas à Mesa Diretora, que tem poucas chances de ser acatadas pelo relator do projeto, deputado José Ronaldo (PL). Praticamente todas as emendas de Colbert Martins, além de outras cinco do deputado Sérgio Carneiro (PDT) e três de Nelson Pellegrino (PT), suprimem ou reduzem os cargos propostos pelo governo em sua mensagem, argumentando que a reforma administrativa do governador Paulo Souto vai onerar em R\$305.931,78 a folha de pagamento do estado.

Dentre os jornais consultados a única crítica localizada à criação da Secretaria foi o seguinte comentário do colunista de *A Tarde*, Samuel Celestino, na editoria de política, p. 10, em 08 de janeiro de 1995:

CULTURA – Há inquietações – e a descoberto – no setor cultural do estado. Temem-se fraturas na espinha dorsal da Fundação Cultural na reestruturação decorrente da minirreforma administrativa para dar espaço à anunciada Secretaria de Turismo e Cultura. A memória normalmente é boa conselheira, sobretudo em relação a experiências malsucedidas. Já houve fato assim, quando se criou a Secretaria de Cultura e a fundação foi cuidar exclusivamente das artes, tantos foram os curtos-circuitos que as relações, na época, não ficaram fáceis. A cultura desmoronou e foi difícil rearrumar,

⁵⁴ Gaudenzi, 2006, p. 209.

⁵⁵ Informação contida na matéria *Governo propõe criação de 505 novos cargos em comissão*, jornal *A Tarde*, 06 de janeiro de 1995, editoria de política, p. 7.

⁵⁶ Nota-se um erro no título da matéria, já que no texto afirma que a oposição apresentou 23 emendas, enquanto o deputado governista uma.

posteriormente, a casa. As apreensões, portanto, são justíssimas. Cultura não é só cordel e não se compra em barra de lembranças na Bahia. Como as fitas de Senhor do Bonfim.

Aprovada pela Assembléia Legislativa, a Secretaria da Cultura e Turismo foi criada pela Lei nº 6.812 de 18 de janeiro de 1995 (vide anexo C). Seu artigo 1º previa como finalidade da nova Secretaria “executar a política governamental destinada a apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Estado e promover o desenvolvimento do Turismo e do lazer”. Souto, além de afirmar em sua mensagem de abertura das atividades do ano de 1995, o turismo, ao lado da agricultura e do combate à seca, como as bases principais para incrementar o desenvolvimento do estado, expunha no seu discurso as metas de governo para o ‘casamento’ entre cultura e o turismo:

É nosso propósito manter e mesmo acentuar, como já assinali, a condição prioritária para a atividade turística, em estreita associação com o setor privado, coordenando a divulgação de tudo quanto a Bahia tem a oferecer a quantos nos visitam, no sul do País e no exterior, e assegurando o apoio a projetos e novos empreendimentos, que contribuam para ampliar e aprimorar a nossa infra-estrutura de turismo receptivo e proporcionar melhorias sensíveis nas condições de vida da população.

Nesse sentido, a meta que pretendemos alcançar, com a implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo, projetada para 1998, quarto e último ano de nossa administração um fluxo de visitantes, nacionais e estrangeiros, em torno de 3,5 milhões de turistas, assegurando até lá a existência de 660 mil novos empregos.

A criação recente da Secretaria da Cultura e Turismo se insere nessa estratégia, na medida em que reforça as peculiaridades de nossa cultura e valoriza a convergência entre esses dois segmentos. Em verdade, a articulação, no plano da estrutura administrativa do estado, entre atividades de cultura e turismo, levou em conta esta realidade bem baiana, de que a nossa cultura, manifestação do que existe de mais profundo na alma popular, constitui também, e de fato atração turística tanto na música como no teatro, na literatura, nas artes plásticas, em todas as suas formas de expressão.

De outro lado a atividade turística se realiza de forma integrada com todo o processo de desenvolvimento, por isso mesmo é que se constitui em importante fonte de renda, cria empregos em escala crescente e exerce influência no sentido de manter e aprimorar os serviços prestados à população. (DIÁRIO OFICIAL, Mensagem de abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa, 1995, p. 4)

Havia, portanto, um projeto bem definido de política cultural para os quatro anos de seu mandato. O turismo era a ponte que ligava a cultura à rentabilidade econômica. Era preciso investir na cultura para atender ao diferencial de mercado que o turismo exigia. O que na prática significava tanto a oferta de bons equipamentos culturais e de lazer a partir da preservação da memória e do patrimônio histórico, como o Centro Histórico, o Teatro Castro

Alves e os Museus, quanto o fortalecimento da produção artística, o estímulo às manifestações culturais, como forma de manter aquecido o produto cultural baiano.

Direta, através da promoção de eventos musicais sazonais ‘para o turista ver’, ou indiretamente, através da manutenção dos corpos estáveis do TCA ou da criação da lei de incentivo à cultura estadual, se pretendia investir na cultura como visibilidade. No decorrer do seu mandato e dos seus sucessores, será possível observar como a política cultural da SCT se encaminha para a proposta de campanha de Paulo Souto de transformar Salvador em uma capital cultural do Brasil, em benefício do turismo.

Em publicação do Plano Plurianual de 1996-1999, em 1º de novembro de 1995, o governo afirmava que “o futuro do turismo depend[ia] de um programa de ação para fortalecimento e dinamização do patrimônio e da produção cultural da Bahia”(p.47). O turismo, conforme relatava o próprio documento, representava a terceira atividade mundial em movimentação de recursos e a Bahia precisava se inserir nesta nova de dinâmica de modernização econômica.

A cultura aparece no Plano associada a “Desenvolvimento Humano”. A proposta para os quatro anos seguintes se resumia à sustentação do “padrão de cultura” alcançado pela gestão anterior (ACM) que firmou a Bahia como “um dos mais expressivos pólos de produção e de desenvolvimento cultural do país” (Plano Plurianual 1996-1999, p. 98). O quadro de objetivos do governo para a área cultural se resumia a:

Quadro 05 – Objetivos para a cultura no Plano Plurianual

- Apoio ao desenvolvimento artístico-cultural pela implementação de ações culturais e promoção de eventos e dinamização de espaços de cultura;
- Expansão e melhoria de equipamentos culturais, mediante a construção e recuperação de unidades culturais e modernização e operacionalização das unidades existentes;
- Promoção de estudos e inventários, e ações de preservação e recuperação do patrimônio artístico, turístico e cultural.

O desenvolvimento

Coube ao economista e bacharel em história Paulo Gaudenzi, a condução deste projeto. Não seria insensato afirmar que sua administração agradou ao grupo carlista, que se manteve

no poder durante longos 12 anos, já que sua permanência na Secretaria também foi garantida durante todo esse tempo. A Secretaria da Cultura e Turismo viveu o que se pode chamar de a “Era Gaudenzi”. Apesar de alterações sofridas no decorrer dos anos, alguns dirigentes coringas se mantiveram estáveis junto ao Secretário, mudando apenas de cargo dentro da estrutura da secretaria.

Inicialmente o artigo 2º da lei (6.812) de criação da SCT previa a seguinte organização interna da Secretaria:

Quadro 06 – Primeira organização interna da SCT (1995)

<p>I - Órgão Colegiado:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Conselho Estadual de Cultura. <p>II - Órgãos da Administração Direta:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Gabinete do Secretário;b) Assessoria de Planejamento;c) Serviço de Administração Geral;d) Inspeção Setorial de Finanças;e) Núcleo de Desenvolvimento da Administração;f) Coordenação de Cultura;g) Coordenação de Desenvolvimento do Turismo. <p>III - Órgão em Regime Especial de Administração Direta:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Arquivo Público do Estado da Bahia. <p>IV - Entidades da Administração Indireta:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC;b) Fundação Cultural do Estado da Bahia;c) Fundação Pedro Calmon - Centro da Memória da Bahia;d) Empresa de Turismo da Bahia S/A - BAHIA-TURSA.
--

Por essa definição, a área da cultura era privilegiada por um maior número de órgãos ou entidades. O Turismo se restringia a um órgão da administração direta, a Coordenação de Turismo, e uma entidade da administração indireta, a Bahiatursa. Enquanto a cultura foi representada pela Coordenação de Cultura e pelos demais órgãos citados. A cultura sofreria sua primeira mudança estrutural em 30 de dezembro de 1998 através da Lei 7.435 (vide anexo D) que previa alterações na organização da administração pública do poder executivo estadual como um todo. As Coordenações foram transformadas em Superintendências de Cultura e Superintendência de Desenvolvimento Turístico.

Vejamos o quadro de dirigentes de 1995 a 2006, comparativamente à ocupação do governo do estado:

Tabela 04 – Dirigentes e órgãos da SCT 1995-2006

Órgão	Gestor	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Governo do Estado	Paulo Ganem Souto												
	César Augusto Rabello Borges												
	Otto Roberto Mendonça de Alencar												
	Paulo Ganem Souto												
Secretaria Cultura e Turismo	Paulo Renato Dantas Gaudenzi												
Chefia de Gabinete	Sônia Maria Moreira de Souza Bastos												
	Marinaldo Moradillo Mello												
Coordenação de Cultura	Eulámpia Santana Reiber												
Superintendência de Cultura	Sônia Maria Moreira de Souza Bastos												
Superintendência de Promoção Cultural	Fábio Liger de Freitas												
Coordenação/Superintendência de Turismo	Érico Pina Mendonça Júnior												
Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos	Érico Pina Mendonça Júnior												
Superintendência de Desenvolvimento Turístico	José Albuquerque de Macedo												
Diretoria Geral	Josete Maria de Oliveira												
Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPAC	Maria Adriana Almeida Couto de Castro												
	Heloisa Helena F. Gonçalves da Costa												
	Júlio de Santana Braga												
Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB	José Augusto Oliveira Gonçalves Burity												
	Armando Jorge de Carvalho Bião												
Arquivo Público do Estado	Anna Amélia Vieira Nascimento												
Fundação Pedro Calmon — Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia	Afonso Maciel Neto												
	Claudius Hermann Portugal												
Empresa de Turismo da Bahia S.A. – Bahiatursa	Paulo Renato Dantas Gaudenzi												
	Marinaldo Moradillo Mello												
	Cláudio Pinheiro Taboada												
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB	João Paulo de Araújo Costa												
	José Américo Moreira da Silva												
	Wellington Aragão												

Fontes: Relatórios de Atividades de Governo e Diários Oficiais no período 1995 a 2006

Segundo o Relatório de Atividades do Quadriênio 1995-1998, o primeiro mandato de Gaudenzi à frente da SCT seria descrito como:

O contínuo incentivo ao processo de criação e produção cultural, aliado às obras de revitalização do patrimônio histórico, foi a prioridade que o Governo do Estado elegeu para resgatar a importância cultural da Bahia no cenário nacional e internacional. Iniciada na administração passada, e seqüenciada na atual, a vigorosa política adotada para o setor contribuiu decisivamente para que, hoje, a Bahia seja reconhecida como um dos maiores pólos exportadores de cultura do país.

“Uma das medidas importantes, criadas pelo Governo do Estado para o incremento e promoção do setor cultural” adviria da primeira parceria estabelecida entre a SCT e a Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Conforme promessa de campanha, em dezembro de 1996, o governador eleito criou a lei estadual de incentivo à cultura. Este novo instrumento incorporado à gestão da cultura atendia precipuamente à política de promoção de eventos e espetáculos, distribuindo essa função, que já era desempenhada pela Funceb e Bahiatursa, entre os produtores culturais locais.

Mariella Vieira concluiu em 2004 um minucioso estudo sobre o Fazcultura, sobre o qual é interessante se debruçar para um conhecimento pormenorizado deste programa. Tendo em vista a existência deste rico material, reservamo-nos a apresentar alguns pontos fundamentais deste instrumento que não se configura numa política cultural.

A Lei 7.015, que instituía o Programa Estadual de Incentivo à Cultura – Fazcultura, foi sancionada por Paulo Souto em de 09 de dezembro de 1996. O programa seria descrito no Relatório de Atividades de Governo de 1995-1997 como “uma das mais importantes medidas adotadas pelo Governo da Bahia no sentido de incrementar a atividade cultural” (p. 69). Ainda segundo o relatório, a criação do Programa foi

fundamental para a mudança do perfil dos investimentos no mercado cultural da Bahia, tornando-o cada vez mais profissional e contribuindo significativamente para a geração de emprego e renda no setor. Isso resultou no estabelecimento de uma parceria entre Governo e iniciativa privada, viabilizando patrocínios a artistas e garantindo a regularização de muitas empresas junto à Secretaria da Fazenda. (GOVERNO DA BAHIA, 1998, p. 70)

Nos moldes da Lei Rouanet, o Fazcultura foi a primeira lei de incentivo à cultura instituída no âmbito estadual no país. Propunha renúncia fiscal de até 5% do ICMS⁵⁷ a ser pago pelas empresas estabelecidas na Bahia que patrocinassem projetos culturais previamente aprovados por uma comissão composta por representantes da Secretaria da Cultura e Turismo, da Secretaria da Fazenda e da comunidade cultural. A contrapartida mínima da iniciativa privada foi estipulada em 20% do custo do projeto a ser patrocinado.

É importante observar alguns pormenores a respeito do processo de seleção dos projetos apontados por Vieira (2004, p. 187):

Seus treze membros são representantes da comunidade artística e cultural (6) e do corpo executivo das Secretarias da Cultura e Turismo e da Fazenda (7), sendo o titular da pasta da cultura o seu presidente. Seus integrantes não cumprem mandato específico e sua participação não tem prazo de duração determinado. Logo, a representatividade do setor cultural é minoritária sem mencionar que seus representantes não são indicados por associações de classe, motivando, desse modo, um processo de julgamento em que paira um certo teor de parcialidade e clientelismo (...)

É curioso observar também que a composição da Comissão revela uma singularidade: alguns de seus componentes, artistas e intelectuais, antes classificados como representantes do meio cultural, por outras circunstâncias, tornaram-se executivos que hoje compõem a classe dirigente de órgãos que integram a própria Secretaria da Cultura e do Turismo. Situação contrária também ocorreu: representantes, oriundos da elite intelectual local, que antes ocupavam cargos no âmbito do poder executivo e que não mais fazem parte do corpo técnico da burocracia estatal hoje compõem a Comissão assumindo o status de representantes da comunidade cultural.

Como lembra Vieira esta aproximação entre elite intelectual e estado é bastante recorrente na história das políticas culturais brasileiras⁵⁸, repetindo a fórmula de legitimidade por extensão, quando o governo se pauta no discurso de competência e reconhecimento que encobre esta elite. Legitimidade esta que também orientava o critério de seleção, como relata Vieira (2004, p. 187):

⁵⁷ Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

⁵⁸ O que nos remete à década de 1930 com Mário de Andrade à frente do departamento de cultura de São Paulo ou ainda à administração do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema que se associou aos artistas modernistas, tendo Carlos Drummond de Andrade como seu chefe de gabinete.

Em entrevista realizada com um dos membros do Conselho, foi-nos informado de que o critério para a seleção dos representantes do setor cultural está pautado no coeficiente de “proeminência” que determinado especialista detém em seu campo específico de produção cultural. O critério de seleção desses agentes, orienta-se então, recorrendo mais uma vez a Bourdieu, pela posição que ocupam no interior do campo cultural e no gradiente de capitais específicos (o cultural e o social, sobretudo) que acumulam.

A Bahia, no entanto, não conseguiu corrigir as principais distorções produzidas pelas leis de incentivo à cultura: a concentração dos recursos geograficamente (concentrados em Salvador), o privilégio do valor mercadológico e não estético-cultural dos projetos, a transferência da dependência dos produtores culturais do estado para a iniciativa privada. Recorremos então à Vieira (2004), em sua dissertação de mestrado *Política cultural na Bahia: o caso do Fazcultura*, para um exemplo concreto da concentração de recursos do Programa:

Dos R\$ 28.572.918,00 captados entre 2001 e 2002, R\$10.249.040,00, ou 39% dos recursos, ficaram concentrados nas mãos dos dez beneficiários [...]. Esse é um volume de recursos representativo, tendo em vista o fato de que no período analisado 130 proponentes foram beneficiados pela lei estadual de incentivo à cultura. Ou seja, os R\$18.323.878,00 restantes foram distribuídos entre os 120 proponentes que não figuraram na lista dos dez mais contemplados pelo programa. Essa configuração acaba por revelar um alto índice de concentração de recursos por determinadas entidades, situação favorecida pelas relações que se estabelecem entre os principais proponentes e as empresas patrocinadoras. (VIEIRA, p. 204, 2004)

Mariella Vieira (2004, p. 225) afirma, no entanto, que uma recorrente crítica, se não a principal, provocada pelas leis de incentivo fiscal não se concretiza na Bahia: a ausência do estado.

(...)após a análise dos procedimentos e especificidades do programa Fazcultura, foi possível verificar que, na Bahia, o poder público também jogou papel fundamental nesse processo. A peculiaridade dos processos de julgamento, de seleção e de escalonamento de cotas de recursos por área denota o poder simbólico que o aparato governamental é capaz de imprimir nesse anelado funcional, afetando de forma significativa o modo de organização do campo cultural. Mesmo admitindo que o papel do Estado vem sendo reduzido em meio às pressões dos processos de globalização, a configuração específica, engendrada pelo modo peculiar de gerenciamento das normas e recursos do Fazcultura, sinaliza para o fato de que **o poder público assume ainda um lugar fundamental nos destinos da**

produção cultural local ⁵⁹ – condição essa fortemente afetada pelos aportes ideológicos e pelos modos de condução política, característicos do grupo político dominante há quinze anos na Bahia.

Modos esses caracterizados pela lógica autoritária do ‘favor’. Descontentamentos entre a classe artística e os produtores culturais foram recorrentes, dado o grau de concentração dos recursos privilegiando alguns poucos favorecidos pela Secretaria da Cultura e Turismo. A matéria do jornal *A Tarde* de 09 de novembro de 2004, *Secretário de Cultura se autofinancia* é contundente em demonstrar os laços ‘quase familiares’ entre proponentes, estado e empresas, apontados por Vieira em sua dissertação:

[...] o secretário Paulo Gaudenzi facilita patrocínios para Eliana Pedroso, sua namorada, no bem-sucedido projeto Fazcultura. No questionário respondido a A TARDE, Gaudenzi argumenta que “várias pessoas têm mais projetos aprovados que Eliana”, e ressalta que este ano, por exemplo, “ela só ganhou três num universo de 130 aprovações.

O Programa atraiu 28 diferentes empresas patrocinadoras em seu primeiro ano de execução, 1997, o que correspondeu ao benefício fiscal concedido pelo estado de R\$5 milhões. Enquanto no último ano de vigência da SCT (2006) 53 empresas se prontificaram a patrocinar projetos culturais, com um limite de isenção de imposto estipulado pelo governo para aquele ano de até R\$15 milhões. As sete áreas atendidas pelo programa eram: Artes Plásticas, Gráficas e Fotografia; Arquivo, Biblioteca, Museus e Bens Móveis e Imóveis; Cinema e Vídeo; Literatura; Artes Cênicas; Artesanato, Folclore e Tradições Populares; e Música. Os números totais de projetos patrocinados por área de 1995-2006 foram:

Tabela 05 – Total de projetos patrocinados pelo Fazcultura 1995-2006

Nº	Área	Total de projetos
1	Artesanato, Folclore e Tradições Populares	398
2	Música	312
3	Artes Cênicas	251
4	Literatura	136
5	Artes Plásticas, Gráficas e Fotografia	84
6	Arquivo, Biblioteca, Museus e Bens Móveis e Imóveis	83

⁵⁹ Grifo meu.

Fonte: Vieira, 2004, p.194 e Relatório de Atividades de Governo 2006

Outro suporte para o desenvolvimento da política cultural baiana foi o Censo Cultural. A Secretaria iniciou em 1996 a distribuição de questionários a serem respondidos pelas prefeituras dos 415 municípios existentes no estado à época. A iniciativa esteve sob a responsabilidade da Coordenação de Cultura, gerida por Eulâmpia Reiber (Coordenadora de Cultura), e redundou na composição de um banco de dados com informações sobre o “patrimônio histórico, equipamentos e instituições, linguagens artísticas e manifestações socioculturais, artistas, animadores e outros profissionais ligados à cultura, além das riquezas naturais”⁶⁰. A atualização das informações foi realizada, através da análise e consolidação dos dados, em 2002 e 2004. Segundo Sobreira (2007, p. 86) este processo não conseguiu a adesão da totalidade das prefeituras, alcançando apenas 294 municípios.

Além de disponibilizados no site www.censocultural.ba.gov.br (ainda no ar até o momento desta escrita), os dados foram publicados em formato de “Guias Culturais” por região e também resultaram no lançamento do Guia dos Museus do Estado da Bahia. De acordo com a segunda Coordenadora de Cultura da SCT, Sonia Bastos (Bastos, 2006, p. 178), o Censo Cultural foi desenvolvido para subsidiar as políticas culturais e as decisões governamentais, ao mesmo tempo em que era de grande serventia para pesquisadores nacionais e estrangeiros. “Este é um trabalho de muito fôlego e que está tendo resultados excelentes, inclusive, projetando a Bahia fora das suas fronteiras”, entusiasmava-se.

O Censo Cultural se mostrou, no entanto, um projeto sem grande credibilidade. A despeito da importância de uma iniciativa dessa natureza, em primeira instância, a fragilidade dos procedimentos de coleta não tornava os dados obtidos confiáveis. Aos poderes públicos municipais cabia prestar informações de acordo com a sua conveniência, sem que a Coordenação de Cultura procedesse qualquer tipo de averiguação. Numa segunda perspectiva, e talvez esta explique o desinteresse dos municípios em atualizar os dados, as informações reunidas serviram meramente para a disponibilidade do banco de dados. Em nenhum momento da análise empreendida neste trabalho observamos o emprego destas informações com a finalidade, previamente

⁶⁰ Acessado em www.censocultural.ba.gov.br em setembro de 2006.

definida, de subsídio às políticas culturais da Secretaria, quanto menos às “decisões governamentais”.

Como ocorrera na sucessão de ACM, com o fim do mandato de Paulo Souto seu vice, César Borges, assume o cargo. Borges foi eleito com 2,4 milhões (44,8%) de votos derrotando mais uma tentativa do PT de chegar ao poder no estado, representado por Zezéu Ribeiro (que alcançou apenas 9,7% dos votos). Na esfera nacional se reedita a coligação PSDB-PFL que reelege Fernando Henrique Cardoso e, seguindo a linha sucessória, Paulo Souto chega ao senado. Iniciava-se o terceiro mandato carlista da década de 90.

Na Secretaria da Cultura e Turismo, pouco se alterava. Apenas algumas permutas de cargos foram realizadas: Sonia Bastos deixa a chefia de gabinete de Gaudenzi e assume a Coordenação de Cultura, que logo em seguida seria rebatizada de Superintendência de Cultura; seu lugar é ocupado por Marinaldo Mello, que é substituído na presidência da Bahiatursa por Cláudio Taboada (sugerimos consulta à Tabela 04). Os projetos e linhas de ação são mantidos, afinal o Secretário Paulo Gaudenzi se permanecia em seu posto.

O Relatório de Atividades do governo de César Borges referente ao triênio 1999-2001 confirmava a continuidade das políticas culturais da gestão anterior. Significativo observar que os projetos e ações da SCT nesta publicação aparecem sob o título de *Indústria Cultural*⁶¹:

O processo de globalização promove a circulação sem precedentes de informações e bens de consumo, contribuindo para um mundo mais homogêneo e padronizado. Em contrapartida, as culturas locais, as tradições e a afirmação das identidades se fortalecem, compondo o diferencial que faz da Bahia um dos principais pólos turísticos do Brasil e da América Latina.

Nesse contexto, cabe à SCT a responsabilidade de fomentar, apoiar e divulgar as manifestações culturais e turísticas do povo baiano e, ao mesmo tempo, zelar pela preservação do seu patrimônio histórico, tarefa que vem sendo desempenhada com eficiência, a julgar a vitalidade que o setor apresenta desde a década passada.

⁶¹ Interessante observar que o capítulo dedicado à cultura neste relatório recebia o nome de “Indústria Cultural”, não entendida no conceito original do termo, mas se referindo à tentativa de dar contornos profissionais e estimular uma produção para ser consumida, mas que não necessariamente submetesse a “autonomia da arte” a esta lógica. Embora o Fazcultura, na prática e não em princípio, seja bastante representativo deste sentido adorniano do termo, na medida em que projetos tendem a ser concebidos para agradar os setores de marketing das empresas (e no caso da Bahia aos interesses de atração de divisas do governo do estado) o discurso dos dirigentes da SCT não enveredaram por uma subjugação da cultura à economia. O uso do termo volta a ocorrer no Relatório de Atividades de Governo de 2003 (Paulo Souto).

Nos últimos três anos, a continuidade desse trabalho manteve a Bahia numa posição de vanguarda entre os Estados brasileiros que mais investe em cultura. O fortalecimento do que poderia chamar de uma verdadeira indústria cultural baiana, pela capacidade de gerar emprego e renda que o setor possui, apareceu sob as mais diversas formas: na ampliação de parcerias com setores privados, na crescente profissionalização do meio artístico e, é claro, na atração que a cultura baiana continua a exercer em outros povos e, acima de tudo, nos próprios baianos” (2002, p. 41)

Em 1999, a parceria SCT/SEFAZ seria ampliada. Através do Programa Nacional de Educação Fiscal, a Fazenda implantou, naquele ano, o Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia (PET-BA) que incluía shows, jogos de futebol e sorteios. A campanha *Sua nota é um show* atraía grande público para a Concha Acústica do Teatro Castro Alves, onde notas fiscais eram trocadas por ingressos. Os shows conciliavam artistas emergentes com nomes consagrados da música nacional. Mas é no mínimo curiosa a ressalva feita por Cibele Santos (2004, p. 66): a ausência da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia no acompanhamento do Programa de Educação Tributária, sobretudo no que diz respeito à seleção dos artistas.

A SCT se reservava ao papel de cessão do espaço, embora oficialmente lhe fosse pertinente a condução das ações do estado sobre a cultura. Mais uma vez se apresentavam estranhas rotinas que desconsideravam alçadas na administração da cultura no estado. A partir deste ano, o *Sua nota é um show* passaria a integrar a lista dos principais projetos responsáveis pela dinamização cultural de Salvador, assim figurando nos relatórios de atividade de governo.

Ainda em 1999, o levantamento e registro de “uma série de monumentos militares, religiosos e civis compreendendo fortes, igreja, capelas, coretos, casas de fazenda, engenhos, prédios institucionais e outros equipamentos urbanos e rurais de valor histórico-arquitetônico” (Bahia-Política Cultural, 2003, p. 15), iniciado pela Bahiatursa, chamado de Inventário Patrimonial é acolhido no Centro de Referência Cultural da Bahia, criado pela SCT. Também chamado de Centro de Referência em Educação Patrimonial – CREP (Relatório de Atividades de Governo 2006) pertencia ao IPAC e promovia atividades internas de pesquisa e catalogação, além de palestras, oficinas e capacitações.

Em 2002, o projeto recebeu o prêmio Rodrigo de Melo Franco, pelo rico acervo e excelência. Tratava-se de mais uma fonte de informação mantida pela SCT, sobre o patrimônio material baiano, também disponibilizado através da internet. Apesar de

enquadrado dentre os suportes da política cultural do governo do estado, não foram identificados registros em relatórios ou menção em Diário Oficial sobre a orientação das políticas patrimoniais a partir deste inventário.

Ao final de 2002, depois de persistente trajetória, o Partido dos Trabalhadores (PT) assumia o poder executivo brasileiro, representado pelo líder sindical Luis Inácio Lula da Silva. Na Bahia o PFL (hoje Democratas) resistia, Paulo Souto retornava ao governo com 2,8 milhões de votos, eleito no primeiro turno. ACM, que renunciara ao Senado em 2001 por envolvimento no escândalo da violação do painel, se reelegeria para o mesmo cargo com a maior votação (para o Senado) já vista na história da Bahia. A lógica da continuidade se confirmava com a ocupação de mais uma cadeira no Senado por um ex-governador baiano, César Borges.

Antes mesmo de assumir o governo, Paulo Souto, através do governador Otto Alencar (empossado quando César Borges se candidata ao Senado), realiza o que chamaria de minirreforma, criando duas novas Secretarias no estado: a de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a de Desenvolvimento Urbano (SEDUR). A CONDER, que se tornou responsável exclusiva pelas obras do Centro Histórico de Salvador a partir de 2000 (cabendo ao IPAC apenas a Assessoria Técnica), deixava a Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia (que estava sendo reestruturada) e passava à SEDUR.

A “minirreforma”, prevista pela Lei 8.538 de 20 de dezembro de 2002 (vide anexo E) também afetava a estrutura da SCT. O Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), antes abrigado na Secretaria de Educação foi incorporado à cultura. O Arquivo Público do Estado da Bahia foi extinto e teve suas atividades e acervo transferidos para a Fundação Pedro Calmon. Por sua vez, esta fundação se tornou responsável pelas bibliotecas, que até então pertenciam à Fundação Cultural. Por fim, a lei ainda previa a incorporação dos museus ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) e a criação da Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos.

O segundo mandato de Souto marcaria também a troca de dirigentes no primeiro e segundo escalão, muitos mantidos nos cargos desde a administração ACM (1991-1994). No primeiro escalão, dos 14 secretários de estado, apenas seis permaneceriam: Paulo Gaudenzi (Cultura e Turismo), Albérico Mascarenhas (Fazenda), Clodoveo Piazza (Combate à Pobreza), Rui Tourinho (Governo), Pedro de Deus (Agricultura) e Sérgio Sanches (Justiça). No segundo escalão da SCT, focando no nosso objeto de estudo,

todos os gestores dos órgãos descentralizados foram renovados: IPAC, FUNCEB, FPC, IRDEB e Bahiatursa (vide Tabela 04).

Interessante observar neste momento de “renovação” da máquina administrativa cultural que os técnicos que ocupavam as diretorias da Fundação Cultural, Fundação Pedro Calmon e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural foram substituídos por artistas e/ou acadêmicos. Dois deles, Heloisa Helena Costa (IPAC) e Armindo Bião (FUNCEB) seriam os autores da Lei 8.899 de 18 de dezembro de 2003 (vide anexo F) que instituía, no âmbito do IPAC, o registro dos Mestres dos Saberes e Fazeres do Estado da Bahia, conforme relata Heloisa em entrevista concedida à Revista Museu⁶² (virtual):

Essa lei foi elaborada por mim e pelo diretor da Fundação Cultural, Prof. Armindo Bião, a partir do entendimento de que há muito patrimônio a ser recuperado e que um grande número de pessoas não possui a formação necessária para perpetuação desse patrimônio, o que pode levar à perda da informação ao longo do tempo. Sendo assim, nós fizemos o projeto de lei e entregamos ao Governador do Estado da Bahia, solicitando que essa proposta fosse levada para a Assembléia. A idéia básica da lei é que cada pessoa que for considerada um talento humano vivo por sua comunidade, que já fazem a prática há 25 anos; se a pessoa tem condições de registrá-la através das várias formas de registro que nós temos (vídeos, fitas gravadas, etc); e, ainda, se a pessoa tem como passar essa prática para um grupo de alunos, ela pode ser legitimada como um talento humano vivo. A pessoa se torna, então, um mestre do saber e do fazer.

Neste período final de existência da SCT, observamos uma ligeira ampliação do conceito de cultura pela administração Paulo Gaudenzi . Além da presença de gestores com um olhar diferenciado do que predominava até então, atribuímos essa pequena alteração à influência do Ministério da Cultura de Gilberto Gil e à nova dinâmica internacional do campo cultural e sua visão antropológica sobre a cultura⁶³.

⁶² Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/cultura/decreto8899.htm>, acessado em 04 de abril de 2008.

⁶³ O trecho do discurso de posse de Gilberto Gil, em 02 de janeiro de 2003, é elucidativo: “(...) E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra "folclore". Os vínculos entre o conceito erudito de "folclore" e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. "Folclore" é tudo aquilo que não se enquadrando, por sua antigüidade, no panorama da cultura de massa é produzido por gente inculta, por "primitivos contemporâneos", como uma espécie de enclave simbólico, historicamente

Mas estas foram, de fato, ações pontuais. Na verdade, a Secretaria acopla o termo “patrimônio imaterial” nos seus relatórios de atividade, mas quase nada empreende em seu favor. O modo de vida do baiano, suas tradições e raízes interessavam às campanhas de marketing da Bahiatursa para atrair turistas (como veremos no capítulo V), mas, na prática, pouco eram reconhecidos ou fomentados pela política cultural da SCT.

O Museu da Cultura Popular prometido em campanha e previsto no Plano Plurianual 1996-1999, nunca saiu do papel. O caso das filarmônicas e da capoeira também é emblemático e merece destaque, dado os desdobramentos que o incentivo a estas atividades culturais tiveram no final da Era Gaudenzi.

O estímulo às filarmônicas esteve concentrado, curiosamente (mais uma vez) nas mãos da Secretaria do Trabalho e Ação Social, com eventuais parcerias com a SCT. A partir de 1999 a ONG Casa das Filarmônicas passou a responder pelo apoio da Secretaria a estas entidades na capital e interior (através do Fazcultura e de convênios diretos). Em 2002, no entanto, a ONG admitiria como sócio o Secretário Paulo Gaudenzi, assinando, no ano seguinte, um convênio com a Bahiatursa, conforme relata a matéria *Secretário da Cultura se autofinancia* do jornal *A Tarde* de 09 de setembro de 2004:

O Secretário estadual de Cultura, Paulo Gaudenzi, financiou recursos para empresas privadas – embora sem fins lucrativos -, das quais ele é sócio. Os recursos mais vultosos foram para a Casa das Filarmônicas. E mais: o diretor financeiro dessa empresa é assessor de Gaudenzi e marido da uma funcionária subordinada ao secretário.

A Casa das Filarmônicas foi fundada em 1999, em ata lavrada no dia 18 de janeiro daquele ano, com sede na Rua Medeiros Neto, em Brotas. Mais tarde, transferiu-se para a Rua do Carmo, nº 8, no bairro de Santo Antonio. Entre 1999 e 2002, a empresa recebeu recursos modestos da Secretaria de Cultura do estado.

A reviravolta financeira começou em 2002, quando os sócios, por unanimidade, aceitaram a admissão de Paulo Gaudenzi. A reunião que admitiu o secretário foi dirigida e lavrada no dia 31 de maio daquele

atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe "folclore" o que existe é cultura.

Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem, do Brasil, o Brasil. Assim, o selo da cultura, o foco da cultura, será colocado em todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os unem.(...)”Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>, acessado em 05 de abril de 2008.

ano, pelo diretor financeiro da Casa das Filarmônicas, José Amorim Tolentino, assessor de Gaudenzi e marido de Josete Maria de Oliveira, diretora da Secretaria de Cultura do Estado.

(...)

No dia 1º de setembro de 2003, a Casa das Filarmônicas assinou o convênio com a Secretaria de Cultura do Estado. Valor do contrato: R\$1,68 milhão. O objetivo do convênio: “Operacionalizar a continuidade das ações de apoio às Sociedades Filarmônicas do Estado da Bahia”. Forma de pagamento: 12 parcelas (vencimento em 31 de agosto de 2004).

O episódio envolvendo a ONG Forte da Capoeira ou Sociedade Brasileira de Defesa e Preservação da Capoeira, que tinha como sede o Forte de Santo Antonio Além do Carmo e tinha José Amorim Tolentino⁶⁴ como membro do Conselho, também era denunciada na matéria:

[...] Na verdade, três meses após ser admitido como sócio da Casa das Filarmônicas, o secretário Paulo Gaudenzi decidiu criar, ele mesmo, uma outra empresa sem fins lucrativos, batizada de Forte da Capoeira. A ata de fundação aconteceu no dia 5 de agosto de 2002.

O secretário trouxe consigo para essa nova sociedade, o presidente da Casa das Filarmônicas, Cleonel Melo Pereira. Ao lado de Gaudenzi, ele passou a integrar a diretoria executiva. O endereço da nova empresa é o mesmo da Casa das Filarmônicas.

No dia 5 de setembro de 2003, o secretário também liberou recursos para o Forte da Capoeira. O valor, porém, foi menor: R\$210 mil. Só que esse dinheiro – cuja última parcela foi paga também agora, em agosto de 2004 – teve como objetivo financiar a empresa em si.

Ou seja, foram liberados “custeio e administração, elaboração de estudos e pesquisas, além de ações de adequação, melhorias e manutenção da infra-estrutura do Forte da Capoeira”

A teia que envolvia funcionários da SCT e ONGs conveniadas com a Secretaria ainda abrangia a Organização Oficina das Artes e a Associação Cultural Auguste Rodin. A Oficina das Artes foi uma organização criada especificamente para produzir, através de convênios, eventos do Pelourinho que antes eram executados pela Bahiatursa/IPAC/CONDER (Pelourinho Dia e Noite e Expresso 2001). Tinha como sócias a irmã de Paulo Gaudenzi, Maria de Fátima Dantas Gaudenzi, e a ex-Coordenadora de Cultura e, por fim, presidente do Conselho Estadual de Cultura,

⁶⁴ Tolentino, assessor de Gaudenzi e marido da diretora geral da SCT, era membro do Conselho Fiscal do Forte da Capoeira, Diretor Financeiro da Casa das Filarmônicas e sócio da Oficina das Artes. Ainda segundo a matéria do jornal A Tarde, além de ter sido gerente das áreas contábil e de planejamento do Sebrae, Tolentino foi também gerente de contabilidade da Embasa, com passagens pela Auditoria Geral do Estado e Secretaria de Planejamento.

Eulámpia Reiber, que também era presidente da Associação Cultural Auguste Rodin, ONG criada para gerenciar o Museu Rodin.

As problemáticas relações estabelecidas entre a SCT e as ONGs se davam através da Bahiatursa e da agência de publicidade e propaganda responsável pela conta do governo do estado, a Propeg. A auditoria do Tribunal de Contas do Estado gerou um relatório sobre o qual se fundamentou o pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela base oposicionista na Assembléia Legislativa. Nem a CPI foi instaurada, nem a ação junto ao Ministério Público do Estado, até o presente momento, foi apurada.

Em 11 de fevereiro de 2005, cumprindo termo de adesão ao Sistema Nacional de Cultura implementado pela gestão de Gilberto Gil, o governo do estado institui a Lei 9.431 (vide anexo G) que cria o Fundo de Cultura da Bahia – FCBA, com recursos orçamentários oriundos do tesouro estadual e modelo de gerenciamento similar ao adotado pelo Fazcultura (Sobreira, 2007, p. 17). O objetivo do também chamado Funcultura era “abrigar projetos que não conseguem patrocínio de empresas privadas por não terem a visibilidade que o mercado exige” e aquelas instituições que apesar de terem projetos de dinamização dos seus espaços culturais aprovados pelo Fazcultura, não têm condições de garantir a manutenção do local. As áreas de submissão dos projetos eram nove: artes cênicas, plásticas e gráficas; fotografia, cinema e vídeo; artesanato; folclore; biblioteca, arquivo e museu; literatura; música; patrimônio cultural; saberes e fazeres.

Durante a sua vigência na SCT (2005-2006), o Fundo de Cultura apoiou 52 projetos⁶⁵ (Relatório de Atividades de Governo 2006, p. 412). Assim como no Fazcultura o Fundo reproduziu distorções e vícios: apoio a entidades que já eram patrocinadas pela SCT (Academia de Letras da Bahia, Fundações Pierre Verger, Hansen Bahia, Museu Carlos Costa Pinto etc.), apoio a ONGs criadas para assumir projetos antes realizados diretamente pela SCT (Oficina das Artes, Forte da Capoeira), apoio a projetos da própria Secretaria (Coro do TCA, Circuladô Cultural, População Cultural, Quarta que Dança etc.).

Em 12 de julho de 2005, através da Lei 9.582, a Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia teve sua personalidade jurídica alterada, passando de fundação de direito privado para fundação de direito público. E, ainda em

⁶⁵ Listas dos projetos apoiados disponível no anexo H.

2005, pela Lei 9.846 de 28 de dezembro, extinguiu-se a Superintendência de Desenvolvimento do Turismo e criava-se a Superintendência de Promoção Cultural, “com a finalidade de planejar e promover a execução de infra-estrutura, e outros investimentos em regiões e municípios com potencial cultural, além de gerir o Programa Estadual de Incentivo à Cultura – Fazcultura e o Fundo de Cultura da Bahia - FCBA”.

No derradeiro ano de 2005 a SCT atualiza seu discurso, mas mantém-se fiel à visão da cultura como instrumento para a rentabilidade econômica através do turismo. Na publicação *Século XXI – Desafios da Cultura: política cultural da Bahia 2003-2020*, a despeito de reconhecer que a cultura é “fator de construção da cidadania, de inclusão social, de resgate da auto-estima de grande parcela da população”, o plano estratégico do governo destacava que um dos grandes desafios da gestão pública era inserir a cultura na realidade de mercado. Sob o gancho do Fórum Internacional Rumo ao Centro Internacional das Indústrias Criativas, realizado em 2005 pelo Ministério da Cultura em Salvador, a SCT incorpora os vocábulos “indústria criativa” e “economia da cultura” ao seu discurso do desenvolvimento social:

[...] é objetivo da política cultural consolidar a posição da Bahia como centro de excelência e de referência em cultura, para que essa criatividade se transforme em produção econômica. Esse é o caminho para que o tangível e o intangível, o real e o virtual, o concreto e o simbólico coloquem-se na vanguarda do desenvolvimento econômico e social do Estado. (2005, p. 25)

Mas o que se observou durante todo o período em estudo, e mesmo no segundo mandato de Paulo Souto, quando notamos uma atualização do carlismo à nova dinâmica do poder político federal (com a ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência da República), é que esse novo momento de “modernização conservadora” se deu, particularmente no campo cultural, muito mais no âmbito do discurso do que na efetivação de projetos neste sentido (o que se tornará mais claro no capítulo IV).

Segundo entrevista concedida a Sergio Sobreira (2007, p. 81) em 13 de setembro de 2006 e depois confirmado pelo jornal A Tarde de 18 de novembro do mesmo ano, na nota *Se continuasse Gaudenzi mesmo desmembrava* (compondo o corpo da matéria *Para onde vai a cultura?*), Paulo Gaudenzi afirma que já estava prevista há algum tempo o desmembramento das pastas cultura e turismo. Entretanto, para cada uma das fontes pesquisadas ele revelou justificativas diferenciadas, quais sejam:

A atividade do turismo está evoluindo muito para a auto-sustentabilidade, o turismo é uma coisa em que a participação do Estado tende a ser cada vez menor, enquanto a cultura a participação do Governo tende a aumentar cada vez mais. A área do turismo, como eu disse a você, nós achamos que vai haver um momento que isso vai ser separado, começamos juntos, mas sabendo que iria ter o momento de separar. Em um dado momento inexoravelmente a Secretaria de Cultura vai ser ela só, continuando seu papel de apoiar a produção que agrega ao turismo um valor único, singular, próprio do que é baiano, ou seja, você não vai ver o que você vê na Bahia em nenhum outro lugar, você só vai ver aquilo na Bahia. (Gaudenzi, 2006, s/p. apud Sobreira, 2007, p. 81)

Hoje, eu vejo com muitos bons olhos a idéia de a cultura ser sozinha. (...) Isso é uma coisa que, há três anos, eu vinha conversando com o governador (Paulo Souto), que ia chegar um momento de fazer essa separação. A cultura é muito grande, e tomou corpo, não ficou só em ter, como antigamente, os espaços, reformar o TCA, os museus, e outros projetos, não tinha orçamento... Hoje ela tem uma vida orçamentária, organizada do ponto de vista administrativo e conceitual. É o momento. (...) a área de turismo ajudou a botar recursos na atividade cultural. E foi muito dinheiro.” (A TARDE, Caderno 2, 18 de novembro de 2007)

Independente de se tratar da auto-sustentação do turismo ou da autonomia orçamentária da cultura, após o fim da era carlista na Bahia (que resistiu 16 anos ininterruptos), efetivada com a vitória de Jacques Wagner em primeiro turno nas eleições de 2006, Gaudenzi viria a afirmar uma separação não vislumbrada em documentos precedentes.

As pequenas alterações organizacionais sofridas pela SCT não tiveram qualquer impacto sobre a orientação do seu projeto, que não se desvirtuou. Ainda que se verificasse um novo direcionamento político para a cultura no âmbito federal, a SCT atualizou seu discurso, mas não abandonou seu objetivo. A cultura permaneceu, durante todo o período, sendo considerada como “diferencial do Produto Bahia” para o turismo.

Após este olhar panorâmico sobre as origens, a criação e o desenvolvimento da Secretaria da Cultura e Turismo, afirmamos que a cultura associada ao turismo se constituiu a grande aposta do governo do estado na dinamização do setor terciário da economia baiana. O projeto iniciado em 1995 foi alimentado e desenvolvido sem deformações durante mais de uma década. Ainda que se alternassem governantes no poder público estadual e se atualizassem alguns discursos, a continuidade partidária e a permanência do Secretário Paulo Gaudenzi foram determinantes para a consolidação da política cultural do estado.

Durante todo o período, tanto o campo econômico, quanto o campo cultural, não gozaram de autonomia do poder político. Os governantes do estado tinham um projeto muito bem definido que inviabilizava uma postura neoliberal sobre o campo cultural, como ficou evidente ao tratarmos do programa de incentivo fiscal à cultura no estado, o Fazcultura. A sobredeterminação política refletia os modos de condução da máquina do estado e significava manutenção do poder pelo grupo carlista, inclusive econômico.

Esta dependência direta da economia em relação ao dinheiro público e à forma como ele é administrado torna toda a sociedade relativa ou completamente refém dos detentores do governo. A Bahia conserva, portanto, a marca grave do patrimonialismo de origem colonial, como a cultura incorporada na privatização da máquina pública, fonte privilegiada de ‘oportunidades’”(SÁ DA NOVA, 2003, p. 148)

Veremos a seguir, de forma ainda mais evidente, como o nepotismo, a troca de favores, a política de balcão, o protecionismo, contaminava as mais diferentes estruturas e projetos da Secretaria da Cultura e Turismo, um modelo vigente desde a década de 70, como visto no início deste capítulo.

CAPÍTULO III - SCT: ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS

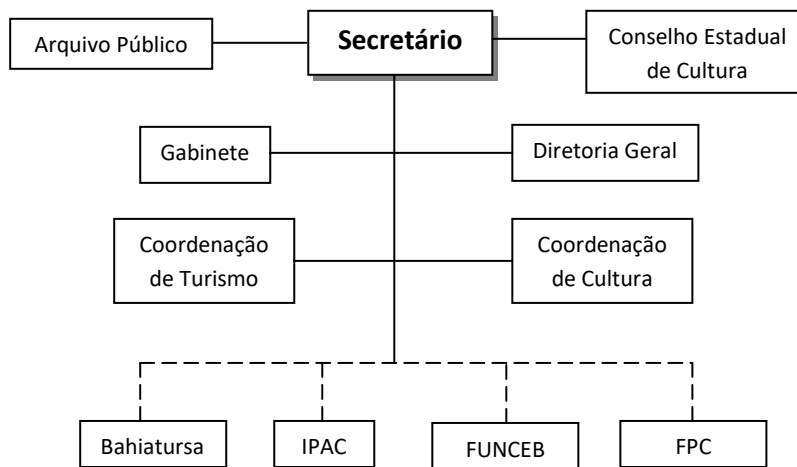
Como sugere Rubim (2006) em seu texto prescritivo “Políticas Culturais entre o possível e o impossível”, uma das dimensões analíticas a serem contempladas na investigação de uma política cultural é a atenção aos instrumentos, meios e recursos acionados. Neste momento, portanto, nos deteremos mais pormenorizadamente à abordagem dos recursos humanos e materiais da política cultural da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Os órgãos componentes da SCT e seus respectivos dirigentes guardam especificidades elucidativas da política cultural baiana durante os doze anos em estudo.

A partir da junção com o turismo, a área da cultura teve seus órgãos e respectivos equipamentos culturais desmembrados da estrutura da antiga Secretaria de Educação e Cultura e incorporados à nova Secretaria da Cultura e Turismo. Pouco diferiu, no entanto, da estrutura existente no governo Antônio Carlos Magalhães. Vinculados à administração direta manteve-se o Conselho Estadual de Cultura, o Arquivo Público do Estado e criou-se a Coordenação de Cultura. Em termos de administração descentralizada, como também já funcionava no formato da gestão ACM, manteve-se o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, a Fundação Cultural do Estado da Bahia e a Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória da Bahia. O Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia- IRDEB foi mantido sob a guarda da Secretaria de Educação, embora fosse reconhecido o seu papel de difusor da cultura no estado.

O turismo, por sua vez, teve a sua estrutura montada por apenas dois órgãos ‘exclusivamente’ seus: a Coordenação de Desenvolvimento do Turismo e a Empresa de Turismo da Bahia S/A - Bahiatursa. A primeira entidade foi criada pela Lei 6.812 que instituiu a nova Secretaria, assim como ocorreu com a Coordenação de Cultura, enquanto a Bahiatursa, entidade descentralizada, foi retirada da antiga Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo (SICT), que perdia agora esta última pasta e era rebatizada como Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração.

Um organograma simplificado para a estrutura inicial poderia ser composto da seguinte forma:

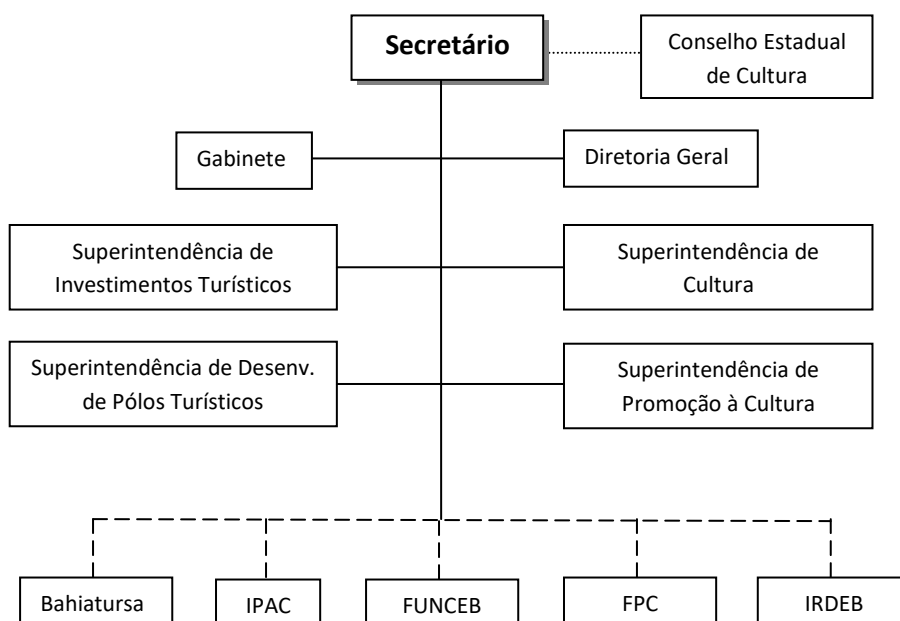
Figura 2 - Estrutura da SCT em 1995



A primeira estrutura organizacional da SCT, no entanto, viria sofrer uma série de ajustes no decorrer de doze anos, embora se mantivesse o mesmo Secretário de Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi. Para começar, as Coordenações tiveram uma vida útil de quatro anos. Em 30 de dezembro de 1998, último dia do primeiro mandato de Paulo Souto, as coordenações foram transformadas em Superintendências pela Lei nº 7.435, que previa outras reformas organizacionais para toda administração pública estadual. Ou seja, não somente a SCT teve a sua estrutura remodelada, mas todas as Secretarias de governo.

Em dezembro de 2002, o IRDEB deixa a Secretaria de Educação e é remanejado para a cultura, enquanto o APEB é incorporado pela Fundação Pedro Calmon. No ano seguinte (2003), a Superintendência de Turismo foi transformada em duas: Superintendência de Investimentos Turísticos e Superintendência de Desenvolvimento Turístico. Uma nova superintendência, desta vez para a cultura, só foi criada em 2006: a Superintendência de Promoção à Cultura, para se responsabilizar pelos Programas Fazcultura e Fundo de Cultura. No final do seu percurso, a SCT tinha sua estrutura organizada da seguinte forma:

Figura 3 – Estrutura da SCT em 2006



É interessante notar que tanto a Bahiatursa, quanto o IPAC, poderiam ser considerados, dentro da SCT, como “entidades coringas”. A Bahiatursa porque desenvolvia uma série de eventos culturais, especialmente no âmbito do Pelourinho, que cabiam diretamente à Fundação Cultural. Ao mesmo tempo em que, o IPAC realizava uma infinidade de obras de restauro, reforma, recuperação com recursos provenientes do turismo, mais especificamente do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

Vejamos então, individualmente, quais foram as estruturas e os equipamentos que compuseram institucionalmente a área da cultura dentro da SCT no decorrer do período em estudo.

Superintendência de Cultura (Sudecult)

Situada inicialmente na sede da Bahiatursa, a recém criada Secretaria ganhou sede própria no edifício Desenbanco (hoje Desenhahia), onde foram instalados o Gabinete do Secretário, a Diretoria Geral e as Superintendências. A Superintendência de Cultura foi composta, a maior parte do tempo, por três diretorias: Diretoria de Incentivos Culturais, Diretoria de Informações Culturais e Diretoria de Promoções de Eventos. A primeira é que daria origem em 2006 à Superintendência de Promoção à Cultura.

De 1995 a 1997, a Coordenação de Cultura foi gerida por Eulâmpia Santana Reiber, graduada, mestre e doutora em Jornalismo, tendo se pós-graduado pelo *Institut Français de Presse - Université Paris VI –Sorbonne*, em Paris, França. Depois de deixar a Coordenação se tornou assessora especial do Gabinete da Presidência da Bahiatursa (1997-2000), para em seguida assumir a presidência do Conselho Estadual de Cultura. Como dito no capítulo anterior, durante o governo ACM, Eulâmpia compunha a equipe técnica da Bahiatursa, então presidida por Paulo Gaudenzi, onde ocupou as chefias das unidades de Turismo Social (1991-1992) e de Estudo de Produto (1992-1994). Na chefia desta última unidade elaborou “uma série de projetos de animação urbana e dinamização cultural: ‘Arca de Noé’ [no] Jardim Zoológico de Salvador; o ‘Viva Esta Festa’ precursor do ‘Pelourinho Dia e Noite’”⁶⁶.

Quem ocupou, de 2000 a 2006, o cargo de Superintendente de Cultura foi Sonia Maria Moreira de Souza Bastos, ex-Chefe de Gabinete de Paulo Gaudenzi. A procuradora autárquica, que havia atuado no DERBA⁶⁷ e na SEPLANTEC, passara o mandato anterior (1991-1994) como chefe de gabinete da Secretaria de Justiça⁶⁸. Segundo ela, competia à Superintendência de Cultura “a formulação geral e a supervisão da execução das ações sistêmicas, no âmbito das diversas linguagens culturais, bem como o apoio à preservação da memória e do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado” (BASTOS, 2006, p. 176)

Na prática, os grandes projetos da SCT sob a responsabilidade da Sudecult foram o Censo Cultural, elaborado a partir de 1995 e executado a partir de 1996, o Programa Editorial, também iniciado em 1995, o Programa Estadual de Incentivo à Cultura - Fazcultura, coordenado a partir de 1997, e o Biblioteca para Todos, assumido em 2001. Percebe-se que a Sudecult abarcava, então, diferentes modalidades de projetos, inclusive aqueles que aparentemente deveriam estar sob a alçada de outros órgãos da administração descentralizada, a exemplo da Fundação Pedro Calmon ou Fundação Cultural.

⁶⁶ Informações obtidas no próprio currículo de Eulâmpia Reiber localizado no arquivo da atual Secretaria de Cultura em janeiro de 2008.

⁶⁷ Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia

⁶⁸ Informações obtidas no prontuário de Sonia Bastos arquivado na Secretaria de Cultura.

Conselho Estadual de Cultura (CEC)

A Constituição da Bahia em seu Artigo 272 define o Conselho Estadual de Cultura como o órgão responsável pela formulação da política cultural do Estado. Existente na Bahia desde 1967⁶⁹, o CEC não funcionou na gestão Waldir Pires/Nilo Coelho. Voltaria às atividades em julho de 1992, no governo Antônio Carlos Magalhães. Interessante notar que dos 18 Conselheiros da gestão ACM, 16 foram mantidos por Paulo Souto em novembro de 1995, a saber: Geraldo Machado, Wilson Lins, Ary Guimarães, Renato Berbet de Castro, Cláudio Veiga, Carlos Eduardo Rocha, Manoel Veiga, Mário Augusto de Castro Lima, Waldir Freitas de Oliveira, Luiz Henrique Dias Tavares, Virgílio Motta Leal, Raimundo Pacheco Sá Barreto, Fernando da Rocha Peres, Mirian Fraga, Humberto de Castro Lima e Osmar Valeriano Ribeiro. Quatro novos nomes foram acrescentados: Ana Maria Pedreira Franco Castro (Aninha Franco), Nilda Cezar Spencer, Sante Scaldaferrri e Washington Bell Marques da Silva (Bell Marques).

Na cerimônia de posse o Secretário Paulo Gaudenzi afirmou que “esse Conselho representa[va] a pluralidade cultural da Bahia e [iria] contribuir para que o estado continu[asse] se destacando no cenário cultural do país e do mundo”(DIÁRIO OFICIAL, 08 de novembro de 1995, seção 1 p. 6). O escritor, historiador e jornalista Waldir Freitas foi eleito presidente do Conselho e trazia como projetos para a sua gestão o mapeamento das atividades e manifestações culturais do estado e o resgate da memória literária baiana com a reedição de trabalhos que considerava importantes para as novas gerações⁷⁰.

Na prática, as tarefas iniciais do Conselho eram a elaboração do Plano Estadual de Cultura e a emissão de pareceres sobre a aplicação de recursos em entidades culturais. Constituído pelas câmaras de Arte, Ciências, Letras e Patrimônio e as comissões Editorial e de Legislação e Normas, o Conselho funcionava às sextas-feiras no Solar Bernardo Martins Catharino, no bairro da Graça. Waldir Freitas permaneceu presidente até 2002, quando foi substituído por Oscar Dourado e este por Eulâmpia Reiber. Além do primeiro presidente do Conselho no período em estudo, permaneceram enquanto

⁶⁹ Criado em 13 de setembro de 1967, pela Lei Estadual nº 2464, no governo de Luis Viana Filho.

⁷⁰ Informações obtidas através da matéria Conselho busca resgatar memória baiana, do Diário Oficial de 06 de dezembro de 1995, seção 1, p. 7.

conselheiros no decorrer dos 12 anos: Geraldo Machado, Miriam Fraga, Luis Henrique Dias Tavares, Nilda Spencer e Sante Scaldaferrri.

A organização interna e o Regimento do Conselho foram revistos em 1996 e novamente em 2004. Em 05 de novembro 2003, dia Nacional da Cultura, ganhou uma nova sede, prédio anexo ao Palácio da Aclamação, no Campo Grande. Em setembro de 2005 foi publicada a nova organização do Conselho em quatro Câmaras compostas por cinco Conselheiros Titulares e Suplentes e estruturadas por linhas estratégicas de ação: Câmara de Articulação e Integração; Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural; Câmara de Política Sócio-Cultural; e Câmara de Produção Cultural Contemporânea.

O selo editorial As Letras da Bahia viria a atender a proposta do Conselho de resgate de obras de autores baianos e preservação da memória histórica do estado. A Coleção Memórias da Bahia, uma das linhas editoriais do Selo, atendia justamente a esta demanda. Assim como o Censo Cultural, coordenado pela Superintendência de Cultura, realizava o mapeamento sugerido pelo primeiro presidente do Conselho no período. O Plano Estadual de Cultura, no entanto, não rendeu a contento. Nos relatórios de atividades de governo de 1995 a 2006 não há, sequer, uma menção ao Plano. O que viria a ser elaborado pela SCT seria um planejamento estratégico para o desenvolvimento econômico do estado a partir da cultura, projeções 2003-2020 ou 2006-2020.

A proposta de levantamento através do Projeto Memória Histórica do Comércio na Bahia, a *Revista Cultura da Bahia*, editada pelo CEC, homenagens a grandes nomes da história baiana, do passado e do presente, encontros, fóruns e debates sobre políticas culturais ilustram as principais ações do Conselho, que não desempenhou papel de grande destaque no período em estudo. A diretriz da política cultural da SCT já estava claramente definida, cabendo ao Conselho sugestões de menores proporções eventualmente acatadas.

Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB)

Em termos de execução de políticas para as artes, a FUNCEB foi o principal braço da SCT. Criada em 1973, a Fundação era uma autarquia⁷¹ que acumulava a estrutura física e humana de uma Secretaria, como já comentado no primeiro capítulo. O foco de suas atividades esteve, no decorrer de 12 anos, nas chamadas linguagens artísticas: teatro, música, dança, artes plásticas, literatura, cinema etc. Desta forma, sob sua responsabilidade estavam os equipamentos culturais utilizados para estes fins, o que inclui teatros, galerias, cinemas, salas de vídeo, centros de cultura e, até dezembro de 2002, museus e bibliotecas do Estado⁷².

A estrutura interna, salvo as alterações sofridas no decorrer dos anos, era constituída por Diretoria Geral, Assessoria Técnica, Procuradoria Jurídica (o que garantia autonomia à FUNCEB) e as Diretorias de áreas específicas: Diretoria de Literatura e Edição, Diretoria de Museus, Diretoria de Bibliotecas Públicas, Diretoria de Música e Artes Cênicas, Diretoria de Artes Visuais e Multimeios, Diretoria de Equipamentos Culturais e Ações Regionais. As nomenclaturas empregadas nas diretorias seriam constantemente revistas. Havia na estrutura da FUNCEB também um Conselho (Deliberativo, depois de Administração e, por fim, chamado de Curador), que não funcionou de 1995 a 2002, sendo restabelecido em 2003.

Formalmente, a FUNCEB desempenhava o papel de “órgão executor da política do estado para a cultura, sendo responsável pelo planejamento, promoção, coordenação, execução e acompanhamento dos projetos, programas e ações governamentais na área cultural”, de acordo com relatório de atividades de governo de 1995-2004. O que, se há de convir, é um objeto muito amplo e capaz de descaracterizar o papel de outros órgãos como o IPAC, a FPC, o IRDEB ou a Sudecult enquanto executores de políticas culturais também.

Durante o período em estudo, a FUNCEB, que teria sua sigla oficializada pelo decreto 5.023 de 19 de dezembro de 1995, teve apenas dois dirigentes. O primeiro, José Augusto Oliveira Gonçalves Burity, um administrador de empresas que já havia gerido o Teatro Castro Alves de 1979 a 1983, estava na FUNCEB desde 1991 e lá

⁷¹ Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. (Decreto Lei 200 de 25 de fevereiro de 1967, artigo 5º, inciso I)

⁷² A Lei 8.538 de 20 de dezembro de 2002 transferiu as bibliotecas estaduais para a Fundação Pedro Calmon (FPC) e os museus para o Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPAC).

permaneceria até dezembro de 2002. O segundo foi o ator, diretor de teatro, professor universitário e doutor em Antropologia Social e Sociologia Comparada pela Universidade René Descartes Paris 5 Sorbonne, França, Armindo Jorge de Carvalho Bião, que permaneceu até o final do mandato, em 2006.

De acordo com a publicação *Memória da Cultura – 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1974-2004*, produzida pela equipe de Armindo Bião, “na segunda gestão [1995-1998] de José Augusto Burity, foi mantida praticamente a mesma política cultural implementada no período anterior, priorizando a realização dos grandes espetáculos e a recuperação de equipamentos e espaços culturais”(FUNDAÇÃO CULTURAL, 2004, p. 68). O texto afirma ainda que a última gestão, que se estendeu de 1999 a 2002, foi marcada pela manutenção dos equipamentos e projetos já existentes.

A administração Armindo Bião, conforme declarou Eulâmpia Reiber (FUNDAÇÃO CULTURAL, 2004, p. 73), instaurava “uma nova conotação à política cultural, trazendo uma visão mais etnosocioantropológica para a ação cultural do Órgão”. Percebe-se que há uma suave atualização do discurso em 2003, quando se enfatiza a cidadania, o desenvolvimento humano a partir da cultura, mas ainda marcado pelo objetivo maior: econômico. A gestão Armindo Bião vai ser marcada pelo estreitamento das relações da Funceb com a iniciativa privada, conforme descreve o orçamento da Fundação em sua administração:

Os orçamentos anuais de 2003 a 2006 totalizaram um montante de 133,9 milhões de reais, dos quais 46,2 milhões de reais foram destinados a projetos, atividades finalísticas e operação das unidades fins. Através do Fundo de Cultura da Bahia, nos exercícios de 2005 e 2006, foram destinados para ações da Fundação Cultural, recursos da ordem de 900 mil reais. Cabe ainda destacar, o investimento nas ações da Fundação Cultural, através das leis de incentivo fiscal – Fazcultura e Lei ROUANET, que somaram um volume de recursos significativos: 1,9 milhão de reais. (...) A FUNCEB, em nossa gestão, também captou junto a iniciativa privada, recursos para a manutenção do TCA, concluindo o ano de 2006 com três cotas anuais de R\$250.000,00, a cargo das empresas Tim, Shopping Barra e Odebrecht. . (Armindo Bião em entrevista através de e-mail 10 de dezembro de 2007 a 04 de março de 2008)

Na prática, independente de se tratar de uma nova ou antiga orientação da política cultural, a Fundação Cultural atuou, primordialmente, na manutenção e dinamização dos principais equipamentos culturais de uso público pertencentes ao estado. A partir de 1995 estiveram sob a guarda da FUNCEB os seguintes equipamentos culturais:

Tabela 06 - Equipamentos culturais do estado na capital**Tabela 07** - Equipamentos culturais do estado no interior

CAPITAL E REGIAO METROPOLITANA	
Equipamento	Período
Sala Principal do Teatro Castro Alves	1995-2006
Sala do Coro do Teatro Castro Alves	1995-2006
Concha Acústica do Teatro Castro Alves	1995-1997 e 1999-2006
Teatro Miguel Santana	1996-2004
Cine Teatro Solar Boa Vista de Brotas	1995-2006
Cine Teatro Plataforma	Fechado
Espaço Cultural Alagados	1995-2006
Centro de Cultura do ICEIA	1996-2006
Casa da Música	1995-2006
Biblioteca Pública do Estado	1995, 1998-2002
Sala Walter da Silveira	1995, 1998-2006
Sala Alexandre Robatto	1998-2006
Espaço Xis/Xisto Bahia	1998-2006
Galeria Pierre Verger	1998-2006
Galeria Solar do Ferrão	1996-2006
Cinema do Museu Geológico	1996-1998
Museu de Arte da Bahia	1995-2002
Museu de Arte Moderna da Bahia	1995-2002
Museu Abelardo Rodrigues	1995-2002
Museu Tempostal	1997-2002
Museu de Azulejaria e Cerâmica Udo Knoff	2000-2002
Palácio da Aclamação	1995-2002
Escola de Dança da FUNCEB	1997-2006
Armazém Cenográfico (instalado)	2003-2006
Biblioteca Infantil Monteiro Lobato	1995-2002
Biblioteca Juracy Magalhães Júnior	1995-2002
Biblioteca Anísio Teixeira	1995-2002
Biblioteca Thales de Azevedo (construída)	1997-2002

INTERIOR DO ESTADO	
Equipamento	Período
Centro de Cultura Amélio Amorim (Feira de Santana)	1995-2000
Centro de Cultura de Alagoinhas	1995-2006
Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima (Vitória da Conquista)	1995-2002
Centro de Cultura de Porto Seguro	1995-2006
Centro de Cultura João Gilberto (Juazeiro)	1995-2006
Centro de Cultura Olívia Barradas (Valença)	1995-2006
Centro de Cultura Adonias Filho (Itabuna)	1995-2006
Centro de Cultura Antônio Carlos Magalhães (Jequié - construído)	2000-2006
Cine Teatro Lauro de Freitas	1995-2006
Teatro D. Canô (construído)	2001-2006
Parque Histórico Castro Alves	1995-2002
Museu do Recôncavo Wanderley de Pinho (Candeias)	1995-2002
Casa da Cultura Afrânio Peixoto (Lençóis)	1995-2002

A reforma e manutenção física destes espaços tiveram mais destaque do que as ações de dinamização, entendidas aqui como a promoção de atividades de ocupação e uso destes equipamentos, de 1995 a 2006. Em termos de construção a FUNCEB incorporou ao quadro de equipamentos públicos de cultura do Estado a Biblioteca Thales de Azevedo, em atividade a partir de 1997 no Parque Costa Azul, na capital baiana; o Centro de Cultura Antonio Carlos Magalhães, inaugurado em 2000 no

município de Jequié; e o Teatro Canô Veloso, depois chamado de D. Canô, em 2001 na cidade de Santo Amaro.

O cinema do Museu Geológico foi criado pela Superintendência de Recursos Minerais (Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração) que adquiriu equipamentos e adaptou o antigo auditório do Museu, cabendo ao Departamento da Imagem e do Som da FUNCEB administrar o espaço. Isso ocorreu por ocasião do fechamento da Sala Walter da Silveira em 1996 pela reforma de todo o Complexo da Biblioteca Pública do Estado (mais conhecida como Biblioteca Central dos Barris). Em 2003 foi instalado em um galpão do Centro de Convenções da Bahia o Armazém Cenográfico, espaço para construção e armazenamento de cenários de dança e teatro, além da realização de oficinas para especialização de profissionais de cenografia, adereços e produção.

Em 1997, o Museu Tempostal foi reinaugurado em um casarão situado no Quarteirão Cultural, obra da Bahiatursa no Pelourinho. Assim como a Escola de Dança da FUNCEB também ganhou uma nova sede no Terreiro de Jesus, no Centro Histórico de Salvador. Em 2000, o Museu Udo Knoff foi doado ao estado pelo antigo Banco do Estado da Bahia (Baneb). Os demais museus, acima citados, sofreram pequenas reformas físicas e de manutenção e tiveram seus acervos recuperados. A Casa da Música da Bahia, situada no Parque Metropolitano do Abaeté, bairro de Itapuã, apesar de se configurar enquanto museu e assim ser reconhecida de 1995 a 2002, na ocasião da transferência do Departamento de Museus para o IPAC, permaneceu sob a guarda da Fundação Cultural.

Os centros de cultura também tiveram sua infra-estrutura mantida no decorrer dos anos. Com destaque para o Centro de Cultura do ICEIA (também chamado de Teatro do ICEIA) que havia sido reinaugurado em 1993 (gestão ACM) e passou por reforma durante o ano de 1995. O Amélio Amorim e o Camillo de Jesus Lima deixaram de pertencer à FUNCEB porque foram cedidos em regime de comodato, respectivamente, em 2001 à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e em 2003 à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

O complexo Biblioteca Pública do Estado foi totalmente reformado entre 1996 e 1997. Reaberto em 1998, além da Biblioteca voltavam à atividade o Espaço Xis⁷³ (teatro de médio porte situado no subsolo da Biblioteca), a Sala Walter da Silveira

⁷³ Segundo Armindo Bião, em entrevista concedida para este estudo, o Espaço Xis seria rebatizado em 2003 como Espaço Xisto Bahia, “homenagem ao importante ator e músico baiano do século XIX, que teve fotografia e breves dados biográficos entronizados no foyer desse espaço”.

(cinema de arte com capacidade para 200 pessoas, também situado nas dependências da Biblioteca) e se integrava ao complexo a sala de exibição de vídeo Alexandre Robatto e a Galeria Pierre Verger. Segundo informações de André Trajano⁷⁴, com a reabertura da Sala Walter da Silveira, o contrato estabelecido entre a SCT e Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM) foi desfeito e o Cinema do Museu permaneceu fechado até 2002. Deste ano em diante, a SICM estabeleceu novo contrato com a SCT, só que desta vez através da Bahiatura, que passou a realizar licitação para a exploração do cinema.

As demais bibliotecas também passaram por eventuais reformas e acréscimos em seus acervos. É interessante destacar a existência no interior de apenas uma biblioteca pública do estado, a chamada Casa de Cultura Afrânio Peixoto, em Lençóis, que aparece nos relatórios de atividades do governo nesta condição. Ainda que a SCT trabalhasse em parceria com as prefeituras municipais para a ampliação do sistema de bibliotecas públicas no estado da Bahia, como veremos no capítulo seguinte, apenas a Afrânio Peixoto representava o estado no interior.

A ‘menina dos olhos’ da Fundação, no período em estudo, foi, sem dúvida o Teatro Castro Alves, o maior de todos os seus equipamentos, situado no bairro do Campo Grande, centro de Salvador. Constantemente referido nas publicações oficiais como a “grande casa de espetáculos da Bahia” ou o “cartão postal de Salvador”, o TCA tem como palcos a Sala Principal, a Sala do Coro e a Concha Acústica. A Sala do Coro foi reformada e reinaugurada em 1995, enquanto a Concha Acústica foi fechada para reforma durante o ano de 1998. A estrutura do Teatro ainda abriga dois tradicionais corpos estáveis: o Balé do TCA e a Orquestra Sinfônica da Bahia. Em 2006 foi criado o Coro do TCA. Todos usufruem das dependências do Teatro para ensaios e apresentações.

As atividades do Castro Alves eram desempenhadas pelo Núcleo de Extensão, que desenvolvia o programa de formação de platéia, com distribuição de convites para as apresentações do BTCA e da OSBA para a rede pública e privada de ensino e instituições culturais, além da organização de visitas guiadas ao Teatro; Setor de Documentação e Pesquisa, responsável pelo acervo histórico-documental do Teatro desde a sua construção em 1957; Setor de Multimeios, que dava suporte às atividades de

⁷⁴ André Trajano é um dos sócios do Grupo Sala de Arte que administra o Cinema do Museu hoje (2008). As informações foram concedidas com base em suas lembranças, não dispondo de documentos ou registros. O que também não foi localizado nos relatórios de atividades de governo, nem no diário oficial do período consultado (1995-2006).

criação e apresentação dos projetos gráficos do Teatro; e Centro de Treinamento do Ator, que promovia cursos, seminários e oficinas.

O Teatro Miguel Santana, situado no Pelourinho, reformado e reequipado em 1995, manteve-se sob a responsabilidade da FUNCEB até 2003. No ano seguinte foi cedido à Organização Não-Governamental Balé Folclórico da Bahia. O cine-teatro de Lauro de Freitas, situado na Região Metropolitana de Salvador, assim como o cine-teatro Solar Boa Vista de Brotas, localizado no bairro de Engenho Velho de Brotas na capital, tiveram suas instalações recuperadas ou mantidas durante todo o período. O cine-teatro Plataforma, no entanto, único equipamento cultural público do estado no subúrbio ferroviário de Salvador, permaneceu fechado durante toda a existência da Secretaria da Cultura e Turismo. As obras de reforma e modernização de suas instalações viriam a acontecer em 2006, não havendo tempo hábil para inauguração pelo governador Paulo Souto.

Diante deste conciso panorama das ofertas de equipamentos culturais do estado, é interessante observar a grande concentração na capital. Dos 417 municípios existentes na Bahia (em 1995 eram 415), a FUNCEB, oficialmente o principal órgão ‘executor’ das políticas culturais do governo, mantinha representações físicas em apenas 14 deles, ou seja, 13 cidades do interior.

Distanciando, então, o olhar da capital, se observarmos a figura 04, fica evidente que os nove centros de cultura, a única biblioteca estadual e os dois museus estavam distribuídos geograficamente entre a região central do estado (Chapada Diamantina representada por Lençóis) e o litoral, região leste do estado. O que significa dizer que por maior que fosse a capacidade destes equipamentos atraírem a população dos municípios limítrofes (e aqui se ignora as distâncias e dificuldades de transporte entre eles), a região oeste da Bahia estava totalmente desassistida. Relevante ainda citar que nenhum cinema se fazia presente no interior da Bahia através do Governo do Estado.

Figura 4 - Cidades com equipamentos culturais do Estado



Na Região Metropolitana de Salvador, a concentração mais uma vez se afirma. Dos 28 equipamentos listados na Tabela 06, 20 encontravam-se distribuídos na região do centro antigo de Salvador, o que inclui os bairros da Vitória, Campo Grande, Barbalho, Centro e Pelourinho. Dos nove restantes, apenas dois, um deles fechado durante todo o período (Cine-teatro Plataforma), situavam-se em bairros periféricos e populares de Salvador. O outro, Espaço Alagados, nada mais era do que duas salas nos fundos da Escola Polivalente São Diego, da rede estadual de ensino, improvisadamente utilizadas pela população na realização de oficinas e pequenas apresentações. O Espaço Alagados substituiu o antigo cine-teatro Alagados, abandonado pelo estado desde 1987.

Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPAC)

O IPAC é um dos grandes protagonistas da história da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Fundado em 1967, desde lá este Instituto tem como seu

principal objeto de intervenção o Centro Histórico de Salvador, popularmente chamado de Pelourinho, como observaremos no capítulo IV. Mas sua função é mais ampla, se destina a executar a política “patrimonialista” do estado. O que não necessariamente restringe sua atividade ao âmbito do patrimônio material, embora tenha sido esse o seu principal foco de ação dentro da SCT.

Em linhas gerais o papel do IPAC, de 1995 até o ano de 1999, era de realizar obras de preservação, restauro, recuperação e reforma de “bens patrimoniais tombados, protegidos e de importância artística e cultural” (site da SCT, visitado em dezembro de 2006). O que redundava, na prática, em intervenções na estrutura física de casarios, igrejas, museus, praças, monumentos, imagens, móveis, painéis de azulejos ou ainda aquisição, regularização e indenização de imóveis. A partir de 2000, o governo do estado determinou que as ações do IPAC se restringissem, enquanto à CONDER, cabia a responsabilidade da execução das obras físicas⁷⁵. Não é demasiado lembrar que a CONDER já desempenhava esta atividade em parceria com o IPAC.

A partir de 2003, o Instituto agrega a sua estrutura 11 museus do estado e a Diretoria de Ações Culturais. Desde então, cabia-lhe a função de manutenção e preservação destes equipamentos e seus acervos, além da dinamização do seu funcionamento. O órgão que antes se voltava para o aspecto físico da preservação patrimonial, agora se ocupava em realizar palestras, fóruns e discussões em favor da conscientização da comunidade e de seus técnicos, em estimular a visita dos seus museus e promover eventos para atração de público ao Pelourinho. A nova estrutura englobava a

Diretoria de Preservação e Restauro (com engenheiros, arquitetos e equipes correlatas), a Diretoria de Ações Culturais (responsável pelo Projeto "Pelourinho Dia e Noite"), a Diretoria do Museu da Arte da Bahia, a Diretoria do Museu de Arte Moderna da Bahia e a Diretoria de Museus (responsável pelos museus com menor volume de coleções e com um aporte financeiro mais reduzido). Esta última diretoria envolve o Museu Temporal (com cerca de 35 mil postais sobre a Bahia e o Brasil, que é bastante visitado e utilizado por pesquisadores em função da riqueza iconográfica do acervo), o Parque Histórico Castro Alves (a cerca de 160 km de Salvador), o Museu Abelardo Rodrigues, o Museu Wanderley de Pinho (localizado no Recôncavo e que detém uma grande coleção de arte sacra) e o Museu de Azulejaria

⁷⁵ Informações obtidas no Relatório de atividades do Governo referente ao exercício 1999.

Udo Knoff (museu biográfico, que resgata a azulejaria e as técnicas de cerâmica desse grande ceramista alemão que viveu na Bahia).⁷⁶

Paulo Souto retornava ao governo em 2003 com um olhar aparentemente mais ampliado sobre a cultura. A partir do ano de 2004 os relatórios de atividades de governo já apresentam uma noção de patrimônio material que extrapola as igrejas barrocas e os casarões portugueses, alcança os terreiros de candomblé e reconhece mestres da cultura popular. Somente neste ano são tombados pelo IPAC quatro terreiros: Pilão da Prata, Ilê Axé Oxumaré, São Jorge Filho da Goméia e Mãe Mirinha do Portão. O intangível também passa a ser reconhecido enquanto bem cultural, patrimônio da Bahia, conforme descreve o relatório do exercício 2005 (p. 315):

Administrar o rico patrimônio histórico e cultural dos baianos é tarefa que se impõe ao Governo do Estado, sob a ótica da sua integração ao desenvolvimento socioeconômico, notadamente ao processo de expansão das atividades turísticas. A ação governamental, nesse âmbito, abarca um vastíssimo espectro, abrangendo, na capital e interior do Estado, tanto a proteção ao patrimônio material, representado por monumentos, sítios históricos, áreas e bens de especial interesse, quanto o patrimônio imaterial, concernente à herança de valores culturais e tradições.

Três diferentes profissionais ocupariam a direção do IPAC no decorrer do período em estudo. Maria Adriana Almeida Couto de Castro, arquiteta, pós-graduada em Restauro e Conservação de Monumentos pela USP, ocupava o cargo desde janeiro de 1994, último ano da gestão ACM, e lá permaneceu até o final de 2002. Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa, professora da UFBA, historiadora e museóloga, mestre em Ciências Sociais e Doutora em Sociologia pela *Université du Québec à Montréal*, Canadá, dirigiu o IPAC por apenas um ano.

Em entrevista concedida para este trabalho em 11 de janeiro de 2008, a Prof^ª. Heloisa Helena contou que já havia sido gestora do Museu Geológico da Bahia e fora convidada pessoalmente pelo governador Paulo Souto e pelo Secretário Paulo Gaudenzi, em seus respectivos gabinetes, para assumir a direção do IPAC. Em suas próprias palavras ela explica o motivo da sua rápida passagem pelo órgão:

⁷⁶ Entrevista concedida pela Prof^ª Heloisa Helena Gonçalves à Revista Museu, disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=4621>, acessado em 03 de abril de 2008.

A minha expectativa ao trabalhar no IPAC era de promover uma gestão bem integrada porque o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural não é de Salvador, é da Bahia, então a gente imagina que ele devia trabalhar em todas as áreas do estado de uma maneira integrada, compondo a história da Bahia, ajudando a compreender essa história da Bahia através do uso desse patrimônio (...). Mas essa não era a realidade que existia no IPAC nos anos anteriores à minha gestão, ele era um órgão, como eles diziam lá dentro que “era uma grande imobiliária”, porque o IPAC geria basicamente o Centro Histórico de Salvador e os edifícios do Centro Histórico, e ele não tinha gestão sobre outras cidades como Lençóis, Andaraí, Cachoeira ou Mucugê, que poderiam também ser geridas em termos patrimoniais pelo próprio IPAC, no sentido de levar a educação patrimonial para esses lugares, no sentido de orientar professores de escolas públicas nível primário ou de segundo grau e até as universidades existentes nestas regiões, onde estivesse pontos da UNEB, de maneira que as pessoas que formam e que têm uma massa crítica pudessem atuar em benefício desse patrimônio. Mas infelizmente isso não foi possível porque o IPAC tinha muita relação com o Centro Histórico daqui [Salvador] e com alguns edifícios exponenciais de algumas cidades específicas. Então, a política pública para a cultura não era essa política que eu entendia mais participativa, abrangente, era muito pontual. Era uma política muito voltada para enaltecer lugares que pudessem ser vistos por turistas e a compreensão também do turista durante aquela gestão, pelo que eu pude perceber, não era exatamente o turista nacional, nem mesmo o turista do estado da Bahia, mas o turista internacional, se falava muito em deixar o turista vir para dispensar aqui, despendar aqui os seus dólares e que era uma grande entrada de divisas. Então, eu também acho que isso é importante, não sou contra isso de forma nenhuma, mas também acho que é muito importante pensar que existem pessoas no Brasil e especialmente na Bahia que também devem participar desse movimento e que essa circulação de dinheiro também se dá dentro do país e que essas pessoas ao entenderem melhor o seu patrimônio, cada um na sua cidade, na sua região, as pessoas tem mais orgulho daquilo que elas têm pra mostrar e ao terem mais orgulho vão cuidar melhor, então, tinha que acoplar a esta grande tendência de ênfase ao turismo uma ênfase ao desenvolvimento cultural.

Em 12 de maio de 2004, Heloisa Helena deixa o cargo e é substituída por Júlio de Santana Braga. Com dois pós-doutorados, doutorado em Antropologia pela *Université Nationale de Zaire*, na África, dedicado ao tema das Religiões Afro-brasileiras, com vários livros publicados sobre o Candomblé, o também professor universitário seria determinante para a continuidade da gradual abertura do IPAC à vertente do patrimônio imaterial, ainda que de maneira restrita e incomparável com a proporção dos investimentos nas obras físicas, já no final da “Era Gaudenzi”.

Fundação Pedro Calmon (FPC) e Arquivo Público da Bahia (APEB)

Sediada no Palácio Rio Branco, construído em meados do século XVI e onde se instalou a administração pública do estado da Bahia durante longos anos, a Fundação Pedro Calmon era o órgão da administração descentralizada responsável pela preservação e difusão da memória político-administrativa da Bahia a partir do período republicano. Além da exposição permanente do Memorial dos Governadores da Bahia, que servia como ponto turístico já que situado nas proximidades do Elevador Lacerda, a FPC inaugurou em 1998 sua biblioteca composta por títulos, fonoteca e arquivo de recortes, todo o acervo especializado em história da Bahia. Seu dirigente de 1991 ao final de 2002 foi Afonso Maciel Neto, presidente da Associação Baiana de Imprensa por duas décadas.

O Arquivo Público do Estado (APEB), por sua vez, também situado em um edifício histórico do século XVII, a Quinta do Tanque, residência de Padre Antônio Vieira, era um órgão da administração direta, vinculado ao Secretário Paulo Gaudenzi. Sua diretora, desde 1991, foi a historiadora e pesquisadora Anna Amélia Vieira Nascimento, que permaneceu no cargo até 2002. Sob sua guarda estavam vinte quilômetros de documentos históricos, geográficos, administrativos, técnicos, legislativos e judiciários da Bahia e do Brasil do século XVI ao XXI (Diário Oficial, 03 de junho de 2004, seção 1, p. 8).

O órgão era constituído por gerências de Arquivo Permanente, Arquivo Intermediário, Técnica em Arquivo, Administrativa e Financeira, e Operacional.

Entre os serviços oferecidos pelo Arquivo Público, destaca-se o levantamento histórico de propriedades. Aberto a consultas, como todo o acervo do APEB, o serviço pode ser utilizado por advogados, inventariantes e herdeiros que desejarem informações sobre a origem de bens imóveis. O levantamento é feito pela Seção Judiciária, que fornece dados a respeito de notas de cartórios e processos cíveis e criminais instaurados na Bahia desde o século XVII.

O APEB conta com outras seções, como a Colonial, onde estão as cartas régias (comunicados, despachos e ordens do Rei de Portugal para os habitantes da colônia); a Provincial, que cuida de todos os documentos da província da Bahia, e Legislativa que guarda as atas dos poderes legislativos estadual e federal. Essas seções são coordenadas pela Gerência de Arquivos Permanentes. A Gerência de Arquivos provisórios trata de toda a documentação que chega ao Arquivo Público. (Diário Oficial, 1º de julho de 1995, seção 1, p. 8)

Além das seções Judiciária, Colonial e Provincial (depois unidas em uma só), ainda existiam a seção Republicana e a seção de Arquivos Privados. Em 1999, a equipe era formada por 60 profissionais arquivologistas, historiadores, bibliotecários e técnicos de nível médio (DIÁRIO OFICIAL, 06 de julho de 1999, seção 1, p. 6). O APEB desempenhava ainda o assessoramento técnico para instalação de arquivos públicos municipais, mas não possuía qualquer sede ou representação no interior.

No fim das contas, FPC e APEB desempenhavam papéis muito semelhantes, com objetos bastante aproximados. As formas de funcionamento dos dois órgãos se concentravam na preservação e disponibilidade do acervo a estudantes, pesquisadores e visitantes, além da promoção de palestras, conferências e encontros. Até mesmo o projeto de aproximação das escolas aos acervos, iniciado em 1995, era igualmente desenvolvido nos dois órgãos, apenas com nomes diferenciados: Museu-Escola e Arquivo-Escola.

Embora ligado diretamente ao Secretário, nem o Arquivo Público do Estado, nem a FPC gozavam de um lugar privilegiado dentro da estrutura da SCT. Suas funções eram reconhecidas pela importância de se preservar a memória baiana, mas pouco se fez para ampliar ou estimular o acesso público a esses documentos. O Arquivo Público viria a ser incorporado à Fundação Pedro Calmon em dezembro de 2002, quando as bibliotecas também passaram a sua alçada.

Transformada em Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, de 2003 a 2006 as atividades pouco divergiram dos oito anos precedentes. Foi dada continuidade ao projeto de estímulo à instalação de arquivos públicos no interior, assim como a ampliação do sistema de bibliotecas públicas do estado, que se davam nos mesmos moldes, com a prestação de assessoria técnica, capacitação de funcionários em parceria com as prefeituras e o Ministério da Cultura. Em 2004, além da Casa de Cultura Afrânio Peixoto, em Lençóis, a FPC recebeu como doação a Biblioteca Juracy Magalhães Júnior da Ilha de Itaparica, homônima daquela instalada no bairro do Rio Vermelho em Salvador. O novo diretor, que assumiu em 2003, foi o poeta, roteirista, compositor, advogado e professor, pós-graduado em Literatura Brasileira, Claudius Hermann Portugal.

Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB)

A história do IRDEB enquanto órgão institucionalmente reconhecido como pertencente à cultura é bastante recente. Somente no exercício 2003, com as reformas administrativas relatadas até aqui, promovidas pelo governador Paulo Souto, o Instituto se incorporou à estrutura da SCT. Repetidamente afirmada, inclusive pelo próprio governador, a missão do IRDEB era “valorizar e difundir a cultura popular da Bahia”⁷⁷. No curto espaço de tempo de quatro anos, três jornalistas se incumbiram dessa missão: João Paulo de Araújo Costa (2003), José Américo Moreira da Silva (2004 a junho de 2006) e Welinton Aragão (junho a dezembro de 2006).

O primeiro deles, João Paulo, havia sido nos quatro anos anteriores, assessor de imprensa do senador Paulo Souto, agora governador. Em seu currículo trazia ainda as funções de diretor de jornalismo da Assessoria Geral de Comunicação Social do Estado da Bahia (Agecom), repórter e editor de esportes nos extintos Jornal da Bahia e Bahia Hoje. Na solenidade de posse, que também oficializava a transferência do IRDEB para a SCT, o Secretário Paulo Gaudenzi afirmou que o principal motivo para a incorporação do instituto à sua secretaria se devia à prioridade do governo do estado à cultura, ele afirmou:

Nosso trabalho terá de ser perfeitamente harmonioso, de muito entrosamento. A cultura é prioridade porque é a mais coletiva propriedade de um povo. Cabe a nós o papel de facilitar e incluir nos processos culturais o desenvolvimento social. (...) Cada passo dado aqui foi no sentido de levar a televisão e a rádio a se tornarem talvez a mais evidente bandeira da atividade cultural do Estado. Queremos ver isso ampliado e avançado. (DIÁRIO OFICIAL, 09 de janeiro de 2003, p. 6)

João Paulo deixou o cargo para assumir novamente a Agecom, sendo substituído por seu assessor especial José Américo, outro jornalista com experiência em publicidade, edição e direção de cena na Bahia e em outros estados. As perspectivas para a nova gestão eram de continuidade dos projetos iniciados por João Paulo, com destaque para: cobertura de festas populares pela TVE, como o carnaval; o desenvolvimento do Pólo de Teledramaturgia da Bahia (Pote), cuja implantação o novo

⁷⁷ Observado a partir da leitura das matérias do Diário Oficial no período 2003 a 2006.

dirigente havia acompanhado; e o Festival de Música Educadora FM (DIÁRIO OFICIAL, 07 de janeiro de 2004, seção 1, p.2).

Depois de dois anos e cinco meses, José Américo deixa o IRDEB para trabalhar em Brasília. Em seu pronunciamento de passagem de cargo em 14 de junho de 2006, citou a transmissão ao vivo da festa da Boa Morte, em Cachoeira, e dos jogos do Campeonato Baiano de Futebol, pela TVE como os principais projetos da sua gestão (Diário Oficial, 15 de junho de 2006 p. 5). O último dirigente, Welinton Aragão, também vinha da coordenação executiva da Agecom e já havia sido diretor de Operações do IRDEB em 2003.

Em termos de estrutura física, além da TV Educativa da Bahia e da Rádio Educadora FM, o IRDEB ainda contava com o Espaço IRDEB, que se tratava de um auditório e um foyer, reformado em 2000 e reinaugurado em 2001, passando a se chamar Teatro do IRDEB. Aquele palco servia a diferentes propósitos, desde gravações de shows a apresentações de capoeira. O IRDEB ainda mantinha, desde 1993, uma videoteca composta por gravações de programas da TVE e da TV Cultura (estatal paulista).

Em termos de operação, a maior restrição do órgão foi o alcance de suas transmissões de rádio e TV. É ilustrativa a matéria do Diário Oficial de 03 e 04 de abril de 2004, seção 1, p.7 que tem como título “Sinal da TVE é restabelecido em Ilhéus”:

Hoje e amanhã, o IRDEB leva a Ilhéus, no sul do estado, o projeto TVE na Praça, marcando o restabelecimento do sinal da emissora no município depois de quatro anos de interrupção por problemas técnicos.

(...)

No dia 25 de março [de 2004], o sinal da TVE chegou pela primeira vez ao município de São Felix, através de parceria com a prefeitura e a sua vizinha Cachoeira. A partir desta parceria, a emissora poderá produzir mais programas e documentários sobre os diversos aspectos desta região de grande representatividade na história da Bahia e berço de importantes tradições e manifestações culturais.

Mais uma vez, se apresentavam os limites geográficos de ação da Secretaria de Cultura e Turismo, que deveria atender a todo o estado. Assim, é possível afirmar que em se tratando de estruturas e equipamentos culturais o governo do estado encontrava-se fortemente restrito à capital. E, mesmo em Salvador, a presença da Secretaria também era limitada. Os bairros populares, por exemplo, continuaram desprezados. O

cine-teatro Plataforma só foi recuperado no último ano de governo, o cine-teatro Alagados nem essa atenção teve. O que dizer, então, do Cine ACM-Brasil, no bairro da Liberdade, reformado em 1992, mas totalmente ignorado pela nova Secretaria.

Em 12 anos de atuação de um mesmo dirigente e grupo político, não foi possível observar grandes mudanças em relação ao que vinha sendo feito antes de 1995. As estruturas organizacionais, assim como seus dirigentes, eram praticamente os mesmos. O suspiro de atualização da máquina administrativa, observado com o retorno de Paulo Souto ao poder no estado e a troca dos dirigentes dos órgãos de cultura, não significou mudanças na gestão dos equipamentos culturais pertencentes ao estado.

O reduzido poder analítico deste capítulo foi determinado pela necessidade de descrever as estruturas físicas e humanas da SCT sem enveredar pelos projetos pertinentes a cada órgão. Pretendeu-se demonstrar as bases de onde nasceriam os projetos e as prioridades da Secretaria, a serem esmiuçados no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV – SCT: PRIORIDADES E PROJETOS

Os doze longos anos de administração de Paulo Gaudenzi foram marcados pela continuidade de prioridades e projetos e. De 1995 a 2002, os projetos foram praticamente os mesmos iniciados pela gestão anterior (ACM, 1991-1994), alguns acréscimos eventuais foram feitos, outros projetos esporadicamente se perderam no meio do caminho ou tiveram uma frágil existência de um ano. A partir de 2003 se ensaia uma mudança de intervenção, mas, de um modo geral, nenhuma alteração profunda foi ensejada, os projetos que aqui chamaremos de prioritários, tanto sob o nosso olhar quanto dos dirigentes da SCT, se perpetuaram durante todo o período em estudo.

Este capítulo, portanto, se dedica à abordagem das diferentes frentes abertas pela Secretaria para execução da política cultural do estado através dos seus mais variados ‘braços’ executores, seus órgãos e respectivos equipamentos, apresentados no capítulo anterior. Com o intuito de permitir um olhar sobre a política cultural deste período, não nos deteremos a uma abordagem individualizada das ações destes órgãos (Sudcult, FUNCEB, IPAC, IRDEB e FPC). Arriscamos aqui uma delimitação a partir de eixos

temáticos estabelecidos com a finalidade de abarcar a maioria dos projetos desenvolvidos pela SCT e ponderar suas prioridades.

Não teríamos a pretensão de dar conta da totalidade dos projetos realizados em 12 anos. O grande volume deles no extenso período em estudo, aumentam o risco de eventual negligência de uma ou outra ação. Na tentativa de chegarmos o mais próximo possível privilegiamos como fonte os relatórios de atividades de governo que, a priori, deveriam registrar todos os projetos desenvolvidos pela SCT.

Mas antes, cabe neste momento retomarmos a afirmação do capítulo II, quando tentamos esboçar a função designada para a cultura, por todos os governadores que se alternaram no poder de 1995 a 2006.

A cultura vem sendo, nas duas últimas décadas, sistematicamente pensada como meio para dois fins declarados prioritários, o desenvolvimento econômico e humano. Nenhum dos dois poderá ocorrer se a cultura não for, ela mesma, sustentável, se a cultura não for culturalmente sustentável. Em outras palavras, se ela não for vista como um fim em si, não apenas como meio. Essa é uma aparente contradição da qual é difícil extricar-se: utilizar a cultura como meio, mas preservar a cultura como fim. Se não se pensar a cultura independentemente dos fins a que ela possa servir, se não se servir à cultura por aquilo que ela é, naquilo que ela é, isto é, se não se criarem as condições para que a cultura se sustente e se desenvolva por e para seus próprios princípios, sem nenhuma preocupação com os fins que ela pode alcançar, a cultura não sobreviverá e não servirá ao que se espera que sirva. As iniciativas nesse sentido são hoje praticamente tênues, senão invisíveis. (Coelho, 2007, p.18)

É justamente sob essa lógica prevalente nos últimos anos, e não aquela que o autor defende que se insere a intervenção da SCT no cenário cultural baiano. George Yúdice (2004) corrobora com Coelho (2007), ao afirmar que a conveniência da cultura e o seu protagonismo a partir da década de 90, mais do que em qualquer outro momento da história, reside na possibilidade de servir como instrumento (meio) para o desenvolvimento econômico, que, sob este viés, terminaria por redundar no desenvolvimento humano. O governo do estado aposta na economia do turismo para nortear a política cultural da SCT, vê a cultura como objeto de “diferenciação” do turismo, mais um produto a compor o pacote de sol e mar, como confirma o discurso oficial em variados momentos:

A riqueza e diversidade da cultura e do patrimônio histórico-cultural, assim como a criatividade do povo baiano constituem fator

determinante da atratividade turística da Bahia, tanto quanto à paisagem como em relação a sua condição natural. Portanto, o futuro do turismo depende de um programa de ação para o fortalecimento e dinamização do patrimônio e da produção cultural na Bahia. (PLANO PLURIANUAL 1996-1999, 1995, p. 47)

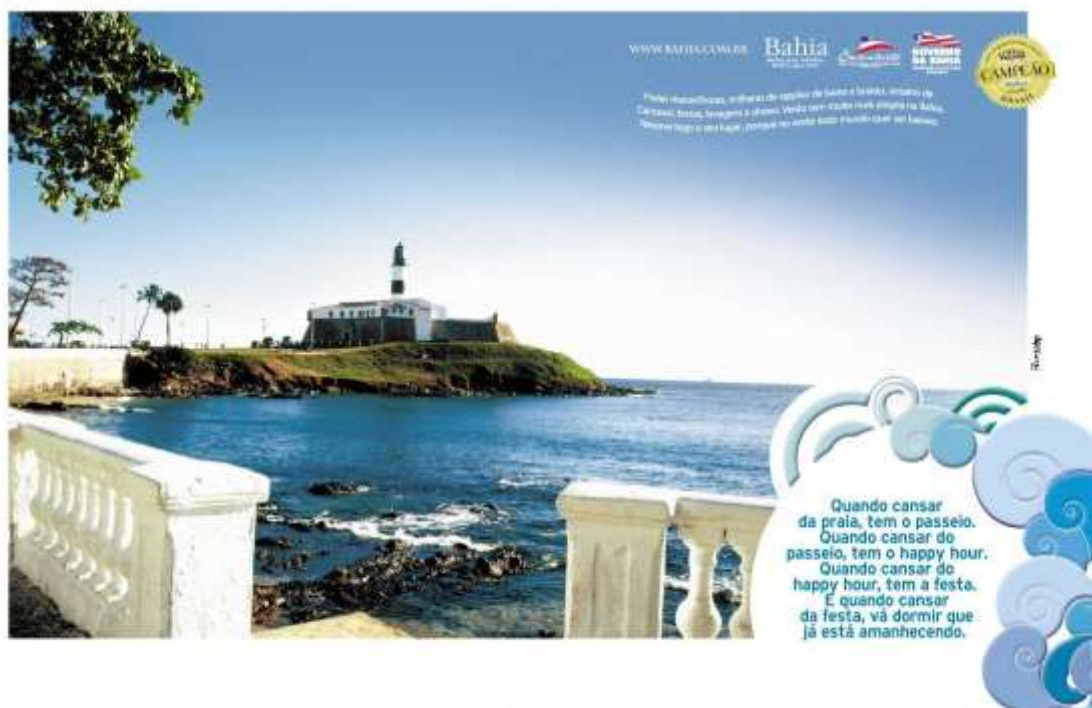
Numa clara demonstração da prioridade conferida ao turismo como alavanca para o desenvolvimento econômico da Bahia, o Governo atual criou a Secretaria de Cultura e Turismo, estabelecendo uma ferramenta institucional para o processo de expansão do setor, ao tempo em que lhe agregava a dimensão cultural. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TRIÊNIO 1995-1997, 1997, p. 199)

O apoio à cultura e ao turismo foram outras características marcantes do triênio 1999-2001. Com isso, esses dois setores continuaram desempenhando um **papel de destaque no âmbito das políticas estaduais voltadas para a geração de emprego e renda**” (APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TRIÊNIO 1999-2001, assinado por César Borges, janeiro de 2002)

Um dos grandes atrativos do turismo, a cultura baiana tem sido objeto de atenção crescente na política de investimentos do nosso Governo. As destinações para a cultura na Bahia conformam um dos maiores orçamentos públicos do setor no país, contribuindo para imprimir uma nova dinâmica ao processo de geração de imagem, trabalho, emprego e renda nessa área. (MENSAGEM DE ABERTURA DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA por Paulo Souto, 2006, p.26)

Nos projetos que abordaremos a seguir, portanto, se tornará evidente a existência de duas macro estratégias definidas para a promoção da rentabilidade econômica e da geração de renda através da cultura: de um lado, a preservação do patrimônio histórico e cultural, de outro, a criação de um mercado do entretenimento. A primeira estratégia se referia ao investimento maciço na recuperação física de sítios históricos, igrejas e monumentos ‘para o turista ver’. A segunda traduz a proposta de manter, particularmente em Salvador, uma zona de entretenimento que extrapolasse as belezas da arquitetura e os prazeres do sol e do mar, ou seja, se atrairia o turista para despender dinheiro em espetáculos e eventos. É ilustrativa da conjugação destas duas macro estratégias com um objetivo único, a seguinte campanha da Bahiatursa:

Figura 5 - campanha publicitária da Bahiatursa, 2003



Cultura e Turismo em entrevista concedida a Sérgio Sobreira (2007, p. 80):

Em 1995 foi importante escolher trabalhar juntos (a cultura e o turismo) agora dentro de uma visão maior onde você tem a atividade cultural como grande momento e grande apelo turístico da Bahia e o **turismo sendo um financiador adicional da cultura no momento que ele é um grande consumidor. É o dinheiro de fora que vem aqui e consome atividades, consome comprando artes plásticas; consome música; consome teatro, e assim sucessivamente**⁷⁸. É claro que a música é quem mais ganha com isso, são as artes plásticas quem mais ganham com isso, mas também a arte de cozinhar, a gastronomia baiana ganha com isso, ou seja, a cultura é consumida por nós mas também por aqueles que vêm de fora, e este é um dinheiro novo que está vindo para cá, então esse entendimento é que acabou fazendo a Secretaria da cultura e do Turismo, mas dentro de um pressuposto básico fundamental de que a cultura é imaculada e que jamais o Governo pode interferir no seu processo. Nem ninguém nem a visão do turismo. Embora tenha gente que imagina isso, imaginou, que possa pensar, que pensou, que ainda pensa, mas isso é uma bobagem, porque a visão do pessoal que trabalha com turismo é suficientemente inteligente para entender que não se pode matar a **galinha dos ovos de ouro**⁷⁹, já que nós entendemos há mais de 35 anos que nosso negócio é diferente, e só pode ser diferente com você mostrando, expondo e fazendo com que as pessoas venham viver e participar conosco desse modo de celebrar a vida que é a baianidade (...) (GAUDENZI, 2006, apud SOBREIRA, 2007, p.80)

⁷⁸ Grifo meu.

⁷⁹ Grifo meu.

A fim de tornar ainda mais clarividente este olhar sobre a política cultural da Secretaria, desmembramos as duas macro estratégias em seis eixos temáticos de projetos de acordo com a proximidade de seus objetivos. Ou seja, independente dos formatos, linguagens artísticas, público alcançado, ou profissionais envolvidos, faremos uma abordagem, neste capítulo, dos principais projetos da SCT apresentados nos relatórios de atividades de governo⁸⁰ reunidos a partir dos seguintes eixos temáticos: (1) criação de pontos turísticos, (2) animação cultural, (3) estímulo à produção artística, (4) qualificação profissional, (5) manutenção da memória, (6) difusão cultural.

Em linhas gerais, a criação de pontos turísticos se refere ao maciço investimento do IPAC (da Bahiatursa e CONDER) em projetos de recuperação do patrimônio material de Salvador e de algumas cidades eleitas no interior, com o intuito de transformá-las em pontos para visitação turística. A animação cultural era o principal papel dos muitos espetáculos e eventos realizados exclusivamente nos equipamentos centrais de Salvador. O estímulo à produção era o objetivo que norteava uma série de projetos da FUNCEB e Sudecult, tais como concursos, prêmios, editais, selos editorial e fonográfico. As pretensas ações de qualificação profissional da mão-de-obra da cultura eram estimuladas pela Escola de Dança da FUNCEB, o Pólo de Teledramaturgia da Bahia, ou o Núcleo de Teatro do TCA, por exemplo. A manutenção de acervos era o papel desempenhado pelos museus, bibliotecas e arquivos. Por fim, a difusão cultural, por sua vez, era a finalidade de projetos dedicados às periferias e às cidades do interior para onde se tentava levar o contato com a “cultura erudita”.

Criação de Pontos Turísticos

O maior programa para a cultura da Secretaria da Cultura e Turismo, nos seus 12 anos de existência, foi a política de preservação do patrimônio material. A essa política foram destinados os maiores recursos financeiros (do erário público e de empréstimos de organismos internacionais), assim como sua presença foi recorrente nos discursos eleitoreiros e nas mensagens de abertura dos trabalhos na Assembléia Legislativa,

⁸⁰ Foram tomados como objeto de análise os projetos citados nos relatórios de 10 anos da Secretaria da Cultura e Turismo (1995-2004) e relatórios anuais de atividades de 2005 e 2006, com o intuito de abarcar todo o período em estudo. É válido observar que os relatórios anuais de 1995 a 2004 também serviram de referência para todo este trabalho, mas, na tentativa de otimizar o acesso ao volume de projetos desenvolvidos em 12 anos, foi privilegiado o registro dos 10 anos da SCT e os relatórios dos períodos não contemplados por esta publicação.

durante todo o período⁸¹. As grandes áreas de intervenção da SCT neste sentido foram o Centro Histórico de Salvador e determinados sítios históricos do interior.

As recuperações e reformas atendiam exclusivamente ao patrimônio edificado e reconhecido pelo seu valor histórico pelo estado ou pela UNESCO. Tratava-se de igrejas e casarios portugueses e seus acervos de bens móveis, contemplando restaurações de imagens sacras católicas ou obras da herança branca portuguesa no Brasil. Neste último caso, são exemplos a restauração da imagem de Cristo ressuscitado, em Feira de Santana, ou as telas com retrato de D. Pedro II recuperadas em Valença e Mucugê, no ano de 1996. Na capital, fora do limite do Centro Histórico, foram recuperados fortes e igrejas que também atendiam à demanda do turismo, a exemplo da Igreja do Senhor do Bonfim⁸², recuperada em 1999, e duas imagens do seu acervo, ou o Forte São Diogo, no Porto da Barra.

As construções representativas da cultura africana, ou da cultura indígena, ou de qualquer outra origem ou tradição cultural que não a portuguesa dificilmente interessavam à SCT enquanto patrimônio a ser preservado. Apesar dos inúmeros apelos de marketing promovidos pela Bahiatursa, onde a Bahia é representada como multiracial, multiétnica, multicultural (como veremos a seguir). Durante os 12 anos em estudo, segundo os relatórios de atividades de governo, portanto publicações oficiais, apenas dois terreiros foram alvo de intervenções de recuperação ou restauração por parte do estado, o Ilê Axé Opô Afonjá, em 1997, e Terreiro Pilão de Prata, em 2006, ambos em Salvador. Os tombamentos de terreiros somente aparecem na publicação oficial como tendo sido iniciados em 2004, conforme quadro a seguir retirado do Relatório de Atividades de Governo de 2003 a 2006:

⁸¹ Essa é, inclusive, uma das grandes características do modo de agir de ACM e seus seguidores, o grupo carlista, que apelam a obras monumentais como marcos das suas gestões.

⁸² Oficialmente o nome da Igreja do Bonfim é Basílica de Nosso Senhor Bom Jesus do Bonfim, situada na Colina Sagrada, bairro do Bonfim, Cidade Baixa de Salvador.

Figura 6 - Tombamentos e Registros realizados 2004-2006

QUADRO 6	TOMBAMENTOS E REGISTROS REALIZADOS BAHIA, 2004-2006
BENS PATRIMONIAIS TOMBADOS	
Castro Alves	
Casa Sede da Fazenda Curralinho	
Feira de Santana	
Capela Nossa Senhora dos Remédios (Decreto 9.986/06)	
Paço Municipal de Feira de Santana	
Vila Fróes da Mota (Decreto 9.985/06)	
Lauro de Freitas	
Terreiro de Mãe Mirinha do Portão	
Terreiro Ilê Axé Opô Aganju (Decreto nº9.495/05)	
Terreiro Ilê Axé Ajaguña (Decreto nº 9.743/05)	
Maragogipe	
Terreiro Ilê Axé Alabaxê (Decreto nº 9.744/05)	
São Francisco do Conde	
Sobrado e Fábrica do Engenho Cajaíba	
Salvador	
Igreja de São Lázaro e Lazareto	
Terreiro de São Jorge Filho da Goméia	
Terreiro Pilão de Prata	
Terreiro de Oxumaré	
São Félix	
Arquivo Público Municipal (Decreto 9.991/06)	
Biblioteca Municipal (Decreto 9.991/06)	
Igreja Matriz de Deus Menino (Decreto 9.993/06)	
Palácio da Prefeitura Municipal (Decreto 9.991/06)	
Vitória da Conquista	
Casa de Dona Zazá (Decreto nº 9.745/05)	
REGISTROS	
Registro dos Mestres dos Saberes e Fazeres da Cultura Tradicional Popular do Estado da Bahia - Mestres Saveiristas, Construtores e Navegadores, em parceria com Funceb	
Registro da Capoeira no Livro Especial das Expressões Lúdicas e Artísticas	
Registro da Festa de Santa Bárbara no Livro dos Eventos e das Celebrações do Estado	

Fonte: SCT/Ipac

As obras de recuperação do patrimônio eram realizadas pela CONDER⁸³ e IPAC através de editais públicos para contratação de empreiteiras. Em 2000, conforme citado anteriormente, as funções se dividem, cabendo exclusivamente à CONDER a responsabilidade pelas intervenções físicas. Os recursos financeiros empregados desde a gestão ACM eram provenientes do estado (contrapartida) e de empréstimos tomados em organismos internacionais, como Banco Mundial (BIRD), Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KfW), ou Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

⁸³ A Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER) pertencia à Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia, tendo sido remanejada pela Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002 para a recém-criada Secretaria Desenvolvimento Urbano.

(BNDES), além do Fundo Geral de Turismo (Fungetur). A partir de 1995 são incorporados recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-NE)⁸⁴ e de 2000 em diante, recursos do Programa Monumenta⁸⁵ do Governo Federal.

Todas estas fontes financiadoras disponibilizam o recurso para o investimento no turismo. Portanto, é preciso reconhecer que isso significa que a principal política para a cultura na Bahia era financiada por recursos destinados ao turismo. O que vem a confirmar a justificativa, repetidamente declarada pelos dirigentes do estado, para a junção das pastas de cultura e turismo: a cultura como diferencial para atração do turista e o turismo como carreador de recursos para a cultura. Investia-se, portanto, na economia do turismo, não da cultura.

Com o intuito de lançar um olhar panorâmico sobre os 12 anos de recuperações e restaurações concluídas⁸⁶ pela Secretaria da Cultura e Turismo, tomamos como base o relatório de atividades de dez anos da SCT (1995-2004), o relatório individual do exercício 2005 e o último relatório publicado referente ao período de 2003 até setembro de 2006, e chegamos à tabela a seguir. Ela reúne os municípios e o número total de intervenções físicas realizadas em diferentes imóveis: igrejas, conventos, capelas, museus, bibliotecas, quarteirões, solares, cais, pontes etc., classificados, pela própria SCT, como patrimônio histórico, artístico e cultural. Em anexo (I) é possível observar a descrição dos imóveis, aqui representados por números totais, em cada município citado.

Tabela 08 - Intervenções sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de 1995-2006

Nº	Município	Total de intervenções
1	Salvador	520
2	Porto Seguro (e Trancoso)	56
3	Canavieiras	50

⁸⁴ O Relatório de atividades de Governo do exercício 1995 descreve o Prodetur como “programa âncora para a implantação de um projeto de desenvolvimento turístico no Estado” (1996, p. 52). O programa previa investimentos em três áreas vistas como bases para o desenvolvimento do turismo: infraestrutura, preservação ambiental e recuperação do patrimônio histórico. 60% dos recursos vinham do Banco Interamericano de Desenvolvimento, tendo o Banco do Nordeste como agente financeiro, e 40% eram arcados pelo Governo do Estado e/ou Federal.

⁸⁵ O Monumenta é um programa do Governo Federal que conjuga recuperação e preservação de monumentos e sítios históricos com desenvolvimento econômico e social. O programa é iniciado efetivamente a partir do ano 2000, beneficiando 26 cidades brasileiras, através financiamento do BID e o apoio da Unesco.

⁸⁶ Só foram consideradas as obras declaradas como concluídas, descartando-se aquelas apresentadas como “em andamento” ou “licitadas”, por considerar que se concluídas voltariam a aparecer no relatório subsequente.

Nº	Município	Total de intervenções
4	Cachoeira	15
5	Lençóis	10
6	Caetité	4
7	Santo Amaro	4
8	Ilhéus	3
9	Jaguaripe	3
10	Nazaré	3
11	Valença	3
12	Juazeiro	2
13	Mucugê	2
14	Muritiba	2
15	São Félix	2
16	Andaraí	1
17	Barra	1
18	Bom Jesus dos Passos	1
19	Cabaceiras do Paraguaçu	1
20	Candeias	1
21	Cruz das Almas	1
22	Feira de Santana	1
23	Irará	1
24	Jacobina	1
25	Jeremoabo	1
26	Maragogipe	1
27	Paramirim	1
28	Piatã	1
29	Santa Terezinha	1
30	Saubara	1
Total de intervenções		694

É facilmente observável a prioridade concedida a Salvador, que abriga 75% dos imóveis recuperados ou restaurados enquanto Patrimônios Históricos, Artísticos e Culturais pela SCT. Porto Seguro desponta em segundo lugar (8%) dado o momento histórico favorável, as comemorações dos 500 anos do Brasil. O que significou entre 1998 e 2003 investimentos da ordem de R\$3,7 milhões provenientes do Prodetur e Programa Monumenta. O curioso terceiro lugar ocupado por Canavieiras é explicado pelos investimentos da Secretaria na chamada Costa do Cacau, uma das principais zonas turísticas do estado, onde se encontra o Centro Histórico Paulo Souto com casarões do século XVIII e XIX, tendo sido, inclusive, cenário da novela da Rede Globo de

televisão “Porto dos Milagres”, com enredo baseado em livro Mar Morto de Jorge Amado. A cidade agrega o turismo cultural (patrimônio arquitetônico), turismo ecológico e turismo de aventura e de esportes (nas praias e no Ecoparque de Una). No município ainda foi prevista a construção do Canavieiras Resort, por investidores jamaicanos, a um custo de US\$12 milhões, no ano de 2008.

Os sítios históricos de Cachoeira e Lençóis também eram apostas no turismo cultural. O primeiro município marcado pela tradição histórica da Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, ritual religioso com grande apelo também para o chamado turismo étnico⁸⁷, que começava a despertar o interesse do estado por atrair, principalmente, turistas estrangeiros. Em Lençóis a estratégia era associar a rica arquitetura local ao turismo ecológico. Ambas contam com o respaldo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), já que compõem a lista das 26 cidades brasileiras tombadas e beneficiadas pelo Programa Monumenta.

Propomos aprofundar, então, o grande destaque concedido à capital do estado e o seu principal ponto turístico. Em princípio, é válido delimitar o que é reconhecido como Centro Histórico de Salvador. Para tanto, recorreremos ao estudo desenvolvido por Carlota Gottschall e Mariely Santana (2006) intitulado “Centro da Cultura de Salvador”. Segundo as pesquisadoras, o CHS corresponde à região tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1984, e reconhecida como Patrimônio da Humanidade no ano posterior (1985) pela UNESCO, compreendendo os seguintes bairros do centro tradicional de Salvador: Santo Antônio Além do Carmo, Pilar, Carmo, Passo, Taboão, Pelourinho, Sodré, trecho da Baixa dos Sapateiros, Terreiro de Jesus, Praça da Sé, Largo de São Francisco, rua da Misericórdia, Conceição da Praia, rua da Ajuda e rua Chile, Barroquinha e São Bento. Seriam estes, portanto, os locais de intervenção do “Projeto de Reforma e Recuperação do Centro Histórico de Salvador” iniciado pelo governo do estado em 1991, como visto no primeiro capítulo.

É importante ainda, entendermos, ‘juridicamente falando’, o que se constitui o ato de “tombamento”:

[...] entre os instrumentos colocados à disposição do Estado para intervir na propriedade privada, encontram-se a limitação

⁸⁷ Informações sobre o turismo étnico relacionado à festa da Boa Morte verificar dissertação de mestrado de Mércia Maria Aquino de Queiroz, 2007, sob o título TURISMO ÉTNICO (AFRO) NA BAHIA: um estudo sobre a dinâmica da oferta e da demanda do Turismo Étnico (Afro) na Bahia: os casos do Pelourinho/Salvador e da Festa da Boa Morte/Cachoeira.

administrativa, a ocupação temporária, a requisição, a servidão administrativa, o tombamento e a desapropriação, interessando-nos aqui a análise destes usos nas políticas de proteção e preservação dos patrimônios histórico-arquitetônicos.

É comum que a intervenção do Estado sobre os imóveis situados nos centros históricos, por serem em sua maioria dotados de riqueza arquitetônica, histórica e artística, seja orientada pelo ato de tombamento. Através deste, o bem adquire a condição de patrimônio cultural para efeito de conservação e preservação, sem sair da esfera particular, mas impondo ao proprietário limitações no direito de uso e fruição sobre o bem, subordinando-o a um regime especial que lhe implica vínculos de destinação, de modificabilidade e de relativa inalienabilidade, como orienta o Decreto-Lei nº 25/37.

É justamente por serem afetados de características públicas, de interesse da coletividade, que os bens tombados devem sofrer fiscalização e controle permanentes por parte do Estado, através do funcionamento de órgãos técnicos especializados, sempre buscando conciliar o direito individual de propriedade com o interesse coletivo. É o Estado na postura de orientador e incentivador da conduta individual no sentido do bem-estar social, devendo valorizar nas práticas patrimoniais, para além do aspecto físico-material dos imóveis, também o poder de simbolização impresso por aqueles que lhe ofereceram sentido orgânico. Integra-se aqui ao conceito de patrimônio histórico a idéia de patrimônio cultural, definido no artigo 216 da Constituição Federal como conjunto de bens, materiais e imateriais, referentes à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver. (Barros; Pugliese. Sem ano, p. 2)

Embora duplamente tombado, a opção feita foi pelo governo do estado da Bahia foi a desapropriação, promovida através de decretos sucessivos que declaravam os imóveis de utilidade pública, desconsiderando a propriedade pelos longos anos de ocupação da população ali residente. O governo do estado foi acusado de promover uma “asepsia social” e ter como intento maior a construção de um “shopping a céu aberto”, em favor dos interesses de grandes comerciantes privados.

O desprezo e a discriminação à comunidade residente no CHS eram gritantes. Segundo a CONDER⁸⁸, órgão responsável pelas obras, as famílias tinham como “opção” uma casa própria na periferia ou um “auxílio relocação” de cerca de R\$2 mil. Em nenhum momento foi ventilada a possibilidade de considerar ou respeitar os vínculos sociais, culturais e afetivos das pessoas que ali viviam. Aquela comunidade predominantemente parda ou negra (GOTTSCHALL, 2006, p.24) não era reconhecida como constituída de cidadãos baianos. Se o objetivo era transformar o CHS em um

⁸⁸ Informação disponível em <http://www.conder.ba.gov.br/cthistorico.htm>, acessado em 07/04/2008.

ponto turístico, o caminho mais rápido e fácil, para os governadores carlistas, era a limpeza da pobreza que depreciava o local.

“Essa política do governo baiano é, até hoje, constantemente citada como o exemplo brasileiro mais bem acabado de preservação do patrimônio histórico que provocou elitização, exclusão da população mais pobre e a reprodução de desigualdades sociais” (Catarino, 2008, s. p.).

Durante a vigência do grupo carlista no poder (1991-2006), seis etapas de recuperação foram concluídas, conforme tabela a seguir:

Tabela 09– Etapas do Projeto de Reforma e Recuperação do Centro Histórico de Salvador durante a vigência da SCT

Etapa	Execução	Custo R\$	Nº de imóveis	Famílias relocadas
1ª	julho 1992 – abril 1993	11,4 milhões	109	344
2ª	abril a novembro 1993	2,5 milhões	48	176
3ª	maio 1993 - março 1994	8,2 milhões	59	374
4ª	agosto 1993 – dezembro 1994	6,9 milhões	140	894
5ª	março 1996 – novembro 1997	10,8 milhões	59	2
6ª	outubro 1997 – abril 1999	5,9 milhões	60	-
TOTAIS		45,7 milhões	475	1790

Fonte: IPAC⁸⁹

As quatro primeiras, que correspondem ao maior volume de imóveis atendidos, ocorreram na gestão ACM e foram comemoradas a cada inauguração com cerimônias espetaculares, com a presença de convidados ilustres. A partir da sexta etapa, a crise se instalou no projeto. Como ilustra uma nota do jornal *A Tarde* de 08 de novembro de 2002, sob o título *Sexta etapa não terminou* abaixo transcrita:

A sexta etapa de restauração do Centro Histórico previa a realização de obras em cerca de 80 imóveis. Foi iniciada em 1997. Dois anos depois, IPAC e CONDER – por ordem superiores – assinaram um convênio que repassava à CONDER a execução das obras. A assinatura do convênio paralisou a reforma do prédio número 34 da antiga Ladeira do Passo e de outros imóveis. Em 2000, o IPAC rescindiu contrato com duas construtoras que executavam as obras. Em 2002, a CONDER se prepara para iniciar a sétima etapa de restauração do Centro Histórico. Cerca de 30 imóveis que estavam na sexta etapa não foram restaurados. A empresa argumentou, por meio

⁸⁹ Informações fornecidas pelo arquiteto do IPAC João César Rosa Ribeiro em 17 de abril de 2008, que explicou que oficialmente a sexta etapa foi encerrada em abril de 1999 e não dispunha de registros sobre o número de famílias relocadas.

do advogado Carlos Alessandro Pitágoras, durante a audiência, que os contratos assinados pelo IPAC teriam de ser repassados à CONDER, o que não foi feito em nenhum momento. “Tanto assim que o próprio IPAC rescindiu o contrato inicial”, disse.

Já o IPAC argumenta que perdeu a competência para executar as obras de reformas estruturais dos imóveis do Centro Histórico a partir da assinatura do convênio com a CONDER. No meio desse “jogo de empurra” e de transferências de responsabilidades, seis famílias estão em residências que não são as suas e não adaptadas às suas necessidades.

Ao final da audiência, o promotor questionou ao IPAC e à CONDER sobre o que aconteceu para que o orçamento que previa a reforma de 80 imóveis só tenha dado para realizar obras em 50 edificações. O representante do IPAC disse que o dinheiro foi utilizado em obras não-previstas que surgem no decorrer das próprias reformas. Disse, ainda, que o orçamento chegou a ser aditado para garantir a conclusão de algumas restaurações.

À dificuldade de financiamento veio se juntar a ação civil pública movida em 2003 pelo Ministério Público Estadual contra a CONDER e o Governo do Estado, por iniciativa da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), que provocou o embargo das obras da sexta etapa e retardou o início da sétima. O documento “Manifestação do Governador Paulo Souto na Ação de Inconstitucionalidade nº 38148-7/2002 de 24 de abril de 2003” deixava explícita a posição do governo do estado sobre os residentes do Centro Histórico⁹⁰:

De acordo com a pesquisa socioeconômica realizada, revelara-se condições indignas de vida para os moradores do local (...) não sendo admissível, falar-se em cultura nascida das condições de pobreza e carência que os caracterizam e, muito menos, requerer proteção para essa cultura, certamente não desejável para uma sociedade que respeite a dignidade de seus integrantes.

Realmente queremos manter, convenientemente, essas pessoas como personagens para turistas, ou como diz a inicial da ação civil pública, como personagens de Jorge Amado? Nossos “sacis” (meninos viciados em crack) não seriam a versão moderna dos “capitães de areia”.

Nossas meninas, as novas velhas Tietas, atrações do turismo sexual, que espetáculo a vida entre brigas com peixeira modernas, os lavadores de carros protegendo nossos bens, como um Carnaval sem fim a que assistimos de arquibancada! Será que, a pretexto de proteger a ‘cultura popular’ não estamos impedindo o desenvolvimento dessas pessoas?

Os moradores não se vestem de forma típica de baianas ou pais-de-santo. Vestem-se com roupas que conseguem, a maior parte de

⁹⁰ Trechos publicados na matéria “Verdades de mentiras do novo Pelô”, em 28 de janeiro de 2004, jornal A Tarde.

andrajos. Tampouco criaram dialeto, mas falam simplesmente errado, arremedo de uma língua que desconhecem

Ao despir os moradores de todo e qualquer tipo de dignidade, desde o menosprezo ao seu modo de se vestir, se portar, falar e até mesmo suprimindo o seu direito de ter uma cultura (no momento em que descarta a possibilidade ou reconhecimento de sua existência), o governo do estado demonstra claramente o grau de preconceito que orientava a política cultural da SCT. Ao turismo, como demonstram as palavras oficiais, interessava a disponibilidade de uma cultura forjada, mas “higienizada”. A visão míope do governador ainda foi capaz de contrapor “cultura popular” ao desenvolvimento humano, como se um inviabilizasse o outro.

A situação só começaria a ser revertida, depois dos altos custos sociais provocados (após 14 anos) em 2005, conforme descrevia a notícia do site do Ministério Público em junho daquele ano:

Garantir a permanência de cerca de 90 famílias nos imóveis que estão sendo recuperados para o uso habitacional na 7ª etapa de revitalização do Centro Histórico de Salvador é o objetivo do Termo de Ajustamento de Conduta-TAC, que será assinado amanhã, 1º de junho, às 10h30, no gabinete do procurador-geral de Justiça Achilles de Jesus Siquara Filho. O termo será firmado pelo promotor de justiça da cidadania Livaldo Reaiche Raimundo Britto e pelos procuradores Mariana Matos Oliveira e Eduardo Carrera, respectivamente do Estado e da CONDER.

O Programa Habitacional para a ocupação dos 103 imóveis da sétima etapa por servidores públicos estaduais e municipais foi revisto e adequado para a manutenção dos antigos residentes. Essa reversão final na história da intervenção do estado no CHS serviu, inclusive, para o realinhamento filosófico do Programa Monumenta em todo o país.

A sétima etapa, iniciada em abril de 2006, não viria a ser concluída antes do fim da SCT. Essa trajetória da história do CHS remete à segunda tradição das políticas culturais brasileiras na visão de Rubim (2007, p.6), o autoritarismo, que se enquadra perfeitamente no contexto baiano:

[...] a relação entre autoritarismo e cultura não se restringe aos momentos de políticas culturais dos regimes ditatoriais. Como muitos autores têm assinalado, em interpretações diferenciadas, o

autoritarismo está impregnado na sociedade brasileira, dada a sua estrutura desigual e elitista (FERNANDES, 1975; COUTINHO, 2000 e CHAUI, 2000). Este elitismo se expressa, em um plano macro-social, no desconhecimento, perseguição e aniquilamento de culturas e na exclusão cultural a que é submetida parte significativa da população. Ele está entranhado em quase todos os poros da sociedade brasileira. Por exemplo, nas concepções do que pode ser definido como cultura, subjacentes às políticas culturais empreendidas.” (RUBIM, 2007, p. 6)

Esse autoritarismo se apresentava como a resposta mais imediata à necessidade de fruição turística do Centro Histórico de Salvador, a arquitetura colonial branca era cultura, mas a população que ali residia não era condigna de, nem ao menos, “possuir” cultura.

Animação cultural

Para compor o parque temático em que Salvador e, por extensão a Bahia, deveria se transformar era preciso promover um “aquecimento cultural”. Não bastavam as fachadas bem cuidadas e coloridamente pintadas dos sítios históricos, era necessário animar ruas e equipamentos culturais a fim de despertar o olhar do Brasil e do exterior para a “efervescência cultural” desta terra.

O papel de animador cultural cabia à FUNCEB através dos seus equipamentos culturais e diretorias, como também à Bahiatura e ao IPAC. Dado o volume de projetos desenvolvidos pela SCT com esta orientação e na tentativa de evitar um (enfadonho) relato de cada um deles, optamos por resumi-los na tabela a seguir:

Tabela 10: Projetos de animação cultural

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
1.	1992-2006	Caminhada Axé	Cortejo anual com grupos artísticos do interior e da capital que parte do bairro de Ondina em direção ao Farol da Barra, que inaugura a chegada do verão baiano, promovido em parceria com a TV Bahia.
2.	1992-1995	Concha Seis e Meia	Shows de artistas da MPB locais e nacionais promovidos na Concha Acústica do TCA, de outubro a dezembro, sempre às sextas-feiras às 6h30.
3.	1993-2004	Terça da Boa Música	Projeto realizado de abril a outubro de cada ano, reunia artistas de “projeção local e nacional” no palco do teatro ACBEU.
4.	1993-2002	Projeto Recital	Apresentações de música erudita no Instituto de Música da Universidade Católica de Salvador. De 1999 a 2002, as apresentações alcançaram outros espaços, a Reitoria da Ufba e o Pelourinho.

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
5.	1994-2006	Panorama Percussivo Mundial (Perccpan)	Apresentações musicais e workshops que reuniam músicos de diferentes países na Sala Principal do Teatro Castro.
6.	1995-2003	Julho em Salvador	Espécie de festival de inverno reunia artistas de música, dança e teatro para a realização de apresentações e oficinas no MAM, Museu Abelardo Rodrigues, Biblioteca Pública do Estado e Cinema do Museu. Ainda contemplava exibições de vídeo e filmes, exposições, mostras e lançamentos de livros.
7.	1995-2006	Pelourinho Dia & Noite	Apresentações de música, teatro, dança, feiras, exposições e atividades infantis, em geral gratuitas, ocupavam diariamente as praças Thereza Batista, Quincas Berro D'água e o Largo Pedro Archanjo no Pelourinho.
8.	1995-2006	Série TCA de Grandes Espetáculos	Apresentações internacionais clássicas de música, dança e teatro realizadas na Sala Principal do TCA, destinada a um público seletivo, em geral assinantes da Série, que contavam com o conforto de receber os ingressos para os espetáculos em casa.
9.	1996-1996	Cantos e Encantos do Abaeté	Apresentação ao ar livre de shows gratuitos de artistas e grupos consagrados, como Ivan Lins, Alceu Valença, Margareth Menezes, Balé Folclórico da Bahia e Balé do TCA.
10.	1997-2006	Feira Internacional do Livro da Bahia	Reunia editoras e livrarias de todo o país no Centro de Convenções da Bahia e desenvolvia o programa “Vale Livro”, em parceria com a Sefaz, que trocava notas fiscais por livros. A partir de 2001 se tornou Bienal.
11.	1998-2006	Cameratas da Osba	Apresentações da Orquestra Sinfônica da Bahia (representada pelos grupos Bahia Sopros, Quadro Solar, Quinteto de Metais e Quinteto de Sopros) em igrejas como a Catedral Basílica de Salvador, Mosteiro de São Bento, Convento da Piedade e Igreja Batista da Graça, além de praças e escolas.
12.	1998-2006	Quarta que dança	Mostra de dança realizada no Espaço Xisto Bahia com grupos locais, nacionais e internacionais.
13.	1999-1999	Terça Comentada	Semanalmente às terças palestras com críticos e debates com profissionais da Imagem e do Som e público interessado em filmes de arte exibidos na Sala Walter da Silveira.
14.	2003-2006	Acústico TCA	Shows acústicos promovidos na sala principal do Teatro Castro Alves com cantores da MPB (Roberto Menescal, Leila Pinheiro, Ivan Lins, Emílio Santiago etc.). Compunha a programação de Verão.
15.	2004-2006	Quartas Baianas	Mostras de filmes realizados na Bahia, em sessões gratuitas, quando se tinha o objetivo de promover o convívio entre realizadores do audiovisual baiano e o público.

Fonte: Relatórios de Atividades de Governo e Diários Oficiais de 1995-2006.

Como é possível observar, através de diferentes linguagens e expressões culturais se promovia a animação cultural da cidade. É importante destacar, no entanto, o evidente privilégio à música, representada por artistas “consagrados” da chamada Música Popular Brasileira (MPB) e música erudita. Aos artistas “emergentes” (aqueles pouco conhecidos na mídia, em início de carreira, mas, em geral, com CDs já gravados) era reservado o espaço de abertura de shows no Concha Seis e Meia ou Terça da Boa

Música. Dentre os projetos de música, apenas um fugia ao padrão MPB⁹¹/Erudita: o Panorama Percussivo Mundial.

A cultura popular tinha poucos espaços para se apresentar. Além da anual Caminhada Axé, que abria o verão baiano, eventualmente se apresentavam quadrilhas de São João premiadas em festivais (a exemplo do São João do Galinho promovido pela TV Aratu) no projeto Terça da Boa Música.

A concentração geográfica e a continuidade também são peculiares nestes projetos. Salvador era o centro exclusivo de promoção dos eventos e espetáculos (ainda que a Caminhada Axé integrasse artistas do interior do estado, sempre fora realizada na capital) e ainda assim, como visto no capítulo III, os equipamentos culturais privilegiados pelos projetos estavam concentrados no centro da cidade. O Cantos e Encantos do Abaeté, mantido por apenas um ano, era o projeto que mais se distanciava do eixo central da cidade.

Também podemos notar que pelo menos metade dos projetos iniciados no primeiro mandato de Paulo Souto (ou desde o período ACM) permaneceu até o ano de 2006. A interrupção de alguns deles se daria com a reforma administrativa promovida por Souto em sua segunda gestão (2003-2006), quando os dirigentes dos órgãos vinculados da SCT seriam trocados.

O *Pelourinho Dia e Noite* que esteve sob a responsabilidade do IPAC, Bahiaturisa e CONDER até 2002, passaria a ser gerido pela ONG Oficina das Artes. Como referido no capítulo II, a Oficina das Artes foi criada com o intuito de realizar convênios para manutenção do Pelourinho Dia & Noite e do Expresso 2001 (outro projeto a ser abordado a seguir) e tinha na sua equipe de funcionários servidores do quadro da SCT em exercício. Apesar da transferência, segundo o Relatório de 10 anos da SCT, cabia ao IPAC providenciar a infra-estrutura de iluminação, sonorização, segurança, locação de rádios de comunicação, sanitários químicos, sinalização e palcos; e à Bahiaturisa o patrocínio da programação (música, teatro, performances, dança, poesia e recreação infantil). Apesar das atribuições mantidas com a SCT, a ONG recebia através de convênio com a Bahiaturisa recursos diretos para a execução de suas atividades e em 2005 e 2006 seria patrocinada pelo Fundo de Cultura.

É também a partir de 2002 que a Caminhada Axé passa a ser patrocinada por empresas de telefonia através do Programa de Incentivo Fiscal do governo do estado, o

⁹¹ No rol da MPB a SCT incluía a Axé Music também.

Fazcultura. O mesmo ocorrera com o Quarta que Dança desde 2001, financiado pelo Fazcultura através da empresa Braskem, depois pela Coelba, e nos dois anos finais sendo mantido pelo Fundo de Cultura. Segundo Armindo Bião, último diretor da Funceb, em entrevista concedida para este trabalho, através do Fazcultura, foram aplicados R\$562,5 mil na Caminhada Axé e R\$360 mil no projeto Quarta que Dança, de 2003 a 2005.

É válido destacar a importância do Fazcultura como agente da animação cultural proposta pela SCT. Como visto no capítulo II, este programa tinha critérios e orientações muito bem definidos. Além de manter projetos do próprio governo, as três áreas de maior concentração de investimentos foram artesanato, folclore e tradições populares, música e artes cênicas. Na primeira delas os destaques eram carnaval e festas juninas. Na área da música, assim como no teatro, prevaleciam os eventos e espetáculos. Vale ainda a ressalva feita por Vieira (2004, p. 196) sobre os projetos de música:

Analisando a relação dos projetos patrocinados, circunscritos nessa rubrica, foi possível verificar que há uma variedade considerável de produções que se encaixam nessa área. De promoção de festivais e premiações, a gravação de CDs de diversos gêneros musicais (instrumental, jazz, barroco, pop-rock, forró, entre outros), uma quantidade significativa de projetos ligados à música vêm sendo apoiados com recursos do Fazcultura. Contudo, constata-se que são produções de realizadores que não se inscrevem no circuito da produção já consagrada.

Uma informação recorrente nas matérias do Diário Oficial sobre os projetos desenvolvidos em equipamentos é o objetivo de formação de platéia, como explicitado a seguir em alguns trechos:

Atividade de extensão da OSBA, as cameratas foram criadas com o intuito de levar a música erudita ao grande público, promovendo a formação de platéia. (DIÁRIO OFICIAL, 16 de março de 2004, p. 5)

O objetivo do projeto [Quarta que Dança] é incentivar a produção de espetáculos de dança no estado e abrir espaço para novos coreógrafos e grupos emergentes. Além disso, tem como meta a formação de platéia. (DIÁRIO OFICIAL, 05 de maio de 2004, p. 2)

No entanto, os mecanismos adotados para esta finalidade foram as entradas francas ou “preços populares” e as apresentações em espaços públicos (praças,

hospitais, escolas), este último restrito ao projeto Cameratas da OSBA. Ainda que o valor do ingresso e o deslocamento interfiram na prática cultural, existem fatores determinantes como as variáveis sociodemográficas – nível de educação, profissão e localização domiciliar – e, mais incisivamente, as transmissões e heranças familiares, ou seja, a bagagem cultural dos indivíduos (BOTELHO & FIORE, 2005, p. 5). Como explicam Botelho e Fiore (2005, p.16):

Toda prática cultural exige a acumulação prévia de um mínimo de informação e, na maior parte dos casos de conhecimentos. Como ir ao teatro quando se ignora a existência de um, perto de casa, ou quando nada se sabe de sua programação? Como comprar um livro na livraria se não se conhece seu autor nem seu título? Aquilo a que chamamos correntemente ‘nível cultural’ tem peso determinante sobre as condições de recepção da obra e sobre as diversas modalidades de práticas culturais: por exemplo, as expectativas de uma pessoa com relação a um espetáculo bem como a sua satisfação dependem, em grande medida, de seu nível de informação e das maneiras pelas quais esse indivíduo chegou a tal nível e/ou obteve essa informação.

Os projetos de animação cultural tinham, portanto, o objetivo de oferecer espetáculos, shows, apresentações etc., mas não formar platéia. A Secretaria incrementava esta oferta com o apoio a projetos como Fest'in Bahia, Panorama Internacional Coisa de Cinema, Jornada Internacional de Cinema ou Mercado Cultural.

Diante deste rápido passeio pelos principais projetos dedicados à animação cultural, destacamos alguns pontos cruciais: a) a preponderância da promoção de eventos na capital, em detrimento do interior; b) um amplo espaço aberto para os denominados “artistas consagrados” eleitos pela própria SCT, ainda que, segundo Vieira (2004), o Fazcultura contemplasse artistas desconhecidos; c) o privilégio da música em relação a outras linguagens artísticas, particularmente a literatura, a fotografia e o audiovisual; d) um relativo equilíbrio entre a oferta de música clássica (erudita) e a música de artistas consagrados no cenário da Axé Music ou Pop nacional; e) a tendência, a partir de 2002, do estado atrair colaboradores financeiros para a execução de projetos que antes eram mantidos com o orçamento da SCT; f) a desatenção à cultura popular.

Estímulo à produção artística

Os discursos durante os três mandatos de governador afirmavam com constância a necessidade de investir na produção cultural baiana. O incentivo à produção, e mais, à

difusão, era fundamental para a meta econômica delegada ao projeto cultural. O “fomento à produção e circulação de bens culturais” atendia ao objetivo final de destacar a “Bahia como produto cultural forte e diferenciado”.

A SCT, através da Coordenação de Cultura e da Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB, norteou suas ações e políticas objetivando o fortalecimento da produção, difusão e o fomento das diversas linguagens artísticas. Foi iniciado o trabalho de elaboração da política global de cultura do Governo do Estado e franqueado apoio à definição de políticas específicas e à criação, produção e consumo de bens culturais, **consolidando a força da Bahia no contexto da produção cultural do país.** (Relatório de Atividades, 1995, p. 43)

Este projeto se propõe a identificar e adotar estratégias de incentivo à cultura baiana que facilitem a criação, a produção, a divulgação e a circulação e ampliem o intercâmbio artístico, cultural e técnico, enfatizando a **importância da cultura como agente determinante para o desenvolvimento socioeconômico da população do Estado.** (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE GOVERNO 2003, 2004, p. 149)

Em termos numéricos, os projetos destinados a incentivar a produção cultural representaram a maior quantidade dentro da SCT. É importante ressaltar que as intervenções em patrimônio representaram, no entanto, os maiores investimentos orçamentários. Vejamos quais foram os principais projetos dedicados a este eixo temático:

Tabela 11 - Projetos de estímulo à produção artística

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
1.	2000-2000	Prêmio Nacional Rui Barbosa 2000	Prêmio nacional para a categoria ensaio, lançado em 2000, em comemoração ao sesquicentenário de nascimento do jurista baiano. Foram premiadas com a publicação duas obras, uma de Brasília e outra do Rio de Janeiro.
2.	2003 e 2006	Prêmio Pierre Verger de Fotografia	Em homenagem aos cem anos de nascimento, deveria ser bienal. A premiação incluía exposição na <i>Galeria Pierre Verger</i> , a publicação de um catálogo e a importância de R\$25 mil.
3.	2003-2006	Circuladô Cultural	Edital público, espetáculos e oficinas de teatro dança e música, da capital e do interior, que circulavam pelos centros de cultura da FUNCEB e instituições parceiras. Durante os seus quatro anos de vigência foram realizadas 396 apresentações e 140 oficinas.
4.	1992-2006	Salões Regionais de Artes Plásticas	Com alcance no interior do estado, ocorrendo em várias etapas nos sete Centros de Cultura ⁹² do interior da Bahia. Além das mostras promovia oficinas. A partir de 2003 foi integrado ao projeto Circulação Cultural.
5.	1994-2005	Concurso de vídeo Imagem em 5 minutos	Concurso tradicional realizado anualmente que atraía <i>videomakers</i> de diferentes estados do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal). As categorias de premiação eram: três melhores vídeos, melhor categoria e melhor

⁹² Feira de Santana, Itabuna, Juazeiro, Vitória da Conquista, Valença, Porto Seguro e Alagoinhas.

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
			edição. Somente em 2006 não foi realizado.
6.	1995-2005	Prêmio Nacional de Literatura	Os prêmios de literatura se alternaram, a cada edição um novo nome. O último deles foi o Nacional de Literatura que contemplou, a cada ano, um gênero literário, com a publicação das obras premiadas.
7.	1995-1995	Prêmio Poesia Viva	Prêmio dirigido a adolescentes da rede pública pública de ensino.
8.	1995-1995	Prêmio Brasil Portugal	Prêmio em comemoração aos 500 anos do Brasil, dirigido a estudantes de 1º a 3º graus.
9.	1995-2004	Câmeras em ação	Apoio diretamente concedido pela SCT à produção de filmes nacionais e locais, “desde que contassem com a participação de artistas e outros profissionais da terra”.
10.	1995-2006	Concurso de Patrocínio de Espetáculos de Dança e Teatro	Edital anual que viabilizava montagens inéditas de pequeno e médio porte, com valores estipulados. A partir de 2003, passariam a compor a temporada de apresentação do Bahia em Cena, mostra de todos os espetáculos patrocinados pela FUNCEB no Espaço Xisto Bahia
11.	1995-2006	Salão MAM de Artes Plásticas	De abrangência nacional, atraía trabalhos de vários estados nas modalidades assemblage, colagem, desenho, escultura, fotografia, gravura, instalação, mídias contemporâneas, objeto, performance, pintura, relevo, vídeoinstalação e vídeo, alteradas a cada ano.
12.	1996-2005	Selos Fonográficos	Três linhas de financiamento à produção musical foram criadas pela SCT os Selos Fonográficos <i>Sons da Bahia</i> , <i>o Emergentes na Madrugada</i> e <i>o Ponto de Partida</i> .
13.	1996-2006	Programa Editorial	Foram criadas onze linhas editoriais: <i>Apoio</i> , <i>Memória da Bahia</i> , <i>Letras da Bahia</i> , <i>Prêmios Culturais</i> , <i>Literatura de Cordel</i> , <i>Raridades</i> , <i>Turismo</i> , <i>Cidades da Bahia</i> , <i>Dramaturgia da Bahia</i> , <i>Institucional</i> e <i>Destaque Cultural</i> . Nos 12 anos da SCT foram publicados 452 títulos, o que também incluíam as publicações oficiais.
14.	1996-1996	Concurso histórias da Bahia	Concurso para três curtas-metragens de 26 minutos cada, que deveriam compor um longa-metragem, lançado somente em 2001
15.	1997-1997	Prêmio Discos Independentes da MPB	Produziu CDs de quatro premiados: Mabel Danemann, Claudia Dulthe, Mario Ulloa e Marcio Valverde.
16.	2001-2005	Concurso de Obras Audiovisuais	Lançado em 2000 e dedicado a cineastas baianos, o concurso teve três edições: Agnaldo Siri Azevedo (2001-2002), Fernando Coni Campos (2002-2003), Carlos Vasconcelos Domingues da Silva (2004-2005). As categorias eram longa-metragem, curta-metragem, vídeo-documentário e vídeo-realizador iniciante (a partir da 2ª edição). No total os prêmios foram de R\$4,33 milhões.
17.	2001-2006	Prêmio Nacional Jorge Amado de Literatura & Arte	Homenagem a personalidades vivas por “atuação no panorama cultural brasileiro” com prêmio de R\$100 mil reais. Os vencedores foram: Literatura – Ariano Suassuna (2002); Teatro – Cleide Yáconis (2003); Música erudita – Edino Krieger (2004); Dança - Marika Gidali (2005); e Música Popular Brasileira - Dorival Caymmi (2006).
18.	2002-2006	Concurso Nacional para Jovens Solistas	De projeção nacional premiava jovens estudiosos da música erudita com a participação em concertos da OSBA.
19.	2003-2006	Festival de Música da Rádio Educadora FM	Foram promovidos quatro festivais com prêmios em dinheiro, lançamento de cd coletânea e show de apresentação para as categorias: Arranjo, Música Instrumental Inédita, Música Vocal Inédita, Intérprete e Instrumentista.

Fonte: Relatórios de Atividades de Governo e Diários Oficiais de 1995-2006.

O principal mecanismo adotado para o estímulo à produção artística foi o financiamento pós-produção, ou seja, premiações em dinheiro e visibilidade para obras já concebidas. Apesar de se tratarem de editais públicos, com alcance da informação no interior do estado, os projetos atendiam majoritariamente aos profissionais de Salvador,

onde a produção organizada se encontrava concentrada. Os *Salões Regionais de Artes Plásticas* e o Circuladô Cultural foram os projetos que conseguiram abranger e mobilizar artistas do interior, justamente por se realizar fora de Salvador.

De todos os projetos acima citados, apenas o *Prêmio Jorge Amado* e o *Câmeras em ação*, não se realizavam através de editais de seleção. O *Câmeras em Ação*, apesar de ser apresentado como um projeto no Relatório de 10 anos da SCT, não se caracterizava enquanto tal, já que se tratava de uma política de concessão de apoio cujo critério (“desde que contassem com a participação de artistas e outros profissionais da terra”) era muito subjetivo e dependia, no final das contas, do prestígio e acesso do solicitante à Secretaria, o que se convencionou chamar de “política de balcão”. De 1995 a 2004, o “projeto” *Câmeras em ação* apoiou a realização dos seguintes filmes: “Tieta”, de Cacá Diegues; “Central do Brasil”, de Walter Salles Jr.; “Guerra de Canudos”, de Sérgio Rezende; “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de André Klotzel; e “Samba Riachão”, de Jorge Alfredo.⁹³ Por não voltar a ser referido nos relatórios posteriores a este período, consideramos a existência deste “projeto” até o ano de 2004.

Percebemos a mesma “política de balcão” nos projetos referentes à música. Apesar de serem dedicados dois formatos de concorrência pública (os três *Selos Fonográficos* e mais o *Prêmio Independentes da MPB*), passando por uma comissão de seleção e julgamento e obedecendo a critérios pré-estabelecidos (não esclarecidos em nenhum dos relatórios consultados), um número de pelo menos 75 artistas ou grupos musicais, dentre eles os quatro vencedores do prêmio, foi beneficiado diretamente com apoio à gravação ou lançamento de CDs.

Ao observar os anexos J – Cds patrocinados pelos *Selos Fonográficos* (1995-2005) e K – Cds patrocinados diretamente pela SCT (1995-2004), percebemos que o número de CDs gravados com apoio direto (75) suplanta o número daqueles apoiados através de edital público (62). Um agravante, inclusive, é que o Relatório de 10 anos da SCT, de onde foram retiradas estas informações, listam apenas os “destaques” apoiados diretamente, informando que existem “outros” não descritos. De acordo com a SCT o apoio direto se dava por se tratarem de “artistas e grupos musicais que tão bem

⁹³ Segundo a matéria *Cineastas já têm garantido um co-patrocínio de 20%*, do Diário Oficial de 06 de novembro de 1996, os longas-metragens eram financiados em 20% do custo total dos roteiros pelo governo do estado e os roteiros eram analisados por técnicos da Fundação Cultural, mas não havia processo de seleção pública nem critérios previamente estabelecidos em edital. Em momento algum o patrocínio é mencionado como projeto “Câmera em ação”.

representam a diversidade e a criatividade musical baiana” (Secretaria de Cultura e Turismo, 10 anos, 1995-2004, 2004, p. 29).

O selo Sons da Bahia também trazia indícios da “política de favorecimentos” ou “apadrinhamento” da SCT. O responsável por este selo a convite do Secretário Paulo Gaudenzi e apontado, inclusive, como idealizador do projeto, era o produtor cultural Roberto Sant’Ana, figura recorrente em diferentes ações da SCT, como indica o trecho da matéria *Cai sigilo dos bens dos investigados em CPI*, da versão on line do jornal *A Tarde* em 14 de novembro de 2007:

Os novos documentos da CPI da Ebal abrem frentes de investigações em duas direções. Primeiro, com as agências de publicidade Rede Interamericana, a antiga Propeg, e SLA, que entre 2003 e 2006 firmaram contratos que totalizam R\$ 44,4 milhões . A Rede é citada por supostos desvios de funções contratuais, a exemplo de patrocínios (de blocos ou trios de Carnaval), serviços em áreas como informática, jornais internos, assessoramento e eventos.

Segundo, **na Platina Produções e Eventos Culturais, cujos sócios são Roberto Miranda de Sant’Ana e Nadjaí Araújo Santos, que tocava o projeto Domingueiras** (desfile de filarmônicas, fanfarras, feiras de artesanato, ternos de rei, bumba- meu-boi e por aí), em todos os pontos do território baiano. **A empresa utilizava recursos do Fazcultura**, um modelo segundo o qual o Estado entra com a renúncia de até 5% de impostos, e a empresa que topa o projeto com o percentual restante do custo.

Os documentos mostram que entre 2003 e 2006, o período em que a AGE [Auditoria Geral do Estado] fez a auditoria, 2.776 projetos se inscreveram no Fazcultura e destes apenas 581 conseguiram captar recursos – 2.195 não encontraram interessados. A Platina apresentou 32 projetos, todos eles conseguiram patrocínio, sendo que 28 quem bancou foi a Ebal, uma empresa do Estado, num total de R\$ 2,8 milhões, R\$ 2,2 milhões em renúncia fiscal e o resto, quase R\$ 600 mil, em recursos próprios, apesar de a empresa ser pública e deficitária (os outros projetos foram bancados pela Coelba).

Roberto Sant’Ana também é citado como um dos criadores da Casa das Filarmônicas, uma ONG criada pelo ex-secretário de Cultura e Turismo Paulo Gaudenzi, da qual era sócio. O projeto Domingueiras tinha quase 90% dos recursos que a Ebal destinava para o Fazcultura. Há a suspeita de que em alguns projetos havia duplicidade de pagamento.⁹⁴

⁹⁴ Grifo Meu

Por sua vez, os onze *Selos Editoriais* apresentavam dificuldades na sua execução, conforme apontado por Armindo Bião, diretor da FUNCEB de 2003 a 2006, em entrevista concedida para este estudo:

O Selo Editorial Letras da Bahia, regido por Edital do governo do estado da Bahia, no período de 1995 a 2005, previa a publicação de obras literárias, selecionadas por uma Comissão, composta de escritores, acadêmicos e jornalistas, designada pelo Governador do Estado, sem limite quantitativo preciso e sem um efetivo planejamento orçamentário. A publicação dos livros estava a cargo da Superintendência de Cultura – SUDECULT da SCT e da Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, cabendo à Fundação Cultural apenas o apoio logístico e operacional para as inscrições, o suporte às reuniões da Comissão Editorial e a interação com a SUDECULT. A Diretoria Geral da FUNCEB, desde 2003, propôs à SUDECULT, a reformulação desse edital, ao constatar o acúmulo de obras aprovadas pela Comissão e ainda não publicadas. No entanto, só em 2005, quando o número dessas obras, se acumulava de modo assustador, pôde ser criado um novo Edital, o do Selo Letras da Bahia, com limite quantitativo preciso e efetivamente associado a um planejamento orçamentário, a cargo exclusivamente da FUNCEB, o que, em 2006, viabilizou a efetiva publicação das obras então selecionadas. (Armindo Bião em entrevista através de e-mail 10/12 a 04/03)

Ao contrário da última afirmação de Bião, a versão on line do jornal A Tarde apresentou em 26 de fevereiro de 2008 a matéria *Escritores premiados por selo do governo esperam publicação desde 2005*⁹⁵ que informa a inexecução de 10 publicações, conforme trechos a seguir:

Em abril de 2005, vinte e três autores venceram a premiação do Selo Editorial Letras da Bahia, projeto do Governo Estadual que promovia a publicação de livros de autores baianos. Três anos depois, dez das obras escolhidas, inscritas em 2004, ainda aguardam publicação.

"É uma falta de respeito. São três anos esperando", reclama o professor universitário João Edson Rufino, que ensina literatura na Faculdade Jorge Amado. Rufino foi premiado por "Ary Barroso e a Invenção do Brasil Brasileiro", baseado em dissertação de Mestrado defendida em 2002, na Universidade Federal da Bahia. "Já ia dizer que não tinha mais interesse. Depois de tanto tempo, tinha decidido tirar meu livro dessa espera e partir para uma publicação independente".

De acordo com a sub-gerente da Fundação Pedro Calmon Maisa Menezes, o selo era resultado de uma cooperação técnica entre a antiga Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), a Fundação Cultural (Funceb) e a Empresa Gráfica da Bahia (EGBA). A seleção dos livros

⁹⁵ Disponível em <http://www.atarde.com.br/cultura/noticia.jsf?id=844401>, acessado em 03 de março de 2008.

para publicação era realizada pela Funceb, com escolha determinada por meio de uma comissão julgadora nomeada pelo governador - na época, Paulo Souto. Depois da seleção feita pela Funceb, os originais aprovados eram encaminhados à Superintendência de Cultura (Sudecult) da SCT, para revisão e edição, e à EGBA, para impressão. "Depois que os livros de 2004 ficaram sem publicação, não foram mais realizadas inscrições para o selo. Houve um acordo no início de 2006 entre a Funceb e a SCT, que acertou a publicação de 12 das 23 obras aprovadas em 2005. A partir daí, a responsabilidade pelo selo passaria totalmente para a Funceb, que chegou a editar cinco livros de outra seleção", informa Maisa. Onze livros de 2004 ficaram sem publicação, e um dos autores, agraciado em outra seleção, desistiu do prêmio.

Os prêmios e concursos também seriam representativos dos investimentos na produção literária. Apesar de apresentado como *Prêmio Nacional de Literatura* que teria iniciado em 1995 pelo Relatório de 10 anos da SCT, não existe menção a este prêmio nos relatórios anuais de 1995, 1996, 1997 e 1998. A única referência de premiação em literatura no relatório de 1995 é o *Concurso Nacional de Literatura Infanto-Juvenil*. O que nos leva a crer que o objeto era o mesmo, apenas os nomes foram sendo alterados no decorrer dos anos. De 1997 a 1999 aparece nos relatórios como *Prêmio Cultural de Literatura*, para, por fim, ser nomeado *Prêmio Nacional de Literatura*, até 2005, pois desaparece em 2006.

O *Prêmio Nacional Jorge Amado de Literatura & Arte*, apesar de representar muito mais uma homenagem, pode ser considerado um projeto de estímulo à produção na medida em que dá destaque a artistas como referências em diferentes áreas: dança, música, teatro, literatura. Cabe, no entanto, a crítica a esse projeto que concede uma quantia considerável a personalidades da cultura que já dispõem de grande respaldo financeiro. Acreditamos que uma soma de R\$100 mil anuais poderia ser útil em outras iniciativas que não uma simples homenagem ou reconhecimento, ou, quem sabe, a artistas que muito contribuíram para a cultura brasileira e não são reconhecidos.

O Fazcultura também deve ser concebido como pertinente a este eixo temático. Como instrumento da SCT no desenvolvimento de sua política cultural, além de animador cultural ao financiar eventos e espetáculos, o programa era também reconhecido como um “gerador de produtos” (Diário Oficial, 19 de novembro de 1999, p.1). Ainda é pertinente reconhecer o papel de estímulo à produção artística desempenhado pelos corpos estáveis do Teatro Castro Alves: o *Balé do TCA* e a *Orquestra Sinfônica da Bahia*. A estes dois veio a se juntar o *Coro do TCA*, criado em

2006. A manutenção destes corpos é significativa, ainda que pouco representativa para um estado das dimensões da Bahia.

Para esse terceiro bloco de projetos apresentados cabem as seguintes ressalvas: a) ainda que a abrangência dessas ações possa ser considerada mais ampliada, capaz de alcançar o interior do estado, na medida em que se dá primordialmente através de concursos ou editais públicos, é preciso atentar para a dificuldade de acesso às informações nos municípios do interior, onde nem mesmo a TVE e a Rádio Educadora tinham total cobertura; b) as formas de apoio ou patrocínio por juízo de valor dos dirigentes da SCT ou por grau de reconhecimento do artista não condiz com uma política que se diz pública e democrática, esses parâmetros remetem muito mais à tradição autoritária referida anteriormente nas palavras de Rubim (2007); c) mais uma vez tornou-se evidente o desprezo pela cultura popular, o projeto que mais se aproxima desta expressão é o Programa Editorial, onde algumas linhas (inclusive uma específica para literatura de cordel) contemplam o registro de tradições populares, mas não estimulam a prática.

Qualificação cultural

A qualificação da mão de obra da cultura na Bahia era também reconhecida pelo estado, em seus discursos, como uma estratégia para o fortalecimento da produção cultural baiana e, conseqüentemente, da rentabilidade do setor:

Estudos recentes indicam que o setor cultural é um dos segmentos que mais emprega na atualidade e que a Bahia constitui-se no 3º pólo de produção cultural do País. Nesse sentido, a SCT vem investindo em ações que ampliem essas possibilidades apoiando e difundindo iniciativas que permitam cada vez mais profissionalizar o setor, através de seminários, cursos, apoio a produtores e artistas, de forma especial aos emergentes. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE GOVERNO 1999, 2000, p. 12)

Não obstante a aparente prioridade de qualificar os profissionais da cultura na Bahia, poucos e inexpressivos projetos foram desenvolvidos com este intuito. Em se tratando da produção cultural que alimentaria o diferencial do Produto Bahia para além dos sítios históricos, a SCT se preocupava com retornos mais imediatos, como vimos nos projetos dos dois eixos anteriores que se focavam em eventos e premiações a produtos pré-concebidos primordialmente.

O investimento em qualificação profissional se restringiu, em doze anos, aos seguintes projetos:

Tabela 12 - Investimentos em qualificação profissional

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
1.	1984-2006	Escola de Dança da FUNCEB	Promovia cursos profissionalizantes, preparatórios e livres em três turnos. Em 1997 teve a sua nova sede inaugurada no Pelourinho, o que permitiu o aumento do número de alunos atendidos. Em 2004, foi fundada a Cia Ilimitada de Dança, composta por 11 e depois 18 bailarinos, tornando-se o grupo residente do Espaço Xisto Bahia.
2.	1995-2006	Núcleo de Teatro do TCA	Responsável por contratar experientes diretores das artes cênicas baianas que através de audição pública ofereciam oportunidade a profissionais iniciantes de se qualificarem. Os espetáculos eram apresentados na Sala do Coro do Teatro Castro Alves em temporadas anuais.
3.	2003-2006	Armazém Cenográfico	Local de armazenamento material cenotécnico de diversos grupos e realização de oficinas de cenografia, adereços e produção.
4.	2003-2003	Formando e Informando – teórica audiovisual	Seis seminários sobre Linguagem Cinematográfica, Pós-Produção e Finalização para Cinema e Vídeo, Diário de Filmagem e uma Oficina Imagem Fotográfica realizados na Sala Alexandre Robatto. Atendeu um público de 406 profissionais do audiovisual.
5.	2003-2006	Pólo de Teledramaturgia da Bahia (Pote)	Proposta de transformação da Bahia em um pólo de produção e difusão de produtos audiovisuais. O projeto se resumiu a capacitação de 170 artistas e técnicos em oficinas de teledramaturgia, a realização de pequenas histórias que compunham o projeto Cenas da Bahia, veiculado pela TVE e o projeto Microdramas –Dramaturgia no Break, este último realizado em parceria com a TV Bahia.

Fonte: Relatórios de Atividades de Governo e Diários Oficiais de 1995-2006.

Os dois projetos mais duradouros e consistentes estavam alocados em dois tradicionais equipamentos culturais da Secretaria. O *Núcleo de Teatro do TCA* e a *Escola de Dança*, ainda que se reafirme a restrição de suas atividades à capital, ao centro da cidade e a um número reduzido de pessoas, foram iniciativas permanentes e significativas de qualificação e, pode-se afirmar, de formação profissional. É ilustrativa do reconhecimento da Escola de Dança no cenário cultural baiano a matéria *Gerando Talentos*, publicada no jornal *A Tarde* de 14 de outubro de 1995, p. 5, editoria de variedades:

[...] a Escola de Dança da Fundação Cultural do estado mantém atualmente 500 alunos nos seus cursos livres, preparatório e profissionalizante, sendo responsável por considerável número de aprovados no vestibular da UFBA, o que segundo sua diretoria, Simone Najjar Gusmão, se deve à qualificação do corpo docente.

Nem a precariedade de suas instalações no subsolo da Biblioteca Pública, nos Barris, que deverão sofrer considerável melhoria a partir da reforma completa que o governo do estado fará no edifício, tem

impedido que ela lance grandes talentos para a dança internacional, a exemplo de Rita Nobre, que atualmente ensina dança brasileira em Estocolmo, na Suécia, Rosane Carvalho de Melo, que também está naquele país cursando Dança e Teatro, Durval Júnior, que é um dos bailarinos da Companhia de Dança de Alvim Aieley, em Nova Iorque, além de outros tantos que atuam em companhias de dança em vários estados brasileiros, como Matias Santiago, do Grupo Corpo, de Minas Gerais.

As atividades da Escola foram ampliadas com a mudança para a nova sede no Pelourinho, inaugurada em 1997. Em 2004, foi fundada a Cia Ilimitada de Dança, composta por 11 e depois 18 bailarinos, tornando-se o grupo residente do Espaço Xisto Bahia.

O *Armazém Cenográfico*, inicialmente um projeto ampliado que contemplava formação e especialização de mão-de-obra numa área, segundo os próprios relatórios, carente de profissionais qualificados, não foi considerado prioridade e se perdeu na função de depósito. O mesmo ocorreu com o *Formando e Informando – teórica audiovisual*, que apesar de reunir importantes nomes da cinematografia brasileira (Geraldo Sarno, José Augusto de Blasiis, Eliane Caffé, Edgar Oliva, Roberto Santucci, Valdy Lopes Ferreira e Rodrigo Minellique) em seminários e oficinas gratuitas, se restringiu ao ano de 2003 e beneficiou apenas aqueles que tiveram oportunidade de participar, sem continuidade.

“É preciso formar gente especializada”, afirmava o diretor do IRDEB João Paulo Costa na matéria *Pólo de novidades* (jornal A Tarde, 27 de janeiro de 2003, capa Caderno 2) que também descrevia o Pote como o projeto “ mais ambicioso” do Instituto:

A TV Educativa quer virar gente grande. Aproveitando a maioridade, comemorada em novembro próximo, a emissora vai mexer na grade de programação para conquistar novos mercados, investir em marketing para ganhar visibilidade e se aplicar na captação de recursos ante a iniciativa privada e outras empresas públicas. O projeto mais ambicioso, no entanto, está ligado à produção de um núcleo de teledramaturgia, montado com artistas e técnicos locais para produzir ficção feita na Bahia, já a partir deste ano.

A novidade tem até endereço próprio: um galpão da antiga Fábrica de Plásticos Aratu, no CIA, o mesmo que já esteve na mira da Rede Record, quando a emissora decidiu montar um núcleo de produção na Bahia, em 1999. A idéia foi arquivada pela Rede Record, mas não esquecida pela Secretaria da Cultura e Turismo, que apoiava o projeto na época. Com a transferência do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), do qual a TVE faz parte, para alçada da secretaria,

no início do mês, surgiu o momento para colocar a coisa toda em prática.

O primeiro passo para a implantação do projeto, segundo o novo diretor do IRDEB, João Paulo Costa, será a criação de um núcleo de formação técnica. “A Bahia tem grandes atores, diretores, técnicos de estúdio e cinema, mas ainda é preciso formar gente especializada em dramaturgia para tevê”, diz Costa. Esta formação será feita por meio de oficinas voltadas para profissionais de três áreas afins: teatro, cinema e publicidade. Feito isso, o Núcleo Gerador de Teledramaturgia do IRDEB começa a funcionar sob a batuta do diretor Fernando Guerreiro, que participa da elaboração do projeto desde o início.

Programas – A proposta é produzir pelo menos quatro programas por ano a partir de 2004 e, com o tempo, levar a cabo aquele que parece ser o verdadeiro fetiche da Secretaria da Cultura e Turismo: a gravação de uma telenovela baiana. O primeiro programa seriado, no entanto, deverá ser uma comédia de situação aos moldes das *sitcoms* americanas. Para tanto, vão ser necessários estúdios de gravação, que serão montados no galpão do CIA, mas o início da produção não vai esperar por isso.

“Vamos usar muitas locações externas, porque uma das funções dos nossos especiais e minisséries será vender a Bahia para o mundo”, diz Costa (...).

A informação sobre “vender a Bahia para o mundo” pode ser complementada nas palavras de Armindo Bião:

Realizando a vocação de criação e difusão artísticas, com base num imaginário generosamente difundido nacional e internacionalmente, singularizado por sua musicalidade, mestiçagem de forte marca negra, humor libertário e libertino e uma história extremamente dramática (marcada pela escravidão), o POTE teve como motivação geral o farto capital simbólico, humano e paisagístico da Bahia. (ARMINDO BIÃO em entrevista através de e-mail 10/12 a 04/03)

Paulo Souto assumiu a continuidade dos incentivos ao *Pote* na ocasião do lançamento do primeiro, dos quatro, teledramas que resultou das 13 oficinas de capacitação de profissionais em teledramaturgia, em 28 de novembro de 2003 (Diário Oficial, 02 de dezembro de 2003, p.4). O Pote significava visibilidade e difusão para a produção cultural do estado e foi demonstrado, inicialmente, grande interesse em viabilizá-lo. Mas o projeto não vingou.

Assim, tanto o Formando e Informando – teórica audiovisual, o Armazém Cenográfico e o Pote se constituíram iniciativas pontuais e descontínuas. O que nos autoriza a afirmar a baixa prioridade da qualificação de mão de obra cultural para a Secretaria da Cultura e Turismo, já que seus investimentos neste sentido estiveram restritos à manutenção das atividades de equipamentos previamente existentes, o TCA e

a Escola de Dança, embora o Núcleo do TCA tenha sido fundado em 1995 com esta Secretaria.

Preservação da memória

A preservação da memória também não se constituiu em prioridade para a SCT. Para os onze museus do estado (mencionados no capítulo anterior) não havia projetos de dinamização definido pela Secretaria. Tudo se resumia à manutenção física dos imóveis, seus respectivos acervos e a disponibilidade de acesso aos visitantes que lá chegassem. Eventualmente realizavam intercâmbio de acervos com museus de outros estados. Suas exposições permanentes eram mantidas intactas com esporádicas alterações, fruto do recebimento de doações.

As atividades realizadas nas dependências dos museus não se caracterizavam como ações de promoção do acesso, ou de incentivo à divulgação do acervo. No MAM as *Jam Sessions* (apresentações de jazz nos finais de tarde de sábado), ou as edições do projeto Julho em Salvador, que também aconteciam no Museu Abelardo Rodrigues, tinham suas próprias atrações. A rotina dos museus se resumia, então, à realização de atividades internas, administrativas e de manutenção, à espera do visitante ou do turista. Mesmo os projetos Museu-Escola e Salão de Artes Plásticas do MAM mantinham esta condição de passividade.

O Programa de Registro de Mestres dos Saberes e Fazeres também pode ser considerado sob a perspectiva da preservação da memória. A lei, como já referida anteriormente, regulamentava o reconhecimento, o registro e o auxílio de um salário mínimo mensal aos mestres, que passavam a ter como obrigação a transmissão dos seus conhecimentos através de atividades promovidas pelo IPAC. Em nenhum relatório, desde 2003 (ano de criação da lei) foi localizado qualquer tipo de ação com esta finalidade.

Durante os 12 anos de existência da SCT foram prometidos três novos museus: Museu da Cultura Popular, Museu Afro e Museu Rodin. O primeiro havia sido prometido desde 1994 nas propostas de campanha de Paulo Souto. Ainda que tivesse sido previsto no Plano Plurianual de 1996-1999, não saiu do papel. O Museu Afro é uma promessa mais recente:

Um rico acervo composto de 900 peças, a maioria com motivos da religiosidade africana e afro-brasileira, pertencente ao Museu Afro-Brasileiro, será um dos principais destaques do novo museu afro, que será criado em Salvador.

O Museu Nacional Afro, de Salvador, será instalado no prédio do Tesouro estadual, na rua do Tesouro, próximo à Igreja da Ajuda. Ele é tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (Iphan) e deverá ser totalmente recuperado para a sua nova destinação. (A TARDE, Prédio será restaurado para novo museu afro, 27 de fevereiro de 2003, p. 4)

Devido à ação judicial que paralisou as obras de restauração do Centro Histórico de Salvador (vista no eixo temático criação de pontos turísticos, deste capítulo), a recuperação do novo prédio para abrigar o museu foi iniciada somente em abril de 2006. Até hoje o Museu Afro-Brasileiro permanece instalado no prédio da antiga Faculdade de Medicina e pertence à Universidade Federal da Bahia, no Terreiro de Jesus.

O Museu Rodin significava mais visibilidade para a Bahia, pois seria o primeiro museu internacional e também primeiro museu de esculturas do país. As polêmicas em torno deste museu começaram com a reforma do Palacete Martins Catharino, antiga sede do Conselho Estadual de Cultura, no bairro da Graça, um imóvel tombado. Além das acusações da ilegalidade da intervenção física no palacete, a polêmica se acentuou com a criação da ONG Associação Cultural Auguste Rodin, que deveria gerenciar o museu e era formada por funcionários da SCT (como visto no capítulo II). O Museu Rodin seria inaugurado em dezembro de 2006 com uma exposição de Mário Cravo, já que as 62 esculturas de Rodin não haviam chegado da França.

A inexecução dos projetos dos Museus Afro e da Cultura Popular, bem como a função de resguardo de acervo a que foram relegados os onze museus existentes no estado, demonstram a desatenção para com a preservação da memória pela Secretaria da Cultura e Turismo.

Difusão cultural

Para a periferia do estado (leia-se os municípios fora da RMS e aqueles que não possuíam patrimônio tombado) e da capital, a SCT reservou uma série de pequenos projetos. Projetos estes que deviam ocupar as pautas carentes de programação dos centros culturais do interior e atender às cidades e bairros que nem ao menos dispunham de um equipamento cultural. Tratava-se de projetos com uma missão educativa que

deveria dar acesso, despertar e “inserir” a cultura nas comunidades carentes, especialmente através do contato com as linguagens artísticas.

As iniciativas em torno deste objetivo eram:

Tabela 13: Projetos de Difusão Cultural

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
1.	1991-2006	Chapéu de Palha	Idealizado pela atriz Jurema Pena, objetiva a formação artística, a atualização cultural, o surgimento de grupos artísticos e a troca de experiências em comunidades do interior, através de oficinas de teatro e apresentação final de espetáculo baseado na cultura local.
2.	1992-2006	Viver com Arte	Oficinas de teatro, dança, violão, flauta, teatro de bonecos, canto coral, nos chamados núcleos do SESI/Itapagipe, SESI/Retiro, Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, UNEB-Cabula, Espaço Cultural Alagados, Cine-teatro Solar Boa Vista e, em 1997, estendido para o Pelourinho e Centro de Cultura de Lauro de Freitas
3.	1995-2002	Diverso e Prosa	Destinado a estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública, professores e especialistas de literatura e de outras artes. Oferecia oficinas de literatura e outras linguagens artísticas realizadas nas escolas públicas e privadas e centros de cultura da capital e interior, “estimulando o hábito da leitura e a compreensão do contexto histórico, geográfico e literário de importantes autores da nossa literatura”.
4.	1995-2002	Expresso 2001	Promovia o acesso das comunidades carentes às linguagens artísticas. O projeto estabelecia parcerias com artistas de música, dança ou artes plásticas, que, segundo publicações oficiais, voluntariamente se apresentavam em bairros como Abaeté, Alagados, Alto de Coutos, Alto do Cabrito, Baixa do Bonfim, Boa Vista de Brotas, Boca do Rio, Cabula, Dom Avelar, Fazenda Grande do Retiro, IAPI, Narandiba, Periperi, Ribeira, Santo Antônio, São Caetano e Uruguaí, entre outros.
5.	1996-2000	Contaçon	“estudo da literatura infanto-juvenil, através da contaçon de histórias tradicionais da literatura e de lendas, contos e cantigas de roda do repertório das comunidades onde atuou. Direcionado a professores, bibliotecários e alunos do ensino médio” ⁹⁶ .
6.	1999-2006	Biblioteca de Extensão (Bibex)	Projeto criado em 1967, que visitava bairros populares só foi reativado dentro da SCT a partir de 1999, quando foram adquiridos pela FUNCEB dois veículos adaptados para servir de biblioteca. O projeto emprestava e recolhia livros semanalmente, com o intuito de despertar o hábito para leitura.
7.	2002-2006	Bahia Vista por Dentro	Seminários e oficinas realizados em cidades do interior com o objetivo de conscientizar a população e o poder público municipal sobre a importância da preservação da cultura material e imaterial.
8.	2002-2006	Saveiro Literário	Um barco transformado em uma biblioteca flutuante que visita as comunidades da Baía de Todos os Santos e Baía de Camamu. Contava com o apoio da Unicef e Fundação Casa de Jorge Amado e com o patrocínio da Petrobras. Além de dar acesso ao acervo da biblioteca, o projeto promovia oficinas, palestras, exposições e faz doação de livros às comunidades visitadas.
9.	2003-2006	PopulAção Cultural	Realizado em bairros de Salvador, tinha como objetivo potencializar as iniciativas artísticas em ebulição nessas comunidades. Suas linhas de ação eram: Banco do Empreendedor (treinamento em produção cultural), Grupo de Convivência (discussão sobre cidadania), Passe Livre (acesso a espetáculos) e Oficinas Artísticas

⁹⁶ Retirado do Relatório de 10 anos da SCT, 1995-2004.

Nº	Duração	Projeto	Resumo do projeto
10.	2003-2006	Oficinas Literárias Cultura Todo Dia ⁹⁷	Oficinas que tinham como objetivo estimular a leitura e a produção de textos. Só contemplou seis cidades do interior de 2003 a 2006

O Bahia Vista por Dentro tinha o seu direcionamento para o turismo claramente definido, como destaca o texto do Diário Oficial 24 de abril de 2003, p. 7:

O Secretário da Cultura e Turismo, Paulo Gaudenzi, afirmou que as ações do Bahia Vista por Dentro passam pela valorização da autoestima de cada cidadão, através da valorização do patrimônio, das tradições, expressões artísticas e da união de todos em busca do desenvolvimento cultural, turístico e, sobretudo, humano.

O programa é dirigido a toda a comunidade, incluindo dirigentes municipais, líderes culturais, religiosos, representantes do comércio e indústria, educadores e estudantes, além de contar com a parceria do Banco do Nordeste. A abertura do programa acontece com um encontro regional, onde se conscientiza e sensibiliza os participantes, com enfoque para a importância do resgate e da municipalização da cultura, do patrimônio histórico-cultural, da divulgação e veiculação da cultura, da universidade para o resgate cultural, além da importância para a formação de destinos turísticos.

A Superintendente de Cultura Sônia Bastos, responsável pelo projeto, esclarece a proposta através de um exemplo:

“A chula daqui é diferente da chula de lá e isso você tem que conservar, porque é o diferente que o turista quer ver. Ele sai da terra dele para ver o que não tem. E o que você tem de diferente aqui é o motivo de atração, é o chamariz da sua cidade, é o seu traço, é o seu rosto. (...) Isso é cultura”. (BASTOS, 2006, p. 188)

A mesma lógica se aplicava ao projeto *Chapéu de Palha*, considerado pela FUNCEB como o de maior alcance de municípios, como explicita o parágrafo final da nota do Diário Oficial de 12 de setembro de 2003, página 7, sob o título *Projeto Chapéu de Palha chega às cidades de Ruy Barbosa e Saúde*: “O Chapéu de Palha se propõe a **estimular o surgimento de grupos e núcleos artísticos** locais que possam se desenvolver e se firmar dentro das comunidades atendidas”.

A oficina era o principal instrumento de realização destes projetos de cunho educativo: Bahia Vista por Dentro, Chapéu de Palha, Diverso e Prosa, Contação, Viver

⁹⁷ As *Oficinas Literárias Cultura Todo Dia* compõem o *Circulação Cultural*, que é um novo formato de gerenciamento de projetos já existente ou criados em 2003 na gestão Armino Bião na FUNCEB. Se propunha à “dinamização de todas as expressões artísticas, de modo integrado, em termos conceituais e geográficos, na capital e no interior da Bahia” (Ações Fundação Cultural do estado 2003-2006, p. 18). Reunia seis ações da Fundação: a Caminhada Axé, o Chapéu de Palha, o Circuladô Cultural, as Oficinas Literárias Cultura Todo Dia, os Salões Regionais de Artes Plásticas e o Saveiro Literário.

com Arte e Oficinas Literárias Cultura Todo Dia, População Cultural. Outros, como o Expresso 2001 e o Saveiro Literário (no seu principal foco), além de também promoverem oficinas têm como estratégia o contato do público com a obra ou o artista, ou seja, “levar a arte onde o povo está”(lema do Expresso 2001). A Bibex se dedicava apenas a promover o acesso.

Segundo Tânia Simões, diretora de Ações Culturais do IPAC e idealizadora do Expresso 2001, trata-se de um projeto que “além de formar platéia torna mais fácil o acesso à cultura para as comunidades menos favorecidas, descobrindo ainda novos talentos e divulgando artistas emergentes”. A fala da cantora Sarajane confirma o cunho assistencialista-educativo: ”O projeto levou arte para pessoas que nunca tiveram acesso nem imaginaram o que é cultura. Revelou muitos artistas e consagrou nomes como Adelmo Casé e Nalanda Costa. Deu varias oportunidades a talentos baianos.” (DIÁRIO OFICIAL, 04 de outubro de 2005). Importante lembrar que a partir de 2002 o Expresso 2001 passa a ser responsabilidade da ONG Oficina das Artes, envolvida nas acusações de desvio de verbas através da Bahiaturisa (conforme visto no capítulo II).

Sob este eixo ainda cabem as eventuais apresentações da OSBA em praças públicas e escolas de Salvador e no interior do estado, contemplando as cidades com equipamentos mantidos pela FUNCEB, da Concha Acústica do próprio TCA (projeto Sua Nota é um Show). As atividades da Orquestra fora do Teatro Castro Alves também eram apontadas pelo governo como uma política de levar a música erudita para perto da população e contribuir para a formação de platéia.

O que une os projetos deste eixo temático são duas características básicas: ações voltadas para comunidades carentes/periféricas, com objetivo de difusão da cultura. Por se tratarem de projetos de baixa prioridade e dispersos em diferentes órgãos da SCT (FUNCEB, IPAC, BAHIATURSA, FPC, SUDECULT), alguns deles se apresentam como deslocados das duas macro estratégias apontadas no início deste capítulo como norteadoras das ações da SCT. Ainda que outros apontem claramente o viés econômico: Bahia Vista por Dentro, População Cultural, Expresso 2001.

Os projetos para a cultura dentro da SCT se adequavam, portanto, aos seis eixos acima descritos: criação de pontos turísticos, animação cultural, estímulo à produção artística, qualificação cultural, preservação da memória e difusão cultural. Sendo, sem dúvida, os três primeiros, em ordem de importância, as maiores prioridades desta secretaria. Ou seja, em primeira instância figura a preservação exclusiva do patrimônio

material, onde são investidas altas somas em prol da criação de pontos turísticos na capital e em algumas cidades eleitas do interior. Em um segundo momento os investimentos se voltam, de um lado, para a criação de um ambiente forjado, porque não foram preservadas as práticas sócio-culturais intrínsecas ao patrimônio material recuperado através da promoção de eventos e espetáculos, e, de outro, essa animação cultural se estende aos equipamentos culturais do estado que devem servir de alternativas de lazer turístico. Por fim, em termos de prioridade, a SCT se volta para o estímulo à produção artística que com a função de retroalimentar e aquecer o cenário cultural baiano.

Os investimentos em qualificação cultural são muito mais alardeados do que executados. Além de irrisórios os projetos mal se sustentam, com exceção daqueles que já se encontravam estabilizados no interior de tradicionais estruturas da SCT (Núcleo de Extensão do TCA e Escola de Dança da FUNCEB). A preservação da memória é entendida como manutenção, reconhecimento, registro e proteção (de acervos, de saberes), não se realiza enquanto transmissão, acesso e interação. Em última instância de prioridade encontram-se os projetos dedicados a difundir a cultura às comunidades carentes e distantes dos equipamentos culturais, dos artistas e das obras, numa lógica já entendida como ultrapassada, de democratização da cultura. Poucos são os projetos sob esta orientação que consideram a realidade sobre a qual intervêm ou valorizam a cultura “nativa” na promoção das suas atividades (a exceção ficaria por conta dos projetos Chapéu de Palha e Contação).

De um modo geral, na execução dos projetos se observou características profundamente arraigadas na gestão cultural da SCT: a concentração das ações na capital e no antigo centro da cidade (onde estão reunidos seus equipamentos culturais); o uso recorrente da chamada política de balcão, onde prevalecem apoio, financiamento ou patrocínio por juízo de valor dos dirigentes da SCT ou adesão político-ideológica do artista; e o desprezo às culturas populares.

Dentre as dimensões apontadas por Rubim (2006) em seu modelo analítico para o estudo da abrangência de uma política cultural, é pertinente recorrermos aos “momentos acionados do sistema cultural” para a reflexão final deste capítulo.

Um sistema cultural necessita um complexo conjunto de momentos que se complementam e dinamizam a vida cultural. Para uma configuração didática deste sistema, podem ser anotados os seguintes momentos, todos eles imprescindíveis ao movimento cultural: **1.**

Criação, invenção e inovação; 2. Difusão, divulgação e transmissão; 3. Circulação, intercâmbios, trocas, cooperação; 4. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; 5. Fruição, consumo e públicos; 6. Conservação e preservação; 7. Organização, legislação, gestão, produção da cultura. A depender dos momentos priorizados e das maneiras de articulação entre eles, as políticas culturais ganham marcas muito diferenciadas. A busca de tais diferenciais não pode olvidar, entretanto, que todos estes momentos são imanentes ao sistema cultural e que sem a presença e o estímulo a eles, a vida cultural fica prejudicada. (RUBIM, 2006, p.12)

A política cultural da SCT pouco, ou quase nada, investiu no primeiro momento apontado (criação, invenção, inovação), pois, de um modo geral, os projetos privilegiavam a premiação de obras artísticas já concebidas. A Escola de Dança da Funceb e o Núcleo de Teatro do TCA podem configurar a exceção a essa ausência do estado no estímulo a este momento do sistema cultural. Ainda que salte aos olhos o fato de se tratarem de apenas dois projetos, concentrados em Salvador e focados em apenas duas linguagens/expressões artísticas.

A difusão, divulgação e transmissão despontam como o principal foco da política da SCT, mas não a entendemos enquanto política cultural. O que prontamente se justifica por se tratar de investimentos orientados pelas estratégias de marketing da Bahiatursa que visavam a difusão e divulgação de produtos culturais⁹⁸ baianos privilegiados. Ou seja, aqueles condizentes com os interesses da atração turística para o estado, da política de turismo, como veremos no capítulo seguinte.

O terceiro momento do sistema cultural, circulação, intercâmbios, trocas, cooperação, praticamente inexistiram, especialmente dentro do próprio estado. Ínfimos projetos foram viabilizados neste sentido, a exemplo dos Salões Regionais de Artes Plásticas. As pautas dos centros de cultura do governo do estado, administrados pela Funceb, ocupadas por festas de aniversário e casamento são mais do que provas desta condição. Se nem onde existiam equipamentos culturais públicos havia estímulo ao intercâmbio, circulação ou cooperação, o que dizemos do meio-oeste da Bahia totalmente desprovido destes espaços ?

No que tange à análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão, podemos, no máximo, recorrer aos corpos estáveis do TCA ou, mais uma vez, à Escola de Dança da Funceb, para não deixar de mencionar a presença da SCT neste momento.

⁹⁸ Toma-se, neste momento, produto cultural como toda e qualquer expressão, objeto ou personagem da cultura baiana: música, artista, artesanato, espetáculo, manifestação popular, personagem (baiana do acarajé, por exemplo).

A fruição e consumo tem orientação (mais uma vez) privilegiada para o turista, é primordialmente para ele que a cultura “baiana” é direcionada. O público, portanto, é o turista. Ao baiano da capital cabe, à reboque, usufruir desta animação cultural feita “para turista ver”. Ao baiano do interior nem este acesso é possível, contente-se com os eventuais projetos aqui reunidos, em páginas precedentes, no eixo “difusão cultural”.

A conservação e preservação, por sua vez, restringia-se ao patrimônio material já consagrado e reconhecido, mantido sob a guarda dos museus do estado. A trágica intervenção no Pelourinho, o tombamento de sete terreiros de candomblé ou a recuperação de somente dois deles, demonstram o limitado olhar da SCT e suas políticas culturais para com este sexto momento do sistema cultural apontado por Rubim.

Por fim, a organização, legislação, gestão e produção da cultura não podem deixar de ser apontadas, novamente, como subordinadas ao turismo. É inevitável a reafirmação da existência de um projeto de política cultural que considerava a cultura meio de dinamização do setor terciário da economia baiana, ajustada à condição de diferencial do produto Bahia. Embora se apregoasse o ideal de uma Bahia enquanto “um dos maiores pólos exportadores de cultura”, não se investia em uma economia da cultura, mas antes numa economia do turismo. Em seus doze anos de existência, a SCT não atuou na cadeia produtiva da cultura, não buscou a auto-sustentabilidade do mercado cultural e seus atores. Isto é evidente quando observamos a fragilidade dos projetos dedicados à qualificação, profissionalização dos artistas, produtores ou outros profissionais do campo cultura (caso do Pote ou do Armazém Cenográfico) em oposição à concentração dos investimentos em shows, concursos e prêmios. Antes, a SCT preferiu subvencionar produtos e manifestações culturais como um dos atributos de composição de um produto maior, o destino turístico, que ainda oferecia sol, mar, estrutura de lazer, conforto etc.

No próximo capítulo fechamos a análise das políticas culturais da SCT, a partir da abordagem da conexão fundamental entre cultura, turismo e política: a baianidade. Faremos um percurso histórico visando compreender onde nasce o discurso da baianidade e como ele é apropriado em favor da geração de recursos e da manutenção do poder político no estado da Bahia.

CAPÍTULO V – SCT E BAIANIDADE

Muito já se discutiu sobre a tão afamada baianidade. Diferentes autores, nos mais variados campos de estudo se debruçaram sobre esse discurso, texto, identidade, ou seja qual for o termo mais apropriado para designá-la. Não temos a pretensão, portanto, neste capítulo, de inventar um novo conceito ou defender uma definição mais correta.

A bem da verdade, buscamos, neste momento, travar um debate sobre as relações intrínsecas entre a baianidade e a política cultural da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Como, quando e onde se dá esse entrelaçamento? E o que ele vem a significar? O reconhecimento oficial de uma cultura una, homogênea e estável (representativa de um estado com proporções geográficas expressivas) significa um direcionamento das políticas culturais do governo do estado em benefício desta cultura? Essa baianidade é alvo prioritário, ou exclusivo, dos programas, projetos e políticas da SCT?

A dissertação “A arte de ser baiano segundo as letras de canções da música popular”, de Agnes Mariano (2001) é uma rica fonte para iniciarmos o debate. Mas também estabeleceremos, gradativamente, diálogos com outros estudiosos do tema da baianidade: Milton Moura, Gey Espinheira, Elisete Zanlorenzi etc. Estes autores, em muito, são convergentes e complementares.

Na primeira metade do século XX, o discurso da baianidade já tem forma e expressão. A sociedade baiana de então era caracterizada pela letargia, por uma religiosidade e alimentação sincréticas, uma corporiedade e personalidade muito peculiar. Todos esses contornos podem ser observados em letras de músicas e canções “que, cada qual ao seu modo, enunciam aspectos, ritos e qualificativos definidos como próprios dos baianos” (Mariano, 2001, p. 20). Composições estas de autores baianos ou que sequer estiveram na Bahia.

Salvador, cidade da Bahia, era vista como uma capital que pouco crescia espacial e populacionalmente e que detinha, ainda, uma economia muito próxima do regime escravocrata. Este é o período do chamado “enigma baiano”, quando se vivia num ritmo desacelerado em relação a outros estados do país que já tinham iniciado seus processos de industrialização e urbanização.

O sincretismo religioso é a grande marca desse período, no que diz respeito à religiosidade. Para alguns, as misturas foram um resultado natural da convivência entre duas tradições muito ricas – a ibérica, católica e a africana, principalmente com a religião dos orixás nagôs - para outros, o sincretismo foi um recurso que os negros encontraram para salvaguardar suas tradições. (MARIANO, 2001, p. 22)

As canções da época também já destacavam os hábitos alimentares dos baianos. Tanto a qualidade dos pratos condimentados, quanto as associações entre comida e religiosidade e os modos específicos de preparo e consumo (na rua, inclusive) chamavam a atenção dos artistas que cantavam a Bahia. Com maior ou menor clareza, já são freqüentes aí as associações entre o ardor e excitação provocados pela comida com o ardor sexual de quem a prepara (MARIANO, 2001, p. 35). Outra marca da baianidade evidenciada à época era o modo de andar, de lidar com o corpo, uma jinga, uma habilidade no dançar, uma expressão corpórea sedutora. A que se soma uma personalidade baiana, um jeito de ser configurado por uma “disposição de espírito, coragem e virilidade”.

Esse discurso de baianidade não decorre, no entanto, exclusivamente, das letras de Pedro de Sá Pereira, Ary Barroso, Gastão Viana, Roberto Martins, Manezinho Araújo, Dorival Caymmi, Herivelto Martins entre outros, apontados por Mariano (2001). O discurso da baianidade é polifônico já na primeira metade do século passado (XX) e parte também da literatura de Jorge Amado, Hildegardes Vianna, Odorico Tavares, Aluisio de Azevedo, Gilberto Freyre etc. Há, portanto, uma adesão natural, não induzida, mas compartilhada entre diferentes artistas e intelectuais a temas que constituem uma primeira versão de uma identidade baiana.

Com o passar dos anos, além da devoção ao Senhor do Bonfim, do gosto pelo vatapá, do talento para dança, do dengo e verborragia, a boa terra e seus habitantes vão ganhando, aos poucos, novos adjetivos. Conseqüência das transformações porque passam a cidade e o mundo. **Na segunda metade do século, a contribuição lusófona será ainda mais obscurecida pela “herança afro”**, mas mantém-se na construção do mito baiano o tripé antiguidade histórica, originalidade cultural, beleza natural e urbana, como define Risério (1988) (MARIANO, 2001, p. 58).

Durante três décadas, o Recôncavo baiano seria o único produtor nacional de petróleo. Isso significava aquecimento da economia pelos salários pagos pela Petrobras. Salvador começava a ser sacudida da sua letargia. A cidade da Bahia ganha novas

avenidas pavimentadas, edificações modernas, diferentes dos velhos casarios portugueses. Em 1946 é criada a Universidade da Bahia (UBA), embrião da atual Universidade Federal da Bahia.

A Universidade da Bahia, sob a tutela do reitor Edgar Santos — considerado seu déspota esclarecido — naqueles anos, tem vigorosa ressonância sobre a cultura e sociedade baianas, colocando-se de modo majoritário em sintonia com a corrente modernista baiana. O investimento da Universidade nas artes aparece, sem mais, como primeiro aspecto a ser abordado. De modo singular no quadro universitário brasileiro, a Universidade da Bahia naqueles anos 50 e 60 cria a primeira escola universitária de Dança no País, com uma opção pela dança moderna, sob a orientação da polonesa Yanka Rudzka; inaugura uma das primeiras escolas de Teatro de nível universitário, dirigida por Martim Gonçalves; promove e institucionaliza os Seminários (Livres) de Música. As três pupilas do senhor reitor, como se tornam conhecidas as escolas de arte, realizam uma grande agitação artística na cidade, com todo o apoio do reitor, expresso em verbas, convênios e contratação de inúmeros professores, muitos deles estrangeiros, todos eles aliados ao processo de renovação e criatividade culturais que dava o tom na atuação artística da Universidade.

O modernismo da Universidade não se circunscreveu ao campo artístico. Inscrito em uma dimensão alargada ele teve impacto profundo em outros campos da cultura. A inauguração da Geociências, em associação estreita com a Petrobras, aponta para uma modernização no campo científico e tecnológico. Em outra dimensão, a Universidade, por exemplo, moderniza a investigação e pensamento sociais. O Laboratório de Lingüística, dirigido pelo professor Nelson Rossi, inova e, com seu Atlas dos Falares Baianos, realiza um primeiro experimento nessa área no Brasil. Milton Santos comanda o Laboratório de Geomorfologia e Urbanismo, que realiza estudos inovadores sobre a cidade e seus arredores. George Agostinho, com o decisivo apoio do reitor, cria o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) que, atento aos países africanos, volta-se rapidamente para a cultura afro-baiana e passa a estudá-la e colaborar de modo significativo com ela. Com isto, constrói-se uma ponte vital, ainda que circunscrita, entre a Universidade e essa cultura quase subterrânea. Conexão que certamente teve um papel essencial para a confecção, o amadurecimento e a posterior explosão das manifestações afro-baianas.

Também os estudantes secundaristas e universitários movimentam. Em 1956, Glauber Rocha, Fernando Peres, Paulo Gil Soares, Calasans Neto e outros estudantes do Colégio Central da Bahia inventam as *Jogralescas* e, um ano depois, publicam a revista *Mapa*. Em 1950, a revista cultural *Ângulos* é publicada pelo Centro Acadêmico Ruy Barbosa da Faculdade de Direito, promovendo uma ampla discussão de temas e teorias sociais. O Centro Popular de Cultura da UNE instala um dinâmico núcleo local, do qual fazem parte, dentre outros, o cineasta Geraldo Sarno. O movimento estudantil mantém afinidades com esse movimento universitário e societário de modernismo cultural, ainda que também divergências, já que, muitas vezes, a

impregnação cientificista, própria da esquerda da época, entra em choque com o suposto caráter artificizante da atuação do reitorado. Todo esse investimento da Universidade da Bahia e de seu reitor, um membro da elite baiana, não pode deixar de ser considerado quando se reflete sobre a consolidação do modernismo em uma paisagem cultural tão fortemente conservadora. Sem a presença dessa prestigiada instituição, dificilmente o modernismo se implantaria de modo tão sólido e, por vezes, tão radical, dado que a Universidade da Bahia permitiu não só a introdução das aquisições modernistas já efetivas no País — no eixo Rio de Janeiro-São Paulo principalmente — mas a de um complexo conjunto de conhecimentos e produções modernas e vanguardistas vindas diretamente da Europa e dos Estados Unidos, fazendo com que a província da Bahia tomasse ares mais cosmopolitas, acelerando e radicalizando o seu próprio modernismo cultural. (Rubim, 2000, p. 5)

Em 1949 a cidade ganha o estádio Otávio Mangabeira (a Fonte Nova), em 1950 a Avenida Oceânica, em 1958 o Teatro Castro Alves (embora acometido por um incêndio que retarda sua inauguração para uma década mais tarde). Na década de 1960 nasce o Centro Industrial de Aratu (CIA) e se instala a primeira emissora de TV local, a TV Itapoan. Em 1969, mais uma emissora de televisão, a TV Aratu, e o jornal Tribuna da Bahia são inaugurados. Na década de 1970, surge o Pólo Petroquímico, o Centro Administrativo da Bahia se muda para a zona norte da capital, para onde também se desloca o centro comercial da cidade. Em resumo, Salvador se desruraliza.

O tema da baianidade, assim como Salvador, cresce e se complexifica. O contato com outras culturas e realidades a partir das novas malhas rodoviárias, de um novo foco econômico (industrial), do espaço de produção de conhecimento e pesquisa (que era a UBA), das emissoras de televisão e seus programas e filmes americanos, cria uma nova sociabilidade, novos hábitos de consumo, desejos e alteram a imagem dos baianos.

Se, nas canções da primeira metade do século, encontramos a descrição de muitas práticas religiosas de filiação católica, agora a religiosidade tem freqüentemente relação com práticas de origem africana, como o candomblé. Os hábitos alimentares afro-baianos são substituídos por outros costumes, como o modo de celebrar. Um tema que já estava presente de certa forma nos comentários sobre a destreza física, a habilidade para a dança e sobre o samba. De qualquer forma, a referência constante agora será às pessoas, organizações e locais emblemáticos – principalmente a músicos, blocos de carnaval, bairros. Mantém a referência à personalidade baiana, mas não através de aspectos como o modo de vestir-se, a coragem ou o dengo, e sim com formas de agir e estados de espírito como a alegria, o despojamento, a vaidade e o orgulho. Portanto, encontramos temas sutilmente distintos dos anteriores. Ou seja, os novos temas exibem outras influências,

mas continuam similares aos do período anterior num certo sentido: são principalmente relacionados com a ludicidade, os sentidos e as práticas, os ritos grupais, vividos coletivamente. (MARIANO, 2001, p. 66).

A partir da década de 70, somam-se aos discursos dos compositores, cantores e literatos, o discurso da mídia e do governo do estado, preocupado em promover o turismo, como fica explícito em trecho de artigo do então presidente da Bahiatursa, Paulo Gaudenzi, publicado em 14 de julho de 1977, no Jornal da Bahia:

Alta estação de turismo: mês de julho, mês de férias escolares, mês de congressos. Grande contingente de visitantes está chegando. É hora, pois, de falar sobre os **Dengos da Bahia**.

Não é somente a opinião dos que aqui nasceram, mas de todos os que a conhecem que os encantos desta terra são realmente grandes e envolventes, capazes de embriagar seus filhos e cativar, para sempre, seus visitantes. É cantada em prosa e verso pelos seus admiradores, nativos e forasteiros. Suas imagens transformam-se em obras de arte, com a auréola de um amor transbordante. Ela é, por si só, poesia.

Não só as palavras formam a força encantada da Bahia. Existe, também, um potencial turístico de primeira grandeza que se for explorado com sabedoria e imaginação, certamente, fará consolidar a sua posição de maior pólo turístico nacional no que se refere ao mercado interno e, sem dúvida, o segundo preferido pelos turistas estrangeiros, ficando, apenas o Rio de Janeiro à sua frente.

O turismo no mundo de hoje, vem se desenvolvendo, basicamente, através da busca do sol, das terras quentes com praias e dos monumentos históricos. Outros aspectos **são, também, importantes complementos, tais como o folclore, comidas típicas, vida noturna e artes.**

Na Bahia e, especialmente em Salvador, **as manifestações culturais, os elementos históricos e a paisagem associam-se para criar um encanto e um potencial turístico de alta qualidade.**

Convém ressaltar que a sua força de atração manifesta-se inseparadamente do seu povo, na sua tradição e nos seus bens culturais e paisagísticos.

O seu povo, e os que a visitam, vivem e consomem essas tradições populares, paisagens e monumentos. Assim, desde que essa característica se apresenta, também, como uma potencialidade turística, é necessário preservá-la, aperfeiçoá-la e promovê-la para que se fortaleçam, como consequência, **a curiosidade e o interesse dos visitantes.** (GAUDENZI, 1999, p.89-90)

A cultura era, portanto, o complemento que faltava para diferenciar o produto turístico baiano. Os dengos da Bahia, expressos em seu folclore, em suas festas de largo, em suas comidas típicas e suas artes, que encantam e cativam qualquer pessoa,

seriam objetos de curiosidade para o turista. Esse período que vai de 1971 a 1986⁹⁹ é denominado por Gaudenzi como o “primeiro boom do turismo baiano”. Quando a Bahiatursa, criada em 1968, deixa a condição de construtora e mantenedora de hotéis e passa a investir incisivamente em promoção de visibilidade do estado, como estratégia de atração turística.

Foi um período importante de amadurecimento da política mercadológica desenvolvida pela Bahiatursa, com atividades ligadas à comunicação e à política de eventos - locais, nacionais, internacionais. É quando nasceram as primeiras campanhas promocionais, criadas e produzidas pela APRO – Agência de Programação Visual e Editorial da Bahiatursa que produziu cartazes, mapas e folheteria, e criou e editou a revista *Viver Bahia*.

As campanhas divulgaram os eventos promovidos na capital e no interior, em regiões consideradas de interesse turístico, especialmente o Recôncavo: Semana Santa, Regata de Saveiros e Noite do Samba, em Salvador; Festa da Irmandade da Boa Morte, feira do Porto e São João, todos em Cachoeira; festa de São Bartolomeu, em Maragogipe, e Feira dos Caxixis, em Nazaré das Farinhas. **A Bahia começou a aparecer na imprensa brasileira e no exterior.**

A Bahiatursa participava e promovia, em Salvador e em capitais brasileiras, eventos variados, como feiras, exposições, festivais, encontros técnicos culturais. O grande marco dessa estratégia foi a Feira da Bahia, promovida em setembro de 1974, no Parque Anhembi, em São Paulo. Foi o maior evento já realizado em todos os tempos, reunindo, durante nove dias, cerca de 120 mil pessoas. Em **parceria com a Rede Globo**, a Bahiatursa levou para São Paulo – maior centro emissor de turismo do país – música, teatro, cinema, literatura, artes plásticas, arte sacra negra, o folclore e a culinária, além das exposições sobre o desenvolvimento econômico do Estado. **Grandes shows reuniram artistas como Dorival Caymmi, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Batatinha e Afoxé Filhos de Gandhi¹⁰⁰**, entre outros. (BAHIATURSA 30 ANOS 1968-1998, Salvador 1998, Bahiatursa, p. 30-32)

Já nesse período é criado o conceito de campanha: Bahia - Terra da Felicidade. Segundo dados da Bahiatursa, a Bahia chegou a aparecer em mais de 10% dos 54 mil anúncios publicados em jornais e revistas de todo o país, entre 1985 e 1986. Além da mídia impressa, o governo do estado investia em estratégias de marketing ainda inéditas no Brasil como o merchandising em novelas da Rede Globo, a exemplo de *Água Viva* e *O Bem Amado*. É nesse momento também que os “livros-símbolo” dessa baianidade

⁹⁹ Período que coincide com o primeiro mandato de ACM como governador e de seus correligionários, finalizando com o intervalo que representou Waldir Pires/Nilo Coelho (1987-1990).

¹⁰⁰ Grifo meu.

ganham formato de filmes e novelas, a exemplo de Pastores da Noite (1975), Dona Flor e seus dois maridos (1976) e Tenda dos Milagres (1977).

A tão aclamada “baianidade” se configurava, portanto, no principal diferencial do produto Bahia, oferecido ao turismo. Milton Moura (2005, p. 83) a define como:

[...] o texto identitário que se tornou hegemônico, nas últimas décadas, no sentido de organizar as referências culturais da região que corresponde a Salvador e seu Recôncavo. Fizemo-nos profissionais e militantes de nosso anúncio para nós mesmos e o mundo. Costuma ser especialmente importante, para boa parte dos baianos, elaborar o *ser baiano*. Especializamo-nos no próprio acontecimento de *ser baiano*, em nos dizermos baianos; vestimos a nossa fantasia a ponto de tomá-la, muitas vezes, como nosso traje cotidiano. É um narcisismo ativo e criativo.

Moura se refere à baianidade como uma construção textual engendrada pelos baianos para o seu próprio consumo e do outro. Essa imagem, elaborada enquanto anúncio, veste-se de um modo de ser e viver remissivo apenas à população soteropolitana e do Recôncavo, ainda que seja designada como representativa de todo o estado. Este autor baiano ainda destaca a conjugação deste texto a partir de elementos aparentemente díspares: a familiaridade, a religiosidade e a sensualidade. Gey Espinheira (2002, p. 80) afirma a configuração da baianidade a partir da incorporação dos mitos da preguiça e da felicidade e de “tudo mais que faz o baiano ser ‘excepcional’”.

Sob o olhar de outro autor, dedicado ao estudo da identidade baiana e do turismo, Roque Pinto (2006), a Bahia que ele designa de “reimaginada” seria construída (a) de cima para baixo, (b) de fora para dentro e (c) de frente para trás. A constituição (c) de frente para trás remete à reinvenção de tradições para serem vendidas industrialmente e para servir de suporte às mídias, ao turismo, ao entretenimento. Esta é a baianidade representada pelas lavagens, festas de largo, cortejos. A concepção (b) de fora para dentro revela uma pintura turístico-midiática da baianidade, onde são forjados elementos que competem ao imaginário nacional, mas não se adéquam à realidade da cultura baiana. São exemplos o sotaque, a indumentária, a religião apresentados pelas telenovelas que beiram o caricatural. O fluxo de fora para dentro que determina a baianidade não se refere aos medias, mas à estigmatizada imagem construída através de relações históricas (emigrações, inclusive) entre diferentes estados do país que

disputam. Trata-se da imagem da origem da brasilidade e da herança da mestiçagem no Brasil.

Zanlorenzi (1998), autora da tese *Mito da preguiça baiana*, confirma a atribuição da origem deste “texto identitário” a uma série de atores em diferentes linguagens, períodos históricos e com objetivos distintos. Os atores convergentes da construção da baianidade seriam então os discursos de intelectuais e artistas (Dorival Caymmi, Jorge Amado, Carybé são os mais recorrentemente citados, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Daniela Mercury, Carlinhos Brown etc.), o discurso do turismo (especialmente mencionada a Bahiatursa), o discurso dos meios de comunicação de massa (TV, rádios, jornais, internet), o discurso dos interlocutores externos à Bahia.

Sob o enfoque da sua pesquisa, a autora esclarece que à imagem da preguiça baiana se associam dois campos de significação. De um lado, um espaço depreciativo, que desqualifica e determina ao baiano uma condição de inferioridade (“baianada”). De outro um espaço do elogio (baianidade), sintetizado na fala do ministro Gilberto Gil (1996 apud ZANLORENZI, 1998, p. 148): “a preguiça é uma especiaria que a Bahia serve em bandeja para todo o Brasil”. Armindo Bião (2000, p.19) traz uma descrição pormenorizada das características do baiano que comporiam o ‘espetáculo da baianidade’:

[...] de acordo com o imaginário brasileiro expresso em piadas, programas de televisão e canções, por exemplo, os baianos seriam um povo dengoso (faceiro, afetado, enfeitado, requebrado, jovial, feiticeiro, efeminado, manhoso, birrento), que fala alto e cantando, que adora ver e ser visto, que se pega muito, que reconhece os lugares pelos cheiros de azeite, de sujeira e de maresia, que cultua: o aqui e o agora; o passado, mas, sobretudo, o presente; a preguiça e a festa; as praias e as ladeiras; as pimentas (que atijam o paladar), as figas e os balangandãs (que enfeitam e protegem); a dança, a música e todos os espetáculos; além, de, naturalmente, todos os santos.

Essa imagem dos baianos alcança o além-mar. Embora outras fontes já a tivessem espontaneamente propagado, através dos mais diferentes produtos da cultura baiana, a baianidade se espalha mundo afora, principalmente por iniciativa da Bahiatursa, de olho no mercado de turismo internacional.

A Bahia já era conhecida por causa dos balangandãs de Carmem Miranda, da música de João Gilberto e dos livros de Jorge Amado. **Havia chegado a hora do mundo saber sobre tudo o que a Bahia**

tem¹⁰¹. Com a experiência do mercado nacional e a realização de estudos e pesquisas complementares, a Bahiatura partiu para sua arrancada internacional. Estrategicamente, a empresa aliou-se ao trabalho da Embratur no exterior, justificando a participação da Bahia como um dos portões de entrada do Norte-Nordeste incluídos nos pacotes turísticos comercializados lá fora.

A ação mercadológica espalhou-se pelo mundo, com o conceito *Bahia, Land of Happiness*. No Cone Sul, a Bahiatura realizou eventos em vários países, especialmente na Argentina – que hoje [1998] é o maior mercado internacional para a Bahia -, onde promoveu festivais itinerantes nas cidades mais importantes. Nos Estados Unidos, o maior mercado de turismo do mundo, realizou a Semana da Bahia em Nova Iorque (1982) – primeiro evento brasileiro de turismo organizado no mercado americano, contando com a participação de Pelé, como embaixador do turismo – e encontros promocionais e comerciais em Miami, Boston, Atlanta, São Francisco, Los Angeles, Dallas, Huston e Chicago.

Na Europa, destaque para a Semana da Bahia no Estoril, em Portugal (1980) – **com exposição dos livros de Jorge Amado e telas dos artistas que ilustraram a sua obra** -, encontros promocionais na França e eventos em várias cidades italianas – como o Bahia de Todos os Sambat, promovida pela Prefeitura de Roma, **com a participação de vários artistas baianos, inclusive o trio elétrico de Dodô e Osmar**. Além de promoções independentes, a Bahiatura participou de bolsas de turismo, feiras, exposições e congressos internacionais em vários países, incluindo Espanha, Canadá, México, Inglaterra e Alemanha, entre outros. Em todos os eventos, no Brasil e no exterior, além da parte comercial, a Bahiatura mostrava a culinária, o artesanato, o folclore, a música e as artes plásticas **dos baianos**.

A Bahiatura apresentou a Bahia inteira ao mundo, em mais de 100 eventos realizados somente entre 1979 e 1983. Utilizou diversas peças promocionais em vários idiomas, tornando acessível a informação sobre as ofertas turísticas e técnicas do Estado, capazes de atrair, ao tempo, o público consumidor e os agentes de viagens que, no mercado internacional, são importante fator na decisão do fluxo turístico. Como resultado imediato, houve crescimento do número de vôos diretos para a Bahia – Roma, Milão, Miami, Madri e Assunção, além das linhas já existentes de Paris e Lisboa. (BAHIATURSA 30 ANOS 1968-1998, Salvador 1998, Bahiatura, p. 39-41)

Válido observar, como destacado por Moura (2005), como o discurso da baianidade é afirmado em uma totalidade inexistente. O “tudo que a Bahia tem” e a “Bahia inteira” divulgada pela Bahiatura para o mundo referem-se restritamente a uma parcela da cultura baiana vivenciada na capital e no recôncavo do estado. Todo o “resto” do estado é “invisibilizado”, escondido por detrás de um discurso identitário

¹⁰¹ Grifo meu.

homogeneamente construído. E na própria capital e recôncavo a diversidade de expressões culturais também é negligenciada.

esta identidade, bastante fraca contudo, que nós tentamos assegurar e reunir sob uma máscara, é apenas uma paródia: o plural a habita, almas inumeráveis nela disputam; os sistemas se entrecruzam e se dominam uns aos outros. (...) A história, genealogicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam. (Foucault, 1979, p. 34 -35)

Em sua discussão acerca da história, Foucault deixa transparecer o conceito de identidade sintetizado por Hall (2005) no termo “culturas híbridas”. As descontinuidades que nos atravessam ou a multiplicidade de identidades culturais que nos constitui não são consideradas pelo discurso oficial do governo do estado, de todos os seus governantes (ACM e seus correligionários) e da mídia (em especial a Rede Bahia, de propriedade da família Magalhães). A baianidade é apresentada enquanto identidade uma representativa de todo o estado, ainda que fundada em um discurso de variedade étnica, racial, cultural.

Foucault aponta o racismo¹⁰² como um elemento constituinte do poder, estruturante das sociedades modernas. “Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido?” (Foucault, 1979, p. 7). O poder, a partir dos séculos XVIII e XIX sofreu um desbloqueio tecnológico, onde da repressão passou a empregar outros aparatos e técnicas, instaurando o que se poderia chamar de uma “nova economia do poder”.

Hoje, além dos ambientes tradicionalmente produzidos pelos aparelhos de estado – exército, polícia, administração pública etc. – os efeitos do poder circulam de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e individualizada em todo o corpo social. Segundo Foucault, o poder é aceito e mantido não porque age como uma força que diz não, mas porque “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.

[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo

¹⁰² Que em Foucault não tem uma acepção exclusivamente racial.

negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a **nível do desejo** – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico”. (FOUCAULT, 1982, p. 148-149)

Muito cara a esta apreciação é também a idéia de verdade, que para Foucault “não existe fora do poder ou sem poder” (1979, p. 12). A verdade é “deste mundo”, sua existência se produz a partir das múltiplas coerções que se exercem e é, também, responsável pelos efeitos regulamentados de poder. Foucault distingue que cada sociedade tem seu regime de verdade, ou sua “política geral de verdade”, que é constituída por: tipos de discursos que acolhe e faz funcionar como verdadeiros, mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. Em síntese, a verdade não é um conjunto de coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar, mas um conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder. À verdade cabe o papel de exercício da legitimidade. Aqui é importante destacar o papel da mídia como legitimadora da verdade, especialmente na sociedade contemporânea, quando novas sociabilidades são instauradas e a existência social está condicionada ao reconhecimento midiático.

Para alcançarmos a perspectiva do racismo tratada por Foucault, que nos é cara para entender o discurso da baianidade, cabe ainda mergulhar nas origens das configurações atuais de poder, reconhecer os contextos de sua formação, descritos no texto *Em defesa da sociedade* (1999). No final do século XVII, início do XVIII, as técnicas e tecnologias de poder estavam centradas no indivíduo, tinham um caráter disciplinador, era traduzida, no dizer de Foucault, no direito do soberano de “fazer morrer ou deixar viver”. Aquele era o momento em que a morte deixa de ser um fenômeno natural e passa a se localizar dentro do campo do poder político. A partir da segunda metade do século XVIII, em resposta aos movimentos de industrialização e urbanização que povoavam o mundo à época e exigiam um aumento da força de trabalho, uma nova tecnologia de poder se instala, de caráter regulamentador da vida. Enquanto a primeira, que se poderia chamar da anatomopolítica, se volta para a

disciplina do indivíduo; a segunda, que seria nomeada de biopolítica, se dedica à regulamentação da população, da massa. Mas é importante notar que ambas as formas de exercício do poder coexistem e se complementam, não se opõem ou excluem, passa a vigorar, no entanto, a lógica do “fazer viver e deixar morrer”. “Portanto, estamos num poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida, ou que se incumbiu da vida em geral, com o pólo do corpo e o pólo da população” (FOUCAULT, 1999, p. 302), classificado como Biopoder.

Eis que se impõe o ponto de chegada: “Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?” (idem, p. 304). A resposta está no racismo. Para Foucault, dentro desta sociedade regida pelo biopoder – e nos referimos também à sociedade baiana da década de 1990 – o racismo tem como função primeira introduzir um corte, uma defasagem no corpo social, delimitando o que deve viver e o que pode morrer, já que o estado não pode exercer o direito do soberano.

O racismo em Foucault não faz referência exclusiva ao preconceito racial, mas é também visto enquanto discriminação à diferença, há de se observar que o racismo é responsável por desenvolver o discurso que legitima a diferença. O “deixar morrer”, possibilitado pelo racismo, não significa necessariamente uma morte biológica, mas a morte da representação social, o pôr fim ao diferente.

A opção por uma imagem oficial e hegemônica de uma Bahia em que todo o seu potencial cultural, as suas belezas e a capacidade de desenvolvimento se concentram em um só espaço, Salvador e seu Recôncavo, tem gerado o apagamento dos baianos do interior, especialmente, do Sertão, que não combinam com esse modelo Produto Bahia. Além de ocasionar o desconhecimento do território não litorâneo, fomentando o preconceito contra o interiorano – na acepção de sertanejo – esta prática centralizadora não ocasionou ao baiano do interior, em termos gerais, o acesso às políticas estaduais de cultura e, menos ainda, a visibilidade de suas ricas e diversificadas manifestações culturais.

É importante salientar que, a partir dos anos cinquenta, mesmo com o seu modesto processo de industrialização, e, sobretudo dos anos setenta, Salvador recebe uma leva considerável de imigrantes vindos do interior do estado em busca de melhores condições de vida. Toda essa massa, em sua maioria de origem rural, acaba se tornando invisível diante da avassaladora cultura da baianidade, restando-lhes as opções de deixar-se assimilar, adquirindo a ginga e o modo de ser “baiano”, que seria uma qualidade do soteropolitano, para, desta forma, serem aceitos como parte dessa cultura hegemônica. Do contrário, caber-lhe-ia recolher-se num processo de silenciamento ou

de apagamento cultural, fazendo desaparecer todos os sinais que remetem aos seus estigmas, vistos como negativos.

Não é difícil verificar que os elementos que compõe o texto da baianidade, que se reveste em produto alegórico, só poderão ser encontrados no mar, no litoral, na capital e no seu Recôncavo – guardiões do seu passado glorioso e espaços associados ao belo, ao imponente e ao mundo urbano – jamais no Sertão, lugar relacionado ao Brasil atrasado, distante, feio e triste, um território que parece ser desconhecido dos “baianos/soteropolitanos”, e mesmo inexistente no mapa festivo deste estado. (VASCONCELOS, 2008, p. 10)

Ao optar e privilegiar uma cultura específica, o poder público estadual, seus representantes e a mídia a eles afinada “deixam morrer” culturas outras. As próprias políticas, seus instrumentos de execução, mecanismos de distribuição de apoio, obedecem aos pressupostos da disciplina e da regulação, essenciais à prática do controle sobre o indivíduo e a sociedade. Ou seja, o discurso político e midiático funcionam, juntamente com outros mecanismos tradicionais – como escola, oficinas, quartéis, hospitais, prisões etc. – como mecanismos de reprodução e manutenção do poder.

A construção de um imaginário do prazer, da felicidade, da terra onde se vive em um ritmo desacelerado, de comemoração eterna e descompromissada se apresenta bastante proveitosa, um convite a se “Viver a Bahia”. No início da década de 90, após o intervalo no projeto de turismo iniciado em 1970, interrompido pelo governo Waldir Pires/Nilo Coelho, a Bahiatursa inicia a campanha “Orgulho de Ser Baiano”.

“Após um período de perdas significativas, o turismo baiano entrou na década de 90 precisando enfrentar, emergencialmente, o desafio da retomada: trazer o turista de volta e conquistar novos visitantes. Recolocar a Bahia no patamar da preferência nacional – **virar moda outra vez**. O objetivo era sair do oitavo lugar no ranking nacional e retornar à segunda posição, perdida a partir de 1987. O que aconteceu entre 1991 e 1998 foi a maior de todas as viradas: a Bahia experimentou o segundo grande boom da história do turismo no Estado, **resgatando a sua auto-estima**. O povo recuperou o **Orgulho de Ser Baiano**, tema de uma grande campanha promocional a nível nacional. (BAHIATURSA 30 ANOS 1968-1998, Salvador 1998, Bahiatursa, p. 49)

A Bahiatursa assume, portanto, o papel de propagadora de uma identidade cultural baiana para dentro e para fora da Bahia. Os órgãos de cultura da Secretaria da Cultura e Turismo não assumiam para si, no entanto, a responsabilidade pela promoção, incentivo

ou preservação dessa dimensão da cultura local oficialmente reconhecida pelo governo como representativa de todo o estado. O discurso da baianidade trazia, intrinsecamente, o reconhecimento da cultura em sua dimensão antropológica, ao valorizar o modo de ser, viver e se relacionar do baiano consigo mesmo e com o mundo.

A SCT, através da Bahiatursa, somente reconhecia três ações capazes de promover a baianidade: a divulgação (campanhas de propaganda e marketing e o discurso dos governantes no poder), o financiamento de eventos (com artistas escolhidos de acordo com a orientação político-ideológica) e a preservação do patrimônio material (restauravam-se os ícones da baianidade). Essas três ações/estratégias estavam intimamente entrelaçadas. Os espaços preservados ou recuperados com recursos do Prodetur, assim como os artistas incentivados financeiramente eram os mesmos que figuravam nas campanhas publicitárias e do marketing da Bahiatursa.

Para melhorar a qualidade do produto turístico da Bahia, o Governo do Estado, além de infra-estrutura e serviços, investe no patrimônio natural, artístico e cultural da Bahia. Realiza obras físicas, na recuperação e preservação do patrimônio arquitetônico, como também **promove e divulga a cultura baiana**. Criou alternativas de lazer e diversão para turistas e habitantes promovendo a convivência na alegria musical que o trabalho dos artistas regionais proporciona e que tanto tem contribuído para consolidar a imagem da Bahia no Brasil e no exterior.

No plano nacional, a Bahia voltou a ser moda, com a restauração e revitalização do Pelourinho – o mais importante ponto de visitação na cidade e **diferencial de venda do produto turístico Salvador** -, e o **crescimento da Axé Music**, criada e divulgada pelos grupos musicais baianos. A Bahiatursa soube perceber a importância da música também para a promoção do turismo. Criou oportunidades, **incentivou e patrocinou a participação dos artistas em eventos nacionais e internacionais, levando a Bahia e sua música para o Brasil e o exterior**. A Bahia readquiriu o respeito como pólo cultural do país, inclusive no cinema, desde que a produção nacional foi retomada. O estado recuperou o Teatro Castro Alves e vários museus. Criou e implantou parques como Pituvaçu, Abaeté, Costa Azul e Dique do Tororó, sempre animados com eventos turísticos.

A partir de 1995, a Bahiatursa passou a integrar a estrutura da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Com os estudos prontos e investimentos já iniciados, o Prodetur passou a ser gerenciado pela própria Secretaria, através da sua Coordenação de

Turismo – Codetur. A dimensão e característica intersetorial do Programa [Prodetur, a partir de 1992], envolvendo diversas Secretarias de Governo, tornavam inadequada a sua coordenação pela Bahiaturisa, até por questões de hierarquia.

A Bahiaturisa voltou então a exercer a sua função original, de **agente de promoção e venda do produto turístico**, desenvolvendo ações de marketing nos mercados nacional e internacional, junto ao consumidor final, diretamente, ou através de operadores e agentes de viagens. No Brasil, a Bahiaturisa trabalha junto a 1170 operadores e agentes localizados nos principais mercados emissor e no mercado internacional, são 312. Além dos **recursos de mídia, promove e participa de feiras, congressos, workshops, além de eventos de grande público, como festivais de música, gastronomia, folclore e artes plásticas**. (Bahiaturisa, 1998, p. 49)

As políticas culturais da SCT não tinham foco no patrimônio imaterial dos baianos. O mais próximo que podemos chegar do incentivo ao patrimônio imaterial é o Programa Estadual de Incentivo à Cultura - Fazcultura que patrocinava festas populares. O Pelourinho, possivelmente o maior ícone da baianidade vendida pela Bahiaturisa, foi alvo exclusivo de políticas de preservação do patrimônio material. O cenário de livros de Jorge Amado, local onde nasceram e foram influenciados grandes nomes da música baiana da década de 80 e 90 (como o Olodum, a Timbalada e até o Ilê Aiyê), teve as suas paredes preservadas, mas a sua gente, os detentores da tal “baianidade”, foi expulsa de lá. Os eventos promovidos para animar as ruas de paralelepípedo do Pelô eram responsabilidade da Bahiaturisa, depois, em 2001, passam à Ong Oficina das Artes, conveniada diretamente com a Bahiaturisa. A baianidade defendida pela Secretaria da Cultura e Turismo era a baianidade para turista ver.

Não foi possível observar, portanto, em relatórios de governo e diários oficiais, nos doze anos em estudo, projetos culturais originados dos órgãos de cultura da SCT que se coadunassem com a baianidade descrita pelas propagandas e marketing da Bahiaturisa. A ausência do estado em ações efetivas de preservação, manutenção e estímulo dessa baianidade tão propagada nos discursos do turismo é evidente quando voltamos o olhar também para um forte símbolo desta identidade, o candomblé. Durante 12 anos, apenas sete terreiros foram tombados e três recuperados.

A estratégia turística de 1991 a 2006 representou, portanto, a continuidade do projeto iniciado na década de 1970. As estratégias eram as mesmas, o escopo também. O estereótipo da baianidade era incentivado sob diferentes formatos, especialmente

atrelados às ferramentas da comunicação: publicidade, propaganda, marketing etc. Mas havia também uma adesão “espontânea” dos próprios veículos de comunicação locais interessados neste novo filão do mercado. A baianidade, portanto, se configurava como uma construção simbólica, propagada por diferentes emissores, mas orquestrada pela política de turismo da Secretaria da Cultura e Turismo.

Os fluxos culturais locais permitem então um desenvolvimento da indústria da cultura e da comunicação na Bahia; afinal ela encontra um enorme estoque de possibilidades e de novos produtos para serem explorados em mercados inclusive globalizados e locais. Não por acaso, as mídias baianas, em especial a televisão, têm investido em programações, dentro e, principalmente, até fora da tela, impregnadas por essa cultura afro-baiana. A produção desses eventos representa um mercado significativo e outro vez associam a mídia a esse movimento de “africanização” cultural da Bahia.

A atuação da Televisão Itapoan e de algumas rádios baianas nos primórdios desse movimento deve ser lembrada aqui. Dois casos são exemplares: o primeiro ocorreu em 1984, quando a rádio Itapoan FM, líder desse concorrido espectro da radiodifusão (...), abriu espaço para uma banda de carnaval — Chiclete com Banana — e inseriu na sua programação diária o galope “O Mistério das Estrelas”. A música atravessou o São João em primeiro lugar na preferência dos ouvintes, e, finalmente, a mídia local descobriu a pólvora do sucesso: tocar, durante todo o ano, o tipo de música que as pessoas gostavam de ouvir no carnaval.

O outro episódio ocorreu dois anos depois, quando a Itaparica FM, buscando derrubar a sua concorrente, a Itapoan FM, incluiu em sua programação a música *Eu sou negão*, de Gerônimo — até aí uma canção de improviso num show do cantor — que virou fenômeno de mídia e o primeiro grande sucesso musical com levada afro, abrindo caminho para o futuro sucesso do Olodum e de muitos outros blocos afro.

Essa “invasão” de fluxos culturais locais provocou um novo tipo de comportamento na mídia baiana, colocando a música baiana em até 75% da programação (no caso das rádios) ou, como na TV Itapoan, divulgando a imagem de cantores e grupos, em programas vespertinos com bons índices de audiência. Hoje é a TV Bahia que ocupa o papel de destaque nessa interação e mesmo na constituição das políticas culturais vigentes no Estado e na cidade.

Mas não se trata só de vender produtos específicos, com certa cor diferencial, como a chamada “música baiana”. O movimento parece ser mais amplo. Trata-se de consolidar e difundir uma nova identidade da Bahia: em lugar da antiga “boa terra”, marcada por um ritmo lento, preguiçoso, “malemolente”, tem-se agora um ritmo acelerado dos corpos em frenéticas danças e uma “ritmicidade” vigorosa dos tambores que constroem a terra da felicidade e fazem da alegria “um estado chamado Bahia”. Uma terra boa e desejada, porque animada, e ressignificada como lugar de todas as festas para todos os que aqui estão ou especialmente chegam, mesmo que em dimensão apenas simbólica. Salvador deixa de ser aquela pacata “Cidade da Bahia”

para tornar-se Salvador, a capital do Axé e do carnaval. (Rubim, 2000, p. 16 -17)

A mídia vai atuar incisivamente na conformação desta nova identidade baiana, marcada especialmente pela influência negra. Segundo Rubim (2000), a mídia também como importante e interessada agência dessa fabricação da baianidade resignificada a partir da segunda metade do século XX. Já que para os empreendimentos comunicacionais locais esta identidade também representativa um diferencial relevante no competitivo mercado globalizado. Apesar de retransmissora da Globo, a Tv Bahia, de propriedade da família Magalhães, é uma das grandes investidoras nesse marketing cultural. Sua programação e identidade empresarial são totalmente afinadas ao discurso da baianidade.

Aliás, a Rede Bahia apresenta-se, por tudo, como o exemplo mais acabado da articulação entre mídia e cultura no Estado. O poder, o alcance, a concentração, a centralização e a competência técnica, sem dúvida, tornam-na parte do processo que implantou e consolidou a comunicação e cultura midiáticas no Brasil pós-1964. A abrangência e domínio regional desse conglomerado de comunicação reproduz na Bahia o que acontece nacionalmente de modo radical. Sua integração com a Rede Globo parece notável. Com apenas 7% de programação local, ela pode(ria) ser vista apenas como uma mera retransmissora da Globo.

Mas a TV Bahia não só está integrada plenamente no sistema, mas apresenta um dos maiores índices de audiência da Rede Globo nas diversas regiões brasileiras e consegue, simultaneamente, produzir uma imagem institucional e social fortemente associada à (re)inventada Bahia. Tal apropriação simbólica, além de propiciar lucros através de um conjunto diversificado de eventos e empreendimentos, diretamente midiáticos ou indiretamente associados à comunicação e cultura midiáticas, permite um confortável distanciamento em sua identificação com a Globo e constrói toda uma relação privilegiada com a cultura afro-baiana, em especial com aquela parcela mais beneficiada e subordinada a uma lógica mercantil-industrial, e com suas estrelas mais reluzentes, segmento emergente na estruturação social baiana. (Rubim, 2000, p. 18)

Havia, portanto, no dizer de Foucault, um sistema de verdade validado pelo discurso política do governo do estado e pela mídia. Mas se são as negras baianas de acarajé com seus balangandãs que enfeitam postais e recebem turistas no aeroporto, os negros que jogam capoeira, dançam ou tocam os tambores, berimbau ou timbau, são as comidas com dendê que enchem os olhos de quem assiste as propagandas da

Bahiatursa ou as vinhetas da Tv Bahia, estes são os mesmos que convivem com o racismo cotidiano na terra da felicidade.

O preconceito racial é uma das mais perturbadoras questões em evidência dentro do contexto da baianidade. Na medida em que Foucault deixa transparecer que a reprodução da diferença é condição *sine qua non* para a construção da unidade, da identidade cultural nas sociedades, na Bahia observam-se duas perspectivas: de um lado, constrói-se uma idéia subjetiva de afro-descendência que respalda uma identidade, que se apresenta como singular, exótica, atraente ao olhar estrangeiro; de outro, no contexto interno do estado, a prática da violência verbal, social e física contra os que não são considerados “brancos” é imperativa. O estado, através da divergência entre discurso e execução de políticas culturais, reproduz o “deixar morrer. O privilégio à afrodescendência é restrito ao campo imagético, a uma “negritude simbólica”¹⁰³ já que na prática, na vida cotidiana, a Bahia convive com o racismo.

A nova identidade baiana negra enfatiza alguns dos dilemas das relações raciais brasileiras. Exibe um sentimento fraco de “comunidade negra”, ao lado de uma cultura negra forte e rica, que às vezes desfruta de grande reconhecimento oficial, no qual a participação pode não estar associada a uma intensa identificação com a identidade negra. Ela mostra também que a identidade negra só se cristaliza em caráter episódico ou em momentos ritualísticos (especialmente o carnaval, no candomblé, na capoeira, no tocar dançar samba, no tocar os tambores ao ritmo da música afro-reggae), que o racismo declarado e sutil coexiste com momentos de cordialidade inter-racial – uma cordialidade que é concreta nos bairros da classe baixa e mais simbólica na classe média – e que, em último lugar, mas não menos importante, a democracia racial é um mito fundador das relações raciais baianas, mito este que é aceito pela grande maioria e reproduzido na vida cotidiana. (SANSONE, 2004, p.153 e 154)

Essa reflexão em torno de uma baianidade que se afirma negra, é problemática também na visão de Eneida Leal Cunha (p. 2, prelo):

A contradição flagrante na Bahia – onde os “negromestiços ocupam todo o espaço e quase todo o tempo dos *mass media* (...) suas manifestações e seus produtos estéticos reinam de forma praticamente

¹⁰³ O termo “negritude simbólica” está expresso em CUNHA, ENEIDA LEAL. “Dentro e fora da nova ordem mundial: a cor da paisagem da cidade”. In: GOMES, R.C; MARGATO, I. *Espécies de espaços*. Belo Horizonte: Editora UFMG (prelo).

absoluta” – recebeu um diagnóstico lúcido do poeta e antropólogo Antônio Risério quando disse “que, usando livremente os conceitos de Gramsci, podemos afirmar tranquilamente que, na Bahia de hoje, (a cidade menos racista e mais racista do Brasil) **a cultura negromestiça não é dominante, mas é, certamente, hegemônica**”(ALVES, BACELAR e CUNHA, 2004, p. 2)

Confirma-se, portanto o “mal-estar na baianidade” descrito por Gey Espinheira (2002, p. 80):

A baianidade, como o dendê, é o veículo, portanto, do caldo cultural que é a cidade cosmopolita: a ideologia que permite a dominação aparentemente suave, adoçada e gentil que mantém a maioria de seu povo nas mais baixas condições de vida, afastada da centralidade de tudo, por que ela é afro-descendente, estigmatizada pela posição na qual foi disposta na hierarquia social e na qual está preservada.

Afirmamos, portanto, que a baianidade em nada, ou quase nada é contemplada pela política cultural da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Ela é, na verdade, foco prioritário das políticas de turismo que se dedicam a divulgá-la comercialmente através de apelos midiáticos e de eventos, especialmente musicais, para o Brasil e o mundo. É a Bahiatursa quem orchestra esse discurso de baianidade reproduzido pela indústria cultural e os veículos de comunicação locais.

A afirmação e reconhecimento de uma única identidade cultural representativa de todo o estado pela SCT anula a diversidade de expressões culturais do povo baiano. A cultura baiana se restringe ao pacote sol, mar e festa da capital e do recôncavo. A ausência de uma política cultural do estado que prime pela diversidade e liberdade de expressão cultural, ou mesmo que defenda, não apenas no discurso, a cultura afro-descendente eleita como símbolo da baianidade, evidencia, mais uma vez, a condição de subordinação da cultura ao interesses econômicos do turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria da Cultura e Turismo do estado da Bahia representou uma experiência singular na história da política cultural baiana que deve servir de exemplo para o amadurecimento da intervenção do estado em qualquer cenário cultural. Ao contrário do que se observou no âmbito federal, particularmente nos oito primeiros anos de existência da SCT, quando a ação do governo se concentrou na lei de incentivo fiscal (Rouanet), conferindo ao mercado a decisão sobre os investimentos nesta área, o governo do estado da Bahia tinha um projeto de política cultural muito bem definido. A cultura tinha uma finalidade, claramente apontada, que não significou, em nenhum momento destes longos doze anos, a transferência de decisão para a iniciativa privada, mesmo quando se tratou do Fazcultura (conforme visto no capítulo II).

Ainda que a perspectiva sobre a cultura tenha sido alterada em Brasília a partir de 2003, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva e a nomeação de Gilberto Gil para o Ministério da Cultura, a proposta inicial da Secretaria da Cultura e Turismo não se alterou. Não podemos negar que novas estratégias e formatos de atuação foram incorporados e amadurecidos, mas, o que aqui defendemos é a permanência do seu objetivo final: ampliar o valor econômico do turismo através da cultura.

A dimensão antropológica da cultura, defendida pelo Ministério Gil durante os últimos quatro anos de existência da SCT, guardadas as devidas proporções, existia no discurso da baianidade desde a década de 1970. A cultura era reconhecida como modo de vida. Mas era reconhecida apenas no discurso que era alimentado pelos órgãos de turismo do estado e não pelas instituições aparentemente responsáveis por desenvolver a política cultural junto ao poder público baiano.

A cultura era papel de todos dentro da SCT, desde que atendesse aos objetivos do turismo. Tanto prova que os principais eventos, shows e espetáculos eram responsabilidade da Bahiatur, do IPAC e da Conder (que nem fazia parte da SCT) e, posteriormente, passaram a ser incentivados também pelo Fazcultura. Assim como o principal programa para a cultura da SCT, a preservação do patrimônio material de Centros Históricos, foi financiado por recursos do turismo e obedecia diretamente as suas prioridades.

A política cultural da SCT devia se encaixar perfeitamente na lógica do projeto político-econômico maior, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Estado,

conforme publicação da SCT *Bahia Política Cultural*, que via o turismo como uma das mais poderosas atividades do setor terciário da economia. O turismo baiano precisava despontar no cenário mundial, a ponto de alcançar a primeira posição como destino nacional e a segunda como destino internacional, perdendo apenas para o Rio de Janeiro. A cultura era o “complemento”, o “diferencial” da atração do turista. Já que, no dizer do próprio Secretário Paulo Gaudenzi, praias bonitas muitos lugares têm, mas a riqueza cultural baiana é privilégio da Bahia. Além da beleza natural e da infra-estrutura hoteleira, os turistas precisavam ter seus dias entretidos pela cultura local. A cultura baiana era, portanto, mais um elemento carreador de recurso para o estado através do turismo.

Como visto no capítulo IV, a política cultural da SCT se efetivou a partir de duas macro estratégias: a preservação do patrimônio histórico e cultural e a criação de um mercado do entretenimento. Sob estes dois enfoques, a SCT priorizou projetos de criação de pontos turísticos (através da restauração de sítios históricos), animação cultural (eventos e espetáculos) e estímulo à produção artística (prêmios e concursos). A SCT não se ateve a promover a cadeia produtiva da cultura, para que o próprio mercado cultural se autonomizasse e se sustentasse sem o turismo.

Ao estabelecermos um paralelo entre o referencial de política cultural considerado na Introdução desta dissertação e a política cultural executada pela SCT, consideramos que esta experiência em muito se distanciou do ideal de descrito pelo conceito de Canclini. A política cultural da SCT foi, de fato, uma política de submissão da cultura à lógica economicista da política de turismo do estado. Não priorizou o desenvolvimento simbólico ou a satisfação das necessidades culturais da população, nem tampouco teve como objetivo a promoção da transformação social através da cultura. O estado, ator privilegiado neste estudo, voltou-se para o turista como público pretendido, utilizou-se de recursos e instrumentos muitas vezes anti-democráticos para a execução das suas políticas culturais (em vista do nepotismo, da política de balcão e favores práticas comuns à SCT), privilegiou a conservação e preservação do patrimônio material como momento do sistema cultural e, diante da transversalidade contemporânea da cultura, estabeleceu interface apenas com o turismo.

A política cultural da Secretaria da Cultura e Turismo, no decorrer de 12 anos, esteve distante da configuração de uma política pública de cultura. As decisões em torno desta política se deram de forma unilateral e vertical. Os crivos e debates públicos (Rubim, 2006) em momento algum foram estimulados pela SCT. A I Conferência

Estadual de Cultura da Bahia, promovida por determinação do Ministério da Cultura em novembro de 2005, nem ao menos foi citada em relatório de governo.

Os recursos e ações do governo foram concentrados particularmente na capital e recôncavo. A diversidade cultural do estado, com seus 417 municípios, diferentes influências, climas e contextos sócio-culturais, foi totalmente obscurecida pela defesa de um projeto econômico que vendia a Bahia como terra da felicidade e negligenciava tudo aquilo que não se enquadrasse nesse discurso, a exemplo da cultura sertaneja.

As culturas populares não tiveram prioridade dentre os projetos do governo do estado. Ao Instituto Mauá, por exemplo, que esteve sob a responsabilidade da Secretaria do Trabalho e Ação Social, não era dispensado qualquer tipo de atenção por parte da SCT. O Núcleo de Pesquisa e Cultura da Literatura de Cordel, instituído em 1980 na FUNCEB, assim como o Núcleo de Pesquisa Folclórica Emília Biancardi, da Escola de Dança, foram mantidos em suas estruturas, mas a SCT não demonstrava interesse em expandir e disseminar seus acervos e atividades.

A cultura afro-descendente, em lugar de destaque no imaginário da cultura baiana, era valorizada no discurso oficial e nas propagandas da Bahiatursa. Nos diários oficiais analisados, foram recorrentes as homenagens às mães de Santo e não raras vezes os governadores, que se sucederam desde ACM, foram fotografados abraçados a ialorixás em terreiros de candomblé ou sendo banhados pela água de cheiro das baianas na Lavagem do Bonfim. Mas apenas dois terreiros de candomblé foram beneficiados por intervenções de recuperação durante todo o período de existência da SCT.

Não pretendemos aqui demonizar o turismo e enaltecer a cultura. Reconhecemos, inclusive, como falha metodológica a esta pesquisa um investimento mais apurado no estudo deste campo. Mas compreendemos que a cultura não deve ser isolada numa “torre de marfim”, nem tampouco ser usada como moeda de troca. Acreditamos que a transversalidade da cultura (Rubim, 2007) precisa, a cada dia, ser ampliada e reconhecida dentro da administração pública. E, para isso, deve haver o entrelaçamento com a saúde, a educação, o planejamento, o trabalho, o desenvolvimento urbano, a ciência e tecnologia, o meio ambiente, a segurança pública e todas as outras esferas da vida social sob a responsabilidade do estado. Mas a cultura precisa ser reconhecida como algo muito maior que seu papel econômico. A cultura é essencial para o desenvolvimento porque implica em: criatividade; imaginação; invenção; transcendência; identidade; diversidade e valores. Em suma: é cultivo espiritual e riqueza simbólica de povos e pessoas. Por tudo isto – e não somente por sua dimensão

econômica – cultura é desenvolvimento (Rubim, 2007). Mas o reconhecimento da centralidade da cultura não é papel exclusivo dos dirigentes eleitos para gerir a coisa pública, é responsabilidade também daqueles que o elegem e devem continuamente exercer a sua cidadania para além da boca da urna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGARIA, Roberto. A Bahia é uma fábula. A Tarde, Salvador, 10 jun. 2001. (Entrevista).

ANJOS NETO, João. Salvador-Bahia: estratégias promocionais do turismo e a percepção do turista nacional. Anais do III Enecult. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/JoaoDantasdosAnjosNeto.pdf>

BAHIA. “Bahia Vista por Dentro.” Diário Oficial. 24 de abril de 2003, p. 7.

_____. Conselho Estadual de Cultura. Políticas Públicas de Cultura. Salvador, 2006.

_____. Diário Oficial. Janeiro de 1990 a dezembro de 2006.

_____. Fundação Cultural do Estado. Relatório. Ações 2003-2006. Salvador. A Fundação, 2000.

_____. Governo do Estado. Relatório de Atividades 1999 – 2001. Salvador. 2002.

_____. Governo do Estado. Relatório de Atividades 2002. Salvador. 2003.

_____. Governo do Estado. Relatório de Atividades 2003. Salvador. 2004.

_____. Governo do Estado. Relatório de Atividades 2004. Salvador. 2003.

_____. Governo do Estado. Relatório de Atividades 2005. Salvador. 2006.

_____. Governo do Estado. Secretaria da Cultura e Turismo 10 anos. Salvador. A Secretaria, 2005.

_____. Governo do Estado. Secretaria da Cultura e Turismo. Século XXI – Desafio da Cultura: Política Cultural da Bahia 2003-2020. Salvador. A Secretaria, 2005.

_____. Secretaria da Cultura e Turismo. 30 anos do IPAC nos Jornais. Salvador. Governo da Bahia, 1997.

_____. Secretaria da Cultura e Turismo. Fundação Cultural do Estado. Fundação Cultural. Memória da Cultura – 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1974-2004. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2004.

_____. Secretaria da Cultura e Turismo. Política Cultural. Salvador A Secretaria, 2003.

_____. Secretaria da Cultura e Turismo. Turismo na Bahia. Estratégias para o Desenvolvimento. Salvador. Empresa Gráfica da Bahia, 2002.

BAHIATURSA. A estratégia turística da Bahia: 1991/2005. Salvador: Omar G., 2000.

_____. Bahiatursa 30 anos 1968-1998, Salvador: Bahiatursa, 1998

BARBATO JR., Roberto. Missionários de uma utopia nacional-popular. Os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004.

- BASTOS, Sonia. A política de cultura do governo do eStado da Bahia, a partir da ação da própria Superintendência de Cultura. In: Políticas públicas de cultura. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 2006.
- BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BIÃO, Armindo. (Entrevista). 04 de março de 2008.
- BOTELHO, Isaura e FIORE, Maurício. O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo. Relatório da Primeira Etapa da Pesquisa. São Paulo. CEBRAP, 2005.
- BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.15, n.2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em 12 de novembro de 2007.
- _____. Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.
- BRANT, Leonardo (org.) Diversidade Cultural. São Paulo: Escrituras, 2005.
- _____. Mercado cultural. São Paulo: Escrituras, 2002.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanços e perspectivas. In: Políticas Culturais no Brasil. Rubim, Antônio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (org.). Coleção Cult. Salvador: Edufba, 2007.
- CANCLINI, Nestor Garcia. A globalização Imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- _____. Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRL, 1995.
- _____. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 1998.
- CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (orgs.) A Era FHC: um balanço. São Paulo: Cultura, 2002, p. 627-656.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CATARINO, Carolina. Monumenta muda pelos moradores do centro. Revista eletrônica do IPHAN, MinC, acessado em 06 de abril de 2008. Disponível em <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=103>
- CHAUÍ, Marilena. O nacional e o popular na cultura brasileira. Seminários. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo: Fapesp / Iluminuras, 1997.
- _____. Política Cultura em nova chave. Revista Observatório Itaú Cultural nº 03, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade na Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas Ciências Sociais. 2 ed. Viviane Ribeiro (trad.). Bauru: Edusc, 2002.

CUNHA, Eneida L.; BACELAR, Jéferson; ALVES, Lizir A. *Bahia: colonization and cultures*. In: VALDEZ, M. e KADIR, D. *Literary Cultures of Latin América*. New York: Oxford Univ. Press, 2004. p. 551-565. Vol II (versão em português fornecida pelos autores).

CUNHA, Eneida Leal. “Dentro e fora da nova ordem mundial: a cor da paisagem da cidade”. In: GOMES, R.C; MARGATO, I. *Espécies de espaços*. Belo Horizonte: Editora UFMG (prelo).

DANTAS NETO, Paulo Fábio. “SURF” NAS ONDAS DO TEMPO: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 39, p. 213-255, jul./dez. 2003

_____. Carlismo: passado, presente, futuro”. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=761>, acessado em 15 de julho de 2007.

_____. Tradição, Autocracia e Carisma. A política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2006.

EAGLETON, Terry. *A Idéia de Cultura*. São Paulo: Ed. Unesp (trad.) 2003.

ESPINHEIRA, Gey. A cidade invisível e a cidade dissimulada. Comunicação apresentada no 1º Ciclo de Palestra do projeto Quem Faz Salvador. Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, em 15.01.2001.

_____. Mal-estar na baianidade: perdas e danos. In: *Caderno do CEAS*. M.1. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 2002.

FARIA, Hamilton. As leis de incentivo fiscais à cultura. In: FRANCESCHI, Antonio de et alli. *Marketing cultural: um investimento com qualidade*. São Paulo: Informações Culturais, 1998, p.75-84.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo, Studio Nobel, 1997.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio (org.). *Pelo Pelô – história, cultura e cidade*. Salvador: Edufba, 1995.

FOUCAULT, Michael. *Arqueologia do Saber*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Nietzsche, Freud & Marx*. São Paulo: Princípio, 1997.

_____. *Verdade e Poder*. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Microfísica do poder*. 22 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GAUDENZI, Paulo. A política de cultura do governo do estado da Bahia, através da ação da Secretaria da Cultura e Turismo no período 1995-2005 – seus impactos e resultados. In: Políticas públicas de cultura. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 2006.

_____. Cultura de Neófito a Operário. Salvador. Secretaria de Governo, 2000.

_____. Operário do Turismo, retalhos de idéias e pensamentos. Salvador: Omar Editora, 1999.

GOMES, Ângela de Castro (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.251-269.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / IPHAN, 1996.

GOTTSCHALL, Carlota de Sousa e SANTANA, Mariely Cabral (organizadoras). Centro da Cultura de Salvador. Salvador: Edufba, 2006.

GUTIÉRREZ, Alcía, B. Pierre Bourdieu: las prácticas sociales. Buenos Aires: Centro. Ed. América Latina, 1994.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Da diáspora identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HELENA, Heloísa. Professora. (Entrevista). 11 de janeiro de 2008

HERMET, Guy. Cultura e Desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Impressões de viagem. CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70. São Paulo: Brasiliense, 1980.

KOSHIBA, Luiz e PEREIRA, Denize Manzi Frayze. História do Brasil. 6ª Edição. São Paulo. Ed. Atual, 1993.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura, um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LOPES, Antonio Herculano e CALABRE, Lia (orgs.). Diversidade Cultural Brasileira. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

LUBISCO, Nídia M. L. e VIEIRA, Sônia Chagas. Manual de Estilo Acadêmico. 2ª Edição. Salvador. Ed. Edufba, 2003.

MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro / Brasília: Nova Fronteira / Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MARIANO, Agnes. A arte de ser baiano segundo as letras de canções da música popular. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) 300f. Salvador: FACOM/UFBA, 2001.

MARTINS, Marcos Roberto. Políticas culturais na Bahia – Gestões Waldir Pires e Nilo Coelho (1987-1991). Disponível em

http://www.cult.ufba.br/arquivos/Gestoes_Waldir_Pires_e_Nilo_Coelho_VER_JULHO_2006_roberto.pdf

MICELI, Sérgio (org.) Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

_____. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGUEZ, Paulo César. A organização da cultura na “Cidade da Bahia”. 346f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Salvador, Facom - UFBA, 2002.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura e democracia. Volume I. Rio de Janeiro: Edições Fundação Nacional de Cultura, 2001.

MOLES, Abraham. Sociodinâmica da cultura. São Paulo, Perspectiva / Edusp, 1974.

MOURA, Milton. “identidade que consiste em textos” (entrevista à SBPC Cultural), 2001.

NUSSBAUMER, Gisele (org.) Políticas Culturais - Teoria e Políticas da Cultura. Salvador: Edufba, 2007.

OLIVEN, Ruben George. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. RBCS. São Paulo: ANPOCS, n. 2, p.98-74, out.1986.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. Cultura neoliberal. Leis de incentivo como política pública de cultura. São Paulo: Escrituras / Instituto Pensarte, 2004.

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PINTO, Roque . A Bahia reimaginada: como transformar um velho entreposto comercial em um novíssimo produtor de tradições. In: Congreso Virtual Internacional de Cultura y Turismo, 2001, Buenos Aires. Congreso Virtual Internacional De Cultura y Turismo, 2001. Disponível em: http://www.naya.org.ar/turismo/congreso/ponencias/roque_pinto.htm . Acessado em 01/03/2006.

_____. Turismo e identidade – A gestão da baianidade e a produção de tradições. Rio Grande do Sul: Educs, 2006.

QUEIROZ, Lucia Aquino de. Turismo na Bahia – estratégias para o desenvolvimento. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo e IGBA, 2002.

REIS, Ana Carla F. **Marketing cultural e financiamento da cultura**: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

Rubim, Antônio Albino Canelas e RUBIM, Lindinalva. Televisão e políticas culturais no Brasil. In: Revista USP. São Paulo, (61): 16-28, março / abril / maio de 2004.

_____. (org.). Mídia e eleições 2000 em Salvador. Salvador: Edufba, 2002.

- _____. ACM, poder, mídia e política na Bahia. Disponível em <http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Albino2001.pdf> .
- _____. Comunicação, mídia e cultura na Bahia contemporânea. Bahia Análise & Dados. Leituras da Bahia I, Salvador, v.9, n. 4, mar. 2000.
- _____. Cultura, Conexão, Contemporaneidade. Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo), v. 4, p. 107-125, 2007.
- _____. Políticas Culturais entre o possível e o impossível. Anais do II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: FACOM/UFBA, 2006.
- _____; Barbalho, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007.
- RUBIM, Linda (org.) Organização e produção da cultura. Salvador: EDUFBA, 2005, p.53-77.
- SÁ DA NOVA, Luiz Henrique. Eleições 2000: o príncipe do cotidiano na cidade da Bahia. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) 275f. Salvador: FACOM/UFBA, 2003
- SANSONE, Livio. Negritude sem Etnicidade. Salvador: Edufba, 2003.
- SANTOS, Cibele Nunes da Silva. A Nota do Show. Uma discussão sobre Políticas Públicas no âmbito da Cultura no Estado da Bahia. Monografia de conclusão do curso de Graduação em Filosofia e Ciências Humanas – UFBA. Salvador, 2004.
- SARCOVAS, Yacoff. O incentivo fiscal no Brasil. In: Teoria & Debate. São Paulo, (62)58-62, abril / maio de 2005.
- SOBREIRA, Sergio. (Entrevista ao Jornal A Tarde.). Salvador, 13 de setembro de 2006.
- _____. Cultura, Política e Mercado na Bahia: A criação da Secretaria da Cultura e Turismo. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) 240f. Salvador: FACOM/UFBA, 2007.
- Tarde, A. (Jornal – Versão online). “Cai sigilo dos bens dos investigados em CPI”. Salvador, 14 de novembro de 2007.
- Tarde, A. (Jornal). “A campanha para o governo baiano”. Samuel Celestino. Salvador. 25 de setembro de 1990.
- _____. (Jornal). “Arte e Política”. Editoria Caderno 2. Salvador, 30 de outubro de 1994.
- _____. (Jornal). “Escritores premiados por selo do governo esperam publicação desde 2005”. Salvador, 26 de fevereiro de 2008.
- _____. (Jornal). “Estado e Cultura ou o Sonho Acabou”. Salvador, 29 de janeiro de 1991.
- _____. (Jornal). “Gerando Talentos”. Salvador, 14 de outubro de 1995.
- _____. (Jornal). “Oposição apresenta 24 emendas”, Salvador, 11 de janeiro de 1995.

- _____. (Jornal). “Polo de Novidades”. Salvador, 27 de janeiro de 2003.
- _____. (Jornal). “Secretário de Cultura se autofinancia”. Salvador, 09 de novembro de 2004.
- _____. (Jornal). “Sexta etapa não terminou”. Salvador, 08 de novembro de 2002.
- _____. (Jornal). Editoria Política. Salvador, 16 de março 1991.
- TELES DOS SANTOS, Jocélio. O poder da cultura e a cultura no poder, a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: Edufba, 2005.
- TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977.
- VASCONCELOS, Cláudia Pereira. Ser-tão baiano: a baianidade e a sertanidade no jogo identitário da cultura baiana. Salvador: IV Enecult, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14139.pdf>
- VIEIRA, Mariella. Política cultural na Bahia: o caso do Fazcultura. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) 240f. Salvador: FACOM/UFBA, 2004.
- Warnier, Jean-Pierre. A Mundialização da Cultura. Bauru. Ed. Universidade do Sagrado Coração, 2003.
- WILLIAMS, Raymond. Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. Palavras-chave. São Paulo: Boitempo, 2007.
- YÚDICE, George. A conveniência da Cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- ZANLORENZI, Elisete. O mito da preguiça baiana. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

ANEXOS

Anexo A

Dirigentes máximos dos poderes públicos federal, estadual e municipal

BRASIL		BAHIA		SALVADOR	
Período	Brasil	Período	Bahia	Período	Salvador
1961-1964	João Goulart (PTB)	1963-1967	Lomanto Júnior	1959-1963	Heitor Dias
1964-1964	Ranieri Mazilli (PSD)			1963-1964	Virgildasio de Senna
1964-1967	Castelo Branco			1964-1967	Nelson Oliveira
1967-1969	Costa e Silva (ARENA)	1967 - 1971	Luiz Viana Filho	1967-1970	ACM
1969-1974	Emílio Medici (ARENA)	1971-1975	ACM	1970-1975	Clériston Andrade
1974-1979	Ernesto Geisel (ARENA)	1975-1979	Roberto Santos	1975-1977	Jorge Hage
1979-1985	João Figueiredo (ARENA)	1979-1983	ACM	1977-1978	Fernando Magalhães
				1978-1979	Edvaldo Brito
				1979-1981	Mario Kertesz
				1981-1983	Renan Baleeiro
	Tancredo Neves (PMDB)	1983-1986	João Durval	1983-1986	Manoel Castro
1985-1990	José Sarney (PMDB)	1987-1989	Waldir Pires	1986-1989	Mário Kertesz
1990-1992	Fernando Collor (PRN)	1989-1990	Nilo Coelho	1989-1993	Fernando José
1992-1995	Itamar Franco (PRN)	1991 -1994	ACM		
		1994	Ruy Trindade		
		1994-1995	Imbassahy		
1995-2002	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	1995-1999	Paulo Souto	1997-2005	Imbassahy
		1999-2002	César Borges		
2003-2010	Luiz Inácio Lula (PT)	2002-2003	Otto Alencar		
		2003-2007	Paulo Souto		

ANEXO B

Lei Estadual 2.563, de 28 de agosto de 1968.

Lei de criação da Bahiatursa

LEI Nº 2.563 DE 28 DE AGOSTO DE 1968

Autoriza ao Poder Executivo a criar uma Sociedade por ações para exploração no Estado da Bahia da indústria e comércio hoteleiro de interesse e fomento ao turismo e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, na forma desta Lei, uma Sociedade por ações que se denominará Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S.A. - Bahiatursa.

Art. 2º - A sociedade terá por objeto:

- a) construir e estimular a construção ou adaptação de hotéis, motéis e pousadas de interesse turístico no Estado da Bahia;
- b) reformar e ampliar as instalações e serviços de hotéis de Itaparica e Cipó dando-lhes condições adequadas ao desenvolvimento do turismo naquelas estâncias hidro-minerais.

Parágrafo único - Para a consecução dos seus objetivos a sociedade poderá firmar convênios e contratos com entidades públicas e particulares nacionais ou estrangeiras.

Art. 3º - A sociedade terá inicialmente o capital de NCr\$10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros novos) divididos em dez milhões de ações nominativas, no valor de NCr\$1,00 (hum cruzeiro novo) cada uma sendo sete milhões de ações ordinárias com direito a voto e três milhões de ações preferenciais, sempre sem direito a voto e inconversíveis em ações ordinárias.

§ 1º - As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendo mínimo de 8% (oito por cento).

§ 2º - As ações da sociedade poderão ser agrupadas em títulos múltiplos de 100 a 100.000 ações sendo nos Estatutos regulados o agrupamento e o desdobramento de acordo com a vontade do acionista.

§ 3º - As ações da sociedade serão admitidas como caução nas concorrências públicas realizadas pela administração pública estadual.

Art. 4º - O Estado subscreverá no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do valor do capital referente às ações ordinárias, e para sua integralização disporá dos bens móveis e imóveis individualizados pelos terrenos, construções, móveis e utensílios todos próprios do Estado atualmente existentes nas estâncias hidrominerais de Itaparica e do Cipó.

§ 1º - Na fixação do capital inicial, considerar-se-á que os bens e utensílios indicados, neste artigo, correspondem no mínimo a 51% (cinquenta e um por cento) do valor do capital referente às ações ordinárias e com direito a voto.

§ 2º - Integralizados os 51% (cinquenta e um por cento) do capital referente às ações ordinárias, pela incorporação dos bens mencionados neste artigo, o restante, e bem assim, as ações preferenciais, ficam para serem subscritas pelo Estado, pelos municípios interessados ou por pessoas de direito público e privado e pessoas físicas.

§ 3º - Em todo aumento de capital que houver na sociedade o Estado suscreverá ações ordinárias que lhe assegurem pelos menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

§ 4º - O Estado poderá desfazer-se das ações que lhe pertencerem, respeitando o limite estabelecido no parágrafo anterior, quando a sua participação exceder de 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

§ 5º - Para o fim previsto neste artigo, fica ainda o governo do Estado autorizado a dispor de até 70% (setenta por cento) dos recursos orçamentários da unidade 05.05 - Departamento de Turismo da Secretaria dos Assuntos Municipais e Serviço Urbanos previstos para o exercício de 1968, destinados a investimentos, subelementos 4.1.1.1 e 4.1.1.2.

§ 6º - Dos dividendos que receber da sociedade o Estado fica obrigado a aplicar no mínimo 20% (vinte por cento) por exercício financeiro, em melhoramentos na área dos imóveis de que se tenham originados os lucros respectivos.

Art. 5º - A sociedade terá sede e foro na Cidade do Salvador e manterá estabelecimentos nas Cidades de Itaparica, Cipó, podendo instalar outros em quaisquer cidades do Estado.

Art. 6º - A administração da sociedade será exercida por um Conselho Administrativo, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal.

Parágrafo único - O Conselho Administrativo será constituído de:

- a) hum Presidente nomeado pelo Governador do Estado e demissível, ad nutum;
- b) três Conselheiros também nomeados pelo Governador do Estado;
- c) três Conselheiros eleitos pelas pessoas Jurídicas de direito público que participem da sociedade, com exceção do Estado;
- d) dois Conselheiros eleitos pelas pessoas físicas e Jurídicas, de direito privado.

Art. 7º - A Diretoria Executiva compor-se-á de três Diretores sendo um, que será o Presidente, nomeado pelo Governador do Estado e os outros dois eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 8º - O Conselho Fiscal será anualmente eleito pela Assembléia Geral Ordinária, na forma da Lei.

Art. 9º - Não poderão fazer parte da Administração da sociedade, em qualquer dos órgãos referidos no artigo 6º, os integrantes dos quadros dirigentes de outras empresas congêneres.

Art. 10 - A sociedade será constituída em sessão pública para este fim convocada pelo Governador do Estado, cuja ata deverá conter os Estatutos aprovados, bem como o histórico e o resumo dos atos constitutivos, especialmente da avaliação dos bens e direitos convertidos em Capital.

§ 1º - A constituição da sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo e sua ata será arquivada, por cópia autêntica, na Junta Comercial do Estado da Bahia.

§ 2º - Nos Estatutos da sociedade serão observadas, em tudo que lhe for aplicável, as normas da Lei de sociedades anônimas e a reforma dos Estatutos, em pontos que impliquem modificação desta Lei depende de autorização legislativa, e, nos demais casos fica subordinada à aprovação do Governador do Estado, mediante decreto.

§ 3º - O Governador do Estado designará por Decreto comissão que se incumbirá de promover os atos constitutivos da sociedade, especialmente a avaliação dos bens que constituirão a participação do Estado no capital votante da sociedade elaboração dos Estatutos e sua publicação prévia para conhecimento geral.

§ 4º - Serão isentos de custas ou qualquer outra remuneração os atos e serviços de incorporação da sociedade.

Art. 11 - A sociedade operará diretamente ou através de contratos ou concessões, ou, ainda, de subsidiárias que organizar e nas quais deverá ter sempre a maioria do capital com direito a voto.

Art. 12 - A sociedade poderá receber doações e auxílios da União, dos Estados e Municípios, de entidades nacionais ou estrangeiras, bem como doação e legados de pessoas de direito privado, pessoas físicas, e, ademais, pleitear os financiamentos previstos no Decreto-Lei nº 55-66, referente aos incentivos à indústria do turismo.

Art. 13 - A sociedade bem como suas subsidiárias gozarão de isenção de todos os impostos estaduais pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a garantia do Estado da Bahia em empréstimos e financiamentos a Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S.A. - BAHIATURSA, até o limite de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos).

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 28 de agosto de 1968.

LUIZ VIANA FILHO

ANEXO C

Lei nº 6.812 de 18 de janeiro de 1995 – CRIAÇÃO DA SCT

Cria a Secretaria da Cultura e Turismo, introduz modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Secretaria da Cultura e Turismo, com a finalidade de executar a política governamental destinada a apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Estado e promover o desenvolvimento do Turismo e do lazer.

Art. 2º - A Secretaria da Cultura e Turismo tem a seguinte estrutura básica:

I - Órgão Colegiado:

a) Conselho Estadual de Cultura.

II - Órgãos da Administração Direta:

- a) Gabinete do Secretário;
- b) Assessoria de Planejamento;
- c) Serviço de Administração Geral;
- d) Inspeção Setorial de Finanças;
- e) Núcleo de Desenvolvimento da Administração;
- f) Coordenação de Cultura;
- g) Coordenação de Desenvolvimento do Turismo.

III - Órgão em Regime Especial de Administração Direta:

- a) Arquivo Público do Estado da Bahia.

IV - Entidades da Administração Indireta:

- a) Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC;
- b) Fundação Cultural do Estado da Bahia;
- c) Fundação Pedro Calmon - Centro da Memória da Bahia;
- d) Empresa de Turismo da Bahia S/A - BAHIATURSA.

§ 1º - O Gabinete do Secretário tem por finalidade prestar assistência ao Secretário em suas tarefas técnicas e administrativas, exercendo a competência relativa à sua representação social e política, ao preparo e encaminhamento do expediente, à coordenação do fluxo de informações e às relações públicas da Secretaria.

§ 2º - A Assessoria de Planejamento, o Serviço de Administração Geral, a Inspeção Setorial de Finanças e o Núcleo de Desenvolvimento da Administração exercerão as competências previstas na legislação dos respectivos sistemas.

§ 3º - A Coordenação de Cultura tem por finalidade coordenar, desenvolver e acompanhar estudos, pesquisas e ações de apoio à criação, produção e consumo dos bens culturais.

§ 4º - A Coordenação de Desenvolvimento do Turismo tem por finalidade coordenar, desenvolver e acompanhar programas e projetos visando o desenvolvimento do turismo no Estado.

§ 5º - O Conselho Estadual de Cultura, o Arquivo Público do Estado da Bahia, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, a Fundação Cultural do Estado da Bahia e a Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória da Bahia, atualmente integrantes da estrutura básica da Secretaria da Educação e Cultura, e a Empresa de Turismo da Bahia S/A - BAHIATURSA, vinculada à Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, passam a compor a estrutura básica da Secretaria da Cultura e Turismo, exercendo as competências previstas na legislação respectiva.

Art. 3º - Ficam criados os seguintes órgãos:

I - Na Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária:

a) o Departamento de Defesa Agropecuária, com a finalidade de promover e executar a defesa sanitária animal e vegetal, o controle e a inspeção dos produtos de origem animal e vegetal;

b) o Departamento de Desenvolvimento Florestal, com a finalidade de coordenar, supervisionar e executar a política florestal, no âmbito do Estado.

II - Na Secretaria da Educação, a Coordenação de Educação Superior, com a finalidade de coordenar, acompanhar e avaliar as ações concernentes às atividades de educação superior do Estado;

III - Na Secretaria da Saúde, a Auditoria do Sistema Único de Saúde, com competência para estabelecer sistemas de fiscalização e controle interno das atividades relativas à prestação de serviços do SUS;

IV - Na Casa Militar do Governador, a Coordenação de Aviação, com a finalidade de coordenar e controlar as atividades relativas à operação e utilização de aeronaves no serviço público estadual.

Parágrafo único - O cargo de Coordenador do órgão de que trata o inciso IV deste artigo é privativo de piloto de linha aérea, com experiência profissional efetiva como comandante e instrutor de grande porte com propulsão a jato.

Art. 4º - Ficam criadas as seguintes entidades:

I - mediante a fusão da Fundação Centro de Projetos e Estudos e da autarquia Centro de Estatística e Informações, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, sob a forma de autarquia, vinculada à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, com a finalidade de elaborar estudos e projetos, bem como prover a base e difundir as informações estatísticas e geográficas visando à formulação de políticas públicas, planos e programas de desenvolvimento do Estado, sendo o seu patrimônio constituído pelos bens e direitos e afetados aquelas entidades.

II - a Superintendência de Recursos Hídricos, sob a forma de autarquia, vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, com a finalidade de desenvolver e executar projetos, políticas públicas, medidas e providências relativas à disciplina, uso e gestão dos recursos hídricos do Estado, sendo o seu patrimônio constituído pelos bens e direitos do Estado, afetados à Coordenação de Recursos Hídricos, extinta na forma desta Lei.

Parágrafo único - A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia será estruturada em duas áreas que preservarão as denominações de Centro de Projetos e Estudos - CPE e Centro de Estatística e Informações - CEI.

Art. 5º - Ficam extintos, na estrutura da Administração Pública do Estado, os seguintes órgãos e entidades:

I - Na Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, o Centro de Desenvolvimento Municipal e Urbano - CEMUR;

II - Na Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, a Coordenação de Recursos Hídricos, sendo suas atividades e acervo transferidos para a Superintendência de Recursos Hídricos, autarquia criada na forma desta Lei.

Art. 6º - O Museu de Ciência e Tecnologia passa a integrar a estrutura da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Art. 7º - A Secretaria da Educação e Cultura, as Diretorias Regionais de Educação e Cultura e a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo passam a ter as seguintes denominações:

I - Secretaria da Educação;

II - Diretorias Regionais de Educação;

III - Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração.

Art. 8º - Para atender à implantação dos novos órgãos e entidades criados por esta Lei, e às adequações na estrutura da Administração Pública Estadual, ficam criados os cargos de provimento em comissão, constantes do anexo I.

Art. 9º - Ficam extintos os cargos em comissão constantes do anexo II.

Art. 10- A estrutura de cargos em comissão da Escola de Serviço Público - FUNDESP e do Instituto Anísio Teixeira - IAT, passam a ser os constantes do anexo III.

Art. 11 - A estrutura de cargos em comissão do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB e seus respectivos vencimentos, passam a ser os constantes do anexo IV.

Art. 12 - Os cargos em comissão de Subgerente, símbolo DAI-4, do Serviço de Administração Geral, e de Chefe de Seção, símbolo DAI-5, da Inspeção Setorial de Finanças, das Secretarias de Administração; Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária; Energia, Transportes e Comunicações; Governo; Indústria e Comércio; Justiça e Direitos Humanos; Planejamento, Ciência e Tecnologia; Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação; Segurança Pública; do Trabalho e Ação Social e da Procuradoria Geral do Estado, ficam transformados, respectivamente, em Gerente, símbolo DAS-3 e Subgerente, símbolo DAI-4.

Parágrafo único - Ficam, igualmente, transformados em Subgerente, símbolo DAI-4, os atuais cargos de Chefe de Seção, símbolo DAI-5, da Inspeção Setorial de Finanças, da Secretaria da Fazenda.

Art. 13 - Os atuais cargos em comissão de Coordenador de Representação, símbolo DAS-2C, e de Gerente de Representação, símbolo DAS-3, ficam transformados, respectivamente, em Assessor Especial, símbolo DAS-2C e em Assistente, símbolo DAS-3, podendo seus ocupantes servirem em representação ou escritório do Governo do Estado da Bahia em outras unidades da Federação.

Art. 14 - A estrutura de cargos em comissão das Secretarias de Estado e da Procuradoria Geral do Estado, fica acrescida de mais um cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-2C e de mais um Coordenador II, símbolo DAS-3, e um de Secretário Administrativo I, símbolo DAI-5, destinando-se os dois últimos cargos aos correspondentes Núcleos de Desenvolvimento da Administração - NDA.

Art. 15 - O cargo em comissão de Coordenador do Centro de Estudos, da Procuradoria Geral do Estado, passa a ter o símbolo DAS-2C, ficando criado na estrutura do órgão, na lotação daquele Centro, um cargo em comissão de Coordenador de Expediente, símbolo DAI-4.

Art. 16 - Os cargos em comissão de Diretor, símbolo DAS-2C, Diretor Adjunto, símbolo DAS-3 e o de Diretor de Divisão Policial, símbolo DAS-3 dos Departamentos de Polícia Metropolitana, de Polícia do Interior e do Departamento de Investigações Criminais, da estrutura da Polícia Civil da Bahia, órgão da Secretaria da Segurança Pública, passam a ter os símbolos DAS-2B, o primeiro, e DAS-2C, os demais.

Art. 17 - Os cargos em comissão de Coordenador Geral, símbolo DAS-2B, Coordenador I, símbolo DAS-2C, e de Coordenador Adjunto, símbolo DAS-3, da Coordenação Central de Planejamento, passam a ter denominação e símbolo, respectivamente, de Coordenador Central de Planejamento, DAS-2A, Coordenador Geral, DAS-2B e Coordenador Adjunto, DAS-2C, e os de Diretor, símbolo DAS-2C, dos Departamentos do Tesouro e de Administração Tributária, da estrutura da Secretaria da Fazenda, símbolo DAS-2B.

Art. 18 - Dentre os cargos em comissão de Assistente, símbolo DAS-3, criados pela Lei nº 6.317, de 9 de agosto de 1991, modificada pela Lei nº 6.354, de 30 de dezembro de 1991, cinco passam a ter a denominação de Assistente I e símbolo DAS-2C.

Art. 19 - A estrutura dos cargos em comissão da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, fica acrescida de um cargo de Subsecretário, símbolo DAS-1.

Art. 20 - Fica mantida a jornada de trabalho de quarenta horas semanais dos servidores públicos do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - CEPED, fundação pública vinculada a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, com a respectiva tabela de vencimentos.

Art. 21 - O art. 33, da Lei nº 6.074, de 22 de maio de 1991, fica acrescido de dois parágrafos, na forma seguinte:

“Art. 33 -.....

§ 1º - Ficam criados dois cargos em comissão de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-2A, seis Assessores Técnicos, símbolo DAS-3, dois de Assistente, símbolo DAS-3 e dois de Secretário de Gabinete, símbolo DAS-3, que integrarão, em igual número, cada um dos Gabinetes dos Secretários Extraordinários, que só serão providos se também o forem os cargos de que trata este artigo.

§ 2º - Desprovidos os cargos de Secretário Extraordinário serão também desprovidos, na mesma data, os cargos que integram o seu Gabinete.”

Art. 22 - O § 9º do art. 36 da Lei nº 6.074, de 22 de maio de 1991, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 36-.....

§ 9º - A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola tem por finalidade básica executar programas, projetos e atividades de pesquisa, desenvolvimento e experimentação e extensão rural”.

Art. 23 - O art. 8º, da Lei nº 4.795, de 11 de agosto de 1988, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 8º - São privativos de ocupantes de cargos de Procurador da Fazenda Estadual ou de Procurador do Estado os cargos em comissão de Diretor e Gerente, símbolos DAS-2C e DAS-3, respectivamente, da estrutura da Procuradoria da Fazenda Estadual - PROFAZ.”

Art. 24 - O artigo 78 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 78 - O servidor investido em cargo de provimento permanente terá direito a perceber, pelo exercício do cargo de provimento temporário, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor correspondente ao símbolo respectivo ou optar pelo valor integral do símbolo, que neste caso, será pago como vencimento básico enquanto durar a investidura ou ainda pela diferença entre este e a retribuição do cargo seu efetivo”.

Art. 25 - O artigo 84, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º.

“Art. 84 -

§ 3º - O servidor beneficiado pela estabilidade econômica na forma do art. 92 desta Lei, terá o adicional de tempo de serviço a que faça jus calculado sobre o valor do símbolo do cargo em que tenha se estabilizado, quando for este superior ao vencimento do cargo permanente que ocupe.”

Art. 26 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover, mediante decreto, no prazo de noventa dias, as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento desta Lei, respeitados os valores globais constantes do orçamento vigente e obedecendo o disposto no art. 161, § 4º, da Constituição do Estado.

Parágrafo único - A autorização constante deste artigo inclui a abertura de créditos especiais destinados à criação de categorias de programação indispensáveis ao funcionamento de órgãos e entidades instituídos por esta Lei.

Art. 27 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 18 de janeiro de 1995.

PAULO SOUTO

Governador

Sérgio Augusto Martins Moysés

Edilson Souto Freire

Secretário da Administração

Secretário da Educação

Rodolpho Tourinho Neto

Pedro Barbosa de Deus

Secretário da Fazenda

Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Eraldo Tinoco Melo

Pedro Henrique Lino de Souza

Secretário de Energia, Transporte e Comunicações

Secretário de Governo

Jorge Khoury Hedaye

Luiz Antônio Vasconcellos Carreira

Secretário da Indústria, Comércio e Mineração

Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia

José Maria de Magalhães Netto

Heraldo Eduardo Rocha

Secretário da Saúde

Secretário do Trabalho e Ação Social

Ivan Nogueira Brandão

Roberto Moussallem de Andrade

Secretário da Justiça e Direitos Humanos

Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação

Francisco de Souza Andrade Netto

Secretário da Segurança Pública

Paulo Renato Dantas Gaudenzi

Secretário Extraordinário para Assuntos da Cultura e do Turismo

ANEXO D

Lei nº 7.435 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998

Dispõe sobre a organização e estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Administração Pública do Poder Executivo Estadual fica modificada na forma da presente Lei.

Art. 2º - A estrutura básica de cada Secretaria de Estado será integrada de:

I. Gabinete do Secretário;

II. Diretoria Geral;

III. Superintendências e Diretorias.

§ 1º - O Gabinete do Secretário tem por finalidade prestar assistência ao titular da Pasta em suas tarefas técnicas e administrativas, exercendo a competência relativa à sua representação social e política, ao preparo e encaminhamento do expediente, à coordenação do fluxo de informações e às relações públicas da Secretaria.

§ 2º - A Diretoria Geral tem por finalidade a coordenação dos órgãos setoriais e seccionais, dos sistemas formalmente instituídos, responsáveis pela execução das atividades de programação, orçamentação, acompanhamento, avaliação, estudos e análises, administração financeira e de contabilidade, material, patrimônio, serviços, recursos humanos, modernização administrativa e informática.

§ 3º - Os órgãos indicados no inciso III deste artigo têm por objetivo o planejamento, a execução e o controle das atividades finalísticas a cargo de cada Secretaria.

§ 4º - Aplica-se à Procuradoria Geral do Estado, no que couber, o disposto neste artigo.

Art. 3º - Excluídos os cargos em comissão do Magistério Público Estadual de Ensino Fundamental e Médio e das Instituições Estaduais de Ensino Superior, o quadro de cargos em comissão dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, quanto ao número e simbologia é o constante do Anexo I desta Lei.

Art. 4º - O Governador do Estado disporá, mediante Decreto e no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sobre os regimentos, os estatutos e os quadros de cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superior e Direção e Assessoramento Intermediário dos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, estabelecendo a correlação entre as competências, atribuições e os níveis hierárquicos dos cargos em comissão, observada a legislação pertinente e os limites estabelecidos no Anexo II desta Lei.

Parágrafo único - Os cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superior e Direção e Assessoramento Intermediário não utilizados, após a redefinição das estruturas administrativas estabelecidas nesta Lei, serão considerados excedentes e extintos por Decreto do Governador do Estado.

Art. 5º - Os cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superior e Direção e Assessoramento Intermediário poderão ser alocados ou remanejados, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, por ato do Governador do Estado, mantidos o símbolo de classificação e correspondente vencimento básico fixado em tabela própria, preservando-se ou adequando-se a respectiva denominação.

Art. 6º - Fica criada a Secretaria de Infra-Estrutura, com a finalidade de formular e executar as políticas públicas relativas à energia, transportes, comunicações, gestão dos recursos hídricos e saneamento básico, bem como regular, controlar e fiscalizar a qualidade dos serviços públicos concedidos, permitidos e autorizados.

Art. 7º - Ficam vinculadas à Secretaria de Infra-Estrutura as seguintes entidades da administração indireta:

- I. Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – AGERBA;
- II. Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia – DERBA;
- III. Superintendência de Recursos Hídricos – SRH;
- IV. Companhia de Engenharia Rural da Bahia – CERB;
- V. Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA;
- VI. Companhia de Gás da Bahia – BAHAGÁS.

Art. 8º – Ficam extintas as Secretarias de Energia, Transportes e Comunicações e a Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, cujas finalidades e competências são absorvidas pelas Secretarias de Infra-Estrutura e do Planejamento, Ciência e Tecnologia.

Art. 9º - Além das finalidades previstas no art. 36, da Lei nº 6.074, de 22 de maio de 1991, caberá à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária promover e executar a defesa sanitária animal e vegetal, o controle e a inspeção de produtos de origem agropecuária.

Art. 10 - O Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais - FEASPOL, órgão da Secretaria da Segurança Pública, criado pela Lei nº 3.464, de 17 de maio de 1976, modificado pela Lei nº 4.562, de 01 de novembro de 1985, e reorganizado pela Lei nº 6.896, de 28 de julho de 1995, passa a vincular-se à Secretaria da Fazenda.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a praticar, no prazo de 90 (noventa) dias, os atos necessários:

I. - à extinção:

- a) do Instituto de Terras da Bahia – INTERBA, autarquia vinculada à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, cujas atividades passarão à responsabilidade da mencionada Secretaria;

- b) da Superintendência de Geologia e Recursos Minerais – SGM, autarquia vinculada à Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, cujas atividades passarão à responsabilidade da mencionada Secretaria;
- c) do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CEPED, fundação vinculada à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, transferindo-se suas atividades e acervo à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, autarquia vinculada à Secretaria da Educação;
- d) do Serviço de Engenharia e Manutenção de Unidades de Saúde – SEMUS e do Serviço de Construções Escolares – CONESC, órgãos em regime especial de administração direta vinculados às Secretarias da Saúde e da Educação, respectivamente, cujas atividades e patrimônios são transferidos para a Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – SUCAB, autarquia vinculada à Secretaria da Administração;
- e) da Empresa de Produtos Farmacêuticos da Bahia – BAHIAFARMA.

II. - à liquidação da Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A – URBIS, sociedade de economia mista, e afetação do seu patrimônio à Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER, empresa pública vinculada à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, que passa a denominar-se Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER.

§ 1º - Fica criado, na estrutura da UNEB, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, ao qual competirá a execução das atividades redistribuídas na forma da alínea “c”, do inciso I, deste artigo.

§ 2º - A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER será dirigida por diretoria integrada por 1 (um) Diretor-Presidente, e até 3 (três) Diretores, todos nomeados pelo Governador, que disporá, em decreto, sobre as respectivas estruturas, atividades e quadros de pessoal.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar ao Estado o patrimônio das entidades mencionadas nas alíneas “a”, “b”, e “e”, do inciso I, do artigo anterior, bem como a assumir o pagamento das despesas decorrentes dos compromissos regularmente assumidos e não pagos pelas referidas entidades até o encerramento de suas atividades.

Art. 13 - Fica instituído, na forma definida pelo art. 71, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pelo art. 140, da Lei Estadual nº 2.322, de 11 de abril de 1966, o Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – FUNSERV, com a finalidade de prover os recursos necessários à manutenção do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – PLANSERV.

Art. 14 - Constituem recursos do FUNSERV:

- I. contribuição dos segurados, no valor definido em Regulamento, mediante aplicação do percentual de até 5% (cinco por cento) incidente sobre a base de cálculo estabelecida nos incisos I a III, do art. 58, da Lei nº 7.249, de 07 de janeiro de 1998;
- II. contribuição do Estado em valor correspondente a até 5% (cinco por cento) incidente sobre a base de cálculo indicada no inciso IV, do art. 58, da Lei nº 7.249/98;
- III. outros recursos que lhe venham a ser destinados;
- IV. outras receitas provenientes de:
 - a) convênios ou contratos celebrados;

b) doações e legados que lhe sejam feitos.

V. outros recursos consignados nos orçamentos do Estado.

Art. 15 - O FUNSERV será regido por esta Lei, pela Lei nº 7.249/98, e demais disposições legais aplicáveis.

Art. 16 - O FUNSERV será gerido pela Secretaria da Administração, cabendo-lhe o planejamento, a coordenação, a execução, a supervisão e o controle das atividades do Fundo.

Art. 17 - As despesas para a manutenção dos serviços administrativos e operacionais do FUNSERV correrão à conta de dotações próprias, alocadas ao Orçamento da Seguridade Social do Estado, na Secretaria da Administração.

Art. 18 - As contribuições dos segurados obrigatórios e dos deputados estaduais, na condição de segurados facultativos, serão descontadas pelos setores encarregados do pagamento dos respectivos vencimentos, subsídios, proventos ou pensões, e recolhidas diretamente ao FUNSERV, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa do responsável pelo órgão ou entidade inadimplente.

Art. 19 - As contribuições do Estado e dos segurados deverão ser recolhidas mensalmente ao FUNSERV até o 10º (décimo) dia do mês subsequente.

Parágrafo único - Decorrido o prazo referido neste artigo, e não se procedendo o recolhimento, as contribuições repassadas sujeitar-se-ão à atualização, segundo os índices utilizados para o efeito de correção dos tributos estaduais.

Art. 20 - O segurado facultativo amparado pela Lei nº 3.373, de 29 de janeiro de 1975, que deixar de contribuir para o FUNSERV por mais de 3 (três) meses consecutivos, perderá esta condição, na forma prevista no inciso II, do art. 5º, do mencionado diploma legal.

Parágrafo único - A contribuição dos segurados de que trata este artigo deverá ser recolhida diretamente pelo interessado ao estabelecimento bancário credenciado pelo FUNSERV, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, atualizando-se os valores, caso ultrapassado o referido prazo.

Art. 21 - A administração orçamentária, financeira, patrimonial e de material, e a prestação de contas do FUNSERV, obedecerão aos princípios gerais estabelecidos na legislação específica que lhe seja aplicável, ao disposto nesta Lei, e aos seguintes:

I. o exercício financeiro coincidirá com o ano civil;

II. o fundo terá contabilidade própria, cujo Plano Geral de Contas discriminará as receitas realizadas e as despesas incorridas, os saldos patrimoniais e outros elementos, de forma a possibilitar o acompanhamento permanente do seu desempenho;

III. o saldo positivo do fundo, apurado em balanço ao final de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do próprio Fundo.

Art. 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I. praticar os atos necessários à continuidade dos serviços, até a definitiva estruturação dos órgãos criados ou reorganizados por esta Lei;

II. promover a movimentação do pessoal do quadro permanente da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual para atender às necessidades de outros órgãos e entidades do Estado, observadas as atribuições dos respectivos cargos e respeitado o disposto no art. 44, da Constituição do Estado;

III. praticar os atos regulamentares e regimentais que decorram, implícita ou explicitamente, das disposições desta Lei, inclusive os que se relacionem com pessoal, material e patrimônio;

IV. promover, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação desta Lei, as modificações orçamentárias necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei mediante utilização dos recursos previstos no art. 58, § 1º, da Lei nº 2.322, de 11 de abril de 1966.

Art. 23 – Excepcionalmente, no exercício de 1999, serão incorporados pelo Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV, 10 % (dez por cento) dos valores relativos às despesas incorridas pelo Estado com as aposentadorias, reservas remuneradas e reformas concedidas até 08 de abril de 1998, conforme definido pelo art. 41, da Lei nº 7.249, de 07 de janeiro de 1998.

Art. 24 - Fica acrescentado ao art. 15, da Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997, o parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo único – O processo de recondução dos atuais ocupantes dos cargos de Reitor e Vice-Reitor das Universidades Estaduais, previsto no inciso II deste artigo, obedecerá às mesmas exigências previstas quando da sua nomeação.”

Art. 25 - O § 1º, do art. 98, da Lei nº 3.933, de 6 de novembro de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - A transferência para a reserva remunerada processar-se-á quando o policial-militar for enquadrado em um dos incisos deste artigo, salvo quanto aos incisos I, a, e II, quando o oficial encontrar-se exercendo cargo de Secretário de Estado ou equivalente, Subsecretário, Chefe de Gabinete de Secretaria de Estado ou outro cargo de provimento temporário, símbolo DAS-1, enquanto durar a investidura.” (NR)

Art. 26 - Fica instituída a Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Transportes, nos níveis e referências constantes do Anexo III desta lei, que será concedida aos servidores do DERBA com o objetivo de recompensar o exercício de atividades de planejamento, supervisão, fiscalização, construção, conservação e melhoramento de obras rodoviárias, hidroviárias e aeroviárias necessárias ao implemento do Programa Estadual de Transportes, levando-se em conta:

I - as funções desempenhadas pelo servidor;

II - o conceito e o nível de desempenho na função.

Art. 27 - A gratificação instituída nos termos do artigo anterior, escalonada em 3 (três) referências, consistirá em um valor em espécie, fixado de acordo com os níveis estabelecidos.

§ 1º - Os valores de gratificação estabelecidos no Anexo III desta Lei, serão revistos na mesma época e no mesmo percentual de reajuste dos vencimentos dos servidores do DERBA.

§ 2º - É requisito para percepção da vantagem o cumprimento do regime de trabalho de, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 28 - A Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Transportes será paga conjuntamente com os vencimentos do cargo e não servirá de base para cálculo de qualquer outra vantagem, integrando a remuneração apenas para efeitos de cálculo da remuneração de férias e da gratificação natalina, sendo incompatível com as seguintes vantagens:

- I. Gratificação por Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva;
- II. Gratificação por Condições Especiais de Trabalho;
- III. Gratificação por Serviço Extraordinário.

Art. 29 - A Gratificação ora criada será concedida aos servidores ocupantes de cargos de provimento permanente do quadro de pessoal da autarquia e que estejam exercendo atividades de supervisão, análise, controle, inspeção e verificação de programas, projetos, manutenção, serviços e obras rodoviárias, hidroviárias e aeroviárias, nos níveis e referências estabelecidas no Anexo III desta Lei.

§ 1º - A primeira concessão da gratificação de que trata este artigo far-se-á sempre na referência I do nível da atividade que esteja sendo desempenhada pelo beneficiário, condicionando-se a ascensão às referências subsequentes ao cumprimento do interstício mínimo de 2 (dois) anos de permanência na referência anterior.

§ 2º - No prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado da data da publicação desta Lei, o Poder Executivo expedirá regulamento disciplinando a concessão, alteração e pagamento da Gratificação instituída por esta Lei.

Art. 30 – Fica prorrogado por 90 (noventa) dias o prazo estabelecido no inciso I, do art. 17, da Lei nº 7.349, de 12 de julho de 1998.

Art. 31 – Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 1999, o Programa Especial de Incentivo à Demissão Voluntária, revigorado pela Lei nº 7.323, de 29 de maio de 1998.

Art. 32 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 33 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 7.035, de 7 de março de 1997.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 30 de dezembro de 1998.

CÉSAR BORGES

Governador

Pedro Henrique Lino de Souza

Albérico Machado Mascarenhas

Secretário de Governo
Pedro Barbosa de Deus

Secretário da Fazenda
Sérgio Augusto Martins Moysés

Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Secretário da Administração

ANEXO E

LEI Nº 8.538 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002

Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual fica modificada, na forma da presente Lei.

Art. 2º - Sem prejuízo do respeito aos princípios constitucionalmente estabelecidos, a Administração Pública Estadual observará a participação da sociedade civil, de usuários dos serviços públicos, assim como de outras esferas de Governo, na formulação de políticas públicas ou na gestão de atividades ou serviços que lhe sejam pertinentes.

Art. 3º - Fica criada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, com a finalidade de formular e executar a política estadual de desenvolvimento urbano, de habitação, de saneamento básico e de assistência técnica aos municípios, tendo a seguinte estrutura básica:

I - Órgãos colegiados:

- a) Conselho Estadual de Saneamento Básico;
- b) Conselho Estadual de Habitação.

II - Órgãos da Administração Direta:

- a) Gabinete do Secretário;
- b) Diretoria Geral;
- c) Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
- d) Superintendência de Saneamento.

III - Entidades da Administração Indireta:

- a) Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER;
- b) Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A - EMBASA.

§ 1º - O Conselho Estadual de Habitação, presidido pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano, tem por finalidade assessorar o titular da Pasta na formulação e na implementação da política habitacional do Estado, tendo sua composição estabelecida no respectivo regimento, aprovado pelo Governador do Estado.

§ 2º - O Gabinete do Secretário e a Diretoria Geral exercerão as competências previstas na legislação pertinente.

§ 3º - A Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Habitação tem por finalidade coordenar, promover, elaborar estudos, programas e projetos, visando à formulação, à execução e ao monitoramento da política estadual de habitação, assim como fomentar o aperfeiçoamento da infra-estrutura urbana do Estado e prestar assistência técnico-institucional aos municípios, em consonância com as políticas de desenvolvimento regionais estabelecidas e observância às políticas nacionais para os setores de habitação e desenvolvimento urbano.

§ 4º - A Superintendência de Saneamento tem por finalidade coordenar, elaborar estudos, programas e projetos, visando à formulação, à execução e ao acompanhamento da política estadual de saneamento básico, em articulação com as áreas de meio ambiente e recursos hídricos e observância à política nacional para o setor.

Art. 4º - Fica criada a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com a finalidade de formular e executar a política estadual de ordenamento ambiental, de desenvolvimento florestal e de recursos hídricos, tendo a seguinte estrutura básica:

I - Órgãos colegiados:

- a) Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM;
- b) Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH.

II - Órgãos da Administração Direta:

- a) Gabinete do Secretário;
- b) Diretoria Geral;
- c) Superintendência de Políticas Ambientais;
- d) Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação.

III - Entidades da Administração Indireta:

- a) Centro de Recursos Ambientais - CRA;
- b) Superintendência de Recursos Hídricos - SRH;
- c) Companhia de Engenharia Rural da Bahia - CERB.

§ 1º - O Gabinete do Secretário e a Diretoria Geral exercerão as competências previstas na legislação pertinente.

§ 2º - A Superintendência de Políticas Ambientais tem por finalidade promover, elaborar, coordenar estudos, programas e projetos, visando aperfeiçoar as políticas, a legislação e a inovação nas áreas ambiental e de recursos hídricos e realizar ações de educação ambiental, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável.

§ 3º - A Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação tem por finalidade coordenar, promover, executar e acompanhar programas e ações relacionados às políticas florestal e de conservação do patrimônio natural, à biodiversidade, assim como fiscalizar o transporte, origem e consumo de produtos e subprodutos florestais e uso dos recursos naturais renováveis de flora e fauna, e realizar estudos para criação de áreas de proteção ambiental e outras unidades de interesse ecológico, promovendo sua implantação e gestão.

Art. 5º - Ficam criados os seguintes órgãos:

I - Na Secretaria de Governo:

- a) Assessoria Especial do Governador, com a finalidade de prestar apoio técnico ao Chefe do Poder Executivo;
- b) Ouvidoria Geral do Estado, subordinada diretamente ao Governador, com a finalidade de receber, encaminhar e acompanhar denúncias, reclamações e sugestões dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, assim como representações contra o exercício negligente ou abusivo dos cargos, empregos e funções na Administração Pública Estadual, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos da Administração Estadual.

II - Na Secretaria da Segurança Pública:

- a) Corregedoria Geral de Segurança Pública, com a finalidade de assessorar o Secretário no acompanhamento, controle e avaliação da regularidade do funcionamento e operação dos órgãos policiais, civis e militares, integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública, na forma do respectivo regulamento que indicará sua composição;
- b) Departamento de Inteligência Policial, com a finalidade coordenar, dirigir, orientar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública, no âmbito estadual, visando subsidiar a formulação de política e a execução das ações destinadas à manutenção da ordem pública, prevenção e controle da criminalidade.

III - Na Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia:

- a) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, presidido pelo Chefe do Poder Executivo, com a finalidade de propor, apreciar e articular políticas, planos, programas e medidas voltados para o planejamento integrado e a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado, tendo sua composição estabelecida em regimento, aprovado pelo Governador, observada a participação da sociedade civil, de outras esferas do poder público e de pessoas com reconhecidos trabalhos e atuação em prol do Estado;
- b) Conselhos Regionais de Desenvolvimento a serem implantados segundo os critérios de regionalização adotada, com a finalidade de articular e fomentar os programas e ações de interesse regional, em consonância com a política de desenvolvimento do Estado, assegurada na sua composição a representação da sociedade civil, de outras esferas de poder público e participação de pessoas com reconhecidos trabalhos e atuação na respectiva região, como dispuser o seu regimento, aprovado pelo Governador;
- c) Superintendência de Cooperação Técnica e Financeira para o Desenvolvimento, com a finalidade de, em articulação com outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, de outras esferas de Governo e do setor privado, propor, coordenar, apoiar e executar as ações de negociações de parcerias e mobilização de recursos, para o financiamento de programas e projetos de desenvolvimento econômico e social;
- d) Assessoria de Assuntos Econômicos, com a finalidade de prestar apoio técnico ao Secretário no acompanhamento da conjuntura nacional e regional e de seus desdobramentos na economia baiana, assim como elaborar estudos setoriais para subsidiar decisões governamentais.

IV - Na Secretaria da Cultura e Turismo, a Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos, com a finalidade de, em articulação com outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, outras esferas de Governo, agências financiadoras e com o setor privado, planejar, coordenar e promover a execução de infra-estrutura e outros investimentos em regiões e municípios com potencial turístico.

Art. 6º - A Secretaria de Infra-Estrutura tem por finalidade formular e executar as políticas relativas à energia, transportes e comunicações, assim como de regular, controlar e fiscalizar a qualidade dos serviços públicos concedidos, permitidos e autorizados.

Art. 7º - Ficam excluídas da finalidade e competências da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia as funções de meio ambiente e ordenamento urbano. Parágrafo único - A Superintendência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas,

criada pela Lei nº 7.888, de 27 de agosto de 2001, passa a denominar-se Superintendência de Gestão e Avaliação, com a finalidade de assessorar o Secretário na gestão e implementação do plano plurianual e acompanhar e avaliar os resultados das políticas, programas e projetos governamentais.

Art. 8º - Fica incluída na finalidade da Secretaria da Cultura e Turismo a função de promoção da radiodifusão educativa.

Art. 9º - A Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória da Bahia, instituída nos termos da Lei nº 4.662, de 29 de abril de 1986, passa a denominar-se Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia - FPC, tendo por finalidade recolher, organizar, preservar e divulgar o acervo documental, proveniente de arquivos públicos e privados, que evidencie a memória histórica, geográfica, administrativa, técnica, legislativa e judiciária da Bahia e estimular e promover as atividades relacionadas com bibliotecas, organizando, atualizando e difundindo seus acervos.

Art. 10º - O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, criado pela Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980, reorganizado pela Lei nº 6.465, de 13 de maio de 1993, e alterado pela Lei nº 6.812, de 18 de janeiro de 1995, tem por finalidade executar a política de preservação do patrimônio cultural da Bahia e estimular e promover as atividades relacionadas com museus, organizando, atualizando e difundindo seus acervos.

Art. 11º CONSEG, assim denominado-- O Conselho Estadual de Segurança Pública pela Lei nº 6.459, de 16 de março de 1993, é composto de representantes do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção da Bahia, das instituições policiais, Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, da Secretaria da Educação e de três membros de livre escolha do Governador, com reconhecida atuação na área da justiça, direitos humanos e segurança pública, consoante definido em seu regimento a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 12º - Ficam remanejados os seguintes órgãos e entidades, com suas atuais conformações, para:

I - a Secretaria de Desenvolvimento Urbano: o Conselho Estadual de Saneamento Básico, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA e a Habitação e Urbanização da Bahia S/A – URBIS (em liquidação);

II - a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos: o Conselho Estadual de Meio Ambiente, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a Superintendência de Recursos Hídricos - SRH o Centro de Recursos Ambientais – CRA e a Companhia de Engenharia Rural da Bahia – CERB;

III - a Secretaria da Cultura e Turismo: o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB;

IV - a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração: a Empresa Baiana de Alimentos S/A - EBAL;

V - a Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia: as unidades de biblioteca integrantes da estrutura da Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB;

VI - o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC: as unidades de museus integrantes da estrutura da Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB.

§ 1º - Independentemente de alterações regimentais, os órgãos colegiados remanejados passarão a ser presididos pelos titulares das Secretarias de Estado a que se vinculam, salvo nos casos em que a lei tenha atribuído a presidência a um dos seus integrantes.

§ 2º - O Conselho Curador da Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, passa a ser presidido pelo Secretário da Cultura e Turismo, e ao colegiado aplicar-se-ão as regras de funcionamento de instâncias congêneres do Estado.

Art. 13º - Ficam extintos os seguintes órgãos:

I - o Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB, órgão em regime especial da administração direta da Secretaria da Cultura e Turismo, transferindo-se suas atividades e acervo para a Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia;

II - a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento, na Secretaria de Infra-Estrutura;

III - a Diretoria de Desenvolvimento Florestal, na Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária;

IV - o Centro de Informações, na Secretaria da Segurança Pública.

Art. 14º - Para atender à implantação dos novos órgãos criados por esta Lei e às adequações na estrutura da Administração Pública Estadual, ficam criados 02 (dois) cargos de Secretário de Estado e os cargos em comissão constantes do Anexo I desta Lei, a serem providos progressivamente.

Art. 15º - Ficam extintos os cargos em comissão constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 16º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover, no prazo de noventa dias:

I - a revisão dos regimentos, estatutos e outros instrumentos regulamentadores para adequação às alterações organizacionais decorrentes desta Lei;

II - o remanejamento de cargos em comissão integrantes de órgãos e entidades de competências relacionadas ao meio ambiente para adequação de suas estruturas, sendo extintos os excedentes devidamente identificados;

III - as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento desta Lei, respeitados os valores globais constantes

do orçamento vigente;

IV - as modificações de natureza orçamentária decorrentes de eventual provimento de cargos de Secretário Extraordinário, conforme facultado pelo art. 33 da Lei nº 6.074, de 22 de maio de 1991. Parágrafo único – As modificações de que tratam os incisos III e IV deste artigo incluem a abertura de créditos especiais destinados à criação de categorias de programação indispensáveis ao funcionamento de órgãos criados ou decorrentes desta Lei.

Art. 17º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18º - Revogam-se as disposições em contrário.

I - a revisão dos regimentos, estatutos e outros instrumentos regulamentadores para adequação às alterações organizacionais decorrentes desta Lei;

II - o remanejamento de cargos em comissão integrantes de órgãos e entidades de competências relacionadas ao meio ambiente para adequação de suas estruturas, sendo extintos os excedentes devidamente identificados;

III - as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento desta Lei, respeitados os valores globais constantes do orçamento vigente;

IV - as modificações de natureza orçamentária decorrentes de eventual provimento de cargos de Secretário Extraordinário, conforme facultado pelo art. 33 da Lei nº 6.074, de 22 de maio de 1991. Parágrafo único – As modificações de que tratam os incisos III e IV deste artigo incluem a abertura de créditos especiais destinados à criação de categorias de programação indispensáveis ao funcionamento de órgãos criados ou decorrentes desta Lei.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 20 de dezembro de 2002.

OTTO ALENCAR
Governador

Ruy Tourinho
Secretário de Governo

Albérico Mascarenhas
Secretário da Fazenda Secretário da Indústria, Comércio e
Mineração, em exercício

Pedro Barbosa de Deus
Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Ana Benvinda Teixeira Lage
Secretária da Administração

Roberto Moussallem de Andrade
Secretário de Infra-Estrutura

Ana Lúcia Barbosa Castelo Branco
Secretária da Educação

José Francisco de Carvalho Neto
Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia

Sérgio Ferreira
Secretário da Justiça e Direitos Humanos

Raimundo Perazzo Ferreira
Secretário da Saúde

Kátia Maria Alves Santos
Secretária da Segurança Pública

Jardivaldo Costa Batista
Secretário do Trabalho e Ação Social

Clodoveo Piazza
Secretário de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais

Paulo Renato Dantas Gaudenzi
Secretário da Cultura e Turismo

ANEXO F

Lei Nº 8.899 de 18 de Dezembro de 2003

Institui o Registro dos Mestres dos Saberes e Fazeres do Estado da Bahia e dá outras providências.

CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO DO REGISTRO E DA DEFINIÇÃO DO MESTRE DOS SABERES E FAZERES

Artigo 1º - Fica instituído, no Âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro dos Mestres dos Saberes e Fazeres da Cultura Tradicional Popular, a ser feito em livro próprio, a cargo do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC, autarquia da estrutura da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia - SCT.

Artigo 2º - Será considerado, para os fins desta Lei, como Mestre dos Saberes e Fazeres da Cultura Tradicional Popular do Estado da Bahia e, para tanto, Tesouro Vivo, apto, na forma prevista nesta Lei, a ser inscrito junto ao Registro dos Mestres dos Saberes e Fazeres, a pessoa natural que tenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e preservação da cultura tradicional popular de determinada comunidade estabelecida no Estado da Bahia.

CAPÍTULO II DOS REQUISITOS E CRITÉRIOS DE INSCRIÇÃO PARA O REGISTRO DOS MESTRES DOS SABERES E FAZERES

Artigo 3º - Considerar-se-ão, aptos a inscreverem-se, na forma desta Lei, os que, abrangidos na definição de Tesouro Vivo do Estado da Bahia, atenderem ainda aos seguintes requisitos:

- I - na data do pedido de inscrição, serem brasileiros e/ou residentes no Estado da Bahia há mais de 25 (vinte e cinco) anos;
- II - na data do pedido de inscrição, terem comprovada participação na pretendida atividade cultural há mais de 20 (vinte) anos;
- III - estarem capacitados a transmitir seus conhecimentos ou suas técnicas a alunos ou a aprendizes.

Artigo 4º - Serão considerados os seguintes critérios, cumulativamente, para o processo de indicação de Registro dos Mestres dos Saberes e Fazeres, na forma desta Lei:

- I - relevância da vida e obras voltadas para a cultura tradicional da Bahia;
- II - reconhecimento público das tradições culturais desenvolvidas;
- III - permanência na atividade e capacidade de transmissão dos conhecimentos artísticos e culturais;
- IV - larga experiência e vivência dos costumes e tradições culturais;
- V - situação de carência econômica e social do candidato.

Artigo 5º - A cada ano a Secretaria da Cultura e Turismo abrirá inscrição para mestres de determinado segmento da cultura tradicional popular, priorizando aquele que estiver em risco de extinção.

Parágrafo único - Poderá, no mesmo ano, haver inscrição para mais de um segmento da cultura tradicional popular, observado o estabelecido no caput deste artigo.

CAPÍTULO III DO REGISTRO NO LIVRO DOS MESTRES DOS SABERES E FAZERES

Artigo 6º - São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro no Livro dos Mestres dos Saberes e Fazeres:

- I - a Secretaria da Cultura e Turismo e as demais secretarias estaduais;
- II - o Conselho Estadual de Cultura - CEC;
- III - a Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB;
- IV - o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC;
- V - os municípios do Estado da Bahia;
- VI - as entidades sem fins lucrativos, sediadas no Estado da Bahia, que estejam constituídas há pelo menos 01 (um) ano nos termos da lei civil e que incluam entre as suas finalidades a proteção ao patrimônio cultural ou artístico estadual.

Artigo 7º - O requerimento preenchido e assinado pelo candidato ao Título de Mestre dos Saberes e Fazeres implica no seu conhecimento e acatamento a todas as normas previstas nesta Lei, devendo ser entregue na Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB, também da estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo, que o encaminhará para o Conselho Estadual de Cultura - CEC, para avaliação e parecer.

Artigo 8º - Sendo o parecer pela aprovação, o CEC encaminhará o processo ao Secretário de Cultura e Turismo, que o submeterá à homologação do Governador e conseqüente publicação no Diário Oficial do Estado da relação dos contemplados como Mestres dos Saberes e Fazeres.

Artigo 9º - Se o parecer do CEC não for pelo registro do candidato como Mestre dos Saberes e Fazeress, o interessado poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua ciência, interpor recurso dirigido ao Secretário da Cultura e Turismo, para decisão final, procedendo-se de acordo com o artigo anterior na hipótese de acolhimento do apelo.

Artigo 10º - Feita no Diário Oficial do Estado a publicação de que trata o art. 8º desta Lei, será procedida pelo IPAC a competente inscrição do interessado no Livro de Registro dos Mestres dos Saberes e Fazeress.

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS DECORRENTES DO REGISTRO DOS MESTRES DOS SABERES E FAZERES

Artigo 11º - O registro no Livro dos Mestres dos Saberes e Fazeress resultará, para a pessoa natural registrada, nos seguintes direitos:

- I - diploma que concede o Título de Mestre dos Saberes e Fazeress da Cultura Tradicional Popular do Estado da Bahia;
- II - percepção de auxílio financeiro a ser pago mensalmente, pelo Estado da Bahia, no valor correspondente a 01 (um) salário-mínimo.

Parágrafo 1º - Os direitos atribuídos aos registrados como Mestres dos Saberes e Fazeress, na forma prevista nesta Lei, têm natureza personalíssima, são inalienáveis e impenhoráveis, não podendo ser cedidos ou transmitidos, a qualquer título, a cessionários, herdeiros ou legatários e não gerará vínculo de qualquer natureza para com o Estado.

Parágrafo 2º - Os direitos atribuídos aos registrados como Mestres dos Saberes e Fazeress extinguir-se-ão por ocorrência da morte do registrado.

Parágrafo 3º - O auxílio financeiro, de que trata o inciso II deste artigo, cessará também em decorrência do não-cumprimento pelo Mestre, do dever elencado no art. 12 desta Lei.

CAPÍTULO V DO DEVER DECORRENTE DO REGISTRO COMO MESTRE DOS SABERES E FAZERES

Artigo 12º - É dever do registrado no Livro dos Mestres dos Saberes e Fazeress transferir seus conhecimentos e técnica aos alunos e aprendizes, através de programas de ensino e aprendizagem organizados pelo IPAC, cujas despesas serão custeadas pelo Estado.

Artigo 13º - Caberá ao IPAC fiscalizar o cumprimento do dever atribuído ao Mestre dos Saberes e Fazeress, na forma prevista nesta Lei.

Parágrafo 1º - A cada ano, até o final do exercício financeiro subsequente ao período objeto de análise, o IPAC elaborará Relatório de Avaliação das atividades realizadas pelos Mestres dos Saberes e Fazeress, na forma do art. 12 desta Lei, a ser encaminhado ao Conselho Estadual de Cultura - CEC.

Parágrafo 2º - O IPAC dará ciência aos Mestres dos Saberes e Fazeress, dos termos do Relatório de que trata o parágrafo anterior, para providências e esclarecimentos, no prazo de 30 (trinta) dias de quaisquer exigências ou impugnações, relativas ao cumprimento do dever a eles atribuídos na forma prevista nesta Lei, assegurado aos Mestres o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo 3º - Não será considerado descumprimento de dever a impossibilidade, para o Mestre, de participar dos programas de que trata o art. 12 desta Lei, desde que tal impossibilidade tenha sido motivada por incapacidade física causada por doença grave comprovada mediante exame médico-pericial.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 14º - No primeiro ano de vigência desta Lei, poderão ser até 15 (quinze) os agraciados com o Título de Mestres dos Saberes e Fazeress, com um quantitativo máximo de até 30 (trinta) novos registros anuais, adstrito esse quantitativo à disponibilidade orçamentária da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia.

Artigo 15º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de sua publicação.

Artigo 16º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 17º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 18 de dezembro de 2003.

PAULO SOUTO
Governador

Ruy Tourinho
Secretário do Governo

Paulo Renato Dantas Gaudenzi
Secretário da Cultura e Turismo

ANEXO G

Publicada D.O.E.

Em 12 e 13.02.2005

LEI Nº 9.431 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2005

Cria o Fundo de Cultura da Bahia - FCBA e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Fundo de Cultura da Bahia – FCBA, com o objetivo de incentivar e estimular a produção artístico-cultural baiana, custeando total ou parcialmente projetos estritamente culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

Parágrafo único - O FCBA é vinculado à Secretaria da Cultura e Turismo competindo-lhe a sua gestão.

Art. 2º - São finalidades do FCBA:

I - apoiar as manifestações culturais, com base no pluralismo e na diversidade de expressão;

II - promover o livre acesso da população aos bens, espaços, atividades e serviços culturais;

III - estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as suas regiões, de maneira equilibrada, considerando o planejamento e a qualidade das ações culturais;

IV - apoiar ações de manutenção, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Estado;

V - incentivar a pesquisa e a divulgação do conhecimento sobre cultura e linguagens artísticas;

VI - incentivar o aperfeiçoamento de artistas e técnicos das diversas áreas de expressão da cultura;

VII - promover o intercâmbio e a circulação de bens e atividades culturais com outros Estados e Países, difundindo a cultura baiana;

VIII - valorizar os modos de fazer, criar e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade.

Art. 3º - Os projetos a serem custeados pelo FCBA deverão enquadrar-se em uma ou mais das seguintes áreas artístico-culturais:

I - artes cênicas, plásticas e gráficas;

II - fotografia, cinema e vídeo;

III - artesanato;

IV - folclore;

V - biblioteca, arquivo e museu;

VI - literatura;

VII - música;

VIII - patrimônio cultural;

IX - saberes e fazeres.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - projeto cultural: proposta de realização de obras, ações ou eventos especificamente voltados para o desenvolvimento das artes e/ou a preservação do patrimônio cultural do Estado;

II - proponente: pessoa jurídica ou física estabelecida ou domiciliada no Estado da Bahia há, pelo menos, 03 (três) anos, que proponha projetos de natureza cultural à Secretaria da Cultura e Turismo, com vistas ao FCBA;

III - produtor cultural: responsável técnico pela execução do projeto cultural;

IV - patrocinador: pessoa jurídica estabelecida no Estado da Bahia, contribuinte do ICMS, inscrita no regime normal, que contribua com depósitos bancários para a formação e/ou manutenção do FCBA.

Art. 5º - Constituem receitas do FCBA:

I - contribuições de mantenedores, na forma prevista em regulamento;

II - transferências à conta do Orçamento Geral do Estado;

III - auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV - doações e legados;

V - devolução por utilização indevida de recursos recebidos através do Programa Estadual de Incentivo à Cultura – FAZCULTURA ou do FCBA;

VI - valores provenientes da devolução de recursos relativos a projetos do FAZCULTURA que apresentem saldos remanescentes;

VII - saldos de exercícios anteriores;

VIII - outros recursos a ele destinados.

§ 1º - A cada final de exercício financeiro, os recursos repassados ao FCBA, não utilizados, serão transferidos para utilização pelo Fundo, no exercício financeiro subsequente.

§ 2º - Do montante efetivamente repassado para o FCBA, até 5% (cinco por cento) poderá ser destinado ao custeio da administração do Fundo.

Art. 6º - O Chefe do Poder Executivo fixará:

I - o montante dos recursos orçamentários destinados ao FCBA em cada exercício financeiro;

II - os limites mensais e anuais de contribuições que poderão ser deduzidos pelos patrocinadores contribuintes do ICMS do imposto apurado em cada período mensal.

Art. 7º - O Secretário da Cultura e Turismo decidirá sobre os projetos a serem financiados com os recursos do Fundo.

§ 1º - Os projetos serão pré-selecionados por comissão constituída pelo titular do órgão gestor do Fundo, à qual competirá analisar a documentação e os objetivos do projeto, de acordo com as diretrizes da política cultural do Estado e com o estabelecido nesta Lei.

§ 2º - Os projetos culturais oriundos de órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, estadual ou municipal, serão analisados e selecionados por uma Comissão Especial, a ser constituída por representantes das Secretarias da Cultura e Turismo, da Fazenda e do Planejamento, cabendo a sua presidência ao Secretário da Cultura e Turismo.

§ 3º - As Comissões mencionadas nos §§ 1º e 2º deste artigo serão integradas por, no mínimo, 2 (dois) representantes indicados pelo Conselho Estadual de Cultura.

Art. 8º - À Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia incumbirá arrecadar as contribuições destinadas ao FCBA previstas no artigo anterior, com repasse dos valores para conta corrente bancária específica, cujo titular será o órgão gestor do Fundo.

Parágrafo único - A conta aberta para a movimentação dos recursos do Fundo integrará o Sistema de Caixa Único do Estado.

Art. 9º - Os contribuintes do ICMS que contribuírem para o FCBA poderão deduzir do saldo devedor do imposto apurado em cada período os valores efetivamente depositados em benefício do FCBA, observados os limites previstos no inciso II do art. 6º desta Lei.

Art. 10 - Os recursos do FCBA serão transferidos a cada proponente em conta corrente única, da qual seja ele titular, aberta em instituição financeira indicada pelo Estado com a finalidade exclusiva de movimentar os recursos transferidos para execução de ações apoiadas pelo Fundo.

Art. 11 - Após a aprovação do projeto não será permitida a transferência de sua titularidade, salvo em casos de falecimento ou invalidez do proponente ou quando ocorrer o desligamento do dirigente da entidade e/ou da empresa.

Art. 12 - A Secretaria da Cultura e Turismo divulgará, a cada quadrimestre, em sua página institucional (*home page*) na rede mundial de computadores (*Internet*), e no Diário Oficial do Estado:

I - demonstrativo contábil informando:

- a) recursos arrecadados ou recebidos;
- b) recursos utilizados;
- c) saldo de recursos disponíveis;

II - relatório discriminado, contendo:

- a) número de projetos culturais beneficiados;
- b) objeto e valor de cada um dos projetos beneficiados;
- c) os proponentes e os produtores responsáveis pela execução dos projetos;
- d) autores, artistas, companhias ou grupos beneficiados;

III - os projetos e os nomes dos proponentes que tiverem as prestações de contas aprovadas e os respectivos valores investidos.

Art. 13 - Os executores dos projetos apresentarão cronogramas físico-financeiros sobre a execução dos projetos e prestarão contas da utilização dos recursos alocados aos projetos culturais incentivados, de forma a possibilitar a avaliação, pelo gestor do Fundo, dos resultados atingidos, dos objetivos alcançados, dos custos reais, da repercussão da iniciativa na sociedade e demais compromissos assumidos pelo proponente e pelo executor.

§ 1º - A qualquer tempo, a Secretaria da Cultura e Turismo poderá exigir do proponente relatórios de execução e prestação parcial de contas.

§ 2º - A não apresentação da prestação de contas e de relatórios de execução nos prazos fixados implicará na aplicação das seguintes sanções ao proponente, sem prejuízo do disposto no art. 17 desta Lei:

- I - advertência;
- FCBA;
- II - suspensão da análise e arquivamento de projetos que envolvam seus nomes e que estejam tramitando no
- III - paralisação e tomada de contas do projeto em execução;
- IV - impedimento de pleitearem qualquer outro incentivo da Secretaria da Cultura e Turismo e de participarem, como contratados, de eventos promovidos pelo Governo do Estado;
- V - inscrição no cadastro de inadimplentes da Secretaria da Cultura e Turismo e do órgão de controle de contratos e convênios da Secretaria da Administração do Estado da Bahia - SAEB, sem prejuízo de outras cominações cíveis, criminais e tributárias decorrentes de fraude ao erário.

Art. 14 - Os benefícios do FCBA não poderão ser concedidos a projeto que não seja de natureza estritamente cultural ou cujo proponente:

- I - esteja inadimplente com a Fazenda Pública Estadual;
- II - esteja inadimplente com prestação de contas de projeto cultural anterior;
- III - não tenha domicílio no Estado da Bahia;
- IV - seja servidor público estadual ou membro da Comissão Gerenciadora do FAZCULTURA;
- V - seja pessoa jurídica não-governamental que tenha, na composição de sua diretoria, membro da Comissão Gerenciadora do FAZCULTURA ou pessoa inadimplente com prestação de contas de projeto cultural realizado anteriormente;
- VI - esteja sendo patrocinado pelo FAZCULTURA;
- VII - já tenha projeto aprovado para execução no mesmo ano civil;
- VIII - sendo pessoa jurídica de direito privado, não tenha por objeto o exercício de atividades na área cultural em que se enquadre o projeto, dentre as áreas culturais indicadas no art. 3º desta Lei;
- IX - esteja inadimplente com o Fundo, nos termos do artigo anterior.

§ 1º - As vedações previstas neste artigo estendem-se aos parentes até o segundo grau, bem como aos cônjuges ou companheiros, quer na qualidade de pessoa física, quer por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios, no que se refere a projeto que envolva ou beneficie diretamente a pessoa impedida.

§ 2º - A vedação prevista no inciso II aplica-se também ao executor do projeto cultural.

§ 3º - Não constitui vedação à participação no FCBA o fato de o patrocinador do FCBA ser, também, patrocinador pelo FAZCULTURA, nos termos da Lei Estadual nº 7.015, de 09 de dezembro de 1996.

Art. 15 - Os recursos do FCBA não poderão ser aplicados em construção e/ou conservação de bens imóveis, exceto quando se tratar de projetos para a área de patrimônio cultural.

Art. 16 - Os recursos do FCBA poderão ser aplicados na aquisição de material permanente, desde que o proponente seja órgão público e os materiais sejam imprescindíveis à execução do projeto.

Art. 17 - Os recursos utilizados indevidamente deverão ser devolvidos, acrescidos de juros pela Taxa Selic ou por outra que a venha substituir, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas nesta Lei.

Parágrafo único - A Secretaria da Cultura e Turismo informará, em sua página institucional na rede mundial de computadores, os projetos e os nomes dos proponentes que estiverem inadimplentes com as prestações de contas, dos valores investidos e da data em que tiver vencido o prazo para a apresentação da prestação de contas.

Art. 18 - Os proponentes dos projetos aprovados deverão divulgar, obrigatoriamente, em todos os produtos culturais, espetáculos, atividades, comunicações, *releases*, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas, o apoio institucional do Governo do Estado da Bahia, da Secretaria da Cultura e Turismo, da Secretaria da Fazenda e do Fundo de Cultura da Bahia - FCBA, sob pena de serem considerados inadimplentes.

Parágrafo único - Os projetos culturais que forem aprovados pelo FCBA poderão ser levados a um balcão para que sejam oferecidos lances, com recursos próprios, em valores percentuais, nunca inferiores a 20% (vinte por cento) do total do projeto, para que a marca da empresa que tiver oferecido maior lance apareça no projeto escolhido.

Art. 19 - Os projetos já aprovados e desenvolvidos anteriormente e que forem concorrer novamente aos benefícios do investimento cultural com repetição de seus conteúdos fundamentais, deverão anexar relatório de atividades, contendo as ações previstas e executadas, bem como explicitar os benefícios planejados para a continuidade.

Art. 20 - Os projetos não aprovados ficarão à disposição de seus proponentes até 30 (trinta) dias após a divulgação do resultado, sendo inutilizados aqueles que não forem retirados neste prazo.

Art. 21 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação, promovendo, no orçamento vigente, as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 22 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 23 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 11 de fevereiro de 2005.

PAULO SOUTO
Governador

Ruy Tourinho

Secretário de Governo

Sônia Maria Moreira de Souza Bastos

Secretária da Cultura e Turismo, em exercício

Albérico Mascarenhas

Secretário da Fazenda

ANEXO H

Projetos apoiados pelo Fundo de Cultura da Bahia

Nº	Projetos
1	Academia de Letras da Bahia
2	Associação Brasileira de Defesa e Preservação da Capoeira – Forte da Capoeira
3	Associação Bahiana Arte e Cultura – Abacult – Museu Rodin Bahia
4	Fundação Balé Folclórico da Bahia e Teatro Miguel Santana
5	Casa das Filarmônicas
6	Câmara Baiana do Livro
7	Centro Brasileiro de Difusão do Livro e da Leitura – Viva o Livro e Livraria
8	Exposição Arte Digital – Ação
9	Escola de Dança da Ufba: Espaço de Investigação e Criação Artística
10	Fórum Internacional de Cultura
11	Fundação Anísio Teixeira – Caetité, Biblioteca, Biblioteca Móvel, Museu e Cine-teatro
12	Fundação Casa de Jorge Amado
13	Fundação Hansen Bahia – Cachoeira, Memorial e Galeria
14	Fundação Museu Carlos Costa Pinto
15	Fundação Pierre Verger
16	Grupo de Dança do Liceu de Artes e Ofícios – Caravanas Culturais
17	Igreja do Bonfim – recuperação
18	Instituto Cultural Casa Via Magia – Realização do VI Mercado Cultural
19	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
20	Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro – NICSA, Biblioteca, Memorial e Escolinha
21	Oficina das Artes – Pelourinho Dia e Noite
22	Sociedade Musical Oficina de Frevos e Dobrados
23	Theatro XVIII, Anexo e Galeria Moacir Moreno
24	Teatro Vila Velha e Cia. Viladança
25	Usina de Dança Gicá Cia. de Dança Jovem e Escola de Dança do Projeto Axé
26	CD do Grupo Scambo
27	CD do cantor e compositor Walmir Lima
28	Livro Artesanato Baiano, de Marisa Santiago Vianna
29	Livro A Fotografia na Bahia – 1839-2006, de Aristides Alves, Maria Sampaio, Célia Aguiar e Adenor

Gondim

- 30 Livro O Eterno e o Efêmero – obra completa de Walter da Silveira em 4 volumes
- 31 Livro Retratos da Bahia, de Pierre Verger – 3ª edição
- 32 Recuperação do Mausoléu de Otávio Mangabeira – Campo Santo
- 33 Prefeitura Municipal de São Domingos – desenvolvimento sócio-cultural
- 34 Museu Abelardo Rodrigues – ampliação e modernização
- 35 Museu Regional do São Francisco
- 36 Museu de Arte Moderna da Bahia – 12º Salão MAM Bahia de Artes Plásticas e Oficinas de Artes Plásticas
- 37 Museu de Arte da Bahia – Exposição Modos de Ver e de Entender a Arte/ Palestra A Pegagogia do Olhar – Affonso Romano de SantAna
- 38 Parque do Queimadinho – recuperação física para abrigar a Coleção de Arte Africana Cláudio Masella, Biblioteca Valdeolir Rego e Memorial Cid Teixeira
- 39 Edição Agenda Cultural e Revista da Bahia nº 42 e 43/ Reedição de 3 números da Revista da Bahia
- 40 Montagem Teatral TCA
- 41 Coro do Teatro Castro Alves
- 42 Circuladô Cultural
- 43 População Cultural
- 44 Quarta que Dança
- 45 Recuperação física do Cine-Teatro Solar Boa Vista e Centro de Cultura de Porto Seguro e Reaparelhamento Cênico dos Espaços Culturais
- 46 Revitalização do Parque Tecnológico Audiovisual
- 47 Apoio à Implantação de Bibliotecas Públicas Municipais/Aquisição de acervo bibliográfico, mobiliário e equipamentos
- 48 Apoio à Modernização de Bibliotecas/Automação do sistema estadual de bibliotecas públicas e aquisição de novas tecnologias para o Setor Braille
- 49 Climatização da Biblioteca Pública Thales de Azevedo
- 50 Apoio à Modernização do Centro de Memória da Bahia (implantação de tecnologia digital)
- 51 Apoio à elaboração de documento técnico – Dicionário Histórico-Biográfico da Bahia
- 52 Apoio à aquisição de periódicos e acervos

Fonte: Relatório de Atividades do Governo Paulo Souto 2006

ANEXO I

Tabela Descritiva dos imóveis contemplados com as Intervenções sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de 1995-2006.

Imóveis	Municípios
Sobrado de Praça Aurelino Gondim	Andaraí
Palácio Episcopal da Diocese de Barra	Barra
Ig. de Bom Jesus dos Passos	Bom Jesus dos Passos
Parque Historico Castro Alves	Cabaceiras do Paraguaçu
Capela da Irmandade da Boa Morte	Cachoeira
Capela de N. S. da Ajuda	Cachoeira
Capela de N. S. da Boa Morte	Cachoeira
Casa de Ana Nery	Cachoeira
Casa de Câmara e Cadeia	Cachoeira
Casa de Oração	Cachoeira
Cemitério	Cachoeira
Ig. N. S. do Rosário do Sagrado Coração do Monte Formoso (do Rosarinho)	Cachoeira
Ig. da Ordem 1ª	Cachoeira
Ig. da Ordem 3ª	Cachoeira
Ig. de N. S. da Conceição do Monte	Cachoeira
Ig. de Nossa Senhora do Rosário	Cachoeira
Imóvel da Rua 25 de junho, 8	Cachoeira
Museu Hansen Bahia	Cachoeira
Quarteirão da Irmandade da Boa Morte	Cachoeira
Casa de Anísio Teixeira	Caetité
Casa de Câmara e Cadeia	Caetité
Catedral N. Sant'ana - etapa final	Caetité
Ig. de N. S. de Santana	Caetité
Urbanização do cais	Canavieiras
Restauração de 48 imóveis	Canavieiras
Casa dos Artistas	Canavieiras
Museu do Recôncavo Wanderley de Pinho	Candeias
Prefeitura Municipal	Cruz das Almas
Ig. do Senhor do Bonfim	Feira de Santana
Quarteirão Jorge Amado	Ilhéus
Concha Acústica	Ilhéus
Catedral de São Sebastião	Ilhéus
Solar dos Nogueiras	Irá
Ig. de Santo Antônio das Missões	Jacobina
Ig. de N. S. da Ajuda	Jaguaripe
Paço Municipal	Jaguaripe
Casa de Câmara e Cadeia	Jaguaripe
Ig. Matriz de São João Batista	Jeremoabo
Catedral de N. S. das Grotas	Juazeiro

Imóveis	Municípios
Sede da Fundação Regional São Francisco	Juazeiro
Antiga Sede da Prefeitura	Lençóis
Antigo Posto de Saúde	Lençóis
Biblioteca Municipal Urbano Duarte	Lençóis
Fachadas no Centro Histórico	Lençóis
Imóvel na Av. 7 de setembro, 35	Lençóis
Praça do Mercado Municipal	Lençóis
Mercado Público Municipal	Lençóis
Ponte sobre o Rio Lençóis	Lençóis
Prefeitura Municipal	Lençóis
Sede do IPHAN	Lençóis
Ig. de São Bartolomeu	Maragogipe
Prefeitura Municipal	Mucugê
Sobrado Snooker - Casa de Cultura	Mucugê
Ig. de São José de Itaporã	Muritiba
Ig. de São Pedro do Monte	Muritiba
Ig. de N. S. Rainha dos Anjos	Nazaré
Ig. Matriz N. S. de Nazaré	Nazaré
Solar dos Arcos	Nazaré
Casa de Câmara e Cadeia	Paramirim
Ig. Matriz de Bom Jesus	Piatã
55 imóveis	Porto Seguro
Ig. de São Benedito	Porto Seguro
Arquivo Público do Estado	Salvador
Casa da Providência	Salvador
Catedral Basílica e Museu	Salvador
Claustro da Ordem 3 de São Francisco	Salvador
Colégio Central da Bahia	Salvador
Convento Cruzeiro de São Francisco	Salvador
Convento de Santa Tereza	Salvador
Convento do Desterro	Salvador
Diretoria de Museus	Salvador
Edifício Sede da Associação Baiana de Imprensa	Salvador
Escola Azevedo Fernandes	Salvador
Forte de São Diogo	Salvador
Forte do Barbalho	Salvador
Forte Santo Antônio Além do Carmo	Salvador
Gabinete Português de Leitura	Salvador
Galpão Oficina do MAM	Salvador
Ig da Penha	Salvador
Ig. Basílica do Bonfim	Salvador
Ig. Cruzeiro de São Francisco	Salvador
Ig. da Graça	Salvador
Ig. da Ordem 3 de São Francisco	Salvador

Imóveis	Municípios
Ig. de N. S. da Lapinha	Salvador
Ig. de N. S. do Rosário das Mercês	Salvador
Ig. de N. S. do Rosário dos Petros	Salvador
Ig. de N.S. da Piedade	Salvador
Ig. de Ondina	Salvador
Ig. de Santana	Salvador
Ig. de Santo Antônio da Barra	Salvador
Ig. de São Domingos Gusmão	Salvador
Ig. de São Miguel	Salvador
Ig. de São Pedro dos Clérigos	Salvador
Ig. do Passo	Salvador
Imóvel na R. Gregório de Matos 29	Salvador
Mosteiro de São Bento	Salvador
Museu Abelardo Rodrigues	Salvador
Museu de Arte da Bahia	Salvador
Museu de Arte Moderna da Bahia	Salvador
Museu de Cerâmica e Azulejaria Udo Knoff	Salvador
Museu de Comunicação do Petróleo	Salvador
Museu Rodin	Salvador
Museu Tempostal	Salvador
Palacete Bernardo Martins Catharino - Museu Rodin	Salvador
Palácio da Aclamação	Salvador
Palácio Rio Branco	Salvador
Sede do IPAC	Salvador
Terreiro Pilão de Prata	Salvador
104 imóveis da 1ª etapa do CHS	Salvador
48 imóveis da 2ª etapa do CHS	Salvador
198 imóveis da 3ª e 4ª etapa do CHS	Salvador
48 imóveis da 5ª etapa do CHS	Salvador
Estação Ferroviária	Santa Terezinha
Convento dos Humildes	Santo Amaro
Ig. de N. S. dos Humildes	Santo Amaro
Museu do Recolhimento dos Humildes - 1ª e 2ª etapa	Santo Amaro
Solar Biju	Santo Amaro
Fazenda Santa Bárbara	São Félix
Sociedade Filarmônica Sanfelixta	São Félix
Ig. de São Domingos Gusmão	Saubara
Prefeitura	Valença
Teatro	Valença
Casario	Valença

ANEXO J

Cd's patrocinados pelos Selos Fonográficos (1995-2005)

Nº	Cds gravados 1995-2006
1	Canto Gregoriano - Coro dos Monges do Mosteiro de São Bento
2	Ave-Marias - Soprano Andréa Daltro
3	Sonhos de Castro Alves - OSBA - música de Egberto Gismonti para o Balé do TCA, como regente Jacques Morelenbaum
4	Sociedade Lítero Musical 25 de dezembro - Filarmônica de Irara
5	Sinfonia Baiana - OSBA
6	Oficina de Frevos e Dobrados 15 anos Maestro Fred Dantas
7	Brasileiros - OSBA, regentes Henrique Morelenbaum e Erick Vasconcelos
8	Um Toque pra subir - Bonde Xadrez
9	Bahia com Todas as Letras
10	Medéia de Eurípedes - Trilhasonora de Harald Weiss
11	Forças D'alma - TuttyMoreno - Música instrumental (bateria)
12	Courana - Grupo Garagem - Folclore Baiano
13	Brasilianas - Salomão Rabinovitz (Violino) e Fernando Lopez (Piano)
14	E assim TudoComeçou - Andréa Daltro - canções do final do século XIX a 1930
15	A confraria do Gordurinha - Gilberto Gil, Confraria da Bazófia e Marta Milani
16	Assis Valente com Dendê Diet
17	Jorge Amado - músicas compostas a partir de obras para TV e cinema
18	Jubileu de ouro do trio elétrico - Irmãos Macedo
19	Silvio Deolindo Froes - Composição do maestro baiano pelos intérpretes Fernando Lopes, Graça Reis e Paulo Gondim
20	Okan Awá - Inaicyrá - cânticos em iorubá - comemoração dos 100 anos de Mãe Senhora
21	Ecos do São Francisco
22	XI Festival de Música Instrumental da Bahia
23	Filarmônica Terpsícore Popular de Maragogipe
24	A Música do Cacau
25	Antônio Vieira - O Cordel Remoçado
26	Cláudia Moura - MPB
27	Palmyra e Paulo Levita - MPB
28	Entre - Dr. Cascadura - rock

-
- 29 Filarmônicas de Morro do Chapéu
- 30 Dendê diet - MPB
- 31 Barra Manteiga - Cantigas de Roda
- 32 Grupo Barravento - Sons do Recôncavo Baiano
- 33 Transparência - Geová Nascimento - MPB Instrumental (saxofone)
- 34 Teca e Tota - música instrumental (piano e flauta)
- 35 Luz para Novo Milênio - Monjas Beneditinas do Mosteiro do Salvador
- 36 Ningira, ouro, poeira e luz - Afoxé Filhas d'oxum - afoxé feminino
- 37 Heartfeld Sessions - The Dead Billies - rock
- 38 Brincando de Deus - Banda Brincando de Deus - rock
- 39 Tocar Você - Ricardo Augusto - MPB
- 40 João Pequeno de Pastinha - Toques e Músicas de Capoeira
- 41 Mario Ulloa interpreta J.S. Bach - Música Instrumental (violão)
- 42 Dança da Luz - Carlinhos Marques - MPB
- 43 Corazón - André Bernard - música instrumental (violão e flamenco)
- 44 O que vc pensar - Cândia Pop Rock
- 45 Interior - Kalifa do Forró
- 46 Brasília Quebrada - Gildásio Correia - forró
- 47 Prazer - Elpídio Bastos - MPB
- 48 Marilda Santana - MPB
- 49 Pura Química - Marco Balena
- 50 Banda Canta Mais Eu
- 51 Noeme Bastos ao vivo - MPB
- 52 Jurema Paes - MPB
- 53 Forrozada
- 54 Mata Atlântica - Nengo Viera e Tribo d'abraão
- 55 Filhos de Nagô
- 56 Samba de Roda Dona Dalva
- 57 Keiler Rêgo
- 58 Canções Joaninas - Targino Gondim
- 59 Banda de Boca
- 60 Pela Avenida - Los Baganas
- 61 A Música do Cacau
-

ANEXO K

Cd's patrocinados diretamente pela SCT (1995-2004)

Nº	Apoios individuais
1	Afoxé Filhos de Gandhi
2	Afro Okambi
3	Alexandre Leão
4	André Bernard
5	André Macedo
6	Araketu
7	Armandinho
8	As Radianes
9	Augusto Jatobá
10	Banda Baianos Luz
11	Banda Novos Bárbaros
12	Bandabah
13	Bando Virado no Mói de Coentro
14	Carlinho Cor das Águas
15	Carlos Pitta
16	Chico Mendes
17	Clara Ghimmel
18	Cláudia Dulthe
19	Clécia Queiroz
20	Dona Edite do Prato
21	Duda Valverde
22	Ederaldo Gentil
23	Edgard Curvello
24	Edil Pacheco
25	Edu Casanova
26	Fábio Paes
27	Filhos da Alegria
28	Gereba
29	Gerônimo

30	Grupo Mahatma
31	Grupo Tara Code
32	Guel e Miguel
33	Ilê Aiê
34	Irmandade do Homens Pretos
35	J. Sapucaia
36	J. Velloso
37	Jorge Bonfim
38	Jussara Silveira
39	Lazzo
40	Leguelé Marques
41	Lucas Santana
42	Luis Berimbau
43	Mabel Danneman
44	Malê de Balê
45	Márcia Short
46	Margareth Menezes
47	Marcio Valverde
48	Marilda Santana
49	Mario Ulloa
50	Maryne
51	Miudinho e Passarinho
52	Nairzinha
53	Neto Balla
54	Orquestra Sinfônica da Ufba
55	Palmeirinho da Bahia
56	Paulinho Boca de Cantor
57	Péri
58	Quarteto em Sí
59	Quininho de Valente
60	Raimundo Sodré
61	Rebeca da Mata
62	Roberto Mendes

63	Rosa Morena
64	Sarajane
65	Saul Barbosa
66	Silvinha Torres
67	Timbaúba e Pádua
68	Tonton Flores
69	Vanderley Carvalho
70	Vânia Abreu
71	Virgínia Gomes
72	Virgínia Rodrigues
73	Walmir Lima
74	Wilson Café
75	Yumara Rodrigues
